



MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2017

Copyright © 2017 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.planalto.gov.br).

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidente (2016 - : Michel Temer)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2017 [recurso eletrônico]: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. – Brasília : Presidência da República, 2017. – (Documentos da Presidência da República)

Modo de acesso: World Wide Web.

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/mensagem-ao-congresso>>

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2017. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil. 4. Cidadania – Brasil. 5. Combate à corrupção – Brasil. 6. Relações exteriores – Brasil. 7. Segurança – Brasil. 8. Modernização do Estado – Brasil. I. Temer, Michel, 1940- . II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Michel Temer

Casa Civil

Eliseu Padilha

Ministério da Justiça e Cidadania

Alexandre Moraes

Ministério da Defesa

Raul Jungmann

Ministério das Relações Exteriores

José Serra

Ministério da Fazenda

Henrique Meirelles

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Maurício Quintella

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Blairo Maggi

Ministério da Educação

Mendonça Filho

Ministério da Cultura

Roberto Freire

Ministério do Trabalho

Ronaldo Nogueira

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Osmar Terra

Ministério da Saúde

Ricardo Barros

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Marcos Pereira

Ministério de Minas e Energia

Fernando Coelho Filho

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Dyogo Oliveira

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Gilberto Kassab

Ministério do Meio Ambiente

Sarney Filho

Ministério do Esporte

Leonardo Picciani

Ministério do Turismo

Marx Beltrão

Ministério da Integração Nacional

Helder Barbalho

Ministério das Cidades

Bruno Araújo

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Torquato Jardim

Gabinete de Segurança Institucional

Sergio Etchegoyen

Advocacia-Geral da União

Grace Maria Mendonça

Banco Central do Brasil

Ilan Goldfajn

Secretaria do Programa de Parceria de Investimentos

Wellington Moreira Franco

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 11

EIXO ECONÔMICO | 15

1 PANORAMA ECONÔMICO | 15

2 NOVO REGIME FISCAL | 20

3 REFORMA DA PREVIDÊNCIA | 26

4 MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA | 34

5 SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA | 39

6 FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO | 42

7 REFORMAS MICROECONÔMICAS | 42

7.1 MERCADOS REGULADOS | 46

7.2 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS | 48

7.3 CAPITAL EMPREENDEDOR | 48

7.3.1 GANHOS DE EFICIÊNCIA PARA O SETOR PRODUTIVO | 49

7.3.2 SOLIDEZ DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | 51

7.3.3 LICENCIAMENTO AMBIENTAL | 52

7.3.4 DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA | 53

7.3.5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 55

8 MUDANÇA DO CLIMA E POLÍTICA AMBIENTAL | 57

8.1 CADASTRO AMBIENTAL RURAL | 59

8.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | 63

9 REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS | 65

9.1 REGIÃO SEMIÁRIDO | 66

9.2 BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS | 67

10 PLANO SAFRA 2016/2017 E POLÍTICA AGRÍCOLA | 69

10.1 PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL | 73

10.2 SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR E GARANTIA SAFRA | 74

11 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA | 75

EIXO INFRAESTRUTURA | 79

1 PARCERIAS PARA MAIS INVESTIMENTOS – PROJETO CRESCER | 79

1.1 LEILÕES DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | 89

2 VENDAS DE ATIVOS | 96

3 ENERGIA RENOVÁVEL E BIOCOMBUSTÍVEIS | 97

4 FINANCIAMENTO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS – SETOR TRANSPORTES | 98

5 MAIS INVESTIMENTOS – SETOR PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO | 100

6 INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DOS TRANSPORTES – PLANEJAMENTO | 101

7 MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS | 102

8 MOBILIDADE URBANA | 102

9 SANEAMENTO | 105

10 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL | 107

11 PROGRAMA INTEGRAÇÃO DE BACIAS | 110

12 PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – PLANO NOVO CHICO | 112

EIXO SOCIAL E CIDADANIA | 115

1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA | 115

1.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA | 115

1.2 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 118

1.3 ESTRATÉGIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA | 119

2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL | 120

3 PRIMEIRA INFÂNCIA | 122

4 ABASTECIMENTO E ACESSO REGULAR À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL | 124

5 PROGRAMA BOLSA VERDE | 125

6 EDUCAÇÃO BÁSICA | 126

6.1 PRÉ-ESCOLA E EDUCAÇÃO INFANTIL | 126

6.2 ALFABETIZAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL | 126

6.3 TEMPO INTEGRAL – ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO | 127

6.4 ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE | 128

7 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR | 130

8 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR | 131

8.1 UNIVERSIDADES FEDERAIS | 131

8.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E BOLSAS | 131

8.3 NOVO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL | 132

9 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO | 132

9.1 MAIS MÉDICOS | 132

9.2 OFERTAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | 133

9.3 E-SAÚDE | 134

9.4 ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA | 136

9.5 ATENÇÃO DOMICILIAR | 136

10 INFRAESTRUTURA EM SAÚDE | 137

10.1 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | 137

10.2 UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO | 138

10.3 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA | 138

11 PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS | 140

11.1 DOENÇAS TRANSMITIDAS PELO AEDES AEGYPTI | 140

12 DIREITOS HUMANOS | 146**13 ACESSIBILIDADE | 148****14 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES | 149****15 POVOS INDÍGENAS | 151****16 PROGRAMA IDENTIDADE JOVEM | 155****17 PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL | 156****18 ESPORTE E INCLUSÃO SOCIAL | 157****19 INFRAESTRUTURA ESPORTIVA | 158****20 OLIMPÍADAS E PARALIMPÍADAS | 159****21 CULTURA | 166**

21.1 VALE-CULTURA | 166

21.2 LEI ROUANET | 166

21.3 AUDIOVISUAL | 167

EIXO O BRASIL E O MUNDO | 170

- 1 UNIVERSALISMO DAS RELAÇÕES EXTERIORES | 170
- 2 FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL | 173
- 3 DIPLOMACIA MULTILATERAL E PARTICIPAÇÃO NOS GRANDES DEBATES DA ATUALIDADE | 179
- 4 EXPANSÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR | 182
- 5 COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR E TEMAS MIGRATÓRIOS | 187
- 6 COOPERAÇÃO TÉCNICA, HUMANITÁRIA E EDUCACIONAL | 190
- 7 SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS, INTELIGÊNCIA E DEFESA | 192

EIXO GESTÃO PÚBLICA | 196

- 1 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO | 196
 - 1.1 CULTURA DE INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA | 198
- 2 GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NAS ESTATAIS | 203
- 3 SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E REVISÃO DA DESPESA PÚBLICA | 205
 - 3.1 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA COMPRA DIRETA DE PASSAGENS | 209
 - 3.2 APOIO À CRIAÇÃO DE ODPS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DE TRIBUNAIS DE CONTAS | 211
 - 3.3 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS | 211
- 4 BRASIL EFICIENTE | 212
 - 4.1 PLATAFORMA DE CIDADANIA DIGITAL | 212
 - 4.2 ESOCIAL | 214
 - 4.3 CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL | 216
 - 4.4 REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS EM ESTOQUE | 216
 - 4.5 REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS | 216
 - 4.6 PROJETOS PARA A SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA | 217
 - 4.7 AGENDAMENTO DE CONSULTAS NA ATENÇÃO BÁSICA DO SUS | 218
- 5 OUTRAS INICIATIVAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO | 219

6 TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | 221

6.1 PRÓ-ÉTICA | 221

6.2 SISTEMA DE PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES | 222

6.3 FORTALECIMENTO DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS | 222

6.4 3ª INSTÂNCIA RECURSAL DE TRANSPARÊNCIA | 223

6.5 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 223

7 MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO | 223

7.1 COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO OU À OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES | 223

7.2 LEI Nº 12.846, DE 2013, E MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO | 224

7.3 COMBATE AO TERRORISMO E SEU FINANCIAMENTO | 225

8 COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS | 227

8.1 OPERAÇÕES DO PODER EXECUTIVO DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS | 227

8.2 FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | 230

9 PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA | 232**10 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO | 234****11 ACESSO À JUSTIÇA | 237****ANEXO | 238**

RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO E A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS (ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

LISTA DE QUADROS – BOX DESTAQUES

AUMENTAM RECURSOS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO EM 2017 | **24**

REVISÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA E INVALIDEZ | **33**

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL | **56**

TURISMO | **77**

RESULTADOS PRÁTICOS DO PPI | **81**

LEILÕES DE AEROPORTOS, RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS | **86**

LEILÕES BILIONÁRIOS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM 2017 | **95**

RETOMADA DE OBRAS PARALISADAS | **112**

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | **117**

NOVO ENSINO MÉDIO | **129**

REDUZIR A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE | **139**

PROVIDÊNCIAS PARA O COMBATE DO ZIKA VÍRUS EM 2017 | **144**

O LEGADO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS | **162**

MERCOSUL | **174**

COMBATE A IRREGULARIDADES EM BUSCA DE ECONOMIA | **207**

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO | **225**

COMBATE À IMPUNIDADE – EQUIPES DE TRABALHO REMOTO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO | **226**

PROJETO-PILOTO DA AGU PARA A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO | **235**

APRESENTAÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me respeitosamente a Vossas Excelências para, em cumprimento à Constituição Federal, transmitir mensagem nesta abertura da sessão legislativa.

Quer o mandamento constitucional que o Presidente da República exponha ao Congresso Nacional a situação do País e sugira providências para o ano que se inicia.

Expor a conjuntura que herdamos não comporta meias-palavras: o Brasil atravessa uma crise.

Porém, se isso é verdade, não é menos verdade que nosso País agora tem rumo. Rumo que, como não pode deixar de ser numa democracia, vem sendo construído com os esforços de todos. Vem sendo construído com diálogo franco, aberto, desarmado, livre de preconceitos e de dogmatismos. Esse é o método de nosso Governo.

Ao longo dos últimos meses, pudemos apresentar diagnósticos que refletem, com objetividade e sem voluntarismos, a situação do País. Pudemos articular propostas que já começaram a ser implementadas e a dar resultados. Mas, sobretudo, pudemos ouvir a todos e restaurar a harmonia e o respeito entre o Executivo e o Legislativo.

O Congresso Nacional, agora como em outros momentos, tem sabido estar à altura das graves circunstâncias que enfrentamos. O Poder Legislativo foi, é e continuará a ser protagonista da obra coletiva que é a recuperação do Brasil.

Obra coletiva que envolve, necessariamente, União, Estados e Municípios. Estamos fortalecendo o espírito federativo. Políticas que atendam aos anseios dos brasileiros demandam, na diversidade que é nossa marca, a convergência de propósitos e de ações dos entes federados. Somos todos agentes públicos a serviço do cidadão.

Nossa missão conjunta, que une brasileiros de todos os quadrantes e forças políticas de todos os matizes, é superar a maior crise de nossa história. Uma crise econômica, de origem essencialmente fiscal, que se traduziu em expressiva retração de nosso Produto Interno Bruto nos últimos dois anos. Uma crise social, cuja face mais dramática é o desemprego de milhões de trabalhadores. E uma crise política, que ecoa no clamor por padrões éticos mais elevados e rigorosos na vida pública.

A crise tem múltiplas dimensões – mas o Brasil é maior que todas elas. Nosso passado mostra que sabemos caminhar juntos, para além de diferenças conjunturais. A nossa é uma história de superação.

Se, ao expormos a situação do Brasil, a palavra crise é inevitável, ao apresentarmos o caminho para o futuro, o termo-chave é reforma.

É hora de encarar sem rodeios as grandes reformas de que o Brasil precisa. Reformas vitais para restaurar a credibilidade que traz investimentos, que gera empregos. Reformas cruciais para que tenhamos um Estado eficiente, que assegure oportunidades para todos. Um Estado que corresponda às legítimas expectativas do cidadão.

Em 2016, demos importantes passos para avançar na agenda de reformas.

Com o teto de gastos públicos, imunizamos o Brasil contra o populismo fiscal. O teto é medida de bom senso, que vem de constatação singela: não podemos gastar mais do que nossa capacidade de pagar. Contas desequilibradas ameaçam a saúde, ameaçam a educação, ameaçam todas as políticas públicas.

Com a lei de responsabilidade das estatais, mérito e capacidade técnica passaram a prevalecer na direção das empresas que são patrimônio de todos os brasileiros. Com a nova lei do pré-sal, devolvemos racionalidade ao setor de petróleo e gás. Com o Projeto Crescer, estamos reformulando nosso modelo de concessões para introduzir previsibilidade, estabilidade e segurança jurídica.

Mas a agenda de reformas essenciais para o Brasil não se esgotou no último ano. Ainda temos muito a fazer juntos, e precisaremos do apoio continuado de Vossas Excelências.

Das missões que temos diante de nós, a mais premente é salvar a Previdência Social. O Governo encaminhou ao Congresso proposta de reforma séria e consequente. Sabemos todos que o assunto é sensível – mas é inadiável. Hoje, as contas da Previdência simplesmente não fecham, e a realidade demográfica se impõe. A reforma é fundamental para garantir as aposentadorias de amanhã, para garantir futuro mais seguro para nossos jovens. E é fundamental, desde logo, para a solidez das contas públicas, para a credibilidade da economia, para novos investimentos, para a geração de empregos.

Empregos permanecem nossa obsessão. Por isso a prioridade que também atribuímos à readequação trabalhista. Precisamos de regras mais ajustadas à economia contemporânea. Não se trata, em absoluto, de suprimir direitos, que são sagrados. Trata-se de modernizar as normas que regem as relações de trabalho e liberar o potencial produtivo do País.

Potencial produtivo que se beneficiará, também, de autoridades reguladoras verdadeiramente autônomas. A lei geral das agências reguladoras, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, dará aos agentes econômicos parâmetros mais claros e racionais para investir. Criará condições aprimoradas para o Brasil crescer.

Em tudo, o que nos anima é um inequívoco compromisso social.

Daí as reformas em que estamos engajados.

Daí, também, nossa atenção prioritária àqueles em situação de vulnerabilidade. Revalorizamos o Bolsa Família. Retomamos o Minha Casa, Minha Vida. Aumentamos os recursos destinados à saúde no Orçamento de 2017. Lançamos o Criança Feliz e o Cartão Reforma. Renovamos o financiamento estudantil. Prestigiamos as ações de combate à seca no Nordeste e de mitigação de seus efeitos.

Um Brasil mais próspero e menos desigual depende, ainda, de educação de qualidade. Essa é a convicção que nos levou a aumentar também os recursos destinados à educação em 2017. Essa é a convicção que nos move na reforma do Ensino Médio. A maior riqueza do País está na variedade de talentos e vocações

de nossos jovens. É preciso reconhecer as diferenças e fazer florescer o potencial individual de nossos estudantes. Só assim formaremos melhores profissionais. Só assim formaremos melhores cidadãos.

Mas a cidadania não será plena se não vivermos em segurança. O crime no Brasil atingiu escala inaceitável. Não podemos tolerar a banalização da violência. Muitas prisões converteram-se em espaços de barbárie e de atuação desimpedida do crime organizado. O fenômeno é grave e exige resposta inteligente e articulada. O Plano Nacional de Segurança que propusemos incorpora esse pressuposto. Contempla a convergência de propósitos entre os três Poderes, entre a União e os Estados, entre o Brasil e seus vizinhos. Contém metas específicas em áreas prioritárias, como o combate à violência contra a mulher.

Tantos e tamanhos desafios ganham em complexidade num mundo que, interconectado, tem nas incertezas sua marca distintiva. As soluções que buscamos não podem prescindir de ação externa que efetivamente reflita os valores e os interesses da sociedade a que servimos.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Cada momento histórico traz suas batalhas.

Em nossas trajetórias políticas, lutamos pela democracia e vencemos. Lutamos contra a espiral inflacionária e conquistamos uma moeda estável. Lutamos por direitos sociais e progredimos. Agora, estamos lutando contra o descontrole fiscal, contra a recessão, contra o desemprego. Não tenhamos dúvida de que superaremos mais esta etapa.

Em 2016, a verdade triunfou sobre o ilusionismo. Em 2017, a confiança triunfará sobre o desânimo.

O Brasil não começou ontem. Somos produto de longa História – História que nunca se encerra e que, hoje, cabe a nós escrever.

Muito obrigado.

Michel Temer
Presidente da República

EIXO ECONÔMICO

1 PANORAMA ECONÔMICO

O ano de 2016 trouxe muitos desafios. A economia brasileira atingiu o ponto mais severo de sua crise, explicitando a inegável necessidade de atacar e corrigir seus desequilíbrios. A pronta ação do novo Governo tem sido fundamental para reencontrar o caminho do crescimento, da geração de emprego e renda e, conseqüentemente, da busca do bem-estar social e da recuperação da prosperidade das famílias brasileiras. Neste sentido, o segundo semestre do referido ano trouxe boas notícias com a convergência da inflação para a meta, a retomada da confiança dos agentes econômicos e a melhora das expectativas de mercado, além do anúncio de importante conjunto de medidas, de caráter estruturante, que o atual Governo encaminhou ao Congresso Nacional, debateu com a sociedade e aprovou – sucesso notável, considerando-se os poucos meses de gestão.

A atual crise da economia brasileira, cujo efeito mais grave é a destruição líquida de postos de trabalho, decorre da condução, nos últimos anos, de uma política econômica que se mostrou equivocada, incapaz de equacionar os problemas nacionais, trazendo novamente ao País uma realidade que combinava retração econômica, inflação alta e descontrole fiscal. Ao postergar o ajuste necessário, comprometeu o resultado fiscal, o que acabou por agravar o quadro recessivo ao gerar incertezas quanto à sustentabilidade das contas públicas e da dinâmica da dívida. Ao aumentar a intervenção estatal

sobre o setor produtivo, reduziu a eficiência e gerou distorções na economia. O enfoque excessivo no estímulo ao consumo agravou o quadro de poupança insuficiente da economia brasileira. A inflação elevada trouxe o receio de um processo inflacionário descontrolado e de implicações adversas sobre a eficiência e o crescimento econômico. As tentativas de conter a inflação com controle de preços administrados geraram desincentivos ao investimento e descapitalização de empresas.

Nesse contexto, o desempenho econômico em 2016 foi comprometido pela profunda crise de confiança que prevaleceu nos primeiros meses do ano. A incerteza política somou-se à indefinição sobre os rumos da economia, afetando significativamente as decisões de consumo e investimento dos agentes econômicos. Com isso, houve deterioração dos indicadores econômicos. Ainda em janeiro, a taxa de câmbio atingiu o nível de R\$ 4,16 por dólar. O CDS (*Credit Default Swap*) de cinco anos, um dos principais indicadores de risco-país, que reflete o risco de insolvência, superou o patamar de 500 pontos-base, comparável ao registrado no decorrer da crise financeira de 2008. O Ibovespa atingiu 37.497 pontos, o menor valor também desde 2008.

Os índices de confiança dos agentes do lado real da economia também atingiram os níveis mais baixos das respectivas séries com ajuste sazonal entre agosto de 2015 e abril de 2016. Empresários perderam a confiança na capacidade de recuperação, adiando investimentos e, diante das incertezas quanto à manutenção do emprego e da renda, consumidores mostraram-se reticentes em manter o consumo. A confiança do setor de construção civil atingiu, em fevereiro de 2016, o menor valor da série histórica (66,6). O setor de serviços registrou, em setembro de 2015, sua mínima histórica (66,4) e manteve-se próximo a este patamar no restante daquele ano. A confiança do comércio recuou para o patamar mínimo da série (65) em dezembro de 2015, ou queda de 25,9% antes de dezembro de 2014. A confiança da indústria chegou ao seu menor valor ainda em agosto de 2015 (73,5), mantendo-se sem elevação considerável ao menos até abril de 2016. Por fim, a confiança do consumidor atingiu seu mínimo (64,4) em abril de 2016, expressiva queda de 25,6% em relação ao fim de 2014. Este foi o cenário de forte deterioração de expectativas dos setores produtivos recebido pelo atual Governo.

O País tem enfrentado a recessão mais intensa já registrada na história. O PIB brasileiro, em 2016, deve mostrar decréscimo real pelo segundo ano consecutivo. Nos últimos quatro trimestres encerrados em setembro, a economia registrou contração de 4,4% (em relação aos quatro trimestres anteriores).

Pelo lado da demanda, o desempenho negativo de consumo das famílias (-5,2%), gastos do Governo (-0,9%), investimento agregado (-13,5%) e importações de bens e serviços (-14,8%), mais do que superou a contribuição positiva das exportações (+6,8%). Pelo lado da oferta, a retração foi verificada em todos os setores da economia: agropecuária (-5,6%), indústria (-5,4%) e serviços (-3,2%). A Pesquisa Focus, de 6 de janeiro de 2017, do Banco Central, indicou, naquela data, estimativa de retração de 3,49% da economia em 2016, com posterior recuperação de 0,5% em 2017.

A indústria acumulou queda de 7,45% nos 12 meses encerrados em novembro de 2016. Vale destacar que esse movimento de queda na indústria vem desde o primeiro semestre de 2014. No comércio, a situação não é diferente, com o varejo ampliado apresentando baixas em 12 meses desde março de 2015, acumulando retração de 9,1% nos 12 meses encerrados em novembro. Finalmente, a recessão afetou o setor de serviços, geralmente mais resiliente, que passou a recuar desde junho de 2015, atingindo queda de 5% do volume de serviços em 12 meses até novembro de 2016. Por fim, a atividade agrícola foi afetada por efeitos climáticos adversos que resultaram na quebra da safra de importantes lavouras, como soja e milho, e acarretando na redução sistemática da estimativa da safra de 2016, com queda de 12,2%, no ano ante a safra de 2015.

A recessão impactou o mercado de crédito brasileiro, que contraiu, em 2016, com empresas e famílias buscando reduzir suas dívidas. No ano, até novembro, o saldo total das carteiras de crédito recuou 3,6%, reduzindo-se também como proporção do PIB, passando de 53,7%, em dezembro de 2015, para 49,5%, em novembro de 2016. Os saldos de crédito livre e direcionado registraram, no ano, até novembro, quedas de 5,4% e 1,7%, respectivamente.

As concessões de crédito apresentaram queda de 8% no acumulado em 12 meses até novembro de 2016. Para créditos livres, as concessões recuaram 6% considerando a mesma base de comparação. Já o crédito direcionado caiu 22,3%. As taxas de juros médias alcançaram 33,3% a.a. em novembro de 2016, sendo 53,9% a.a. para o crédito livre e 10,6% a.a. em operações de crédito direcionado.

O mercado de trabalho, que é afetado de maneira defasada pela atividade econômica, mostrou deterioração ao longo do ano. A taxa de desocupação no trimestre de setembro a novembro de 2016, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua, registrou 11,9%, apresentando elevação em comparação aos 9% do mesmo período de 2015 e aos 6,5% em igual

período de 2014. A taxa de desemprego cresceu principalmente entre o trimestre findo em janeiro de 2016 e o finalizado em abril de 2016, quando passou de 9,5% para 11,2%. A população mais afetada pela crise econômica é a população jovem de 18 a 24 anos, com desemprego de 26,3% no primeiro semestre de 2016. O rendimento médio real da população ocupada ficou praticamente estável no trimestre de setembro a novembro em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a massa salarial caiu 2% na mesma base de comparação.

A crise de confiança e a deterioração das contas fiscais são elementos essenciais para entender o contexto econômico. Desde o início da década de 1990, houve tendência ascendente das despesas primárias em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB): a despesa primária do governo central passou de 14% do PIB, em 1997, para 19,3%, em 2015. Por outro lado, a receita primária líquida das transferências obrigatórias passou de 14,2% do PIB para 17,4% no mesmo período, tendo alcançado 20,2%, em julho de 2010, e registrado tendência de queda desde então, intensificada ao fim de 2014. Como consequência, desde 2012, as contas públicas já sinalizavam desequilíbrio estrutural com redução gradativa do superávit primário. Ao fim de 2014, o governo central passou a registrar déficit que alcançou 1,9% do PIB, em 2015. Da mesma forma, a dívida pública bruta iniciou trajetória explosiva, saltando de 51,3% do PIB, em 2011, para 70,5%, em novembro de 2016.

O desequilíbrio fiscal é prejudicial ao País, não só por reduzir o espaço orçamentário necessário para as políticas públicas mais prioritárias, essenciais para o desenvolvimento social inclusivo, mas também por capturar parte da poupança privada, interna e externa – esta última refletida no déficit em transações correntes, impedindo sua canalização para o investimento produtivo.

A solução para o problema virá da implementação do novo quadro de política fiscal, capaz de controlar o crescimento contínuo da despesa e mitigar a rigidez orçamentária. Resolvendo essa questão, o Brasil estará pronto para entrar em novo ciclo de desenvolvimento econômico com inclusão social, o qual resultará na volta da geração de empregos, na recuperação da renda e na contínua melhoria da qualidade de vida das famílias.

O Governo está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para a dívida pública. A nova agenda de políticas públicas baseia-se em disciplina fiscal, na melhoria do ambiente de negócios, aumento da produtividade

e da competitividade do setor produtivo, no aperfeiçoamento do marco regulatório, na promoção do investimento privado e no aumento da poupança interna.

Com o estabelecimento da nova agenda econômica do Governo, o tripé fiscal-monetário-cambial da política econômica foi fortalecido, e as incertezas sobre o País foram gradualmente se dissipando. A confiança dos agentes econômicos e as expectativas de mercado reagiram de acordo. Em dezembro de 2016, a confiança da indústria já registrava crescimento de 9,4% em relação a abril e a do consumidor alta de 13,8%, de acordo com as séries com ajuste sazonal da FGV. Os indicadores de risco-país recuaram substancialmente, com o CDS de cinco anos alcançando queda de 22,64% em dezembro ante maio de 2016. O índice Ibovespa, que pode ser entendido como um reflexo da confiança no potencial das empresas brasileiras, também saltou em relação a maio, com valorização de 24,25% do índice em dezembro de 2016.

Com efeito, o combate ao processo inflacionário, por meio de uma política econômica consistente e crível, foi uma das conquistas do novo Governo. A inflação elevada gera distorções econômicas e efeitos adversos sobre o bem-estar, principalmente, da população de mais baixa renda, ampliando a desigualdade social. Por isso, a redução do IPCA de 10,67%, em 2015, para 6,29%, em 2016, abaixo do teto da meta de inflação estipulada para o ano, deve ser vista no contexto de um compromisso com a estabilidade econômica, com o desenvolvimento do País e com a busca da recuperação do emprego e da renda.

Com o processo de convergência da inflação à meta, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica Selic pela primeira vez desde outubro de 2012. A trajetória de redução dos juros, e, portanto, do custo do crédito, trará efeitos positivos sobre as finanças das famílias e das empresas, permitindo recuperação mais célere do consumo, da produção e do investimento.

Outro resultado da política econômica foi a consolidação do ajuste nas contas externas brasileiras. O déficit em transações correntes foi reduzido de 3,32% do PIB, em 2015, para -1,30%, em 2016, com o superávit da balança comercial de US\$ 47,7 bilhões, em 2016, ante US\$ 19,7 bilhões, em 2015. Este resultado foi alcançado juntamente com a valorização de 16,5% do real frente ao dólar norte-americano no ano, em linha com a melhora na confiança dos investidores externos nos fundamentos do País.

2 NOVO REGIME FISCAL

A deterioração das contas públicas nos últimos anos, que culminará com a geração de déficit nominal de cerca de R\$ 170,5 bilhões, em 2016, determinou aumento sem precedentes da dívida pública federal. Como consequência desse desarranjo fiscal, destaca-se, mais uma vez, a perda de confiança dos agentes econômicos, traduzida nos elevados prêmios de risco, e nas altas taxas de juros que deprimem os investimentos e comprometem a capacidade de crescimento e geração de empregos da economia.

A raiz do problema fiscal do Governo Federal está no crescimento acelerado da despesa pública primária. No período 2008-2015, essa despesa cresceu 51% acima da inflação, enquanto a receita evoluiu apenas 14,5%. Mostra-se necessário, portanto, estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública. Esse é o objetivo do Novo Regime Fiscal.

O Novo Regime Fiscal insere-se no contexto de necessidade de mudança na trajetória das contas públicas, fundamental para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. Traduz-se, portanto, em um caminho sólido para a recuperação da confiança, que será o indutor da volta do crescimento, da geração de empregos e da recuperação da renda.

A proposta do Governo Federal para reverter a trajetória de crescimento insustentável dos gastos públicos baseia-se na criação de um limite para o crescimento da despesa primária total (isto é, a despesa não financeira) do governo central.

O Novo Regime Fiscal estabelece que, a partir de 2017, as despesas primárias da União fiquem limitadas ao que foi gasto no ano anterior corrigido pela inflação. Ou seja, em 2017, a despesa em termos reais (isto é, descontada a inflação) ficará igual à realizada em 2016. O fator de correção estabelecido para o ano de 2016 foi fixado em 7,2% (estimativa do IPCA para o ano de 2016 na época do envio da proposta ao Congresso Nacional). De 2018 em diante, o limite de gasto do exercício será o teto do

gasto do ano anterior acrescido da inflação (medida pelo IPCA) acumulada em 12 meses encerrados em junho do ano anterior.

A gravidade da situação fiscal do País exige um prazo suficientemente longo de contenção de despesas para garantir uma recuperação consistente e duradoura do equilíbrio fiscal. Assim, o Novo Regime Fiscal vigorará por 20 anos. Esse prazo reforça o caráter estrutural da medida e permite a tomada de decisões de investimento de longo prazo num contexto de estabilidade e previsibilidade macroeconômica.

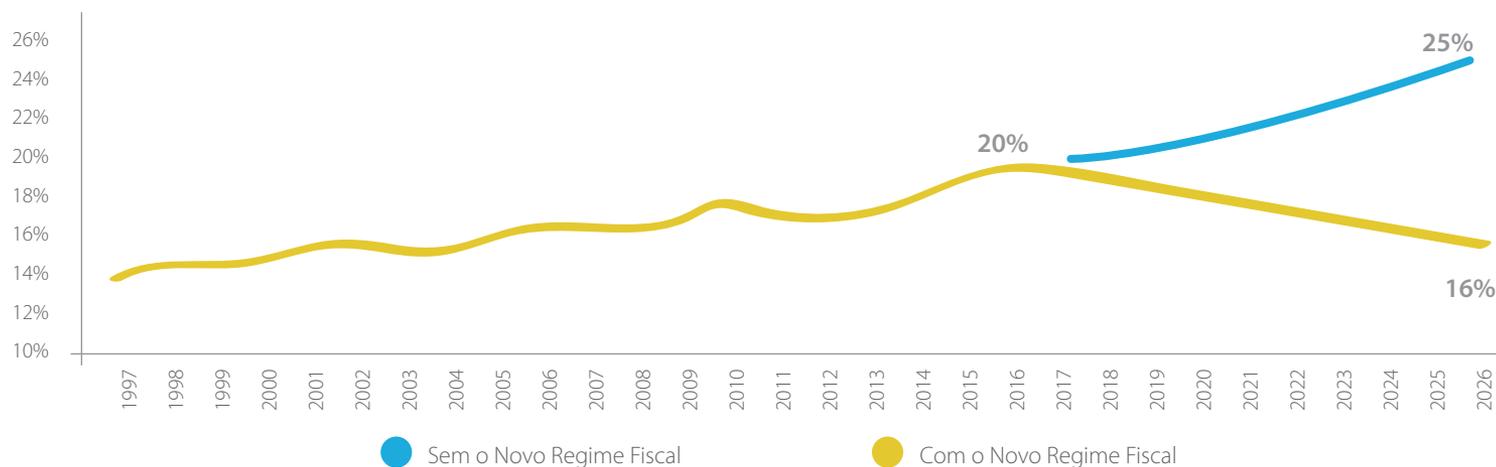
A opção do Governo por um prazo maior para viabilizar um ajuste gradual, permitirá uma redução suave da despesa como porcentagem do PIB nos dez primeiros anos de vigência do Regime, como fica evidenciado no gráfico a seguir. A opção por ajuste mais rápido exigiria a adoção de medidas extremas, como por exemplo a demissão de servidores e a abrupta extinção de programas.

Após os dez primeiros anos de ajuste, a cada mandato presidencial, o Poder Executivo poderá apresentar projeto de lei complementar propondo novo critério de correção do limite de despesa para vigorar a partir do décimo ano.

O Novo Regime Fiscal fará com que a despesa volte aos níveis de 2008, ano em que o resultado primário (superávit) do governo central alcançou 2,3% do PIB e a dívida pública estava sob controle. A manutenção da atual trajetória de gastos e uma não disciplina fiscal, por sua vez, faria com que a despesa primária total do governo central alcançasse 25% do PIB, em 2026. Recobrar o equilíbrio fiscal com este nível de despesa exigiria aumentos significativos e recorrentes na carga tributária, ou um nível de crescimento econômico praticamente impossível de ocorrer.

O equilíbrio fiscal por meio de aumento de impostos é uma opção pior ao controle das despesas, pois sobrecarrega as empresas e as famílias, reduzindo o potencial de crescimento da economia. A estabilização da dívida sem um ajuste fiscal, por sua vez, exigiria um crescimento do PIB da ordem de 8% a.a. até 2025. Importante enfatizar que na ausência de consolidação fiscal, a economia não retomaria o crescimento sustentado.

Despesa primária total do governo central com e sem o Novo Regime Fiscal (% do PIB)



Fonte: 1997 a 2016: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). 2017 a 2016: Simulações do Ministério da Fazenda.

Desse modo, reitera-se que o controle da expansão da despesa primária é fundamental para reduzir a despesa financeira, pois permite ao Governo financiar sua dívida com uma taxa de juro menor. Ao buscar adequar suas despesas às receitas auferidas, o Governo sinaliza para os detentores de títulos públicos que os valores contratualmente estipulados nesses títulos serão honrados, possibilitando menores taxas nas novas negociações de títulos públicos.

Uma das razões para não se impor um teto para o gasto com juros deve-se ao fato do dispêndio com juros reais, isto é, juros nominais descontados da inflação, não ser uma escolha orçamentária ou ato administrativo. O Governo não controla o juro real de mercado, que determina o custo de financiamento de sua dívida.

Dentre outros benefícios, a implementação do Novo Regime Fiscal:

- aumentará previsibilidade da política macroeconômica e fortalecerá a confiança dos agentes;
- eliminará a tendência de crescimento real do gasto público, sem impedir que se altere a sua composição; e

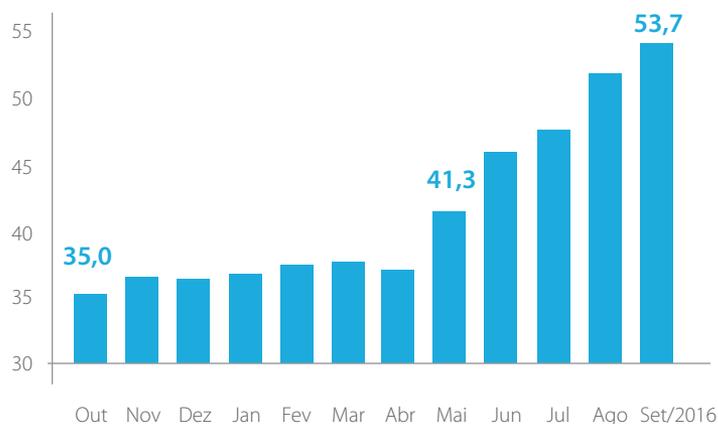
- reduzirá o risco-país e, assim, abrirá espaço para redução estrutural das taxas de juros.

Numa perspectiva social, esta medida alavancará a capacidade da economia de gerar empregos e renda, bem como estimulará a aplicação mais eficiente dos recursos públicos. Contribuirá, portanto, para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Alguns dos benefícios decorrentes do Novo Regime Fiscal ficaram evidentes antes mesmo de sua aprovação. Como demonstram os gráficos, o Índice de Confiança do Empresariado Industrial disparou, e a percepção de risco do País caiu de forma consistente.

Índice de Confiança do Empresariado Industrial e Risco – Brasil

Índice de confiança do empresariado industrial



Fonte: CNI.

Risco Brasil (Credit Default Swap – CDS)



Fonte: Bloomberg.

O Novo Regime Fiscal proposto estabelece tetos para a despesa primária de todos os Poderes para um período de 20 anos, sendo possível, contudo, a revisão da regra de correção dos limites após o décimo ano de sua vigência. Os limites se baseiam na despesa paga em 2016, sendo corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As áreas de saúde e educação terão seus pisos também corrigidos pela inflação, o que garante a não compressão dessas despesas.

Aumentam recursos para saúde e educação em 2017

A promulgação da Emenda Constitucional 95, a partir da aprovação da PEC 55, garantirá aumento do gasto mínimo em cerca de R\$ 10 bilhões para a saúde em 2017. Pela regra constitucional atual, esse gasto mínimo seria de 13,7% da Receita Corrente Líquida (R\$ 104 bilhões). Com o Novo Regime Fiscal, o gasto mínimo com saúde em 2017 sobe para R\$ 114 bilhões, equivalente a 15% da Receita Corrente Líquida. Para educação, em 2017 o valor mínimo (piso) será calculado pela regra atual: 18% da receita de impostos e, líquida, de transferências a Estados e Municípios (R\$ 51 bilhões). A despesa total em educação, portanto, excede o gasto mínimo em R\$ 32 bilhões, totalizando mais de R\$ 83 bilhões.

A partir de 2018, os gastos mínimos com saúde e educação passarão a ser corrigidos pela inflação (medida pelo IPCA), e não mais pela variação da receita. Nada impede que o Poder Executivo proponha valores acima do piso, ou que o Congresso aumente o valor proposto pelo Executivo para esses setores, desde que reduza despesa em outra área pertencente ao Poder Executivo.

Adicionalmente, o Novo Regime Fiscal contribuirá sobremaneira para o aperfeiçoamento do processo orçamentário ao vincular a execução orçamentária à financeira. O realismo orçamentário do Novo Regime estimulará a necessidade de realizar uma avaliação prévia quando forem propostas novas despesas e o planejamento da execução orçamentária e financeira, ficando claro para o gestor público o que ele, de fato, pode gastar e tornando necessário que se elejam realmente prioridades.

A PEC prevê diversas vedações para aumento de despesas em caso de descumprimento dos limites. Por outro lado, caso o resultado primário alcançado em determinado ano ultrapasse o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), também é permitido que os recursos excedentes sejam direcionados para pagamento dos Restos a Pagar (RAP) inscritos até dezembro de 2015. Outra possibilidade é a de compensação, pelo Poder Executivo, de eventual excesso da despesa primária dos demais Poderes nos três primeiros anos do Novo Regime (fixado em 0,25% do limite do Executivo).

Em resumo, com a promulgação da Emenda Constitucional 95, o quadro na saúde é o seguinte:

- Não há teto específico para despesa com saúde. Há um piso mínimo;
- Pela regra constitucional atual, esse gasto mínimo seria de 13,7% da Receita Corrente Líquida, R\$ 104 bilhões. Com a Emenda Constitucional nº 95, o gasto mínimo sobe para R\$ 114 bilhões, equivalente a 15% da Receita Corrente Líquida. Aumento do gasto mínimo de aproximadamente R\$ 10 bilhões em 2017;
- A partir de 2018, o gasto mínimo com saúde passará a ser corrigido pelo IPCA;
- O Poder Executivo pode propor um valor acima do piso;
- A nova regra protegerá a saúde de ter seu piso de gastos reduzido em momentos de contração da economia e de queda da receita;
- A regra vale para dez anos, repactuando-se o ritmo de crescimento da despesa no 10º ano; e
- A PEC só se aplica aos gastos do Governo Federal.

E na educação:

- Não há teto específico para despesa com educação. Há um piso mínimo igual ao valor constitucional para 2017 e, a partir de 2018, atualizado pela inflação; e
- Mais de 70% da despesa pública com educação não está sujeita aos limites estabelecidos pela PEC.
- Estão fora do limite da PEC os seguintes gastos federais:
 - as complementações da União ao Fundeb (R\$ 12 bilhões/ano);

- o Fies (despesa financeira de cerca de R\$ 20 bilhões por ano); e
- o Prouni (renúncias tributárias).
- Com a aprovação da PEC e a consequente recuperação da economia, Estados e Municípios terão mais receitas para aplicar em educação.

Desse modo, além de estabilizar a crise econômico-fiscal por que passa o País, o Novo Regime também reduzirá a pressão para aumento da carga tributária, mitigará o efeito cíclico das despesas (reduzindo o endividamento público) e, como consequência, aumentará a confiança dos investidores na sustentabilidade da política fiscal.

É importante ressaltar que o Novo Regime Fiscal não é uma reforma completa, e sim o início da reforma. Ele não impõe uma restrição fiscal nova, mas apenas explicita uma restrição que sempre existiu e que, ao ser sistematicamente desrespeitada nos últimos anos, resultou em aumento do endividamento e da inflação, com impacto negativo sobre o crescimento econômico. Portanto, será preciso um forte trabalho tanto na reforma do gasto quanto na melhoria da sua qualidade. Diversos outros programas públicos já estão sendo avaliados, visando maior eficiência e economia, sendo objeto de reformas que serão suficientes para manter a despesa dentro do limite fixado pelo regime.

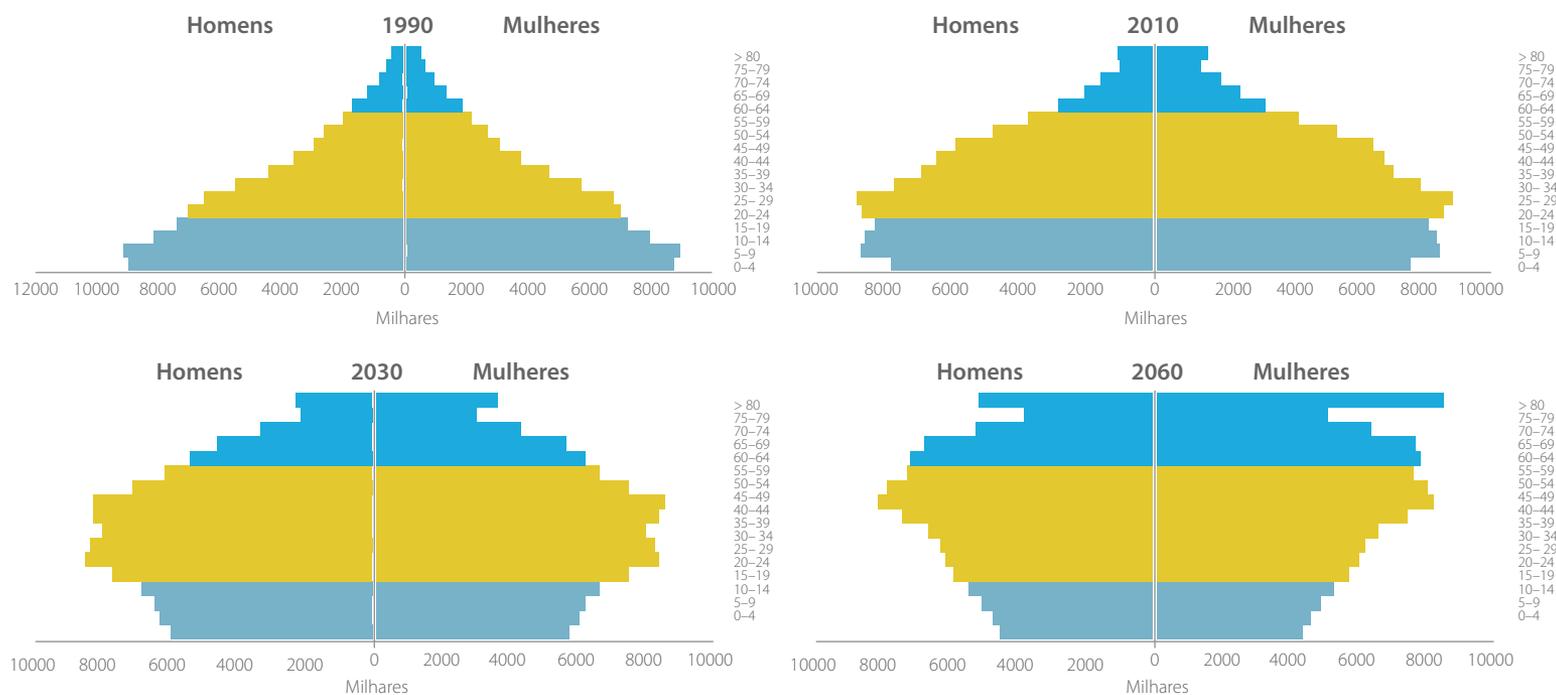
3 REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Reforma da Previdência é a segunda etapa entre os ajustes estruturais que o Brasil precisa promover, além da implantação do Novo Regime Fiscal para garantir a consolidação fiscal e retomada do crescimento, a geração de empregos e a recuperação da renda dos indivíduos.

Embora seja tema sensível, pois afeta milhões de brasileiros, é questão premente, uma vez que postergar a Reforma significa colocar em risco as aposentadorias e os demais benefícios sociais que são direitos dos cidadãos. Assim, a Reforma é urgente e necessária. Eis algumas razões:

- As projeções populacionais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2060, o Brasil terá 131,4 milhões de pessoas em idade ativa – compreendida entre 15 e 64 anos de idade –, representando uma população menor do que os atuais 140,9 milhões de pessoas nesta faixa etária.

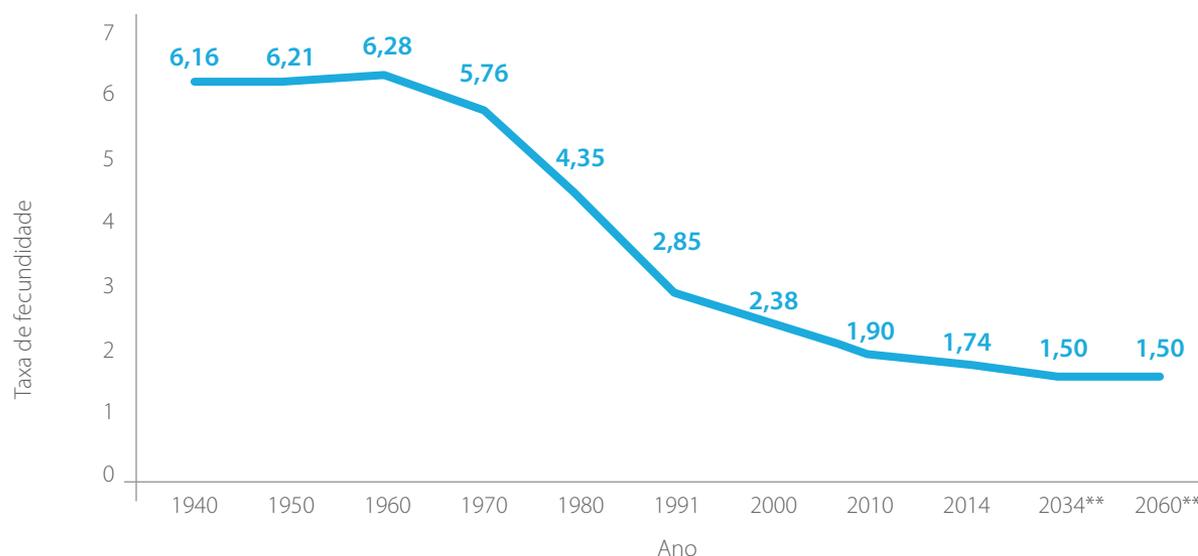
Pirâmides etárias: 1990 / 2010 / 2030 / 2060



Fonte: IBGE. Elaboração SP/MS/MTPS.

- Nesse mesmo período, estima-se que o número de idosos com 65 anos ou mais de idade crescerá 262,7%, alcançando 58,4 milhões em 2060. Ou seja, a evolução demográfica aponta para uma maior quantidade de beneficiários do sistema, recebendo benefícios por maior período de tempo, em contraponto com menor quantidade de pessoas em idade contributiva, tornando imprescindível a readequação do sistema da Previdência Social para garantir seu equilíbrio e, conseqüentemente, a sua sustentabilidade no médio e longo prazo.
- Conjugado a esse quadro, tem-se a diminuição da fecundidade, o que altera a proporção de ativos e inativos no mercado de trabalho.

Taxa de fecundidade (filhos por mulher)*



Fonte: IBGE.

* Número médio de filhos que uma mulher teria ao final de sua idade reprodutiva.

** Projetado.

Hoje, em cada grupo de dez pessoas, uma é idosa. Em 2060, em cada três, uma será idosa. Desse modo, a evolução demográfica aponta para uma maior quantidade de beneficiários, os quais, além de mais numerosos, serão mais longevos.

Esse dado é relevante porque o sistema previdenciário brasileiro é solidário ou de repartição simples. Em outras palavras, os trabalhadores da ativa pagam os benefícios daqueles que se retiraram. E essa relação também está se alterando. Em 2015, havia 11,5 cidadãos idosos para cada 100 pessoas em idade ativa. Em 2060, essa relação aumentará para 44,4.

Outra implicação: as despesas com Previdência, somente no Regime Geral de Previdência Social (INSS), estão em torno de 8% do PIB. Em 2060, na ausência de Reforma, esse percentual deve chegar a 18%, percentual de gasto que inviabilizaria a Previdência.

Uma das medidas para enfrentar essa situação seria o aumento da carga tributária, que, no entanto, tem o potencial de elevar as desigualdades. Outra opção seria a diminuição de gastos em áreas consideradas essenciais.

É relevante mencionar que, mensalmente, o Regime Geral paga cerca de 29 milhões de benefícios (aposentadorias, pensões, auxílios), o que representa aproximadamente R\$ 34 bilhões. Somando os benefícios assistenciais aos idosos e às pessoas com deficiência, esse valor passa dos R\$ 38 bilhões. A despesa cresce ainda mais se forem adicionados os pagamentos de benefícios aos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, que fazem o total se aproximar de 12% do PIB.

A Previdência precisa ser reformada, pois com os parâmetros atuais o sistema não se sustenta no curto e médio prazos. Somente no Regime Geral, o déficit, em escalada crescente somou R\$ 85,8 bilhões, em 2015; foi estimado em R\$ 148,8 bilhões, para 2016; e deve alcançar R\$ 181,3 bilhões, em 2017. Assim, a Reforma proposta não pretende acabar com o déficit imediatamente, mas tornar a Previdência sustentável de modo a garantir o pagamento dos benefícios no futuro.

Nesse sentido, é necessário levar em conta o elevado impacto do déficit e da baixa arrecadação da previdência rural (em 2015, 98% da arrecadação foi urbana e apenas 2%, rural). Faz-se urgente reorganizar o sistema no que se refere ao segurado especial (trabalhador rural, pescador artesanal e indígena), setor que concentra 32,8% do total de beneficiários, mas que apresenta alto grau de judicialização – mais de 30% das aposentadorias rurais concedidas foram decorrentes de processos judiciais.

Também se faz indispensável promover ajustes na pensão por morte, cuja despesa tem crescido substancialmente. Em 2015, essa categoria somou 26% do gasto total com benefícios.

Importante ressaltar que problemas previdenciários não são exclusivos da nação brasileira. Países ricos já tiveram de fazer ajustes profundos para enfrentar suas dificuldades nesse setor. Muitos desses países adiantaram-se e promoveram, ao longo dos últimos 30 anos, adaptações para garantir a sustentabilidade dos seus sistemas previdenciários, ou, em outras palavras, garantir que houvesse recursos para pagar os aposentados. Contudo, fazer uma reforma não é uma mera questão de copiar modelos. Cada país leva em conta as suas peculiaridades e, no Brasil, não poderia ser diferente.

A Previdência Social é uma relação de longuíssimo prazo que gera um conjunto de obrigações de ambos os lados – segurados e Governo. A Reforma da Previdência que o Governo Federal apresenta tem um objetivo claro: garantir a sustentabilidade do sistema e, conseqüentemente, cumprir aquilo que é prometido em relação aos benefícios para esta e as próximas gerações. Por esta razão, a Proposta de Emenda Constitucional em apreciação pelo Congresso Nacional leva em conta os direitos adquiridos, que são inatacáveis, e busca promover equidade, conforme pregado pela Carta Magna.

Alterações na Previdência, usualmente, envolvem as regras de elegibilidade, ou seja, condições de acesso que devem ser completadas para se ter direito aos benefícios: a fórmula de cálculo e a indexação. É importante encontrar uma harmonia entre esses pontos, tendo como meta o equilíbrio dos gastos previdenciários.

A proposta submetida ao Congresso Nacional considera três grupos distintos:

- aqueles que vão ingressar ou que já ingressaram no mercado de trabalho, mas não alcançaram a idade para entrarem nas regras de transição (mulheres acima de 45 anos e homens acima de 50 anos), para os quais as novas regras valerão integralmente, após a promulgação;
- os submetidos a regras de transição, observando-se o critério de idade; e
- os segurados que já alcançaram as condições de acesso e têm os direitos preservados conforme a legislação em vigor. Ressalta-se que nada muda para quem já recebe benefícios de aposentadoria ou pensão e que nenhum aposentado receberá menos de um salário mínimo.

Em decorrência da demora em se fazer a Reforma, não foi possível que as novas regras fossem destinadas apenas aos que ainda ingressariam no mercado de trabalho, pois os impactos positivos sobre as contas públicas, necessários para assegurar os pagamentos futuros, não ocorreriam a tempo de garantir a sustentabilidade do sistema e somente seriam percebidos em três ou quatro décadas.

Quanto à transição, esta foi pensada de modo a ser possível obter resultados da Reforma em um futuro mais próximo e, ainda, para proporcionar regras mais suaves aos segurados com maior idade e tempo de contribuição que ainda não se aposentaram. Ou seja, foram elaboradas para garantir àqueles que já estão contribuindo uma transferência mais tranquila para a nova situação.

Destaca-se, ainda, um aspecto imprescindível para alcançar o propósito da equidade: a convergência de regras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios. A Reforma propõe igualá-las, a partir de pontos de partida diferentes. É importante que se saiba que todos os direitos adquiridos serão preservados. O servidor que já implementou os requisitos poderá se aposentar pelas regras antigas quando entender conveniente.

E, a exemplo do que já ocorre na União, a PEC institui, para os Estados e os Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência para seus servidores (RPPS), o Regime de Previdência Complementar e fixa como limite máximo dos benefícios do RPPS o teto a ser pago pelo RGPS.

Diante disso, estão previstas na Reforma da Previdência as seguintes alterações, em geral:

a) Regra permanente (para homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos):

- Estabelecimento de idade mínima com acréscimo no tempo de contribuição; e
- Idade mínima passa a ser ajustável pela evolução demográfica.

b) Regra de transição (homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos):

- Pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição faltante com base na regra antiga.

c) Convergência entre os regimes e as aposentadorias diferenciadas:

- Igualar regras para homens e mulheres; trabalhadores urbanos e rurais; RGPS e RPPS.

d) Regime contributivo para o segurado especial:

- Segurados especiais passarão a ter uma contribuição mínima com alíquota diferenciada incidente sobre o salário mínimo e periodicidade regular.

e) Pensão por morte:

- Valor igual a 50% acrescido de 10% por dependente até o limite de 100%;
- Irreversibilidade das cotas entre os dependentes; e
- Vedação de acumulação com outra aposentadoria ou pensão deixada por cônjuge.

f) Demais propostas:

- Criação de Lei de Responsabilidade Previdenciária; e
- Criação de uma unidade gestora única por ente federativo.

g) Benefício de Prestação Continuada (BPC / Loas):

- Elevação da idade mínima de 65 para 70 anos;
- Regra de transição gradual, a ser definida em lei; e
- Desvinculação do valor do benefício do salário mínimo.

Assim, o objetivo da Reforma é fortalecer a sustentabilidade do sistema de Seguridade Social, por meio do aperfeiçoamento de suas regras, notadamente no que se refere aos benefícios previdenciários e assistenciais. A realização de tais alterações se mostra indispensável e urgente, para que possam ser implantadas de forma gradual, e garantam o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema.

Revisão de auxílio-doença e invalidez

A despesa do Governo Federal com auxílio-doença atingiu R\$ 23,2 bilhões em 2015, representando quase o dobro do que foi gasto em 2005 (R\$ 12,5 bilhões). Constatou-se que 839 mil pessoas, o que representa mais da metade do total dos 1,6 milhão de beneficiários, estão recebendo o benefício há mais de dois anos.

Na aposentadoria por invalidez, as despesas quase triplicaram na última década, passando de R\$ 15,2 bilhões, em 2005, para R\$ 44,5 bilhões, em 2015. A quantidade de beneficiários passou de 2,9 milhões, em 2005, para 3,4 milhões, em 2015. Mais de 93% do estoque de aposentadorias por invalidez (3,4 milhões) têm sido mantido pelo INSS há mais de dois anos. Estes são, portanto, o público-alvo inicial da revisão dos benefícios por incapacidade.

Entre setembro e o início de novembro de 2016, pouco mais de dois meses de vigência da ação do Governo, 83,5 mil cartas foram enviadas a beneficiários do auxílio-doença, sendo agendadas 43,9 mil perícias. Desse universo, foram realizadas 22,4 mil perícias, resultando em 17,8 mil benefícios cessados (79,4%), o que representa uma economia anual estimada de R\$ 292,3 milhões.

O auxílio-doença é benefício securitário e provisório, devido ao segurado que comprovar, mediante exame médico pericial a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), estar incapaz de trabalhar por motivo de doença, a partir do décimo sexto dia do afastamento de sua atividade laboral. A aposentadoria por invalidez é um benefício destinado aos trabalhadores que não podem ser reabilitados profissionalmente, de acordo com a avaliação da perícia médica do INSS. Para rever os benefícios por incapacidade, o Governo enviou ao Congresso as Medidas Provisórias 739, de 2016, e 767, de 2017, bem como o Projeto de Lei nº 6.427, de 2016.

4 MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Outra reforma estruturante promovida pelo Governo e imprescindível para a retomada do crescimento econômico e geração de empregos é a modernização da legislação trabalhista brasileira.

Apesar da evolução da qualidade do mercado de trabalho nas últimas décadas, com expressivo aumento da formalização do emprego e combate ao trabalho infantil e trabalho análogo a escravo, há cerca de 18 milhões de trabalhadores com vínculo empregatício, mas que não têm a sua Carteira de Trabalho assinada (45% do total da força de trabalho do País) e que, portanto, se encontram fora do alcance da proteção da Previdência Social. Além desses, existem ainda 12 milhões de trabalhadores desprotegidos (11,3% da força de trabalho), que se encontram fora do mercado de trabalho formal, em situação de desemprego, à espera de uma oportunidade de trabalho e renda.

Além disso, o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado por alta rotatividade, baixa produtividade e limitada utilização de jornadas alternativas de trabalho. Enquanto diversos países já têm cerca de 30% de sua mão de obra empregada em regime parcial de trabalho, no Brasil apenas 6% da força de trabalho formal utiliza este importante instituto. Assim, a legislação pode ser modernizada para ampliar as possibilidades de emprego e contratação para trabalhadores e empregadores, preservando os direitos dos empregados e, em especial, o direito à proteção em segurança e medicina do trabalho.

Nesse contexto, é relevante salientar que o Brasil vem, ao longo das últimas décadas, aprofundando o diálogo entre trabalhadores e empregadores. A Constituição Federal de 1988 é um marco nesse processo, ao reconhecer no inciso XXVI, do art. 7º, as convenções e os acordos coletivos de trabalho.

O amadurecimento das relações entre capital e trabalho vem se dando com as sucessivas negociações coletivas. Categorias como bancários, metalúrgicos e petroleiros, dentre outras, prescindem há muito da atuação do Estado para promover o entendimento entre trabalhadores e empresas. Contudo, esses pactos laborais vêm tendo sua autonomia questionada judicialmente, o que traz insegurança jurídica às partes quanto ao que foi negociado. Decisões judiciais vêm, reiteradamente, revendo as decisões firmadas por empregadores e trabalhadores, pois não se tem um marco legal claro dos limites da autonomia da norma coletiva de trabalho.

Diante desse contexto, a modernização das leis trabalhistas é importante, ao valorizar a negociação coletiva, no sentido de garantir seu alcance e dar segurança ao resultado do que foi pactuado entre trabalhadores e empregadores preservando as matérias disciplinadas por normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, normas processuais e normas que disponham sobre direitos de terceiros.

Nesse sentido, houve um esforço conjunto entre Governo, centrais sindicais, confederações patronais e Tribunal Superior do Trabalho, para propor ao Congresso Nacional as seguintes medidas modernizadoras das relações de trabalho no Brasil:

Fortalecimento da negociação coletiva

As convenções e os acordos coletivos de trabalho passarão a ter força de lei quando dispuserem dos seguintes temas:

- Parcelamento das férias: em até três vezes, com pagamento proporcional aos respectivos períodos gozados, e com pelo menos duas semanas consecutivas de trabalho entre uma dessas parcelas;
- Jornada de trabalho: o cumprimento da jornada diária poderá ser negociado, desde que respeitados os limites máximos de 220 horas mensais e de 11 horas para o interjornada;
- Pagamento da participação nos lucros em até quatro vezes (de acordo com a divulgação do balanço patrimonial e/ou dos balancetes legalmente exigidos), garantido o parcelamento mínimo em duas vezes;
- Banco de horas, garantida a conversão de horas excedentes com um acréscimo de no mínimo 50%;
- *Horas in itinere*: em locais de difícil acesso ou não servido por transporte público, caso o empregador forneça a condução, a empresa e o sindicato laboral poderão definir a forma de remuneração ou de compensação pelo tempo gasto pelo trabalhador no percurso;
- Intervalo intrajornada de no mínimo 30 minutos;
- Plano de cargos e salários;

- Trabalho remoto;
- Remuneração por produtividade;
- Dispor sobre a extensão dos efeitos de uma norma coletiva de trabalho mesmo após o seu prazo de validade (ultratividade);
- Ingresso no Programa de Seguro-Emprego; e
- Registro da jornada de trabalho.

Representação dos trabalhadores no local de trabalho

Regulamentação do art. 11 da Constituição Federal. Demanda histórica do movimento sindical, esse dispositivo assegura a eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados, com a missão de promover o entendimento direto com a direção da empresa, atuando na conciliação de conflitos trabalhistas e na mesa de negociação do acordo coletivo. A medida possibilita que as convenções e os acordos coletivos de trabalho possam ampliar essa representação no local de trabalho para até cinco representantes por estabelecimento.

Combate à informalidade

Para combater o trabalho informal, que deixa desprotegido o trabalhador e afeta a arrecadação previdenciária, do Fundo de Garantia, do imposto de renda e do salário-educação, merece destaque a multa administrativa prevista no art. 47, da CLT, pelo não registro de empregado. A modernização da legislação trabalhista também fixa regras para os trabalhadores temporários e com regime de tempo parcial.

Trabalho temporário

Os contratos de trabalho temporários são aqueles prestados por pessoa física a uma empresa de trabalho temporário ou diretamente à empresa tomadora de serviço, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, ou para atender a acréscimo extraordinário

de serviços. A contratação de trabalhador temporário poderá passar a ter duração de até 120 dias (são 90 dias atualmente), podendo ser prorrogado uma única vez dentro do mesmo contrato, por período não superior ao inicialmente estipulado. A medida esclarece que os direitos do trabalhador temporário são os mesmos garantidos na CLT aos trabalhadores a prazo determinado (prazo certo), além de ter garantida remuneração equivalente à recebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora de serviço. Além disso, será permitido o estabelecimento de vínculo direto entre o trabalhador temporário e a empresa contratante, sem intermediários.

Jornada de trabalho em tempo parcial

Com relação aos trabalhadores com regime de tempo parcial, o objetivo é estimular a criação de novas oportunidades de trabalho, em especial para segmentos mais vulneráveis ao desemprego, como os jovens, as mães e os trabalhadores da terceira idade. Com essa medida, a jornada máxima para esses trabalhadores passará de 25 horas por semana para 30 horas, sem possibilidade de horas extras, ou para 26 horas semanais com a possibilidade de até seis horas extras. A proposta equipara o período de férias do trabalhador a tempo parcial, que atualmente é limitado a 18 dias por ano, às férias dos demais trabalhadores brasileiros – 30 dias – e possibilita a conversão de um terço do período de férias em pecúnia.

Preservação de empregos

Com objetivo de preservar o emprego e reduzir os custos trabalhistas das empresas, o Governo editou a Medida Provisória nº 761, de 22 de dezembro de 2016, para estender, por mais um ano o prazo de adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), agora renomeado Programa Seguro-Emprego (PSE).

O Programa permite a redução em até 30% da jornada e do salário do trabalhador ao mesmo tempo em que o Governo compensa 50% do valor da redução salarial, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Importante ressaltar que o PSE tem foco prioritário nas micro e pequenas empresas. O PSE beneficia os trabalhadores, os empregadores e o Governo. Para os trabalhadores, preserva os empregos e a maior parte de seus rendimentos. Para as empresas, permite ajustar seu fluxo de produção à demanda e, ao preservar os empregos, reduz custos com demissão

e admissão. Para o Governo, reduz as despesas com o seguro-desemprego, a suspensão temporária de trabalho, o chamado *layoff*, e intermediação de mão de obra, ao mesmo tempo em que mantém a maior parte da arrecadação sobre a folha.

Com pouco mais de 17 meses de criação, contando-se desde a edição da Medida Provisória nº 680, de 6 de julho de 2015, o Programa já tem 154 termos de adesão publicados, 116 empresas participantes com adesão concedida, beneficiando 63,3 mil trabalhadores, representando uma despesa total estimada em R\$ 169 milhões, para um período de adesão inicial médio de 5,6 meses. Até o final de 2016, considerando-se as movimentações nas folhas de pagamento mensais, as novas adesões e as prorrogações de períodos de adesão, estima-se o montante de R\$ 225 milhões como despesa anual do Programa.

Em suma, o Brasil precisa atualizar sua legislação trabalhista – com preservação dos direitos, promoção do trabalho decente e valorização do acordo coletivo –, tornando-a mais flexível e apta à inserção de trabalhadores que hoje se encontram à margem do mercado de trabalho formal, sem nenhuma proteção previdenciária. Isto será indispensável para permitir a atualização do marco regulatório dos setores produtivos, em sintonia com as tendências vigentes na economia mundial.

Saúde e segurança do trabalhador

As ações de fiscalização em segurança e saúde no trabalho visam à redução dos acidentes e doenças do trabalho. As estatísticas brasileiras ainda são preocupantes, com aproximadamente 700 mil acidentes, 15 mil trabalhadores com incapacidade permanentemente e 2,8 mil óbitos a cada ano. Esse quadro gera gastos previdenciários da ordem de R\$ 8 bilhões ao ano. Ao se prevenir acidentes e adoecimentos, priorizando a saúde e a integridade dos trabalhadores, essas ações geram economia de recursos públicos.

Em 2016, foi mantida a estratégia de priorizar intervenções em setores econômicos que apresentam historicamente maiores taxas de acidentes e doenças relacionados ao trabalho. No período de janeiro a outubro de 2016, ocorreram 48,9 mil ações fiscais e foram analisados cerca de mil acidentes de trabalho graves e fatais. Foram lavrados 61,5 mil autos de infração e determinada a interrupção de trabalho (embargos e interdições) em 2,6 mil situações consideradas de risco grave e iminente. Para 2017, estão previstas 56 mil ações de segurança e saúde no trabalho em setores-alvo, além de atividades complementares para atendimento de demandas específicas.

Para tentar reaver os desembolsos do Governo Federal com acidentes de trabalho e alertar as empresas para que não negligenciem a segurança de seus trabalhadores, a Procuradoria-Geral Federal vem priorizando as ações judiciais regressivas contra os empregadores responsáveis. O objetivo é proteger os trabalhadores e suas famílias, diminuindo o alto índice de infortúnios laborais e de acidentes fatais no ambiente de trabalho no Brasil – situação que onera o INSS e o SUS.

No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), foram beneficiados, até novembro de 2016, 20 milhões de trabalhadores, sendo que 16,7 milhões recebem menos que cinco salários mínimos.

5 SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda conta atualmente com uma rede física de atendimento de 2,2 mil postos, sendo mais de 1,6 mil unidades em parceria com Estados e Municípios e outras 560 próprias do Ministério do Trabalho (MTb). Essa rede facilitou o acesso ao benefício do seguro-desemprego e vem ampliando sua cobertura ano a ano. Em 2016, cerca de 7,1 milhões de trabalhadores tiveram acesso ao benefício, representando um dispêndio de R\$ 33,8 bilhões.

Neste período, a concessão do seguro-desemprego para pescador artesanal alcançou cerca de 555 mil pescadores, com o pagamento de R\$ 1,2 bilhão – decréscimo de 52,7% no ano de 2016, com relação a 2015. Tal redução está relacionada à suspensão por 120 dias, determinada pela Portaria Interministerial Mapa/MMA nº 195, de 5 de outubro de 2015, do período de defeso em bacias das regiões Norte e Nordeste, onde vive a metade dos pescadores com direito ao seguro.

Em 2016, foi elaborada pelo Governo proposta de reestruturação do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Tal proposta, que dota o Sine de nova estrutura de gestão, está descrita no Projeto de Lei nº 5.278, e encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Abono salarial

O abono salarial constitui uma importante fonte de renda para cerca de 22,6 milhões de trabalhadores, somando, no calendário de 2014, mais de R\$ 18,87 bilhões em benefícios. O abono assegura o valor máximo de um salário mínimo anual aos trabalhadores que recebem em média até dois salários mínimos mensais de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Ciente da importância desta contribuição financeira, o Governo, em 2016, estendeu de junho para 30 de dezembro o calendário de pagamento do abono salarial – ano-base de 2014 –, e utilizou diversos meios de divulgação para que o trabalhador tomasse conhecimento de seu direito e sacasse seu benefício.

Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT e Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

Em 2016, foi criada a linha de crédito Proger Urbano Capital de Giro destinada a empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) autorizou a criação da linha, com taxas e prazos diferenciados. Em contrapartida, o tomador do empréstimo deve manter a quantidade atual de postos de trabalho por um ano e, nas empresas com mais de dez funcionários, contratar ao menos um aprendiz. Entre janeiro a outubro de 2016, foram contratados mais de R\$ 5 bilhões em operações nas linhas de crédito do Proger.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) ofertou, em 2016, um volume de crédito aproximado de R\$ 11 bilhões, destinado, sobretudo, a capital de giro para empreendedores. Nesse período, foram contemplados mais de 3,7 milhões de beneficiários, sendo que 60% eram mulheres.

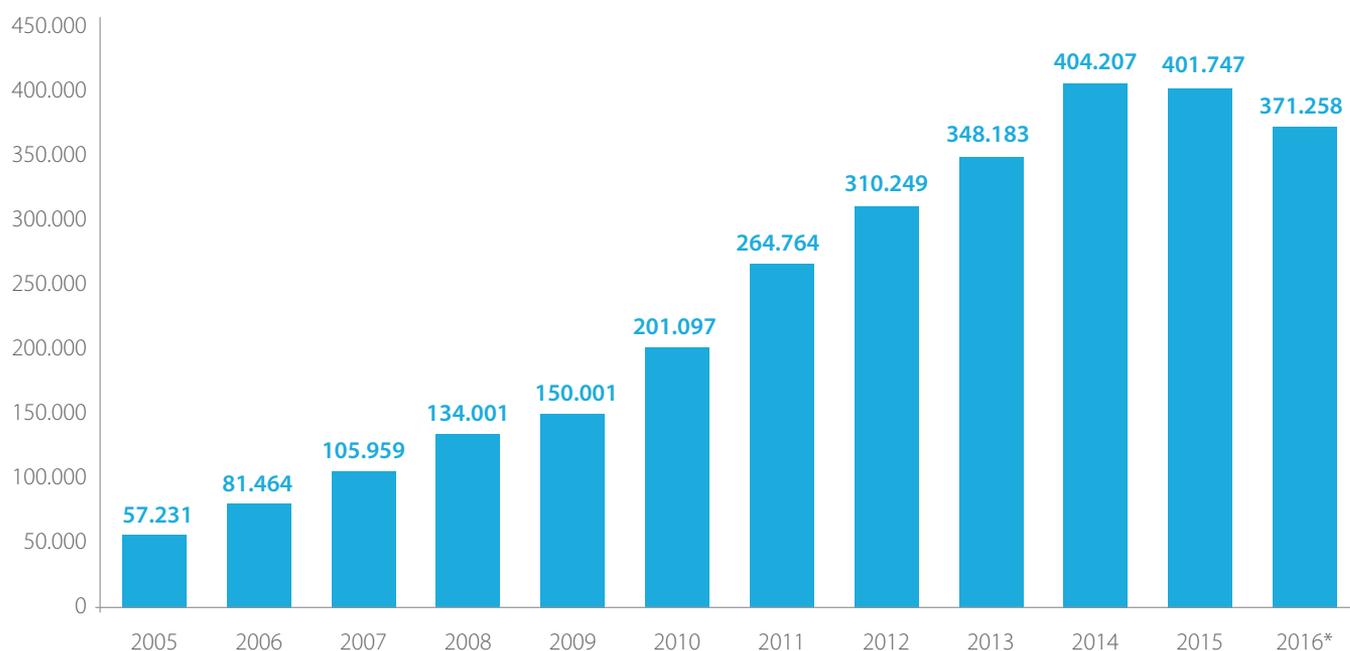
Qualificação profissional

Para o ano de 2017, a meta é ofertar 37 mil vagas de qualificação profissional aos trabalhadores, com foco no fomento do empreendedorismo e autogestão do trabalho, integrada às demais ações do Sine e à oferta de microcrédito, em todas as unidades da Federação. Está prevista, também, iniciar a oferta de cursos na modalidade de qualificação a distância.

Aprendizes

De janeiro a novembro de 2016, foram firmados 371 mil contratos de trabalho de aprendizagem, sendo 52% dos aprendizes homens e 48% mulheres. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas se destacou nas contratações, representando 26%, seguido do setor de indústria de transformação, com 24%. Conforme o gráfico abaixo, verifica-se que desde 2005, ano da regulamentação da Lei da Aprendizagem, vem crescendo o número de contratações de aprendizes, à exceção do ano de 2016, devido ao cenário de restrição econômica.

Número de contratações de aprendizes – 2005 a novembro de 2016



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2005 a 2015 e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

(*) Janeiro a novembro.

6 FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO

O Plano Nacional de Combate à Informalidade do Trabalhador Empregado (Plancite) tem reduzido a sonegação, a concorrência desleal e criado ambiente favorável ao surgimento e manutenção de empresas sustentáveis que garantam a manutenção de empregos formais.

Até novembro de 2016, as ações de fiscalização comprovaram a formalização de mais de 25 milhões de empregados em todo o território nacional. São trabalhadores que contam com FGTS, férias, seguro desemprego, abono salarial, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho, salário maternidade e aposentadoria. Além disso, a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) facilita a comprovação de rendimentos fixos utilizada para fins de crediário, contribuindo para as vendas do comércio varejista.

Na fiscalização, foram encontrados 270 mil empregados em situação irregular e formalizados diretamente pela fiscalização do trabalho cerca de 163 mil empregados. Para o ano de 2017, a estratégia é aumentar a presença do Estado nas regiões onde há focos de informalidade, e ampliar atividades de informação e conscientização da sociedade.

7 REFORMAS MICROECONÔMICAS

Além dos esforços para reequilibrar as contas públicas, representados principalmente pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência, é também imprescindível para a retomada do crescimento econômico, e consequente redução do desemprego, atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Nesse sentido, o Governo Federal encaminhou primeiro conjunto de medidas microeconômicas, que deverá contribuir para a reversão do cenário econômico e a retomada do crescimento, do emprego e da renda em bases sustentáveis.

Com o objetivo de reduzir o endividamento das famílias e empresas, e recuperar sua capacidade de financiamento, foi proposto o Programa de Regularização Tributária (PRT), com foco na regularização de passivos referentes a dívidas vencidas até 30 de novembro de 2016. Assim, por exemplo, serão viabilizadas compensações de dívidas previdenciárias com créditos de quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, bem como a utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscais. Deve-se ressaltar que as opções de adesão ao PRT compreendem o pagamento de parte das dívidas à vista, o que deverá ter efeito positivo sobre a arrecadação em 2017.

Na mesma linha, buscando elevar a liquidez das empresas (recursos disponíveis), será permitido o refinanciamento de dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contraídas por empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões, limite esse que abarca a maioria das empresas brasileiras. Essa medida é complementar à facilitação do acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com ampliação do limite de faturamento para enquadramento das MPMEs de R\$ 90 milhões para R\$ 300 milhões, e aumento da participação máxima para 80% de TJLP para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos. Além disso, haverá duplicação do limite do Cartão BNDES, de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões, e criação da versão Agro do cartão, com extensão a pessoas físicas (produtores rurais).

As empresas de maior porte, por sua vez, poderão solicitar refinanciamento de operações, inclusive do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), sem recursos do Tesouro. O volume total do refinanciamento é estimado em R\$ 100 bilhões, e a taxa utilizada será a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de *spread* (diferença entre a taxa de captação e a taxa cobrada dos clientes bancários).

Será ampliada também a oferta de crédito a longo prazo para a construção civil, com regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG) como instrumento de captação de recursos, visando estimular o setor e a contratação de mão de obra. Prevê-se a realização de consulta pública sobre a LIG em janeiro de 2017, e posterior resolução do CMN sobre o tema.

Destacam-se, em relação ao crédito imobiliário, duas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em primeiro lugar, o estímulo dado à comercialização de imóveis novos, inclusive os de maior valor, cujo segmento se viu afetado neste ano, devido à retração dos depósitos de poupança. A medida permite o cômputo dos financiamentos a imóveis avaliados entre R\$ 750 mil e

R\$ 1,5 milhão, realizados até setembro de 2017, como operações de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

Em segundo lugar, o valor dos imóveis novos e usados que podem ser financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação foi aumentado para R\$ 800 mil, a fim de permitir e estimular a oferta de crédito mais barato para um conjunto maior de imóveis no mercado imobiliário, bem como ampliar o acesso dos mutuários aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Para reduzir o custo do acesso ao crédito, avalia-se criação da duplicata eletrônica. A instituição da duplicata eletrônica contribui para a redução do risco dos credores, permitindo a cobrança de taxas de juros mais baixas, principalmente às pequenas e médias empresas (PMEs), bem como a elevação da oferta de crédito. Propõe-se também o aperfeiçoamento do cadastro positivo, com redução da burocracia para inclusão das informações, o que também contribuirá para a redução do risco das instituições financeiras, e consequente barateamento do crédito para bons pagadores.

Com o intuito de reduzir os preços cobrados no varejo aos consumidores, foi editada em dezembro de 2016, Medida Provisória nº 764, de 26 de dezembro de 2016, que autoriza a diferenciação de preços entre os diferentes meios de pagamento (dinheiro, boleto, cartão de crédito e débito etc.). A medida permitirá ao consumidor optar por alternativas mais baratas, o que estimula a competição entre os diferentes meios de pagamento. Haverá também vantagens para lojistas, uma vez que essa competição deverá reduzir as taxas cobradas dos comerciantes. Complementada a agenda creditícia, o marco regulatório do setor foi alterado de forma a estabelecer que as máquinas de cartão de crédito sejam compatíveis com todas as bandeiras de cartões, impedindo a exclusividade de emissores e credenciadores (Banco Central do Brasil - Circular nº 3.815, de 7 de dezembro de 2016). A medida reduz o custo dos lojistas no aluguel das máquinas, bem como aumenta a competição no mercado de cartões, devendo reduzir as taxas cobradas pelos credenciadores.

Há também um conjunto de medidas voltadas para a desburocratização, nas quais se insere a simplificação do pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, por meio do eSocial e Redesim, iniciativas descritas no eixo Reforma do Estado.

Outra iniciativa é a implementação do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter). Trata-se de cadastro nacional, integrado com cartórios de registro, e que terá uso compartilhado por

diversos órgãos da administração pública. O Sinter melhora o registro da regularização fundiária, aumenta a segurança jurídica da propriedade e, por conseguinte, reduz o risco do crédito público e do crédito imobiliário, contribuindo para a redução dos juros bancários. Pretende-se implantar o módulo do cadastro nacional de imóveis rurais até junho de 2017, e o módulo registral, integrado com cartórios de registros, até dezembro de 2017.

Para elevar a competitividade nacional, será dada continuidade à implementação do Portal Único do Comércio Exterior, que consolidará em ponto de entrada único, acessível pela Internet, o encaminhamento de todos os documentos exigidos para comércio exterior. O Programa representa um marco no esforço do País para um melhor ambiente de comércio e desenvolvimento econômico. Atualmente, o tempo médio para as exportações é de 13 dias e para as importações é de 17 dias. O objetivo do Portal único é reduzir esses tempos para oito e dez dias, respectivamente.

A agenda da competitividade contempla, ainda, a redução gradual da multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Lei Complementar nº 110, de 2001) que os empregadores repassam ao FGTS nos casos de demissão sem justa causa. A redução se dará à taxa de um ponto percentual ao ano, durante dez anos. Outras duas medidas relacionadas ao FGTS foram contempladas na Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016: a distribuição de lucros do Fundo para os trabalhadores detentores de contas e a possibilidade de saque de contas inativas do Fundo. A primeira medida visa o aumento da rentabilidade para o trabalhador, mediante distribuição de 50% do resultado do FGTS, apurado após todas as despesas, inclusive subsídio para habitação. Os valores serão incorporados nas contas dos trabalhadores. A segunda medida dispõe sobre a possibilidade de saque de contas vinculadas a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015. A utilização de recursos dessas contas tem potencial para beneficiar cerca 10,2 milhões de trabalhadores e injetar até R\$ 30 bilhões na economia, o que deve contribuir com o processo de pagamento de dívidas e retomada do consumo das famílias.

Encontra-se em fase final de discussão no Governo Federal a revisão do marco regulatório do Programa de Microcrédito Produtivo. Serão implementadas alterações normativas que visam: i) simplificar a metodologia do Programa, facilitando a concessão e o acompanhamento do crédito; ii) atualizar o limite de renda bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas como beneficiárias (passando dos atuais R\$ 120 mil para R\$ 200 mil); e iii) atualizar os valores máximos de empréstimos e o limite de endividamento do tomador do empréstimo.

7.1 Mercados regulados

Como forma de atrair investimentos para as atividades produtivas, visando a reversão do quadro de desaceleração econômica e a criação de empregos, o Governo tem implementado diversas medidas de aperfeiçoamento de normativos que disciplinam os mercados regulados. Algumas já foram aprovadas e fazem parte do arcabouço que fundamenta os próximos leilões para atração de capital privado nas áreas de petróleo, gás e energia – detalhados a seguir no eixo Infraestrutura –, outras ainda estão na etapa de discussão e diálogo com o setor produtivo com o intuito de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e atração de investimentos, à exemplo da atividade de mineração. Nessa temática, foram criados ainda grupos de trabalho para discussão de questões relacionadas ao acesso pelo mercado de áreas de restrições legais, a exemplo da Reserva Nacional do Cobre (Renca) e faixas de fronteira.

Projeto de Lei Geral das Agências Reguladoras

A aprovação, pelo Senado Federal, do PLS nº 52, de 2013, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, merece destaque uma vez que a instituição de um “marco geral” para as agências vem sendo discutido há pelo menos 12 anos entre poder público e sociedade civil.

O PLS nº 52, de 2013, busca efetivar a autonomia das agências e uniformizar entre elas o tratamento de importantes aspectos relativos à gestão, à organização, à governança, à transparência e ao controle social. A proposição está atualmente na Câmara dos Deputados como PL nº 6.621, de 2016, onde aguarda comissão especial.

Telecomunicações

Após quase duas décadas da promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, faz-se necessária uma reforma regulatória que busque atualizar a legislação em vigor. A discussão da proposta da revisão do Marco Regulatório de Telecomunicações foi iniciada no Congresso Nacional em meados de 2015. O Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016 (PL nº 3.453, de 2015), tem como principal ponto o ajuste das regras aplicáveis à telefonia fixa, que, com o passar dos anos, tornaram-se obsoletas. Isso porque o setor é caracterizado por rápidas inovações tecnológicas, que provocaram queda na participação

da telefonia fixa frente às novas tecnologias de informação e comunicação (telefonia móvel, banda larga e serviços associados) e, sobretudo, geraram riscos para a continuidade do serviço.

O Marco Regulatório alavancará um novo ciclo de crescimento do setor, viabilizando a expansão da banda larga e destravando investimentos da ordem de R\$ 18 bilhões ao longo dos próximos anos. Trata-se de montante expressivo de recursos, cujo impacto positivo na geração de renda estima-se em 0,26% do PIB – o que auxiliará nos esforços de recuperação econômica e do nível de emprego.

Radiodifusão

Na área de radiodifusão, foram implementadas iniciativas para tornar o processo de concessão de outorgas e pós-outorgas mais célere e transparente, por meio da simplificação e desburocratização dos processos. O Governo Federal se empenhou, sobretudo, em cinco áreas: i) na migração da TV analógica para a TV digital; ii) na migração das emissoras de rádio que operam na faixa AM para a faixa FM; iii) na expansão dos serviços de radiodifusão; iv) na ação fiscalizatória; e v) na atualização da legislação.

A migração da televisão analógica para o padrão nipo-brasileiro de televisão digital tem o objetivo de disponibilizar à sociedade, de forma gratuita, um serviço com alta qualidade de som e imagem, com possibilidade de mobilidade na recepção, interatividade, transmissão de mais de uma programação simultânea em um mesmo canal de televisão e uma utilização mais eficiente do espectro de frequência. O fim da migração está previsto para 2023, de forma a liberar a faixa de 700 MHz para uso na expansão do acesso aos serviços de banda larga móvel. Sobre o processo de digitalização das emissoras e retransmissoras primárias analógicas, já foram consignados, até 31 de outubro de 2016, 5.174 canais na tecnologia digital, correspondendo a 82,55% das geradoras e retransmissoras; ou seja, 1.840 Municípios têm pelo menos uma estação com outorga para operar com tecnologia digital – aproximadamente, 71% da população brasileira.

É importante destacar os esforços federais na expansão dos serviços de radiodifusão, mediante outorgas para a radiodifusão educativa, rádios comunitárias. Em relação aos canais de televisão digital vinculados ao Poder Executivo, a expansão da rede será realizada utilizando a multiprogramação, compartilhando infraestrutura e reduzindo custos, visando o alcance de 120 milhões de cidadãos. Já as ações de fiscalização das emissoras de rádio e TV alcançaram, entre 2012 e 2015, 8,1 mil entidades (cerca de 95,57% das emissoras licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório).

Em relação à legislação afeta à radiodifusão, houve, em outubro de 2016, a publicação da Medida Provisória nº 747, que prorrogou o prazo para apresentação do requerimento de renovação de outorga. Foram beneficiadas cerca de 500 emissoras que se encontravam com a outorga vencida e que seriam declaradas peremptas pelo Congresso Nacional, o que evitou que a sociedade ficasse sem esses serviços. Também foi encaminhada a proposta de alteração do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, referente ao Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para simplificar o processo de obtenção da outorga.

7.2 Melhoria do ambiente de negócios

Em um contexto internacional de grande competição, no qual empresas de todo o mundo disputam os mercados consumidores, qualquer diferencial competitivo pode ser crucial para determinar o posicionamento do setor produtivo. Nesse sentido, um ambiente de negócios favorável é fator determinante para garantir a competitividade empresarial, bem como atrair e manter os investimentos produtivos em um país, geradores de emprego, promovendo a recuperação da renda e do bem-estar das famílias.

Cabe destacar que esse esforço depende de uma conjunção de fatores em que as ações governamentais exercem função determinante. Um país competitivo depende também de um governo eficiente, que facilite e contribua com as atividades dos agentes econômicos. Isso dito, iniciou-se um esforço conjunto na esfera federal de simplificar e desburocratizar matérias sob a égide do Governo.

7.3 Capital empreendedor

Um importante marco para a melhoria de ambiente de negócios e aumento do investimento em capital empreendedor e inovação no País foi a sanção da Lei Complementar nº 155, de outubro de 2016. O art. 61-A desta lei criou a figura do investidor-anjo e conferiu a ele proteções adicionais frente à cobrança por dívidas contraídas pela empresa investida. Com a entrada em vigor da referida lei, empresas beneficiárias e investidores-anjo estarão amparados legalmente quanto à sua atuação e com seus interesses mais básicos protegidos, tal como a separação de responsabilidades entre administradores/sócios e investidores, além da definição clara de critérios que estabelecem a forma e o período dos investimentos, garantindo ao mercado mais segurança e uniformidade de interpretação legal.

No mesmo sentido, estão as discussões a respeito do estabelecimento da Sociedade Anônima Simplificada, figura jurídica que permitiria a criação de sociedades de capitais de menor porte vinculadas ao regime do Simples e as isentaria da publicação de seus atos constitutivos em jornais de grande circulação, o que hoje encarece a operação desse tipo de empresa. Além disso, também tem se buscado parcerias com o objetivo de constituir um fundo de coinvestimento no Brasil que, a exemplo do que já ocorre em outros países da Europa, invista recursos públicos em empresas nascentes junto a agentes privados, que se responsabilizam pela prospecção e pelo desenvolvimento das empresas e por parte do investimento financeiro.

Ademais, a Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, criou uma faixa de saída dentro do Simples. Esta faixa de transição é destinada para as empresas que ultrapassarem o teto de R\$ 3,6 milhões de faturamento anual até o limite de R\$ 4,8 milhões de faturamento, e evitará o desligamento da empresa do regime do Simples Nacional de imediato. Ela funcionará como a progressão de alíquota já praticada no Imposto de Renda de Pessoa Física, ou seja, quando uma empresa exceder o limite de faturamento da sua faixa a nova alíquota será aplicada somente no montante ultrapassado, aumentando a carga tributária progressivamente. Hoje, a carga tributária inibe os investimentos de empresas potencialmente em crescimento.

A aprovação da Lei Complementar também trouxe avanços na política pública voltada ao Microempreendedor Individual (MEI), por meio da alteração do limite de enquadramento para R\$ 81 mil, a partir de 1º de janeiro de 2018, ampliação das regras referentes ao registro profissional do MEI, além da possibilidade de enquadramento como MEI do empreendedor rural que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural. Dessa maneira, caso o produtor rural opte por sua formalização como MEI, este não será dispensado de suas obrigações na condição de produtor rural ou agricultor familiar.

7.3.1 Ganhos de eficiência para o setor produtivo

Considerando esse contexto e a necessidade de reinvenção dos instrumentos de política industrial, foram direcionados esforços para desenhar ou aperfeiçoar políticas de intervenções rápidas, de baixo custo e realizadas em parceria para impactar a produtividade do setor produtivo.

Nessa linha, surgiu em 2016 o Programa Brasil Mais Produtivo, destinado a atender três mil empresas em todo o País até 2017. O objetivo é aumentar em pelo menos 20% a produtividade das empresas atendidas, por meio de técnicas de manufatura enxuta (*Lean Manufacturing*), baseadas na redução dos sete tipos de desperdícios mais comuns no processo produtivo (superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos). A iniciativa tem como parceiros o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e, como apoiadores, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os resultados obtidos com as 220 empresas que tiveram os primeiros atendimentos concluídos, até 31 de dezembro de 2016, demonstram um aumento de 52,7% da média da produtividade nos processos. Em função dos resultados positivos, estão em desenvolvimento propostas de expansão do Programa, inicialmente direcionado para as cadeias produtivas metalomecânica, de vestuário e calçados, moveleira e de alimentos e bebidas.

Visando aperfeiçoar e simplificar ações e processos internos que tenham impacto positivo para o setor produtivo, estão sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- implantação do sistema eletrônico de ex-tarifário, instrumento que consiste na redução temporária da alíquota do imposto de importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT), assim grafados na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), quando não houver a produção nacional equivalente;
- aperfeiçoamento do processo de análise e decisão dos Processos Produtivos Básicos (PPB) (Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 170, de 4 de agosto de 2010), instrumento que define o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto para fins de benefícios presentes na Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e na Zona Franca de Manaus; e
- criação de Sistemas Eletrônicos para tramitação processual no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas (ex-tarifário para autopeças) e no âmbito do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor).

O tema da propriedade industrial vem ocupando destaque cada vez maior na agenda do Governo para o fomento ao investimento, à inovação e à competitividade empresarial. Nesse sentido, foi elaborado um projeto de reestruturação do sistema de propriedade industrial buscando redução do acúmulo de pedidos de exame de patentes (*backlog*), aprimoramento regulatório, simplificação e desburocratização de processos, bem como aumento da eficiência operacional no sentido de melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos em P&D e inovação para o Brasil. O projeto de reestruturação, executado no âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), está organizado em quatro eixos: i) gestão organizacional; ii) aperfeiçoamento de atos normativos; iii) gestão de pessoal; e iv) cooperação internacional para efetiva implementação de plataformas de exame colaborativo com outros países.

Está em fase preparatória um conjunto adicional de medidas voltadas para a desburocratização, com foco nos processos sob gestão do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e suas entidades vinculadas. Exemplificativamente, pretende-se agilizar a análise de pedidos para concessão dos registros de marcas e patentes, simplificar os processos de desembaraço aduaneiro, bem como informatizar atividades, com ganhos de agilidade. As ações, em sua maioria, serão implementadas ao longo de 2017.

7.3.2 Solidez do sistema financeiro nacional

Foram adotadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), durante 2016, diversas ações voltadas a assegurar maior eficiência e solidez ao sistema financeiro, cabendo destacar:

- a ênfase na avaliação da efetividade da governança corporativa das entidades supervisionadas, fator crítico para a adequada gestão de riscos e de controles;
- o aperfeiçoamento das projeções de demonstrações financeiras no processo de avaliação da gestão de capital dos bancos (Icaap), o que reforça o caráter prospectivo do trabalho de supervisão;
- o monitoramento constante das instituições do sistema financeiro visando, entre outros aspectos, verificar a adequação do provisionamento das operações de crédito diante do quadro de retração econômica observada; e

- a evolução dos procedimentos de supervisão, incorporando a esse processo aperfeiçoamentos observados na agenda de estabilidade financeira, tais como: razão de alavancagem, índice de liquidez estrutural, utilização de *buffers* de capital, critérios para divulgação de informações e de requerimento de capital para as instituições sistemicamente importantes, sempre alinhados aos princípios para uma supervisão eficaz, preconizados pelo *Financial Stability Board* e pelo Comitê de Basileia.

Destaca-se, também, um conjunto de atuações anunciadas pelo Banco Central voltadas à redução do custo do crédito, à modernização e ao aumento da eficiência do sistema financeiro, e à educação financeira, as quais deverão pautar a atuação do BCB nos próximos anos. Pretende-se, por exemplo, reduzir gradualmente a complexidade operacional associada aos depósitos compulsórios. A medida reduz custos, devendo levar à redução dos juros cobrados dos clientes bancários.

Quanto à modernização e aumento da eficiência do sistema financeiro, cita-se a criação do depósito remunerado no Banco Central para instituições financeiras, bem como a simplificação da regulação para instituições financeiras de menor porte, sem prejuízo para a segurança do Sistema Financeiro Nacional. Já com relação à melhoria da educação financeira da população, destaca-se o estímulo ao uso da plataforma digital disponibilizada pelo CNJ, voltada à solução de conflitos por meio de um processo extrajudicial (permite que os conflitos sejam solucionados de maneira mais rápida e com menos custos), bem como a criação de aplicativo que permitirá acompanhar o andamento de reclamações, pedidos de informação e sugestões.

O Banco Central do Brasil autorizou, ainda, as instituições financeiras a adotarem procedimentos operacionais para abertura e encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico, sem a necessidade de qualquer contato pessoal com o correntista. Essa medida é resultado de investimentos em infraestrutura tecnológica das instituições, bem como nos processos de regulação e supervisão desenvolvidos pelo Banco Central, que possibilitam a difusão dos serviços financeiros por meio da rede mundial de computadores de modo seguro, tanto para os ofertantes quanto para os consumidores de produtos e serviços financeiros.

7.3.3 Licenciamento ambiental

Considerando a necessidade de aprimoramento da base jurídica do licenciamento ambiental, uma vez que não existe lei geral para o tema, durante o segundo semestre de 2016, o Poder Executivo

empreendeu discussões em torno da criação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental. As deliberações resultantes das discussões governamentais serão encaminhadas ao Congresso Nacional, como subsídio para os debates legislativos em curso.

Ao propor um processo de licenciamento ambiental simples, ágil e nacionalmente mais homogêneo, que reforce as prerrogativas técnicas dos órgãos licenciadores do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), bem como a garantia de transparência, disponibilidade de dados e participação social, o Governo reforça o caráter sustentável da retomada do crescimento econômico e impacta de modo bastante positivo o ambiente de negócios, inclusive em termos de redução de custos dos investimentos.

Além dos esforços para revisão do marco legal do tema, o Governo Federal já está empreendendo aperfeiçoamentos na gestão dos processos de licenciamento ambiental. A partir do primeiro semestre de 2017, será adotado sistema eletrônico de informações, o que garantirá maior agilidade e transparência aos processos.

Ainda, ao longo de 2017, estão previstos processos importantes de licenciamento para o setor elétrico, em especial os projetos licitados nos leilões realizados em 2016, assim para os empreendimentos considerados prioritários. Além disso, haverá acompanhamento especial do licenciamento ambiental das linhas de transmissão (LT) da UHE Belo Monte, da LT Xingu-Estreito e da LT Xingu-Terminal Rio.

7.3.4 Desapropriação por utilidade pública

Nos últimos anos, os programas do Governo Federal voltados à ampliação do investimento enfrentaram diversos gargalos institucionais e normativos que impediram sua máxima efetividade, dificultando a melhoria da infraestrutura nacional, a redução do custo-Brasil e a geração de empregos diretos e indiretos. Dentre esses gargalos, destacam-se os processos de desapropriação por utilidade pública, essenciais para a liberação das áreas onde serão realizadas as intervenções.

A situação torna-se especialmente problemática em empreendimentos como rodovias, ferrovias ou canais de abastecimento de água, nos quais se amplia o número de propriedades que precisam ser desapropriadas. É o caso, por exemplo, do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e

da ferrovia Transnordestina, nos quais a desapropriação foi apontada como um dos empecilhos ao avanço dos empreendimentos.

Com o objetivo de modernizar o marco legal existente, garantindo maior agilidade, flexibilização e segurança jurídica aos processos de desapropriação, encontra-se em fase final de discussão no Governo, projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Principais pontos da proposta de aperfeiçoamento da Lei de Desapropriações

Agilidade

- Facilita a imissão provisória na posse; e
- Permite que o processo prossiga mesmo no caso de dúvidas acerca da titularidade do imóvel.

Flexibilização

- Aumenta o rol de legitimados a promoverem desapropriações (ex.: consórcios públicos, autorizados e permissionários de serviços públicos).

Segurança jurídica

- Fixa parâmetros objetivos para a definição de medidas compensatórias, quando o imóvel a ser desapropriado estiver ocupado por assentamentos sujeitos à regularização fundiária de interesse social.

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por meio dessa proposta será dispensada de autorização legislativa a desapropriação pela União de bens de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e pelos Estados de bens de Municípios, quando houver acordo entre os entes federativos, medida que também visa promover a agilidade do processo.

O aperfeiçoamento do marco regulatório é primordial para o setor de infraestrutura, convergente com outros esforços empreendidos pelo Governo Federal que objetivam incentivar o investimento e a participação da iniciativa privada. Esse enfrentamento dos gargalos normativos e institucionais promove efetiva melhoria do ambiente de negócios por meio da potencial redução de custos, tanto do setor privado quanto do público, de burocracia e de prazos, aprimorando a logística nacional.

7.3.5 Regularização fundiária

A diversidade do regramento jurídico normatizando a regularização fundiária, algumas vezes com orientações conflitantes, tem prejudicado os investimentos em habitação e saneamento.

Para dirimir os problemas supracitados, editou-se a Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, que prevê mecanismos que objetivam desburocratizar, agilizar e reduzir custos das ações de regularização fundiária rural e urbana no País. No caso rural, facilitaram-se as condições de pagamento de desapropriações para fins de reforma agrária, conferindo maior competitividade e segurança às propostas de aquisição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Determina-se em lei o processo de seleção das famílias candidatas ao programa de reforma agrária, assim como se atualiza a ordem de preferência na distribuição de lotes – que remonta ao Estatuto da Terra de 1964.

Em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, define-se tabela escalonada de valores a serem cobrados pela regularização fundiária em função do tamanho da área ocupada. A definição em lei objetiva propiciar estabilidade, simplificação e uniformização da valoração. Padronizam-se procedimentos de análise das condições resolutivas dos títulos emitidos pelos órgãos fundiários, para conferir maior segurança jurídica ao processo. Ademais, propõe-se regularizar situações consolidadas há décadas, de ocupação pacífica, devidamente exploradas, que cumpriram suas funções ambiental e trabalhista. Nesses casos, o poder público demanda manutenção dessas condições, ao invés de reversão do patrimônio à União.

A Medida Provisória nº 759, de 2016, disciplina, adicionalmente, normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), em todo o território nacional, com o objetivo de formalizar reconhecimento, pelo poder público, de ocupações irregulares nas cidades brasileiras. Define-se núcleo urbano informal para permitir a formalização de moradias situadas não apenas no perímetro urbano dos Municípios, mas também na zona rural, desde que possuam ocupação e destinação urbanas.

Cria-se nova forma de aquisição do direito real de propriedade, que é a legitimação fundiária. O novo instrumento substitui o processo tradicional de regularização fundiária, título a título, para cada uma das unidades imobiliárias regularizadas, pelo reconhecimento global da aquisição originária de

propriedade, pelos beneficiários da Reurb, a partir de cadastro aprovado pelo Município. Beneficiam-se da possibilidade de registro conjunto do projeto de regularização fundiária, as habitações e as ocupações exploradas por atividades comerciais e profissionais diversas. No caso das habitações utilizadas pela população de baixa renda, serão gratuitos os atos de registro, para os quais se autoriza o Conselho Nacional de Justiça a criar fundo específico de financiamento desse custo.

Em face da profusão de edificações sobrepostas, prevê-se o direito real de laje. Por meio desse novo direito real, abre-se a possibilidade de se instituir unidade imobiliária autônoma, inclusive sob perspectiva registral, no espaço aéreo ou no subsolo de terrenos públicos ou privados, desde que esta apresente acesso exclusivo – tudo para que não se confunda com as situações de condomínio. O direito de laje não enseja a criação de condomínio sobre o solo ou sobre as edificações já existentes. Trata-se de mecanismo eficiente para a regularização fundiária de favelas.

Destaca-se que o regramento instituído pela Medida Provisória nº 759, de 2016, ao regularizar o direito de propriedade de famílias em condições mais vulneráveis de habitação e realização de atividade econômica, favorece o acesso ao crédito desse público, ampliando suas possibilidades de consumo e investimento. Tendo em vista as restrições atuais de tais possibilidades e sua representatividade na economia, a política em comento tem efeitos potencialmente benéficos na geração e na distribuição de renda.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 2016, as atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), colegiado da sociedade civil que assessora diretamente o Presidente da República, focaram a recomposição de seus membros, realização de duas reuniões plenárias e o planejamento das atividades para 2017 e 2018. No novo Governo, a composição do CDES foi revista com o objetivo de diversificar a participação e contemplar novos setores, observando critérios técnicos relacionados à representatividade setorial, à abrangência social e ao reconhecido saber dos novos membros. O CDES passou a contar com especialistas que dialogam com a inovação e a sociedade digital, para além de representantes das

corporações tradicionais. Nomes ligados a temas que não estavam contemplados, como segurança pública, saúde, primeira infância, direito homoafetivo e direito dos consumidores, passaram a integrar o Conselho. A participação feminina aumentou 65%.

O novo CDES se reuniu em 21 de novembro de 2016, em sua 45ª Reunião Plenária, sob a pauta “Medidas para a retomada do crescimento”. Os debates versaram sobre formas de induzir o crescimento econômico, conter o déficit primário, controlar a dívida pública e gerar empregos.

Na tarde do mesmo dia ocorreu uma oficina de trabalho, na qual os conselheiros começaram a construir a agenda de atividades para 2017, retomadas em janeiro. Foram apresentados ao Conselho 14 temas considerados de grande relevância pelo Governo para a retomada do desenvolvimento, com o objetivo de priorizar quatro para serem aprofundados. Os assuntos escolhidos foram: i) ambiente de negócios; ii) desburocratização e modernização do Estado; iii) produtividade e competitividade; e iv) educação básica e agronegócio.

8 MUDANÇA DO CLIMA E POLÍTICA AMBIENTAL

O Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, reconhece como instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) os planos de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e no Cerrado (PPCerrado, que inclui o controle de queimadas), considerados fundamentais para o alcance das metas nacionais de redução do desmatamento até 2020 – 80% na Amazônia e 40% no Cerrado. Em 2016, foi elaborada a quarta fase do PPCDAM e a terceira fase do PPCerrado, com horizonte temporal de 2016 a 2020. A perspectiva para 2017 é consolidar os planos, em novas fases, fortalecendo a atuação coordenada em monitoramento e controle, fomento às atividades sustentáveis e no novo eixo instrumentos normativos e econômicos. Destaca-se, ainda, a atenção à política de Municípios prioritários – cuja lista é editada periodicamente pelo Ministério do Meio Ambiente, para definir os alvos na Amazônia e no Cerrado de ações de prevenção e controle do desmatamento.

O Governo reforçou as ações de controle e combate às queimadas, tendo sido constituída força-tarefa com 810 brigadistas e criado grupo de trabalho para definir estratégias de combate aos incêndios florestais. Em 2017, será finalizado o projeto de lei que institui a Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PNIF), a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

O Fundo Amazônia – que capta doações para investimentos não reembolsáveis em ações de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas – fechou sua carteira com apoio a 85 projetos, perfazendo cerca de R\$ 1,36 bilhão de investimentos. Desse total, seis foram aprovados em 2016 e somam R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 56,2 milhões foram destinados ao projeto de apoio à fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Foi mantido, ainda, o apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a projetos de fomento à produção sustentável em unidades de conservação.

Dentre as realizações do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, destaca-se a construção de uma série histórica sobre desmatamento no Cerrado. Esses dados são fundamentais para que o País pleiteie pagamento por resultados de redução de emissões junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, sob o instrumento financeiro internacional de REDD+. Cita-se, ainda, o desenvolvimento de metodologia para o cálculo da redução de emissões de gases de efeito estufa oriundas da queima de biomassa e incêndios florestais. Essa parte do Programa está sendo realizada por meio de um acordo de cooperação técnica entre o Governo brasileiro e o governo britânico, sob a coordenação do Banco Mundial.

Em 2016, o Governo Federal avançou na Política Nacional de Mudança do Clima com a implementação da agenda nacional, em duas frentes principais: i) aprofundar o conhecimento sobre o risco climático do País; e ii) promover adaptação e realizar a gestão da vulnerabilidade em diferentes escalas territoriais. Em 12 de Setembro, o País ratificou o Acordo de Paris e deu prosseguimento às ações de proteção da camada de ozônio.

O Governo identificou a vulnerabilidade do País à mudança do clima de forma especializada, em escala municipal, por meio de diferentes metodologias e abordagens, e realizou o mapeamento da vulnerabilidade humana à mudança do clima para os Estados de Pernambuco, Espírito Santo, Amazonas e Paraná.

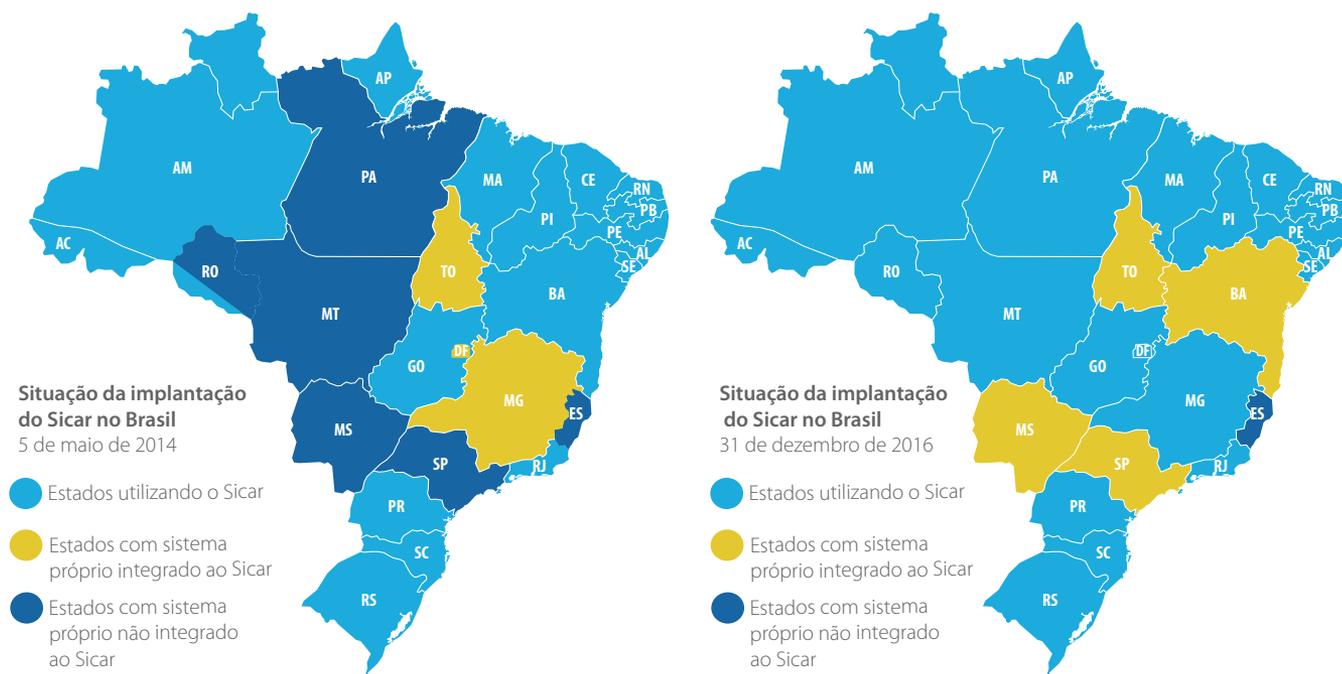
Teve início o projeto IPACC II (Investimento Público e Adaptação à Mudança do Clima na América Latina), cujo objetivo é introduzir a consideração do risco associado à mudança do clima e opções de adaptação nos processos de planejamento e tomada de decisão para investimentos públicos. Outro importante instrumento foi o Plano Nacional de Adaptação (PNA), lançado em 2016, que estabelece diretrizes para realização de medidas adaptativas visando ao incremento da resiliência climática de 11 setores e temas: i) agricultura; ii) biodiversidade e ecossistemas; iii) cidades; iv) desastres naturais; v) indústria e mineração; vi) infraestrutura (energia, transportes e mobilidade urbana); vii) povos e comunidades vulneráveis; viii) recursos hídricos; ix) saúde; x) segurança alimentar e nutricional; e xi) zonas costeiras.

8.1 Cadastro Ambiental Rural

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) foi criado com o objetivo de receber e gerenciar os dados do Cadastro Ambiental Rural, além de unificar as bases de cadastros de todos os entes federativos, inclusive entre aqueles que já possuem sistema próprio de cadastramento. Adicionalmente, monitora a situação da vegetação nativa no interior dos imóveis rurais, promove o planejamento ambiental e econômico e disponibiliza informações de natureza pública à sociedade, subsidiando a retomada do crescimento sustentável, com responsabilidade social e ambiental.

A figura abaixo apresenta a situação da implantação do Sicar no País, quando de sua criação em 2014, e em dezembro de 2016, ilustrando a migração de Estados que possuíam sistema próprio para o sistema nacional e a integração de suas bases com o Sicar. Das 27 unidades federativas, 22 estão utilizando o sistema nacional e quatro possuem sistemas próprios integrados ao Sicar.

Situação da implantação do Sicar no País, quando de sua criação em maio de 2014, e em dezembro de 2016



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro.

Até maio de 2016, foram registrados mais de 3,2 milhões de imóveis rurais no CAR, totalizando uma área de aproximadamente 324,9 milhões de hectares, que representa 81,69% da área passível de cadastro, estimada em 397,8 milhões de hectares.

Situação do cadastramento de imóveis no CAR, até 31 de dezembro de 2016, por região



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro.

Em termos de informações ambientais, foram declarados, até maio de 2016, cerca de 97 milhões de hectares, entre áreas remanescentes de vegetação nativa, áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal, excetuando-se os Estados do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul. A identificação do estado da vegetação nativa dentro do imóvel rural é tarefa crucial para permitir o diagnóstico sobre quem está ou não cumprindo a legislação florestal.

Uma vez que o fomento à inscrição dos imóveis rurais no CAR é parte da estratégia de dar efetividade à política de regularização, o prazo para inscrição foi prorrogado pela Lei nº 13.295, de 14 de junho de 2016, para até 31 de dezembro de 2017, estabelecendo que, após essa data, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR. Já o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental foi prorrogado por meio da Lei nº 13.335, de 14 de setembro de 2016, para até 31 de dezembro de 2017.

Após a prorrogação do prazo e, em função de esforços concentrados do Governo Federal em conjunto com os Estados, houve forte incremento no cadastro de imóveis rurais no CAR. Até 31 de dezembro de 2016, foram registrados mais de 3,9 milhões de imóveis rurais, totalizando uma área de aproximadamente 399,2 milhões de hectares, que representa mais de 100% da área estimada como passível de cadastro.

Com o intuito de fortalecer o controle social e disponibilizar os dados do CAR para o público, o Governo Federal passou a disponibilizar o Módulo de Relatórios (<http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/modulo-de-relatorio>) e os Atlas do CAR (<http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/atlas-car-dados-por-unidade-da-federacao-maio-de-2016>). Em 2016, também foram disponibilizados ao público o “Demonstrativo da Situação do CAR” (<http://www.car.gov.br/#/consultar>) e o portal de consulta e acesso aos dados e às informações do Sicar (<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>), ambos desenvolvidos com o objetivo de disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional na Internet.

Em 2017, estará disponível para os Estados o Módulo de Regularização Ambiental do Sicar, possibilitando o envio da proposta simplificada para imóveis rurais com déficit de vegetação em relação ao disposto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, assim como a elaboração da proposta de regularização por meio de aplicativo *offline*, em que é gerado um arquivo para posterior envio ao Sicar. Planeja-se, ainda, implantar em 2017 o Módulo de Análise em todos os Estados que utilizam o Sicar, permitindo ações pontuais de acordo com as peculiaridades de cada região. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Programa Cotas de Reserva Ambiental (CRA) também serão efetivados.

8.2 Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) reflete o conjunto de parques federais, estaduais e municipais, além das áreas privadas conhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Com o objetivo essencial de preservar os ecossistemas brasileiros, o Sistema abrange desde a proteção total de áreas de grande importância biológica até áreas que permitem o uso sustentável dos recursos naturais e o turismo ecológico.

- Unidades de Conservação Federais criadas em 2016**

	Nome da Unidade de Conservação	UF	Área (hectares)	Área de conservação ampliada
1	Parque Nacional do Acari	AM	896.407	896.407
2	Floresta Nacional do Aripuanã	AM	751.295	751.295
3	Floresta Nacional de Urupadi	AM	537.228	537.228
4	Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré	AM	151.993	151.993
5	Reserva Biológica de Manicoré	AM	359.063	359.063
6	Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes	SP	67.364	67.364
7	Área de Proteção Ambiental do Jamanxim (542.309 hectares, sendo 230 mil de área conservada ampliada)	PA	542.309*	230.000
Total (a)			3.305.659	2.993.350

- Unidades de Conservação Federais ampliadas**

	Nome da Unidade de Conservação	UF	Área (hectares)
1	Floresta Nacional Amana	AM	141.337
2	Parque Nacional do Jamanxim	AM	51.135
Total (b)			192.472
Área Ampliada em hectares (a + b)			3.185.822

- **Reservas particulares criadas pelo ICMBio em 2016**

	Nome da Unidade de Conservação	UF	Área (hectares)
1	Pedra sobre Pedra	PR	6,47
2	Juerana Milagrosa	BA	93,95
3	Chico Bimbino	CE	6,47
4	Oásis Araripe	CE	50
5	Olho D'água do Tronco	CE	48,62
6	Flor do Cerrado I	GO	444,29
7	Flor do Cerrado II	GO	2.626
8	Flor do Cerrado III	GO	74,07
9	Vilar	PR	100
10	Dunas Douradas	RN	170,31
11	Universidade de Passo Fundo	RS	32,21
12	Raso do Mandi II	SC	28,64
13	Jorge Luiz Orsi	SC	1,79
14	Rio vermelho	SC	74,05
15	Caburé	SP	114,03
16	Mata do Passarinho	MG	345,8
Total			4.216,70

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

O processo de estabelecimento de novas áreas foi aprimorado com a definição, em 2016, de protocolo para avaliação da representatividade ecológica das áreas protegidas, que identifica lacunas de conservação e prioriza a criação de novas unidades em ambientes sensíveis e ainda sem proteção.

Em 2016, foram captados recursos da ordem de US\$ 32 milhões, que serão destinados à criação de cerca de um milhão de hectares em novas áreas nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal nos próximos cinco anos, junto ao Projeto GEF-Terrestre (Fundo Mundial do Meio Ambiente), que terá início em 2017. Ainda no referido ano, haverá o desembolso de US\$ 35 milhões, recursos negociados em 2016, para apoiar ações de sustentabilidade no entorno de unidades de conservação da Amazônia, em projeto a ser implementado em parceria com o Banco Mundial, com recursos do GEF.

As unidades de conservação marinhas já estão sendo apoiadas pelo projeto GEF-Mar, que prevê ainda a adoção de formas alternativas de gestão para atingir a meta de conservação de 5% da área marinha brasileira. Em 2017, o projeto GEF-Mar irá apoiar os estudos para criação de novas áreas protegidas propostas pelos órgãos estaduais de meio ambiente e pelos órgãos federais.

9 REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS

Nos últimos anos, o Governo Federal vem intensificando seus esforços junto a Estados e Municípios em ações de prevenção, monitoramento, alerta e resposta aos riscos de desastres naturais, com o intuito de garantir a segurança das pessoas, a preservação do patrimônio e a diminuição dos danos decorrentes de desastres, bem como a preservação do meio ambiente. No âmbito do Ministério das Cidades, as iniciativas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais somaram R\$ 15,5 bilhões, distribuídos em 404 empreendimentos. Em 2016, foram concluídas oito obras em localidades suscetíveis a cheias e alagamentos.

Instituições federais atuam em 957 Municípios com equipamentos modernos – inclusive nove estações robotizadas de última geração, únicas disponíveis na América Latina – que permitem monitorar deslocamentos de encostas e subsidiar o envio de alertas antecipados. Também estão sendo feitos investimentos em obras de contenção de encostas, planos municipais de redução de riscos e capacitação de técnicos e gestores, além da elaboração das Cartas Geotécnicas para Aptidão Urbana.

9.1 Região semiárido

Com ações de redução do risco de desastres naturais, o Governo Federal, em 2016, acelerou obras emergenciais e intensificou a gestão e a aplicação de políticas públicas para garantir o abastecimento de água na região do semiárido em decorrência dos períodos de seca e estiagem, bem como aumentou os recursos destinados à operação carro-pipa. Para os Estados do Nordeste castigados pela longa estiagem, que tem provocado grave desequilíbrio econômico e social nos Municípios, o Governo liberou recursos destinados a obras emergenciais, como adutoras e poços, a fim de garantir o abastecimento de água à população.

Para os Estados de Sergipe, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco e do Piauí, foram liberados mais R\$ 130 milhões para diminuir os efeitos da seca, obras que favoreceram mais de 162 mil pessoas. Aos Estados de Alagoas, da Bahia e da Paraíba prevê-se a liberação de R\$ 34 milhões em 2017, objetivando a implantação de adutoras e sistemas de captação de água, cujos projetos ainda estão em análise.

No que se refere à Operação Carro-Pipa (OCP), houve, em 2016, aumento de 14% na destinação de recursos, comparado ao ano anterior. Ao todo, foram repassados mais de R\$ 860 milhões ao Exército Brasileiro, parceiro na OCP. A ação atende mensalmente a cerca de 3,7 milhões de pessoas em 827 Municípios e faz parte do conjunto de programas e obras estruturantes do Governo Federal, objetivando garantir a segurança hídrica e minimizar os prejuízos causados pela seca prolongada.

Também para levar água para comunidades do semiárido, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com os Estados do Nordeste e o Estado de Minas Gerais, executa dez convênios do Programa Água Doce (PAD), investindo cerca de R\$ 250 milhões. Os Estados conveniados já realizaram o diagnóstico de 3.145 comunidades, em 298 dos Municípios mais críticos da região semiárida brasileira. Atualmente, o Programa possui 659 sistemas de dessalinização com as obras contratadas, sendo que, destes, 345 sistemas já estão concluídos. A meta é atender 1.200 comunidades do semiárido brasileiro até 2018, beneficiando aproximadamente 500 mil habitantes da região que apresenta maior escassez de água no território nacional.

9.2 Barragem de Fundão em Minas Gerais

O Governo Federal, logo após o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., em Mariana/MG, tomou medidas para atender as pessoas atingidas e reparar os enormes danos socioambientais e econômicos causados pelo desastre.

Desde o início, o Ibama acompanha a evolução do impacto ambiental, com técnicos dedicados exclusivamente a monitorá-los. O órgão notificou a empresa Samarco 74 vezes e lavrou contra ela 17 autos de infração.

Em março de 2016, quatro meses após o desastre, firmou-se Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a União, representada pela Advocacia-Geral da União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, pela empresa Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton. O Termo de Conduta estabeleceu quatro eixos básicos: i) criação de uma fundação privada, mantida pela empresa Samarco e supervisionada por um comitê interfederativo; ii) financiamento da fundação com recursos da Samarco, com previsão de aportes subsidiários das suas controladoras Vale e BHP Billiton, em caso de inadimplemento da controlada; iii) reparação socioeconômica; e iv) reparação socioambiental.

O termo previu, ainda, um cronograma de desembolso pelas referidas empresas de cerca de R\$ 20 bilhões por 15 anos, prorrogáveis por tempo e valor indefinidos, até que todos os programas nele previstos sejam cumpridos. Já as ações de recuperação são conduzidas pela Fundação Renova, conforme também previsto no TTAC. Em 2016, o Comitê Interfederativo (CIF), colegiado criado no âmbito do TTAC e presidido pelo Ibama, aprovou mais de 40 deliberações, todas direcionadas às ações de recuperação, mitigação, remediação e reparação, incluindo indenizações, a cargo das empresas responsáveis.

O Comitê acompanha a efetividade das ações voltadas para diminuir o sofrimento de 8.513 famílias mapeadas no cadastro emergencial. Além disso, monitora mais 11 mil solicitações recebidas por canais de relacionamento. Atualmente, recebem auxílio financeiro emergencial, via cartões, 7.811 titulares, com mais de 10.074 dependentes. Dos R\$ 293,1 milhões previstos para obras de reconstrução de infraestrutura, foram executados até setembro de 2016, R\$ 180,9 milhões.

Além das ações destacadas acima, o CIF coordena programas direcionados para comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), promoção da saúde e da educação, preservação cultural, apoio ao turismo e retomada da economia. Considerando o período chuvoso 2016/2017, o Comitê exigiu a adoção de planos de ação integrados, planos emergenciais e de contingência, de modo a mitigar os efeitos de quaisquer eventos de deslocamento e remobilização dos rejeitos de mineração ainda depositados no meio ambiente.

As dez Câmaras Técnicas criadas pelo Comitê fiscalizam a gestão de 18 programas socioambientais e 23 programas socioeconômicos, das quais participam instituições municipais, estaduais e federais, além de universidades. A governança em conjunto permite acompanhar a enorme gama de impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão de maneira proporcional à gravidade do evento.

Dentre as ações que são acompanhadas pelas Câmaras Técnicas, citam-se a quantificação, a qualificação e o manejo dos rejeitos. Também são fiscalizadas as obras de reforços das barragens e diques remanescentes e da implantação de estruturas auxiliares, temporárias ou permanentes, que estão sendo construídas pela Samarco.

No tocante à conservação e biodiversidade, já foram realizadas coletas de água, sedimentos e organismos em parceria com universidades. O Comitê aprovou, ainda, proposta de conteúdo mínimo para o Programa de Monitoramento Quali-quantitativo da Água e dos Sedimentos do Rio Doce, criando bases técnicas para o monitoramento sistemático da bacia, a ser feito pela Fundação Renova. A Samarco deve ainda apresentar projeto de compensação ambiental, via tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, ao Municípios banhados pelos rios Doce, Gualaxo do Norte e Carmo.

O CIF coordena, ainda, programas voltados à aplicação de recursos para sobretudo captação alternativa de água que somarão R\$ 500 milhões. As Câmaras Técnicas se apoiam na elaboração de um exaustivo plano de monitoramento ambiental, envolvendo biota, solo, sedimentos e água, de modo a qualificar a recuperação de toda a área impactada.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de outro lado, vem acompanhando a execução das ações da Samarco para o reforço das estruturas remanescentes ao acidente.

O DNPM fiscalizou, até setembro de 2016, outras 304 barragens de rejeito de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens, número esse que corresponde a 76% das barragens existentes. Outra medida é o início de operação, em 2017, do Sistema Integrado de Segurança de Barragens de Mineração, no qual serão inseridas informações pelo empreendedor, em tempo real, propiciando melhorias na qualidade do monitoramento e na atuação fiscalizatória do Departamento.

Em 2017, o Governo Federal continuará trabalhando para garantir a eliminação das fontes de poluição, a recuperação dos danos e o atendimento aos atingidos pelo desastre.

10 PLANO SAFRA 2016/2017 E POLÍTICA AGRÍCOLA

O ano de 2016 teve avanços expressivos para o agronegócio brasileiro. Dentre os principais, estão a desburocratização, a abertura e ampliação de mercados, o fortalecimento da política de sanidade agropecuária, a modernização do seguro rural e a transparência no diálogo com o setor rural.

O agronegócio mantém posição destacada na economia nacional, representando em torno de 21,7% do PIB. Segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o valor consolidado do PIB do agronegócio até setembro de 2016 é de R\$ 1,46 trilhão, o que representa um crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2015. A valorização real dos preços dos produtos agropecuários é o fator que mais contribuiu para este desempenho positivo.

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária projetado para 2016 é de R\$ 528 bilhões, 1,8% inferior ao observado em 2015. O valor das lavouras teve queda de 1%, e, o da pecuária, de 3,2%. O principal motivo foram as perdas devidas a eventos climáticos, como chuva, seca e altas temperaturas.

Os prognósticos para a safra 2016/2017 são melhores. O levantamento publicado pela Conab em dezembro de 2016 indica uma produção de grãos variando entre 213,1 milhões de toneladas e 215,3

milhões de toneladas na safra 2016/2017, o que representa um crescimento de até 15,3% em relação à safra anterior. Tal crescimento deve-se, principalmente, ao aumento da produtividade, que poderá chegar a 14,7% em relação à safra 2015/2016. Destacam-se a soja com 103,8 milhões de toneladas e o milho com 84,5 milhões de toneladas. Já a área plantada de grãos deverá ser de 59,2 milhões de hectares, representando um crescimento em relação à safra anterior.

No tocante ao comércio exterior, as exportações do agronegócio contabilizaram US\$ 84,93 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2016, o que corresponde a 45,9% do total das exportações brasileiras. Em 2016, a balança comercial do agronegócio apresentou um saldo positivo de R\$ 71,3 bilhões (até dezembro), superando o saldo total da balança comercial brasileira, que ficou em R\$ 47,7 bilhões no período. Destacam-se as exportações de soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e o café. A Ásia continua sendo o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, seguida da União Europeia.

Quanto ao crédito rural para o financiamento da agricultura empresarial, que inclui os grandes e médios produtores, foram disponibilizados R\$ 183,855 milhões na safra 2016/2017. Do total, R\$ 149,855 milhões foram destinados às operações de custeio e comercialização, sendo R\$ 115,6 milhões a taxas de juros controladas (subsidiadas) e o restante a juros livres de mercado, e R\$ 34,2 milhões foram destinados às operações de investimento.

A Lei nº 13.340, de 2016, autorizou a renegociação das dívidas de crédito rural contraídas até 2011 junto ao Banco do Nordeste (BNB), ao Banco da Amazônia (Basa) ou ao Banco do Brasil (BB) nas regiões da Sudene e da Sudam, que poderão ser quitadas ou renegociadas até o final de 2017. A renegociação poderá ser feita com descontos variáveis de 10% a 95%, conforme o montante contratado e a data da contratação.

Foi lançado o Plano Agro+, voltado à desburocratização de normas e procedimentos a fim de tornar mais ágil e eficiente o atendimento à cadeia produtiva agropecuária. O Plano visa solucionar cerca de 280 demandas, incluindo a edição de atos normativos e a atualização de sistemas informatizados. Como exemplo, pode-se citar a simplificação das regras de rotulagem de alimentos e certificação sanitária. Também foi abolida a reinspeção nos portos de carregamentos provenientes do Sistema de Inspeção Federal (SIF). Estimativas do setor indicam que o Agro+ deve resultar em uma economia de R\$ 1 bilhão por ano ao agronegócio brasileiro.

Em cinco anos, o Brasil pretende elevar de 6,9% para 10% a participação no comércio agrícola mundial, por meio da ampliação da base exportadora e a diversificação de mercados. Para isso, em 2016, o Governo brasileiro promoveu 22 missões de alto nível à Europa, ao Oriente Médio e ao Sudeste Asiático. Também foi concluído o acordo para abertura do mercado dos Estados Unidos da América (EUA) à carne bovina *in natura* brasileira após 17 anos de negociações. Com a Índia, foi negociada a instalação de uma fábrica de agroquímicos no Brasil e um acordo para pesquisa com leguminosas, por meio de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Outras importantes negociações foram conduzidas durante visitas à Itália, à Rússia, à Inglaterra, à Suíça, à Armênia, a Israel e ao Japão.

Em 2016, foi iniciada a implantação do Plano de Defesa Agropecuária (PDA), com duração prevista de cinco anos. Para tanto, foram destinados R\$ 27 milhões para convênios com 18 Estados e o Distrito Federal, com a finalidade de informatização e simplificação de processos. Outros R\$ 2,68 milhões foram destinados ao controle das moscas das frutas em Estados do Norte e Nordeste. Também é meta do Plano reduzir em 70% o tempo de análise e registro de produtos. Ainda no âmbito do PDA (e do Plano Agro+), encontra-se em revisão o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária Animal (Riispoa), datado de 1952, a ser publicado em 2017, e também está em elaboração a revisão do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, que é de 1934.

Quanto à erradicação da febre aftosa, apenas os Estados de Roraima, de Amapá, partes do Amazonas e do Pará (zonas de proteção) ainda não são considerados áreas livres da doença – com vacinação. Todos os Estados trabalham para serem classificados como livres da doença em 2017. Com isso, o Brasil espera que a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheça o País como território livre da Aftosa em 2018.

Sobre a peste suína, mais 13 Estados e o Distrito Federal foram declarados livres da peste suína clássica, em 2016, pela OIE. Anteriormente, somente eram classificados assim os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Assim, a área livre já abrange mais de 90% do rebanho nacional, o que facilita a abertura do mercado internacional para a carne suína brasileira.

A Agricultura destinou, em 2016, R\$ 8 milhões para aquisição de kits de irrigação israelenses. Inicialmente já implantados em MT, CE e PI, estes kits irão beneficiar agricultores familiares de vários Estados e de todas as regiões do País em 2017.

Foi lançado o Programa de Apoio à Inovação Social e ao Desenvolvimento Territorial Sustentável (InovaSocial), a ser implementado pela Embrapa com financiamento do BNDES. Cerca R\$ 30 milhões irão beneficiar 5.530 famílias de pequenos agricultores em cinco anos. O objetivo do Programa é promover a inclusão produtiva e levar assistência técnica aos produtores rurais das cadeias de ovinocaprinocultura e de sementes agroecológicas. Serão priorizados Municípios de baixo IDH, em áreas de agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e ocupadas por comunidades tradicionais.

Em 2018, está prevista a realização, pelo IBGE, de um novo censo agropecuário. O último censo data de 2006 e vinha sendo adiado devido a restrições orçamentárias. A realização do Censo é urgente e imprescindível para atualizar informações defasadas e, assim, subsidiar a formulação de políticas públicas para o meio rural.

Pela primeira vez em 20 anos, estão previstos nas portarias do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para 2017 níveis de risco climático diferenciados que permitirão aos produtores rurais, agentes financeiros e seguradoras maior confiabilidade na gestão de seus negócios. Além do nível de risco de 20% de perda de safra, foram acrescentados níveis de maior risco para o resultado da produção, de 30% e de 40%.

A fim de retomar o financiamento do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em parceria com as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), foi assinado convênio para o repasse de R\$ 52 milhões para o fortalecimento da rede pública de Ater nas 27 Unidades da Federação.

Outra ação importante foi o fortalecimento do Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop), que dissemina tecnologias de produção sustentáveis e de gestão da propriedade rural e incentiva a adoção do cooperativismo, gerando emprego, renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

O Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) é uma importante estratégia para o desenvolvimento sustentável da agricultura, inclusive pela meta de recuperação adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas. Prevê também incremento de 4 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (ILPF) e o plantio e restauração de 12 milhões

de hectares de floresta até 2030 – compromissos assumidos voluntariamente pelo Brasil por meio do Acordo de Paris em 2015. Ao final de 2016, o Brasil já contava 11,5 milhões de hectares com modalidade de integração lavoura-pecuária-florestas.

Os Estados onde mais se verificou essa integração são MS, MT, RS, MG e SC. Na safra 2015/2016, foram destinados R\$ 2 bilhões em crédito rural para o Programa ABC. Lançado em 2010, o Programa ABC já investiu R\$ 13,2 bilhões em 6,8 milhões de hectares. Essa linha financia também o tratamento de dejetos animais, a fixação biológica de nitrogênio (FBN), a agricultura orgânica, a regularização ambiental e o plantio de espécies nativas como açaí, cacau e outros.

Com o objetivo de equilibrar a oferta e demanda no mercado interno, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) executa a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), comprando o produto quando o seu valor está abaixo do mínimo e o devolve ao mercado quando está acima do preço de liberação dos estoques públicos. Ao longo de 2016, foram realizadas diversas operações de venda de estoques públicos em leilões eletrônicos. Para conter a alta do preço do milho em grãos e seu impacto nos preços das carnes de frango e suínos, foram ofertadas 653,8 mil toneladas do produto. A Conab também realizou operações de apoio à comercialização de 444,7 mil toneladas de trigo em grãos da região Sul.

10.1 Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) subvenciona parte do prêmio do seguro rural contratado pelos produtores junto às seguradoras autorizadas a operarem com o Programa. Em 2016, foram aplicados R\$ 400 milhões em subvenção, proporcionando a cobertura securitária de 5,6 milhões de hectares ou 7,8% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva.

Em dezembro de 2016, o Governo quitou R\$ 375 milhões dos R\$ 400 milhões devidos às seguradoras. A quitação em dia não ocorria desde meados de 2010. Com isso, espera-se uma redução substancial no preço do seguro cobrado pelas seguradoras.

Os números de 2016 apresentam um aumento de 30% em relação a 2015, quando, devido a restrições orçamentárias e às dívidas junto às seguradoras, foram concedidos R\$ 282 milhões em subvenção, cobrindo apenas 3,9% da área plantada. Porém, ainda devido a restrições orçamentárias, não foram recuperados os níveis de 2014, quando os recursos para subvenção montaram a R\$ 693 milhões, cobrindo 14% da área plantada.

Em 2016, visando dar maior transparência aos números do PSR, foi lançado o Atlas do Seguro Rural, acessível pelo portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contendo todos os dados históricos desde o ano de 2006, agregados em base municipal. Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Informações do Seguro Rural (SIS-Rural), pelo qual o produtor rural poderá optar pelo produto de seguro que melhor se adequa às suas necessidades. Espera-se que o SIS-Rural venha a incentivar a concorrência entre as seguradoras, refletindo-se em taxas de prêmio mais baixas e na oferta de novos produtos.

10.2 Seguro da Agricultura Familiar e Garantia Safra

O Programa Garantia da Atividade Agropecuária para a Agricultura Familiar (Proagro Mais) ou Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) é destinado aos beneficiários do financiamento de custeio agrícola ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Proagro Mais atendeu, na safra 2015/2016, mais de 340 mil empreendimentos de agricultores familiares, com R\$ 9,4 bilhões segurados. Na safra 2016/17, foram enquadrados 206 mil empreendimentos de agricultores familiares, até dezembro de 2016, com um valor segurado de R\$ 6,8 bilhões. A partir de 2017, todas as operações de custeio agrícola ao amparo do Pronaf serão enquadradas no Proagro Mais.

O Programa Garantia Safra visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios situados na região da Sudene, em caso de perda de safra por razão de estiagem ou excesso hídrico. Na safra 2015/2016, registrou-se a adesão de 991 mil agricultores de 1.220 Municípios e foram pagos R\$ 432,1 milhões em benefícios a 508 mil agricultores. Na safra 2016/2017, foram

disponibilizadas 1,35 milhão de cotas, sendo que entre julho e dezembro de 2016 houve a adesão de 583.865 agricultores familiares em 710 Municípios.

11 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CT&I) são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de empregos de qualidade, a democratização de oportunidades – e mesmo a manutenção da soberania de uma nação.

Somente com investimentos em CT&I o País manterá sua posição em setores estratégicos como o aeronáutico, o agronegócio e os biocombustíveis, e poderá galgar espaço em setores e tecnologias de futuro, como manufatura avançada, Internet, biotecnologia, telemedicina e a economia criativa, que são exemplos das principais tendências mundiais.

O Governo vem dedicando parte significativa de suas receitas ao fomento à Ciência e Tecnologia, aplicando recursos da ordem de 0,9% do PIB, que resultou, dentre outros impactos, no Brasil estar situado em 14º lugar dentre os maiores países produtores de conhecimento científico no mundo.

Contudo, o esforço público que colocou o País dentre os mais avançados em produção científica não se mostrou capaz de retirar o Brasil do 69º lugar no *ranking* de transformação do conhecimento em agregação de valor econômico, ou seja, em inovação.

Tal indicador evidencia que as políticas públicas de apoio à CT&I no Brasil precisam ser avaliadas, e evoluir, especialmente no sentido de alavancar mais investimentos privados, e promover maior interação entre empresas, de um lado, e universidades e institutos de pesquisa, de outro.

Alguns passos nesse sentido já foram feitos pelo Congresso Nacional, que recentemente aprovou a Emenda Constitucional nº 85 e a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que além de reafirmar a importância da CT&I para o desenvolvimento nacional, disciplinaram diversas medidas para incentivar os investimentos privados e estimular essa cooperação universidade-empresa.

Diversos projetos relevantes como as pesquisas sobre o zika vírus e a dengue, o reator multipropósito brasileiro, o Projeto Sirius e ações em infraestrutura de pesquisa nas universidades e nos centros de pesquisa receberam, em 2016, apoio financeiro e institucional para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta, inovadora e competitiva.

A inovação nas empresas também foi apoiada por meio do Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral) e do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq), ambas iniciativas conjuntas da Finep e do BNDES para apoio a planos de negócio de empresas voltados à inovação, em parceria com instituições de pesquisa ou universidades. O Inova Mineral, lançado em maio de 2016, conta com R\$ 1,18 bilhão, sendo até R\$ 220 milhões não reembolsáveis. Já o Padiq teve resultado final divulgado em agosto de 2016: foram aprovados 27 planos de negócios – sendo 12 de micro, pequenas e médias empresas –, que receberam um total de R\$ 2,4 bilhões.

No campo do apoio a empresas nascentes de base tecnológica, as *startups*, destaca-se o Programa InovAtiva Brasil, que capacita empreendedores para aceleração de negócios inovadores de forma gratuita, prática e com alta qualidade. Em 2016, o InovAtiva recebeu projetos de todos os Estados e alcançou 907 *startups*, que receberam 9.500 horas de mentoria até dezembro de 2016.

Atualmente em sua quinta edição, o InovAtiva Brasil conta com uma rede de mais de 21 mil empreendedores cadastrados e 600 mentores voluntários, havendo recebido mais de seis mil projetos de *startups* desde o início do Programa. Em novembro de 2016, recebeu o prêmio de Melhor Aceleradora do País no *Startup Awards*, principal premiação do ecossistema de empreendedorismo digital do País, promovido pela ABStartups (Associação Brasileira de *Startups*).

Em 2017, será lançada uma nova chamada do Programa *Startup* Brasil, que seleciona, em parceria com o mercado, as *startups* mais promissoras. As empresas selecionadas são então “aceleradas” para

terem condições de receber investimentos privados. As *startups* contam, ainda, com bolsas para pagamento de pessoal que somam até R\$ 200 mil. Em 2017, será lançado ainda o Finep Startup, programa que contará com R\$ 100 milhões para investimentos em *startups* com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Turismo

A fim de promover e incentivar investimentos privados no setor de turismo, foram realizadas, em 2016, fóruns especializados e rodadas de negócios. O novo portal www.investimento.turismo.gov.br foi lançado para subsidiar decisões e posicionar o Brasil como relevante destino para investimentos privados.

Deve-se aproveitar o momento pós-Olimpíada, que proporcionou ao País um legado de visibilidade global. Cerca de cinco bilhões de pessoas em todo o mundo acompanharam os Jogos Olímpicos e Paralímpicos realizados no Rio de Janeiro. Somando a programação de todos os 500 canais que transmitiram os Jogos pelo mundo, foram 350 mil horas de televisão — 200 mil a mais do que em Londres.

Para dinamizar o turismo no Brasil, é importante alterar a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que trata da concessão de vistos a estrangeiros. A pertinência da ação é justificada pela realização de duas experiências exitosas: i) a Copa do Mundo de 2014, quando turistas com ingressos válidos puderam entrar sem vistos, registrou-se entrada recorde de dólares pelo turismo. Os visitantes internacionais deixaram US\$ 1,58 bilhão, um incremento de quase 60% em relação ao mesmo período de 2013; e ii) em razão dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, isentou-se de vistos de turistas dos EUA, do Canadá, da Austrália e do Japão. Neste período, 163.104 turistas tiveram origem dos quatro países beneficiados, sendo que 74% utilizaram-se da facilidade. Estes estrangeiros deixaram cerca de US\$ 168 milhões na economia nacional, quase nove vezes mais do que o Brasil arrecadaria com taxas de visto.

De acordo com o relatório de competitividade, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil é considerado o país com maior potencial em recursos naturais do mundo em um *ranking* de 141 nações.



R\$ 270
milhões

em investimentos
de infraestrutura
turística e **1.052**
obras concluídas
em todo o Brasil.

Atualmente, o País conta com 71 parques nacionais distribuídos nas cinco regiões brasileiras, os quais abrangem um total de 250 Municípios. Entretanto, apenas 33 parques estão atualmente abertos para visitação, sendo que destes 17 apresentam infraestrutura satisfatória para o recebimento de visitantes.

Nesse cenário, o Ministérios do Turismo (MTur) e do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conserva o da Biodiversidade (ICMbio) buscam implementar, em 2017, uma política de gestão das áreas de uso público nos Parques Nacionais – com o setor privado e o terceiro setor – para contribuir com o desenvolvimento socioecon mico das comunidades em que essas áreas protegidas estão inseridas, além de promover o uso responsável e sustentável do patrimônio natural brasileiro por meio do turismo.

Será realizado, também, trabalho em conjunto com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério da Defesa e outros órgãos do uso de concessões para a explora o turística de Fortes e Marinas. Nesse sentido, um dos modelos que poderá ser adotado é o do Parque do Iguaçu, que funciona sob regime de concessão, com bons resultados.

O recorte territorial trabalhado prioritariamente pelo Ministério do Turismo é definido pelo Mapa do Turismo Brasileiro. Este instrumento, que faz parte da política de regionaliza o, foi atualizado em conjunto com os Estados e o Distrito Federal, definindo as 291 regiões turísticas e seus 2.175 Municípios. O Mapa está disponível para consulta em www.mapa.turismo.gov.br.

Em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, 498 projetos de infraestrutura turística receberam investimentos de mais de R\$ 270 milhões. Adicionalmente, foram concluídas 1.052 obras, em 24 Estados, que, juntas, representam R\$ 499 milhões em repasses para o turismo. Visando ao adequado emprego dos recursos, foram inspecionadas 25 obras, que totalizam R\$ 140,4 milhões em contratos de repasse.

EIXO INFRAESTRUTURA

1 PARCERIAS PARA MAIS INVESTIMENTOS – PROJETO CRESCER

O Governo Federal tem atuado no fomento de parcerias de longo prazo entre o setor público e a iniciativa privada para o desenvolvimento de projetos destinados à prestação de serviços e a disponibilização de infraestrutura adequada à população. Para isso, foi criado o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Com a entrada em vigor da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, duas estruturas na administração federal foram criadas: o Conselho do PPI (CPPI) e a Secretaria do PPI. O Conselho é o órgão colegiado que avalia e recomenda ao Presidente da República os projetos que integram o PPI, decidindo, ainda, sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações. O Conselho do Programa passa a desempenhar funções anteriormente pulverizadas em diversas instâncias decisórias, garantindo sinergia na tomada de decisão e agilidade na implantação das medidas necessárias à retomada do crescimento da economia e ao fortalecimento da infraestrutura e logística do país. Já a Secretaria, vinculada à Presidência da República, funciona como uma força-tarefa que atua em apoio aos Ministérios e às agências reguladoras para a execução das atividades do Programa.

Essas estruturas, incluindo os órgãos setoriais e os órgãos de controle, atuam de forma articulada para assegurar estabilidade, segurança jurídica, previsibilidade e efetividade das políticas de investimento. A infraestrutura passa a ser tratada como rede e não apenas por meio da análise de cada projeto separadamente, sem uma perspectiva global. A criação do PPI busca alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais na coordenação de investimentos em infraestrutura, alocando recursos e expertise técnica na preparação de projetos nesta área.

O Programa tem como principais objetivos: i) ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do País; ii) garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas aos usuários; iii) promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços públicos; iv) assegurar a estabilidade e a segurança jurídica dos contratos, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e nos investimentos; e v) fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Para que esses objetivos sejam alcançados, o CPPI editou a Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, que estabeleceu as diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal no processo de contratação de empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. A resolução contém diretrizes extraídas do debate técnico entre o Governo, as agências reguladoras, os órgãos de controle e o mercado, e busca conferir segurança jurídica, estabilidade regulatória, além de promover a modernização da governança necessária à criação do ambiente propício à concretização dos investimentos privados.

Nela, foram fixadas normas de governança inspiradas nas melhores práticas internacionais, voltadas à otimização da utilização dos recursos humanos nos diversos órgãos e entidades da administração pública por meio da homogeneização de procedimentos básicos, regras e diretrizes relacionadas aos procedimentos de licitação e celebração de contratos de parceria.

As diretrizes reafirmam competências legalmente conferidas aos ministérios setoriais ou órgãos com competência para formulação da política setorial e adoção das providências necessárias à licitação dos empreendimentos de infraestrutura. Dentre as diretrizes, destaca-se o prazo entre a publicação

do edital e a realização do leilão. Essa variável é de grande relevância para os participantes na licitação, pois propicia intervalo de tempo necessário ao desenvolvimento de todas as ações prospectivas e avaliativas, que precedem à apresentação de proposta. O estabelecimento de prazo mínimo é importante para a análise da documentação e preparação de propostas para investidores nacionais e internacionais. Foi estabelecido, ainda, intervalo mínimo entre projetos de um mesmo setor a serem licitados. Esta previsibilidade proporciona ao investidor a opção de escolher o projeto, ou projetos, que atendam a seus interesses. Mais ainda, permite a estruturação de como ocorrerá o processo de análise e evita possível saturação no mercado, seja do ponto de vista de capacidade de análise, seja da capacidade das instituições financeiras para concessão de *funding*.

Resultados práticos do PPI

Uma vez qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos, os empreendimentos são tratados como prioridade nacional. Em pouco mais de dois meses após sua instituição, o PPI já apresentou resultados objetivos que contribuem com os esforços do Governo para reverter a crise econômica, fomentar o investimento, aumentar a produtividade da economia e gerar emprego e renda.

Em 16 de novembro de 2016, dois contratos de prorrogação de concessões portuárias, em Salvador/BA e Paranaguá/PR, foram assinados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil no âmbito do PPI e devem gerar investimentos da ordem de R\$ 850 milhões. O contrato do Tecon Salvador será prorrogado por mais 25 anos, de 2025 para 2050, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 715 milhões. Os recursos serão empregados em obras de ampliação da capacidade do terminal, com previsão de geração de 500 empregos diretos.

Já o Terminal de Fertilizantes do Porto de Paranaguá/PR, Fospar S/A, líder nacional na importação de fertilizantes nos últimos seis anos, será ampliado. Os investimentos de R\$ 134,5 milhões possibilitarão a atracação simultânea de navios, com ganhos no tempo de operação e aumento da capacidade estática. O prazo contratual que viabiliza tais investimentos deverá ser prorrogado por 25 anos, estendendo o término do contrato de concessão de 2023 para 2048.

Ainda em relação ao setor portuário, foram assinados os termos de aceitação de uso de duas novas áreas arrendadas no porto de Santos/SP, que, por isso, receberá aproximadamente R\$ 370 milhões em investimentos privados. Além disso, foram publicados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) editais referentes à licitação dos terminais STM04 e STM05 no porto de Santarém/PA destinados à movimentação e armazenagem de granéis líquidos de combustíveis.

Na área de energia, o Governo Federal concluiu de maneira exitosa a desestatização da Companhia Energética de Goiás (CELG D), pelo valor de R\$ 2,187 bilhões, correspondente a um ágio de 28% sobre o valor de outorga.

Em 30 de novembro de 2016, foram lançados os editais de concessão para os aeroportos internacionais de Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. A outorga mínima dos quatro terminais será de R\$ 2,26 bilhões e os investimentos são estimados em R\$ 6,613 bilhões. O leilão deverá ocorrer no dia 16 de março de 2017.

O Conselho do PPI definiu o seguinte cronograma, que vem sendo seguido, o qual contempla 34 empreendimentos definidos como prioritários para o Governo Federal, conforme disposto a seguir.

Cronograma

- **Transporte**

Projetos	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Aeroporto de Porto Alegre/RS	4º trimestre/2016*	1º trimestre/2017
Aeroporto de Salvador/BA	4º trimestre/2016*	1º trimestre/2017
Aeroporto de Florianópolis/SC	4º trimestre/2016*	1º trimestre/2017
Aeroporto de Fortaleza/CE	4º trimestre/2016*	1º trimestre/2017
Terminais de Combustíveis de Santarém/PA (STM 04 e 05)	4º trimestre/2016*	2º trimestre/2017

continua

Projetos	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro/RJ	4º trimestre/2016*	2º trimestre/2017
BR-364/365/GO/MG	1º semestre/2017	2º semestre/2017
BR-101/116/290/386/RS	1º semestre/2017	2º semestre/2017
EF-151 SP/MG/GO/TO – Norte-Sul	2º semestre/2017	2º semestre/2017
EF-170 MT/PA – Ferrogrão	2º semestre/2017	2º semestre/2017
EF-334 BA – FIOLE	2º semestre/2017	2º semestre/2017

- Energia, petróleo e gás, e mineração**

Projetos	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Companhia Energética de Goiás (CELG-D)	2º semestre/2016*	2º semestre/2016*
Quarta rodada de licitações de campos marginais de petróleo e gás natural (campos terrestres) sob o regime de concessão	2º semestre/2016**	1º semestre/2017
Décima quarta rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de concessão	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis)	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Direitos minerários de fosfato em Miriri (PB/PE)	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Direitos minerários de cobre, chumbo e zinco em Palmeirópolis/TO	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Direitos minerários de carvão em Candiota/RS	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Direitos minerários de cobre em Bom Jardim/GO	1º semestre/2017	2º semestre/2017
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Boa Vista Energia S.A.	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Companhia de Eletricidade do Acre	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Companhia Energética de Alagoas	2º semestre/2017	2º semestre/2017

continua

Projetos	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Companhia de Energia do Piauí	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Usina Hidrelétrica de São Simão/GO	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Usina Hidrelétrica de Volta Grande/MG	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Usina Hidrelétrica de Miranda/MG	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Usina Hidrelétrica de Pery/SC	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Usina Hidrelétrica de Agro Trafo/TO	2º semestre/2017	2º semestre/2017
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	2º semestre/2017	1º semestre/2018

- **Privatização**

Projetos	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Loteria Instantânea – Lotex	2º semestre/2017	2º semestre/2017

- **Saneamento**

Projetos*	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto – Cedae	2º semestre/2017	1º semestre/2018
Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto – Caerd	2º semestre/2017	1º semestre/2018
Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto – Cosanpa	2º semestre/2017	1º semestre/2018

* Ações já realizadas.

** Edital previsto para janeiro de 2017.

Cedae: Companhia Estadual de Águas e Esgotos Estado do Rio de Janeiro.

Caerd: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia.

Cosanpa: Companhia de Saneamento do Pará.

Fonte: Secretaria do Programa de Parceria de Investimentos.

Mapa dos empreendimentos qualificados pelo Programa de Parcerias de Investimentos



Fonte: Secretaria do Programa de Parceria de Investimentos.

Na agenda com os entes subnacionais, foi estabelecida prioridade ao setor de saneamento pela necessidade de universalização dos serviços e os consequentes impactos positivos na saúde, qualidade de vida, produtividade escolar e no trabalho, recuperação de corpos hídricos, turismo, atividade econômica e geração de empregos.

Até dezembro de 2016, 18 Estados já formalizaram ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a decisão de aderir ao PPI do Governo Federal. O objetivo é desenvolver projetos de parcerias com a iniciativa privada para a realização de investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário, buscando a universalização desses serviços nos Estados. Em novembro de 2016, o BNDES publicou o edital de pré-qualificação técnica e jurídica para habilitação de consultores especializados interessados em fazer os estudos técnicos para estruturação dos projetos de saneamento integrantes do PPI. As empresas qualificadas estarão aptas a disputar as licitações que serão feitas pelo BNDES para contratação dos estudos técnicos a serem elaborados para cada Estado que aderir ao Programa, sendo que as primeiras ocorrerão ainda no 1º trimestre de 2017.

Ainda no âmbito do Programa de Parceria de Investimento, foi editada Medida Provisória 752, de 24 de novembro de 2016, que estabeleceu diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria de empreendimentos qualificados para integrarem o PPI, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário.

Leilões de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos

Foram definidos novos modelos de concessões a serem realizadas em 2017 com as seguintes características principais:

- **Aeroportos:** a Infraero não participará mais dos leilões; o vencedor deverá pagar à vista 25% do valor da outorga (mais ágio), terá carência de cinco anos e voltará a pagar anualmente a partir do sexto ano da concessão, e o prazo entre publicação do edital (em inglês e português) e o leilão será de pelo menos 100 dias. Os empreendimentos, com potencial para gerar 30 mil empregos diretos e indiretos, são:

- Aeroporto Internacional Salgado Filho, Porto Alegre/RS – atualmente é o 9º aeroporto mais movimentado do País e 1º da região Sul. Com a concessão, permite-se viabilizar a ampliação do terminal de passageiros e do pátio de aeronaves e ampliação da pista de pouso e decolagem, com geração de aproximadamente 1.500 empregos diretos e três mil indiretos;
 - Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães, Salvador/BA – atualmente é o 8º aeroporto mais movimentado do País e 1º da região Nordeste. Com a concessão, permite-se viabilizar a ampliação do terminal de passageiros e estacionamento de veículos, do pátio de aeronaves e construção de pista de pouso e decolagem, com geração de aproximadamente cinco mil empregos diretos e dez mil indiretos;
 - Aeroporto Hercílio Luz, Florianópolis/SC – atualmente é o 14º aeroporto mais movimentado do País e 3º da região Sul. Com a concessão, permite-se viabilizar a construção do novo terminal de passageiros e do novo estacionamento de veículos, a construção de pista de táxi paralela e com ligação direta às duas cabeceiras e a ampliação da pista de pouso e decolagem, com geração de aproximadamente dois mil empregos diretos e quatro mil indiretos; e
 - Aeroporto Pinto Martins, Fortaleza/CE – atualmente é o 12º aeroporto mais movimentado do País e 3º da região Nordeste. Com a concessão, permite-se viabilizar a ampliação do terminal de passageiros e do pátio de aeronaves, a da pista de pouso e decolagem, com geração de aproximadamente 1.500 empregos diretos e três mil indiretos.
- Portos: o arrendatário terá obrigação de realizar investimentos mínimos exigidos no edital e pagar arrendamento mensal durante todo o período da concessão. Nos casos de prorrogação de prazo, o arrendatário implementará plano de investimentos com realização de melhorias nos terminais. Os empreendimentos a serem concedidos são:
 - Terminais de Combustíveis de Santarém/PA (STM 04 e 05) – a concessão permitirá substituir e ampliar os tanques de armazenamento, garantindo adequadamente a distribuição de combustíveis na região; e
 - Terminal de Trigo do Rio de Janeiro/RJ – a concessão permitirá a construção de novo terminal de trigo, com melhoria logística e aumento de capacidade de descarregamento dos navios e de silagem nos moinhos.

- Rodovias: as duplicações serão realizadas conforme a demanda (acaba a obrigatoriedade de duplicar a rodovia nos primeiros cinco anos). Os trechos serão duplicados quando atingirem um fluxo de tráfego definido no Edital. A oferta de serviços (socorro médico, atendimento mecânico e demais serviços operacionais) será disponibilizada de acordo com as necessidades de cada trecho de rodovia.
 - BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO: Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437 km) – relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano/Triângulo Mineiro. A concessão visa interligar a região a trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado consumidor do Sudeste e ao Porto de Santos/SP; e
 - BR-101/116/290/386/RS, BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Arroio dos Ratos/RS – Camaquã/RS; BR-290: Osório/RS – Guaíba/RS; BR-386: Porto Alegre/RS – Carazinho/RS (581,30 km) – engloba corredores na região metropolitana de Porto Alegre e entorno que já estão saturados e necessitam de urgentes intervenções. A concessão tem como objetivo possibilitar a ampliação da capacidade e melhorar o nível de serviço, proporcionando redução de acidentes e melhoria na trafegabilidade.
- Ferrovias: as novas outorgas serão realizadas sob o modelo que melhor se adequar a cada caso, assegurando-se sempre a interoperabilidade do Sistema Ferroviário Federal, por meio do compartilhamento da infraestrutura ferroviária, ou seja, Tráfego Mútuo e Direito de Passagem. Os empreendimentos são:
 - Ferrovia Norte Sul (FNS) (EF-151): subconcessão do trecho de 1.537 km entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP – permite ampliar a conexão ferroviária da região central do Brasil à malha Paulista da ALL (Porto de Santos/SP) e aos Portos do Norte/Nordeste (Itaqui/MA e, futuramente, ao Porto de Vila do Conde/PA);
 - Ferrogrão (EF-170): concessão do trecho de 965 km entre Sinop/MT e Miritituba (no Município de Itaituba/PA) – visa melhorar o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, conectando-se ao Porto de Miritituba, no rio Tapajós, Estado do Pará; e

- Ferrovia de Integração Oeste – Leste (FIOL) (EF 334): subconcessão do trecho de 537 km entre Ilhéus/BA e Caetité/BA – permitirá escoar minério de ferro produzido na região de Caetité/BA pelo Porto Sul, complexo portuário a ser construído nas imediações da cidade de Ilhéus/BA.

Os setores de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos representaram uma arrecadação derivada de concessões de aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2016. Para 2017, está prevista arrecadação de R\$ 3,7 bilhões com as novas concessões, com destaque para os aeroportos de Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Florianópolis/SC e Fortaleza/CE, e a Ferrovia Norte-Sul.

Em relação ao volume de investimentos referente aos projetos qualificados no setor de infraestrutura de transportes, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 24,1 bilhões a partir de 2017.

1. 1 Leilões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica

Ao longo de 2016, o Ministério de Minas e Energia (MME), orientado por um novo direcionamento do papel do Estado e por novas políticas de Governo, estabeleceu diretrizes de política governamental para que, a curto prazo, fossem resgatadas a confiança do mercado de energia e de mineração, assim como a da sociedade e a dos agentes econômicos, fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Destacam-se as mudanças regulatórias introduzidas com a edição da Lei nº 13.360 de 17 de novembro de 2016, e da Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, as quais marcaram uma nova fase para o País, resgatando a credibilidade do setor para novos investimentos.

A Lei nº 13.360, de 2016 (Medida Provisória nº 735, de 2016) constitui-se em importante medida para a atração de investimentos ao setor elétrico brasileiro, uma vez que introduziu uma série de aperfeiçoamentos no regramento do setor. Dentre eles, destacam-se:

- a melhoria na governança da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

- fim dos dispositivos da CDE que permitiam empréstimos para represar tarifas ou que permitiam o pagamento de indenizações, o que acabava transferindo custos do ambiente regulado para o ambiente livre;
- limitação dos subsídios concedidos ao carvão mineral;
- medidas para mitigar os problemas da sobrecontratação das distribuidoras, como possibilidade de venda de lastro do ACR para o ACL e flexibilidade para o poder concedente realizar leilões de energia existente (A-1 até A-5) e energia nova (A-3 até A-7); e
- medidas para melhorar o ambiente de negócios, tais como privatização das distribuidoras, com liberdade para a sucessora conduzir a política de recursos humanos, gestão dos contratos, além da autonomia empresarial da Eletrobras.

Essa mudança de rumo também está acontecendo no segmento da distribuição. Por falta de investimentos, as distribuidoras da Eletrobrás tornaram-se as últimas colocadas nos *rankings* de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com constantes interrupções de energia, além de alto endividamento e prejuízo de R\$ 5 bilhões em 2015. Para resolver esse problema, a Medida Provisória nº 735, de 21 de junho de 2016, convertida na Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, alterou o marco legal com o intuito de facilitar a privatização das distribuidoras estatais e melhorar a qualidade do serviço de energia disponibilizado ao consumidor.

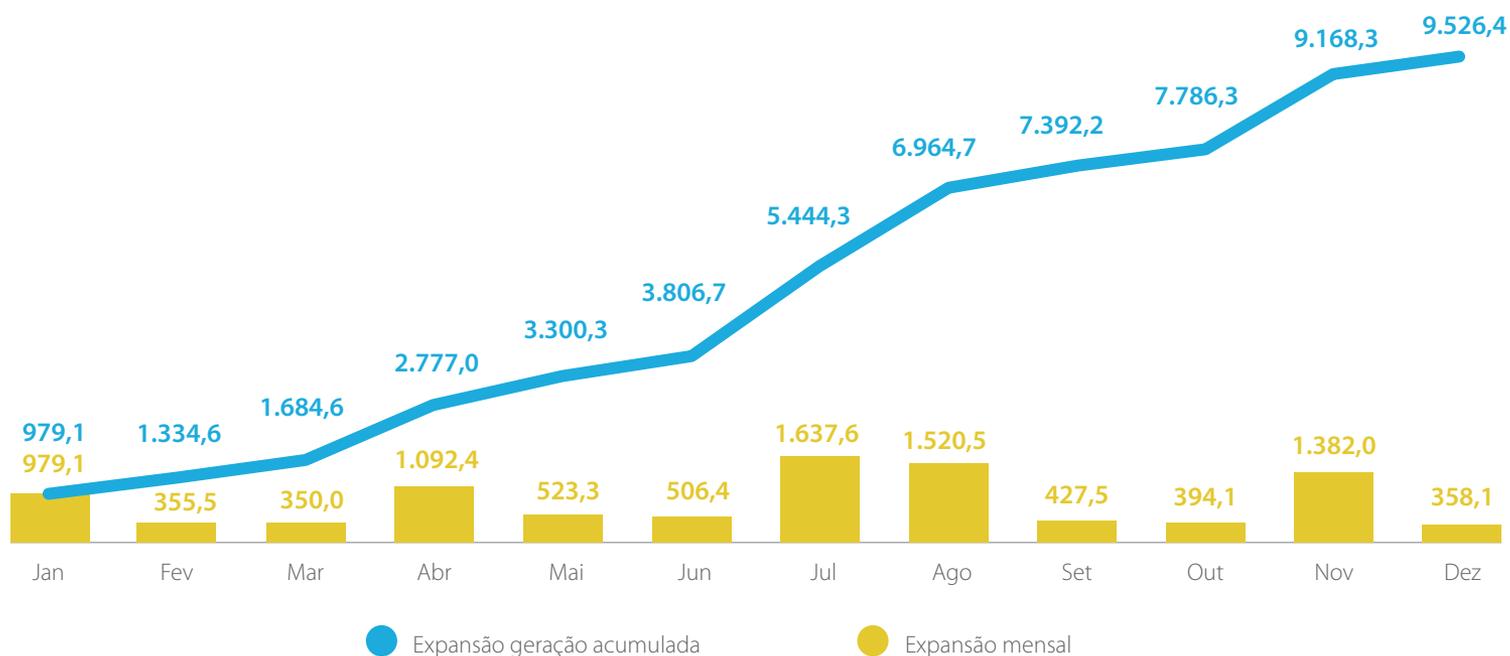
Também em 2016 foi feita revisão da metodologia, das premissas e, conseqüentemente, dos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas (UHEs). O resultado final traz segurança para o planejamento da expansão e da operação do Sistema Interligado Nacional.

Em termos de aperfeiçoamento do processo de realização de leilões de energia, destaca-se a revisão das condições de cadastramento de empreendimentos de geração em leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva junto à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com vistas à habilitação técnica. A atualização de tais condições, publicadas por meio da Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016, mostrou-se necessária para permitir a inserção de novas fontes nos leilões,

além de propor melhorias no processo de cadastramento junto à EPE. Foi editada, ainda em 2016, a Portaria MME nº 444, de 23 de agosto, que estabeleceu diretrizes gerais para definição de capacidade remanescente do Sistema Interligado Nacional (SIN), proporcionando estabilidade de regras e redução de risco aos participantes dos leilões.

Expansão do Sistema Elétrico

Em 2016, foram incorporados 9.526 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), recorde de ampliação da geração, configurando recorde de expansão anual. Em destaque, a conclusão das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Jirau (3.750 MW) e Teles Pires (1.820 MW), a da Usina Termelétrica (UTE) Maranhão III (518 MW) e o início de operação das primeiras unidades geradoras da UHE Belo Monte, representando 1.988 MW de expansão, e, também, a operacionalização de 2.484 MW de usinas eólicas nas regiões Nordeste e Sul.



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

Em 2016, foi contratada a energia proveniente de 59 empreendimentos de geração de energia elétrica, decorrentes dos leilões de energia nova e de reserva. No total, foram contratados 709 MW, representando investimento total de R\$ 3 bilhões.

Cabe destacar a participação da fonte hidrelétrica de pequeno porte nos leilões, consolidando a entrada das centrais geradoras hidrelétricas (com capacidade menor que 1 MW) em leilões regulados.

O Brasil bateu seu recorde de produção de energia eólica em um dia, com 5,8 GWmed (gigawatt médio), segundo dados do Operador Nacional do Sistema (ONS). Deu ainda passos importantes para promover a energia solar por meio do Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica (PROGD) e de leilões específicos, como o 2º Leilão de Energia de Reserva.

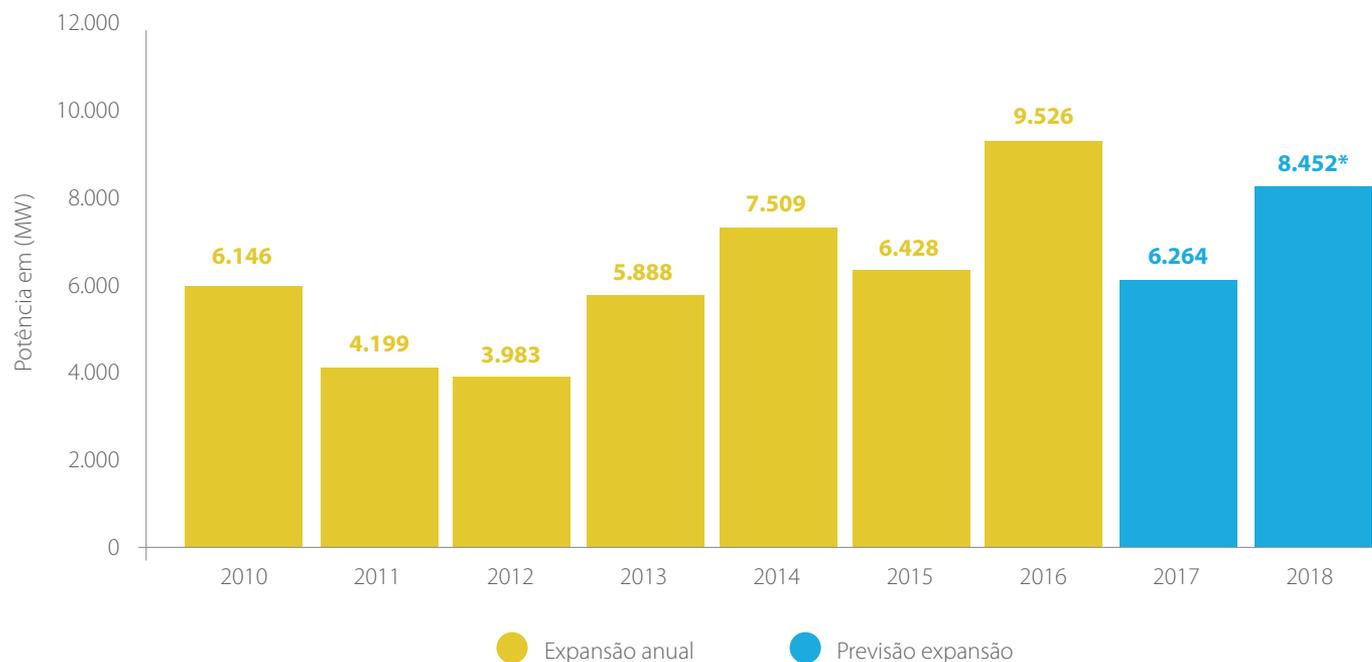
Em 2016, foi reduzida a participação da geração térmica no atendimento à carga de energia elétrica brasileira. Este fato é explicado, sobretudo, pelo menor intervencionismo no despacho complementar aos indicados pelos modelos computacionais de otimização energética. Com isso, houve redução expressiva nos encargos setoriais.

A central nuclear de Angra encerrou o ano de 2016 gerando 15,9 milhões de megawatts-hora (MWh) – a melhor marca da história da Eletronuclear em ano, com parada de reabastecimento de combustível.

A usina hidrelétrica de Itaipu fechou 2016 com uma produção histórica de 103,1 milhões de megawatts-hora (MWh), estabelecendo uma nova marca mundial.

Em relação à expansão da capacidade de geração de energia elétrica, considerando a energia contratada em ambiente regulado (ACR) e as previsões de entrada em operação comercial apuradas ao final de 2016, está prevista, para o próximo biênio, a entrada em operação de mais 6.264 MW, em 2017, e mais 8.452 MW, em 2018.

Expansão da Capacidade Instalada (MW)



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

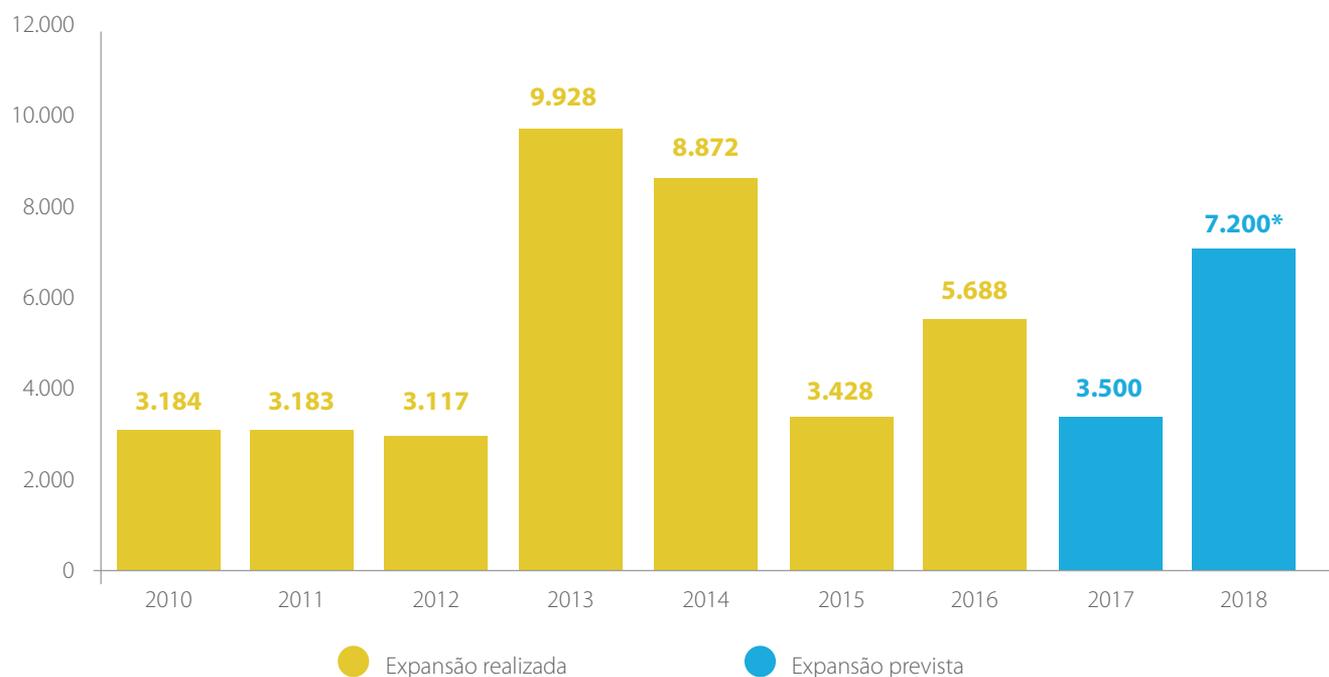
* Os dados de previsão de expansão para 2018 ainda serão consolidados.

Devido ao atraso de cronograma e aos lotes vazios nos leilões de transmissão, algumas regiões do País começaram o ano de 2016 com restrições na oferta de energia. Para retomar os investimentos em transmissão, o modelo dos leilões foi alterado e o leilão realizado em 28 de outubro de 2016 obteve um resultado satisfatório, com 21 dos 24 lotes arrematados. Isso garantiu não apenas novos investimentos da ordem de R\$ 11,6 bilhões, mas a segurança energética do País. No total, foram leiloados, em 2016, 9.500 km de linhas e 13.200 MVA de capacidade de transformação em subestações, representando investimento total de R\$ 18,4 bilhões. A maioria dos empreendimentos tem previsão de entrada em operação em 2019 e 2020.

Em 2016, foram incorporados 5.688 km de linhas de transmissão ao Sistema Interligado Nacional. Em destaque, a conclusão da Interligação da Usina Teles Pires.

Para o ano de 2017, está prevista a adição de mais 3.500 km de novas linhas de transmissão e mais 15.000 MVA de capacidade instalada de transformação, com destaque para a complementação da integração das usinas do Rio Madeira. Em 2018, está prevista a entrada em operação de mais 7.200 km de linhas de transmissão e mais 19.000 MVA de capacidade transformadora adicional, destacando-se o 1º bipolo do sistema de integração de Belo Monte.

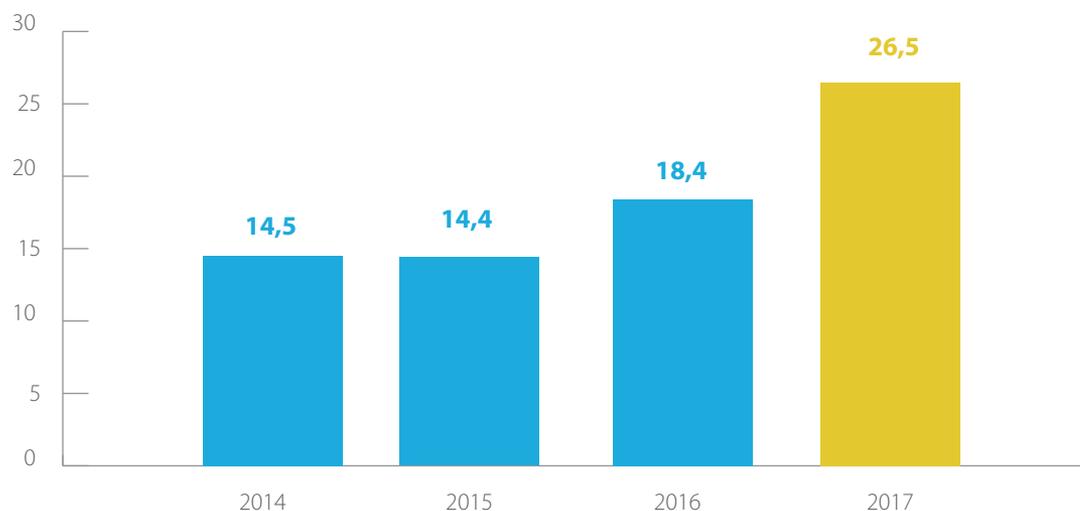
Expansão da extensão de linhas de transmissão (km)



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

* Os dados de previsão de expansão para 2018 ainda serão consolidados.

Em 2017, serão realizados três leilões de transmissão, que devem gerar mais R\$ 26,5 bilhões em investimentos. Com esses empreendimentos, há a expectativa de criação de 40 mil empregos nos próximos anos.

Leilões de transmissão – investimento em R\$ bilhões

Fonte: Ministério de Minas e Energia.

Leilões bilionários de petróleo e gás natural em 2017

Em 2017, estão previstas três rodadas de licitação para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Os certames deverão proporcionar novos investimentos para o setor, a médio e longo prazo, com o consequente aumento da produção e das receitas governamentais – e sem impactar as finanças da Petrobrás.

Com a publicação da Lei nº 13.365, de 2016, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, foi efetivada importante mudança no marco legal do setor, capaz de fomentar o investimento privado no setor de petróleo e gás. A nova lei faculta à Petrobrás o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.

Assim, será possível a realização, já em 2017, do 2º Leilão de Partilha, com áreas em quatro campos de Petróleo. Essa mudança permitirá a arrecadação de até R\$ 4,7 bilhões pelo pagamento de Bônus de Assinatura, além de futuras receitas de *royalties* e outras participações governamentais, e vultosos investimentos. Conforme aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o percentual de conteúdo local exigido (compra de bens, equipamentos e serviços de fornecedores nacionais) será o mesmo já adotado na área adjacente contratada.

No 1º trimestre de 2017, também será realizada a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais. Essa modalidade de leilão tem como alvo as empresas de pequeno e médio porte, que têm papel importante no desenvolvimento socioeconômico regional.

Já a 14ª Rodada de Licitações de Blocos para a Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, segundo as regras da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na modalidade concessão, foi autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Para esse certame, foram selecionados 291 blocos exploratórios, distribuídos em 29 setores, de nove bacias sedimentares, localizadas em áreas de interesse dos Estados do MA, PI, RN, AL, SE, BA, ES, RJ, MS, SP, PR, SC e RS. Foi aprovada a inclusão de dez blocos de águas ultraprofundas, localizados na porção norte da Bacia de Campos (RJ), com elevado potencial. A ANP publicará os mapas relativos a essa rodada. O pré-edital e a minuta de contrato deverão ser publicados no início de 2017.

2 VENDAS DE ATIVOS

O Decreto nº 8.893, de 1º de novembro de 2016, incluiu dentre as prioridades do PPI a venda de direitos minerários de áreas não explorados pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil. São quatro áreas de titularidade da CPRM a serem ofertadas ao mercado: Fosfato em Miriri (PB-PE); Cobre, Chumbo e Zinco em Palmeirópolis/TO; Carvão em Candiota/RS e Cobre em Bom Jardim de Goiás/GO. A previsão é que os editais de licitação sejam publicados no primeiro semestre de 2017.

A Eletrobrás, por sua vez, começou a privatizar suas distribuidoras. A primeira foi a Celg Distribuição (CELG-D), de Goiás, colocada em leilão, em 30 de novembro último, a preço mínimo de R\$ 1,79 bilhão e lance vencedor de R\$ 2,187 bilhões (prêmio de 28% em relação ao preço mínimo). Em 2017, outras seis distribuidoras serão privatizadas nos Estados do AC, AM, AL, PI, RR e RO. O Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021, aprovado em novembro de 2016, apresenta como uma de suas principais iniciativas, além da privatização das distribuidoras, desinvestimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPE) com potencial de gerar recursos da ordem de até R\$ 4,6 bilhões para a Eletrobrás.

A Petrobrás já tem em curso um plano de vendas de ativos com vistas a reduzir seu endividamento e recuperar sua capacidade de investimentos. A venda de ativos, combinada com a já aprovada mudança no marco regulatório do setor, propiciará investimentos privados em diversos pontos da cadeia produtiva do Petróleo e do Gás. O Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, aprovado em setembro de 2016, prevê arrecadar US\$ 19,5 bilhões em parcerias e desinvestimentos no biênio 2017/2018. Como parte integrante dessa meta, o Conselho de Administração aprovou, em 17 de novembro de 2016, a assinatura do contrato para venda da Liquegás para a Ultragas, subsidiária da Ultrapar.

Os efeitos positivos do plano de enxugamento dos ativos das empresas estatais são claramente perceptíveis pela valorização das ações da Eletrobrás (ELET6), em 110%, e da Petrobras (PETR4), em 116% na Bovespa, no período entre 1º de junho e 31 de outubro de 2016.

3 ENERGIA RENOVÁVEL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Cerca de 43,5% da matriz energética brasileira deverá vir, em 2016, de fontes renováveis, indicador superior aos 41,2% alcançados em 2015. Na matriz de oferta de energia elétrica, as renováveis devem avançar ainda mais em 2016, chegando a 83,4%, contra os 75,5%, verificados no ano anterior.

No setor de biocombustíveis, o Brasil mantém posição de destaque internacional como segundo maior produtor, superado apenas pelos Estados Unidos da América (EUA). No cenário doméstico, a

participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional.

Segundo o Balanço Energético Nacional, a biomassa da cana respondeu, em 2015, por 16,9% de toda a energia renovável produzida e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representaram cerca de 20,7% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 18,4% etanol (anidro e hidratado) e 2,3% biodiesel.

O Brasil é o 2º maior produtor e o segundo maior consumidor de etanol. Na safra 2015/2016, foi produzido o volume recorde de 30 bilhões de litros de etanol. Na atual safra 2016/2017, o volume deve cair para 28 bilhões. A queda de produção está associada à redução da demanda por combustíveis e pelos preços mais altos do açúcar.

Nesse contexto, o Governo lançou o RenovaBio 2030, conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País. Colocando em prática os compromissos assumidos no Acordo de Paris, o RenovaBio 2030 pretende desenvolver, em conjunto com os atores econômicos da cadeia de produção de biocombustíveis, um plano estratégico que inclui etanol, biodiesel, biocombustíveis de segunda geração e novos produtos, como bioquerosene e biogás. Esse plano resultará em projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 2017.

4 FINANCIAMENTO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS – SETOR TRANSPORTES

Em linha com o novo direcionamento governamental, de maior participação privada no financiamento do investimento público, foi editado o Decreto 8.874, de 11 de outubro de 2016, que permite às empresas participantes do PPI emitir debêntures incentivadas. O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas por agentes privados, para financiar projetos de investimentos em infraestrutura.

Em 2016, foram aprovados sete projetos para rodovias e três projetos para ferrovias, tendo sido autorizada a emissão de debêntures no montante de mais de R\$ 7 bilhões. Desse total, foi efetivamente emitido o total de R\$ 370 milhões em debêntures. Para o setor portuário, foi aprovado projeto de investimento na ordem de R\$ 600 milhões. Já no setor aeroportuário houve aprovação à solicitação da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. para a construção do Píer Sul, no aeroporto internacional do Rio de Janeiro, com investimento estimado em R\$ 557 milhões.

Já o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) consiste na suspensão da cobrança das contribuições para PIS/Pasep e Cofins sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura, destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada. O objetivo é contribuir para a redução dos custos dos investimentos em infraestrutura efetuados pelo setor privado.

Em 2016, foi aprovado o enquadramento no Reidi de dois projetos no setor rodoviário, cujo investimento previsto é da ordem de R\$ 2,03 bilhões, com desoneração do Reidi estimada em R\$ 90,02 milhões. No setor portuário, em 2016, deu-se início à análise de dois projetos de investimentos privados, para fins de habilitação ao Reidi, na ordem de R\$ 1,5 bilhão. Obteve indicação favorável à solicitação da concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A., com investimento estimado em R\$ 1,48 bilhão. A desoneração do Reidi implica na redução de custo estimada em R\$ 68,09 milhões.

Também ao decorrer de 2016, a carteira de projetos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) somava 357 empreendimentos com financiamento contratados junto aos agentes financeiros para construção de embarcações no País. Ao longo de 2016, foram contratados pelos agentes financeiros do FMM R\$ 3,45 bilhões de novos financiamentos. Para os já em construção, foram liberados R\$ 2,1 bilhões. Para o ano de 2017, está prevista a conclusão de 206 embarcações e liberação de R\$ 4,4 bilhões do FMM.

Foram construídas, ao longo de 2016, 119 embarcações, com destaque para 76 barcaças e cinco empurradores, além de cinco navios destinados à cabotagem. As barcaças e empurradores destinam-se ao escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de

manutenção nas rodovias. Em relação à cabotagem, a frota mercante brasileira foi incrementada pelo término da construção de três navios para o transporte de gás natural e um navio petroleiro do tipo Suezmax, integrantes do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), além de um navio graneleiro.

5 MAIS INVESTIMENTOS – SETOR PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO

Durante o ano de 2016, foram publicados 19 anúncios públicos relativos a solicitações de autorização para construção, ampliação e alteração de perfil de cargas para Terminais de Uso Privado (TUP) e Estações de Transbordo de Cargas (ETC), o que representa uma expectativa de aporte de investimentos da ordem de R\$ 3,9 bilhões, provenientes da iniciativa privada na operação e exploração desses empreendimentos. No mesmo período, foram autorizados 17 novos contratos de adesão, sendo dez na modalidade de TUP e sete na modalidade de ETC, totalizando R\$ 1,8 bilhão.

Ainda com vistas à expansão e à modernização da infraestrutura dos portos, encontram-se em análise quatro ampliações de terminais privados que proporcionam acréscimo de R\$ 128,7 milhões. Já os contratos de arrendamento objeto de prorrogações (antecipada ou ordinária) viabilizaram investimentos da ordem de R\$ 1,64 bilhão.

O Governo Federal publicou, até novembro de 2016, decretos que redefinem as áreas de 12 portos organizados: Antonina/PR, Aratu/BA, Barra do Riacho/ES, Forno/RJ, Paranaguá/PR, Pelotas/RS, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Salvador/BA, Santana/AP, Vila do Conde/PA e Vitória/ES. Outras nove propostas de revisão se encontram em fase final de tramitação.

Em 2017, prevê-se a continuidade dos trabalhos de avaliação e aprimoramento dos normativos do setor, com potencial para a desburocratização, segurança jurídica e consequente atração de investimentos. Para consolidar as políticas públicas do setor hidroviário, conforme disposto no Plano Hidroviário Estratégico (PHE), foram criados, em 2016, o Comitê Nacional de Gestão Hidroviária (Conagh) e Grupos de Desenvolvimento Regional Hidroviários (GDRH).

6 INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DOS TRANSPORTES – PLANEJAMENTO

Para a definição dos corredores logísticos estratégicos dos principais produtos transportados no País, o Governo está mapeando os gargalos nas rotas de transportes existentes. Em 2016, foram realizados estudos sobre o escoamento de produtos do “complexo de soja e milho”.

Para 2017, há previsão de estudos de corredores logísticos relacionados ao escoamento dos grupos “petróleo e combustível” e “minério de ferro”, que auxiliarão na projeção da infraestrutura de transportes e na priorização dos investimentos.

Também em 2016, foi concluído projeto com metodologia para a localização e a implantação de Centros de Integração Logística (CIL). Foram identificadas 137 áreas potenciais para implantação de CILs, sendo 72 delas de grande importância, correspondentes a 81,6% do volume total de cargas movimentadas.

Em 2017, pretende-se fomentar a participação de instituições estaduais e da iniciativa privada na implantação de CILs de forma a dotar o País de logística que promova a integração modal e reduza os custos de transportes para escoamento de cargas.



foram contemplados com projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais.

7 MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS

Para conectar o Brasil e levar desenvolvimento e serviços sociais a lugares distantes dos grandes centros, como é o caso da Amazônia Legal, 270 Municípios foram contemplados com projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais. A meta do Programa de Aviação Regional (PAR) é que 96% da população esteja localizada a pelo menos 100 quilômetros de um terminal de passageiros.

Também foi definida a Rede de Interesse Regional, base para composição do Plano Aeroviário Nacional. A partir da rede, foram definidos os aeroportos regionais aptos a receber investimentos, que formam uma carteira de 176 projetos. Foi lançado um programa de ações de curto prazo que buscam solucionar dificuldades operacionais desses aeroportos regionais e, até 2018, 58 aeroportos receberão investimentos e equipamentos de navegação aérea, além de representação de órgãos de Serviço de Tráfego Aéreo (ATS), para que funcionem em plenas condições.

8 MOBILIDADE URBANA

Propostas de mobilidade urbana para criação e requalificação de corredores de ônibus, implantação de BRTs e VLTs, metrô, terminais e ciclovias articuladas a sistemas estruturantes de transporte público coletivo contribuem para melhorar a mobilidade urbana nas cidades brasileiras, corrigindo, diminuindo ou prevenindo os problemas de circulação, a partir da priorização dos investimentos nos sistemas de transporte público coletivo.



Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana SEMOB/MCidades.

Neste sentido, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, vem apoiando a implantação de sistemas sobre trilhos e sobre pneus com recursos do Tesouro Nacional e de financiamentos, com juros subsidiados. Entre estes projetos, com contratos em andamento, tem-se o VLT do Rio de Janeiro/RJ, o metrô de Salvador/BA, além de corredores de transporte em Rio Branco/AC, Manaus/AM, Goiânia/GO, Contagem/MG, Belo Horizonte/MG, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Belém/PA, Recife/PE, Teresina/PI, Curitiba/PR, Boa Vista/RR, Santos/SP, São Bernardo do Campo/SP, São José do Rio Preto/SP, São Paulo/SP, Piracicaba/SP, Praia Grande/SP e Niterói/RJ.

A estratégia para 2017 é implementar os empreendimentos de mobilidade urbana selecionados que possuem estudos e projetos de boa qualidade, e possibilitem a participação de parceiros privados, formando alianças que os viabilizem.

Além disso, encontram-se em andamento duas ações, que não envolvem recursos diretos do Governo Federal, mas contribuem com a mobilidade urbana e com a redução de emissões de gases de efeito estufa, compromisso assumido pelo Brasil, e efetivam a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) e da Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC). São elas:

- Convênio de Financiamento não reembolsável de investimento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), tendo como agência implementadora o BID, para desenvolvimento de ferramentas técnicas e de conhecimento para o planejamento e implantação de projetos e ações de mobilidade urbana sustentável, incorporando a potencial redução de gases de efeito estufa (GEE) associada à mobilidade nas grandes cidades brasileiras. Encontram-se em desenvolvimento projetos-pilotos de gestão de demanda por viagem (TDM) em Belo Horizonte/MG e de desenvolvimento de estratégias de transporte ativo (não motorizado) em Fortaleza/CE e Brasília/DF. Teve início em abril de 2015 e estende-se até março de 2018; e
- Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, no projeto denominado “Eficiência Energética na Mobilidade Urbana”, com vistas a aprimorar condições institucionais e técnicas no setor de mobilidade urbana no País, que promovam o aperfeiçoamento da gestão e, portanto, o aumento da eficiência energética e a redução de emissões de gases de efeito estufa.

9 SANEAMENTO

O Governo Federal deu início à elaboração de novo desenho institucional do setor de saneamento que permita ganho de escala em eficiência tanto na tomada de decisão quanto na gestão dos empreendimentos. Há ainda enormes desafios para a universalização do saneamento básico no Brasil, considerando-se que mais de 36 milhões de pessoas não possuem acesso à água potável, e que somente 38% dos esgotos do País são tratados. Para superar esse desafio, sobretudo na conjuntura de crise econômica, é preciso também atrair o capital privado.

Para auxiliar nos processos de concessões e de Parceria Público-Privada (PPPs), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem trabalhando na estruturação de modelos de negócios para a construção e a operação das redes de abastecimento e tratamento de água e esgotos. Em 2016, 18 Estados aderiram ao Programa, que se encontra em fase de estudo. Os casos de Rio de Janeiro, Rondônia e Pará foram incorporados ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e terão seus editais lançados ainda no segundo semestre de 2017. Além de oferecer suporte técnico, o BNDES vai financiar até 80% do Projeto com taxa de juros de longo prazo (TJLP), em prazos de até 20 anos – o que coloca o saneamento como um de seus setores prioritários.

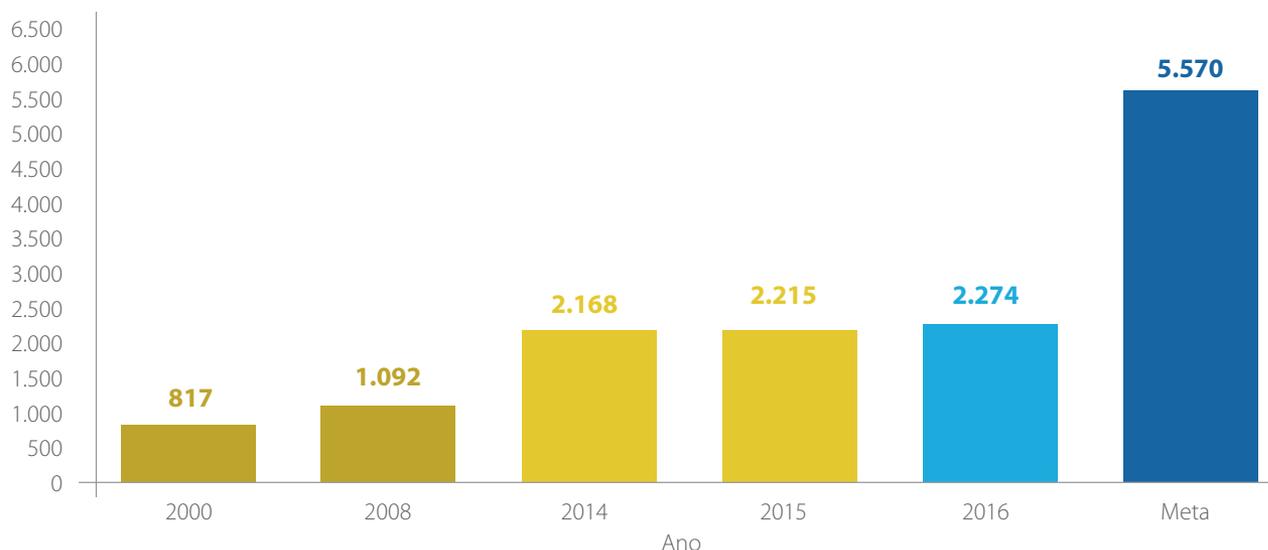
Em 2016, uma das principais ações para melhorar a eficiência da gestão da carteira de 2.885 empreendimentos, que envolvem investimentos realizados pelo Ministério das Cidades da ordem de R\$ 85 bilhões, foi a regularização do fluxo dos repasses. O atraso de recursos, que no início de 2016 chegou a mais de quatro meses, foi superado. O Governo Federal pretende aplicar R\$ 1 bilhão para a retomada de 342 obras de saneamento até o primeiro semestre de 2017.

Desde 2014, foram contratados 635 Municípios com população de até 50 mil habitantes para implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2016, foram concluídos 363 empreendimentos. Também nesse ano foram selecionados 117 Municípios com até 50 mil habitantes que passaram a contar com unidades hidrossanitárias. Para 2017, estima-se o atendimento a mais 136 Municípios.

Em termos de planejamento da oferta de saneamento nas áreas rurais, o Governo Federal desenvolve o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) – vertente do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Para a concepção e a elaboração do PNSR, foram realizadas em 2016, dentre outras ações, a análise da situação do Saneamento Rural no Brasil e a discussão de diretrizes para o PNSR que foi debatido em uma oficina nacional realizada em dezembro de 2016, estando previstas cinco oficinas regionais para o primeiro semestre de 2017.

No que tange à Política Nacional de Resíduos Sólidos, verificou-se o incremento em 2016, em relação a 2015, de 59 Municípios que passaram a utilizar os aterros sanitários, deixando de usar o lixão como a principal unidade de disposição. O desafio ainda é grande, pois aproximadamente 3,3 mil Municípios ainda não se adequaram, conforme aponta o gráfico abaixo.

Municípios com disposição final adequada (em aterros sanitários)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

O Governo Federal tem apoiado os Estados e os Municípios na elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), na capacitação e na busca de estímulos ao funcionamento de consórcios públicos.

Destaca-se, ainda, esforço de implementação do princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, pelo qual fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes devem implantar sistemas de logística reversa.

Para o ano de 2017, está programada a celebração do acordo setorial para implantação do sistema de logística reversa de eletroeletrônicos e de um termo de compromisso com os fabricantes de aço. Da mesma forma, deve ser firmado termo aditivo para a expansão do sistema de logística reversa de embalagens plásticas de óleo lubrificante – a primeira fase, implantada em 2016, recolheu 4.400 toneladas de embalagens plásticas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

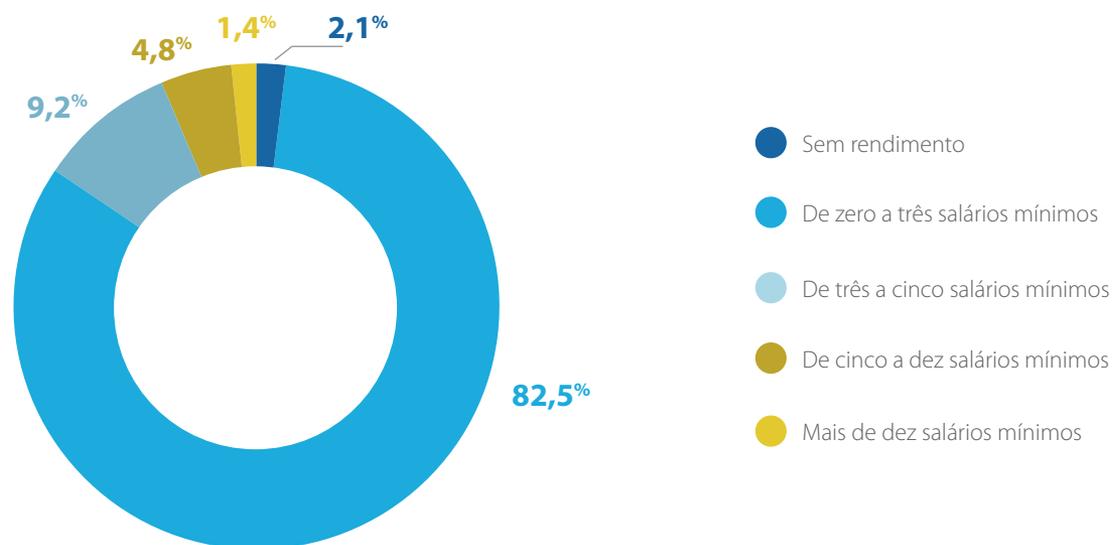
Também deve se iniciar o planejamento para a expansão do sistema para além das 12 cidades e regiões metropolitanas inicialmente beneficiadas. Para a cadeia de lâmpadas fluorescentes, 2016 marcou a criação da Reciclus – associação sem fins lucrativos que reúne os principais produtores e importadores de lâmpadas, com o objetivo de promover o Sistema de Logística Reversa.

10 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

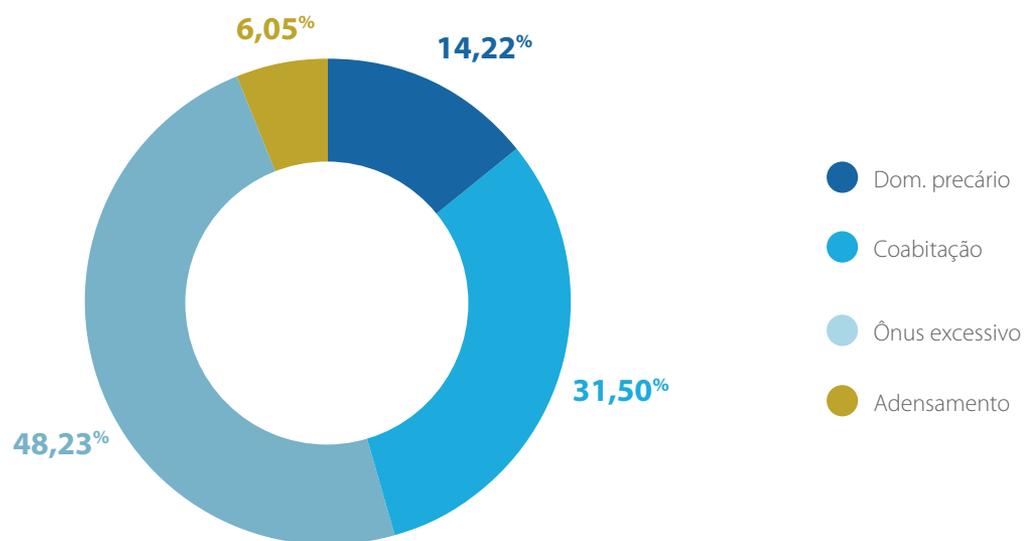
Os anos de 2015 e 2016 foram decisivos para as agendas internacionais ligadas ao desenvolvimento sustentável, dentre elas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Nova Agenda Urbana (NUA), esta última aprovada durante 3ª Conferência das Nações Unidas para a Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III. A habitação social possui papel central como indutora do desenvolvimento e por isso é destaque na Nova Agenda Urbana. O Brasil vem, nos últimos anos, consolidando uma nova política habitacional.

No entanto, a superação do déficit habitacional, representado nas figuras abaixo, exige avanços na implementação das políticas e, principalmente, no aprimoramento das práticas de produção habitacional, de forma a promover inclusão e equidade, redução da pobreza e democratização do acesso às oportunidades – com vistas a um futuro mais sustentável nas cidades.

Déficit habitacional por faixa de renda 2014



Déficit habitacional por componente 2014



Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional 2014.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) representou avanço para a política habitacional. Presente em cerca de 96% dos Municípios, o Programa já contratou mais de 4,5 milhões de unidades habitacionais tendo entregue, até 31 de dezembro de 2016, mais de 3,2 milhões de unidades beneficiando aproximadamente 13 milhões de pessoas. Os investimentos, da ordem de R\$ 332 bilhões, têm forte impacto na economia do País em termos de geração de renda e empregos diretos e indiretos.

Em 2016, foi criada uma nova categoria de faixa de renda, denominada Faixa 1,5, com a finalidade de atender às famílias que o programa não estava alcançando, tanto pela renda quanto pelo valor dos imóveis ofertados pelo mercado. Com o objetivo de ampliar a capacidade de pagamento de famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.350, para a Faixa 1,5 foram estabelecidas taxas de juros reduzidas e subsídios de até R\$ 45.000. Nesse ano foram contratadas na nova modalidade do PMCMV 13.963 unidades habitacionais.

Em 2017, a meta é contratar 600 mil unidades entre todas as modalidades e faixas de renda do Programa, sendo 400 mil nas operações financiadas com recursos do FGTS, incluída a nova Faixa 1,5. Nas modalidades com maiores subsídios, como o PMCMV Empresas, PMCMV Entidades e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), está prevista a contratação de 170 mil unidades.

Foram promovidos avanços, também, na diversificação dos tipos de atendimento habitacional com a criação do Programa Cartão Reforma, que enfrenta o déficit habitacional qualitativo, associado a condições precárias de habitabilidade da moradia. Segundo estimativas do Governo, os domicílios inadequados chegam a quatro milhões entre o público elegível.

O Cartão Reforma subsidia a aquisição de material de construção e oferece assistência técnica para que famílias com renda mensal de até R\$ 1.800, que já tenham uma casa, possam, por meio da reforma ou ampliação, melhorar sua moradia. Cerca de R\$ 1 bilhão, para 200 mil famílias, deverá ser investido no próximo ano no Cartão Reforma. Os Estados e os Municípios são os responsáveis pela indicação das áreas de intervenção e seleção das famílias beneficiárias.

11 PROGRAMA INTEGRAÇÃO DE BACIAS

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) é hoje a maior obra de infraestrutura hídrica do País, com 477 km de extensão em dois eixos (Leste e Norte). Abastecerá, neste trajeto, adutoras e ramais que, por sua vez, irão perenizar rios e açudes. O Projeto, que engloba o PISF e as obras adjacentes, garantirá o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas em 390 Municípios, sendo 294 comunidades rurais às margens dos canais, nos Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Tais comunidades serão atendidas por meio de sistemas de distribuição de água que irão beneficiar 78 mil habitantes próximos aos dois eixos, sendo 12 comunidades quilombolas, 23 indígenas e nove assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As infraestruturas de abastecimento fazem parte dos 38 programas socioambientais desenvolvidos pelo Projeto, estando a implantação e a operação dos sistemas de abastecimento de água sob a responsabilidade dos governos estaduais, mediante investimentos federais no valor de R\$ 285 milhões. O Governo Federal elaborou os projetos executivos das obras e fez o repasse de R\$ 15 milhões para os Estados do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, para realização das licitações.

As estruturas físicas do Eixo Leste, necessárias para o início da operação de enchimento, deverão ser concluídas em fevereiro de 2017, possibilitando que, ao longo desse ano, a água do rio corra pelos canais. Também as obras necessárias ao fluxo das águas no primeiro trecho do Eixo Norte deverão ser entregues em 2017, em razão da nova licitação que será realizada pelo Ministério da Integração Nacional. Em complementação às obras do PISF, foram definidos como estruturantes o Canal do Sertão Alagoano/AL (R\$ 195,5 milhões), o Cinturão das Águas do Ceará/CE (R\$ 259,9 milhões), a Adutora do Agreste/PE (R\$ 136,7 milhões) e a Vertente Litorânea/PB (R\$ 121,2 milhões), executadas em parceria com os governos estaduais. No total, foram pagos, em 2016, R\$ 713,3 milhões.

Dos 250 km de canais, túneis e aquedutos previstos no Canal do Sertão Alagoano, foram concluídos cerca de 105 km. Atualmente, 358 mil pessoas no Estado recebem água dos trechos que já estão em operação (I, II, III e Adutora Alto Sertão) e, quando concluídas as obras, mais de 2,2 milhões de pessoas serão beneficiadas nesses Estados.

As obras do Cinturão das Águas, interligado à Barragem Jati do Projeto de Integração do Rio São Francisco, chegarão até Fortaleza/CE após abastecer riachos existentes na região e os principais açudes do estado, Orós e Castanhão. Cerca de um milhão de pessoas serão beneficiadas com esta etapa do Cinturão.

A Adutora do Agreste Pernambucano beneficiará mais de 1,3 milhão de pessoas em 23 Municípios pernambucanos. A obra contempla cerca de 640 km de extensão de adutoras, além de reservatórios e uma estação de tratamento de água.

Em relação à Vertente Litorânea Paraibana, a etapa contempla 571 km de extensão, que incluem adutoras, reservatórios e estação de tratamento de água, sendo que mais de 631 mil habitantes na Mesorregião do Agreste Paraibano serão beneficiados. A continuidade do Canal da Vertente Litorânea, que receberá a água do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco, beneficiará cerca de 200 mil habitantes em 11 Municípios da planície costeira do Estado. A obra é composta de 112,5 km de canais que levarão água para consumo humano, irrigação e uso industrial.

O Governo Federal também fará o monitoramento da situação hídrica dos reservatórios, em especial o reservatório de Sobradinho, que define os limites de retirada de água, de forma a avaliar os volumes que serão entregues a cada um dos Estados beneficiados: Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Governo responderá ainda, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA), pela regulação da prestação do serviço de adução de água bruta do PISF e trabalhará em normativos que regulamentem a prestação do serviço pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Por fim, irá estabelecer a tarifa do projeto e acompanhar os indicadores técnicos e financeiros da prestação desses serviços, buscando aumentar sua eficácia e eficiência.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco prevê, ainda, a implantação de Vilas Produtivas Rurais (VPR) nos Estados de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba, cujo objetivo é reassentar as famílias que moravam na faixa de obra de implantação do PISF. Em 2016, foram entregues 225 casas nos Municípios de Mauriti e Brejo Santo. O Projeto abriga 848 famílias, em 18 vilas, que contam com casas de 99 m², postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica. Os moradores também recebem áreas produtivas, com, no

mínimo, cinco hectares por beneficiário, sendo um hectare destinado à irrigação. Além da infraestrutura, as famílias recebem visitas periódicas de técnicos do Governo Federal e participam de capacitações e oficinas, com objetivo de garantir a reinserção e a organização socioeconômica das comunidades.

12 PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – PLANO NOVO CHICO

O Governo instituiu o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), Decreto nº 8.834, de 9 de agosto de 2016, e lançou o Plano Novo Chico, com uma carteira de investimentos para até 2026. A carteira de ações prevê investimentos de R\$ 6,77 bilhões, com intervenções em cerca de 200 mil hectares, congrega iniciativas organizadas em cinco eixos temáticos: i) Saneamento, Controle da Poluição e Obras Hídricas; ii) Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais; iii) Economias Sustentáveis; iv) Gestão e Educação Ambiental; e v) Planejamento e Monitoramento. Em 2017, prevê-se investimento de R\$ 498,8 milhões.

Retomada de obras paralisadas

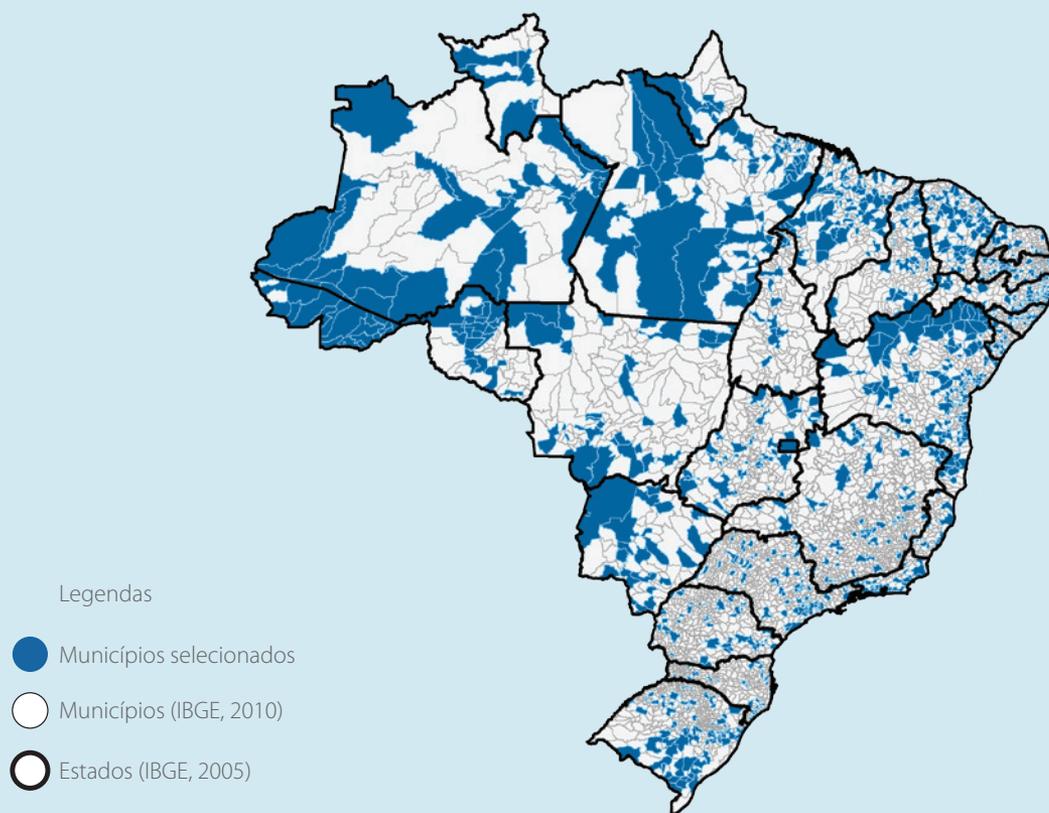
O Governo Federal divulgou, em 2016, 1,6 mil iniciativas de infraestrutura que receberão recursos federais para retomada da execução e conclusão. Os empreendimentos, todos com valor unitário de até R\$ 10 milhões, estavam paralisados em 30 de junho de 2016. São obras relevantes para a população local, capazes de movimentar a economia das cidades, gerar empregos e melhorar as condições de vida dos brasileiros. As obras estão compreendidas em diversas categorias e contemplam 1.071 Municípios, localizados nos 26 Estados e no Distrito Federal, conforme quadro a seguir:

Obras retomadas entre R\$ 500 mil e R\$ 10 milhões

	Tipo	Total geral R\$ milhões	Total geral Qtd.	Valores estimados a pagar a partir da execução física para conclusão – R\$ milhões
	Aeroporto	13,2	3	4
	Centro de Artes e Esportes Unificados	214,6	87	148,7
	Centro de Iniciação ao Esporte	192,1	52	192
	Cidades digitais	15,7	19	15,7
	Cidades históricas	24,4	7	13,5
	Creches e pré-escolas	568,2	445	341,1
	Infraestrutura turística	7,5	9	6,3
	Prevenção em áreas de risco	274,5	62	176,5
	Quadras esportivas nas escolas	86,5	170	42,5
	Recursos hídricos	39,2	8	20,6
	Rodovias (projetos)	8,7	2	3,7
	Saneamento	1.012,9	342	601,5
	UBS	62,8	108	39,8
	UPA	33,3	16	23,8
	Urbanização de assentamentos precários	865,2	270	443,3
	Total geral	3.419	1.600	2.073,1

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Municípios com obras paralisadas



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA

1.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) completou 13 anos contribuindo para a redução da pobreza no País e atendeu em dezembro de 2016 cerca de 13,6 milhões de famílias, com benefício médio da ordem de R\$ 181,15. As folhas de pagamento, em 2016, totalizaram R\$ 28,5 bilhões. Com a publicação do Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, foram alterados os valores dos benefícios e das linhas de pobreza e extrema pobreza, que agora são de R\$ 170 e R\$ 85, respectivamente. Esses valores servem como referência para a elegibilidade das famílias ao Programa, bem como para o cálculo dos benefícios financeiros a elas transferidos.

A figura abaixo ilustra o perfil atual do Programa:

Bolsa Família



Famílias beneficiárias Dezembro/2016	% da população do Brasil	Benefício médio mensal Dezembro/2016	Valor repassado Dezembro/2016	Valor atual Acumulado até dezembro/2016
13.569.576	24%	181,15	2.458.172.701	28.506.185.141



Total de benefícios do BF
Dezembro/2016
40.935.072



Básico
11.554.592



Variável
19.961.359



Jovem
3.354.639



Nutriz
328.627



Gestante
363.281



Superação da
extrema pobreza
5.372.574

Fonte: MDSA, folha de pagamento do Programa Bolsa Família.

Tal investimento gera, também, impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Esses impactos são decorrentes das condicionalidades, que visam ao reforço dos direitos sociais básicos e à ampliação do acesso aos serviços públicos, contribuindo para o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações.

Na área de educação, em 2016, 14 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em média, por bimestre de acompanhamento, tiveram a frequência escolar registrada. Mais de 95% desses estudantes cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família. Estudos demonstram que os alunos beneficiários também têm menores taxas de abandono escolar do que os demais alunos da rede pública – tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio –, bem como taxas de aprovação equiparadas as dos demais alunos.

Já na saúde, dados do acompanhamento das condicionalidades da primeira vigência de 2016, que considera o período de janeiro a junho, mostram que 72,5% das 11,7 milhões de famílias que tinham o perfil de saúde foram acompanhadas. Nelas, 5,2 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação verificados e, dessas, 98,9% estavam com a vacinação em dia. O número de beneficiárias gestantes identificadas nesse período aumentou mais de 50% quando comparado à vigência anterior, a partir de cruzamentos de bases já existentes. Das 371 mil gestantes beneficiárias identificadas, 99,6% estavam realizando pré-natal, ação que contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e para a redução dos índices de deficiência nutricional crônica no País.

Todos esses resultados foram alcançados com o envolvimento e o compromisso dos 26 Estados, do Distrito Federal e de 5.569 Municípios. Os entes federados receberam recursos do Governo Federal, com base no esforço realizado na atualização de cadastros e no acompanhamento de condicionalidades, calculados por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Ao final de 2016, foram empenhados pela União a Estados e Municípios aproximadamente R\$ 455 milhões para serem aplicados na gestão descentralizada do Bolsa Família.

Esses valores demonstram que, apesar de o Bolsa Família ser um programa de grande impacto social, possui baixos custos relativos. Trata-se de um programa que atende a aproximadamente um quarto da população do País, custando menos de 0,5% do PIB. As despesas administrativas (inclusive do agente financeiro) representaram apenas 4,25% do valor total do Programa em 2016.

Programa Bolsa Família e Cadastro Único

O Cadastro Único é o principal instrumento para identificação e caracterização das famílias de baixa renda no País, sendo utilizado para a seleção de beneficiários, a integração entre bases de dados e registros administrativos, e o acompanhamento dos programas sociais. São consideradas famílias de baixa renda aquelas com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou com renda mensal total de até três salários mínimos.

A importância do Cadastro Único para as políticas públicas pode ser dimensionada pela sua abrangência em número de famílias e pessoas cadastradas, bem como pelo conjunto de programas que utiliza as informações registradas em sua base de dados para selecionar os seus beneficiários. Em novembro de 2016, 28 milhões de famílias estavam cadastradas, sendo que 69,34% das famílias de baixa renda (até meio salário mínimo mensal *per capita*) estavam com informações atualizadas. Mais de 16,9 milhões das famílias inscritas são extremamente pobres (renda de até R\$ 170 mensal *per capita*) e podem acessar uma rede de mais de 20 programas sociais que atualmente seleciona seu público-alvo a partir dos dados do Cadastro Único, como o Programa Bolsa Família, a Carteira do Idoso, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Cisternas, a isenção de taxas em concursos públicos, o Minha Casa Minha Vida, dentre outros.

O Cadastro Único é, portanto, instrumento fundamental que proporciona a localização, identificação e caracterização socioeconômica de uma população antes invisível ao Estado. De relevante contribuição para a melhoria da eficiência do Programa, foi realizado, em 2016, o maior cruzamento de dados da história do Bolsa Família, considerando o número de bases e de registros envolvidos. Este trabalho determinou o bloqueio de 654 mil benefícios e o cancelamento de outros 469 mil – com significativo impacto em termos de melhoria do gasto público. Além disso, outros 1,2 milhão de benefícios foram incluídos no calendário antecipado de averiguação cadastral, que ocorrerá no primeiro semestre de 2017. O aumento da qualidade do gasto público tem sido buscado, também, por meio de ajustes normativos. Para 2017, está prevista a revisão da regulamentação dos Programas Bolsa Família e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de forma a aprimorar sua governança e aprofundar os avanços conquistados.

1.2 Transferência de renda na Assistência Social

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) consiste na transferência mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, cuja renda *per capita* familiar mensal seja inferior a um quarto do salário mínimo.

Em dezembro de 2016, o BPC alcançou 4,41 milhões de beneficiários (2,44 milhões de pessoas com deficiência e 1,97 milhão de idosos), que receberam R\$ 46,4 bilhões. Estima-se que em 2017 o BPC beneficiará aproximadamente 4,6 milhões de pessoas (2,6 milhões com deficiência e 2,0 milhões de idosos), envolvendo recursos da ordem de R\$ 50,7 bilhões. Em 2016, houve a necessidade de uma ação emergencial, em virtude do aumento considerável dos casos de microcefalia em recém-nascidos, detalhada no tópico que trata de prevenção de doenças e agravos.

Em 2016, a gestão do BPC priorizou o aumento da eficiência e governança do Programa. A partir do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, e da Portaria Interministerial nº 2 MDSA/MP/MF, de 7 de novembro de 2016, o BPC está sendo redesenhado para desburocratizar o acesso. Todos os requerentes e beneficiários passarão a ser necessariamente registrados no Cadastro Único. Hoje, menos de 40% dos beneficiários do BPC estão cadastrados. Para 2017, a meta é incluir os demais beneficiários acima de 65 anos e, em 2018, as pessoas com deficiência – um acréscimo de 2,7 milhões de pessoas. Em 2017, deverá ainda ser iniciado o processo de revisão bienal dos benefícios ativos, que não é realizado desde 2008.

1.3 Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva

A Estratégia, cujo desenho encontra-se em fase final de elaboração, busca gerar oportunidades que levem as famílias em situação de pobreza, principalmente as beneficiárias do Bolsa Família, a processos e trajetórias que contribuam para fortalecer capacidades e gerar autonomia socioeconômica, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza.

A iniciativa é uma evolução do Plano Brasil sem Miséria, executado entre os anos de 2011 e 2014, uma vez que enfrenta a questão da pobreza por meio da promoção do desenvolvimento social de base territorial.

Em 2017, a estratégia será implementada em cerca de 100 Municípios pilotos, em todas as Unidades da Federação, escolhidas segundo critérios de percentual de beneficiários do Bolsa Família, índices de pobreza, dinâmica econômica, dinâmica de inclusão produtiva e capacidade institucional.

Nesses Municípios, haverá atuação intersetorial, inter e intrafederativa para integração de ações e políticas públicas destinadas a incentivar diversas modalidades de envolvimento de trabalhadores e empreendedores pobres (rurais e urbanos) em oportunidades que ampliem e fortaleçam sua inserção e permanência no mundo do trabalho, bem como para facilitar o acesso a serviços básicos, a direitos, e a programas do Sistema Único da Assistência Social (Suas). A partir da avaliação de resultados, planeja-se uma ampliação dos Municípios pilotos em 2018.

2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

As ações do Suas se estruturam em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de Média e de Alta Complexidades. Essas ações são implementadas em parceria com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, conjugando a oferta de serviços pelos poderes públicos a ações complementares prestadas por entidades e organizações sociais.

A Proteção Social Básica é direcionada a famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras), por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É oferecido um conjunto de ações, em que se destacam os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além dos programas Acessuas Trabalho e do recém-lançado Criança Feliz.

Esses serviços estão disponíveis nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e em outras unidades públicas, sendo ofertados, também, por entidades privadas de assistência social. Em 2015, existiam, de acordo com o Censo Suas, 8.155 Cras, em 5.504 Municípios e no Distrito Federal. O Governo Federal cofinancia os serviços ofertados em 92% dessas unidades. O Paif realizou, no primeiro semestre de 2016, mais de nove milhões de atendimentos e acompanhou, a cada mês, quase 1,5 milhão de famílias. Além disso, ao final de 2016, participavam do SCFV 1,88 milhão de usuários.

Por sua vez, a Proteção Social Especial é destinada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, de ameaça ou violação de direitos, como violência física, psicológica, abandono e negligência, abuso ou exploração sexual, trabalho infantil e discriminação em razão de orientação sexual ou raça/etnia. Em muitos casos, as pessoas encontram-se afastadas do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção ou ainda em situação de rua e mendicância.

Ao final de 2016, o Governo Federal cofinanciava a oferta dos serviços de média complexidade em 2.516 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) municipais e regionais; serviços de Abordagem Social (265 Municípios); medidas socioeducativas em meio aberto (1.009 Municípios); e 230 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centros Pop (205 Municípios).

Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, os Creas acompanharam a cada mês 224 mil casos (pessoas ou famílias), além de outros 53,6 mil adolescentes em medidas socioeducativas, enquanto os Centros Pop atenderam, no semestre, 156 mil pessoas. Nesse período, o Serviço de Abordagem (via Creas e Centros Pop) realizou cerca de 500 mil abordagens a quase 215 mil pessoas.

Em relação aos serviços de alta complexidade, destinados a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, o Governo Federal financia, em parceria, a oferta de: i) 38,2 mil vagas de acolhimento para idosos e mulheres em situação de violência; ii) 29,7 mil vagas de acolhimento para crianças e adolescentes; iii) 106 residências inclusivas, para acolhimento de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência; e iv) 19,9 mil vagas destinadas à população em situação de rua e migrantes.

Uma das prioridades da assistência social é que o acolhimento de crianças, especialmente na faixa de 0-3 anos, passe a ser realizado preferencialmente em serviços de acompanhamento familiar, reduzindo a participação de unidades de acolhimento institucional. Atualmente, existem 33,4 mil crianças e adolescentes em instituições de acolhimento (abrigos, casas lares e casas de passagem), e apenas 1,7 mil crianças e adolescentes sob cuidado de famílias acolhedoras. A regulamentação da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2017, deverá impulsionar esse processo. A proposta está alinhada às diretrizes internacionais de cuidados alternativos de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais e, mais recentemente, com a Lei nº 13.257, de 2016 (Estatuto da Primeira Infância).

3 PRIMEIRA INFÂNCIA

Lançado no dia 5 de outubro, o Programa Criança Feliz é iniciativa do Governo Federal para ampliar a rede de atenção e o cuidado integral com a primeira infância. Dando consequência ao Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 2016), o Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, instituiu inovador programa social de atenção integral a crianças de até 6 anos de idade.

O reconhecimento do direito da criança ao seu pleno desenvolvimento orientou a formulação do Programa Criança Feliz. A estratégia busca interromper o ciclo perverso em que subnutrição e pobreza atingem a primeira infância e comprometem o futuro de gerações, limitando as possibilidades de um grande contingente populacional. São esperados impactos positivos na redução da violência e na melhoria da eficiência escolar a partir da estimulação adequada da criança e de uma intervenção voltada para assegurar um ambiente familiar acolhedor e propício ao desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial.

O Programa será implementado nas três esferas de governo, a fim de potencializar as iniciativas já existentes. Serão priorizadas gestantes e crianças de até 3 anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, crianças de até 6 anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada e também as afastadas do convívio familiar por medida protetiva (crianças abrigadas).

A ação estruturante do Programa é a visita domiciliar. As famílias serão acompanhadas por uma equipe de profissionais capacitados, que irão apoiar as famílias com gestantes e crianças na primeira infância no exercício da função protetiva e ampliar acessos a ações de assistência social, saúde, educação, cultura e defesa de direitos humanos, já disponibilizadas pela União, pelos Estados ou pelos Municípios. A visita levará orientações relativas aos cuidados essenciais durante os primeiros anos de vida, com o intuito de estimular o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Programa Criança Feliz



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Está prevista a seguinte meta para o Programa em 2017: adesão de todos os Estados e de 3,3 mil Municípios, com acompanhamento de aproximadamente 530 mil crianças. O orçamento estimado é de R\$ 300 milhões.

Estratégia complementar às ações voltadas à primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem como uma de suas vertentes ampliar o número de matrículas em creches de crianças de 0 a 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por meio do apoio financeiro suplementar aos Municípios, de modo a reduzir as disparidades de acesso a esta etapa de ensino entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população brasileira.

O recurso do Brasil Carinhoso é repassado às prefeituras de acordo com o número de matrículas em creches públicas ou conveniadas do público-alvo da ação. De acordo com o Censo Escolar 2015, havia 754,2 mil crianças atendidas pelo Bolsa Família e matriculadas em creches públicas ou conveniadas com os Municípios. Respeitando as condicionantes, o Governo Federal transferiu, em 2016, R\$ 140 milhões, além de R\$ 405,75 milhões referentes ao ano de 2015. Em 2016, a ação incluiu, também, as matrículas de crianças com deficiência como um dos critérios para os repasses de recursos da União.

4 ABASTECIMENTO E ACESSO REGULAR À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) tem papel fundamental na articulação de ações para a ampliação do abastecimento e do acesso regular à alimentação adequada e saudável. Todos os Estados e o Distrito Federal, além de 191 Municípios (104 apenas em 2016), aderiram ao Sistema. Em 2016, foi aprovado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reúne iniciativas de 20 órgãos, com vigência até 2019. Entre estas, incluem-se as tecnologias sociais de acesso à água. Em 2017, serão investidos R\$ 750 milhões no Programa Cisterna, o que permitirá a entrega de 133 mil novas tecnologias. Ademais, até 2017 serão entregues mais sete mil cisternas escolares para atendimento às escolas públicas do meio rural do semiárido.

Quanto ao acesso à água, o Governo Federal tem investido em ações de infraestrutura para minimizar os efeitos da estiagem prolongada em diversos Municípios do País, garantindo acesso à água de qualidade. Em 2016, foram entregues no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas), 65 mil tecnologias sociais em todo País, garantindo acesso à água para consumo ou para a produção de alimentos, além de mil cisternas para as escolas rurais da região do semiárido. Foram atendidas, também, 1,5 mil famílias residentes no meio rural da região Norte do País, onde o acesso à água de qualidade é escasso.

No meio rural, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais beneficiou, em 2016, 18,3 mil famílias em situação de extrema pobreza, que receberam recursos financeiros não reembolsáveis no

valor de R\$ 2,4 mil para investir em atividades produtivas com acompanhamento de assistência técnica e extensão rural (Ater). Para 2017, a expectativa é de expansão do Programa, com maior articulação das ações em uma estratégia de inclusão produtiva rural.

O Governo Federal tem ampliado as compras públicas de alimentos da agricultura familiar para alcançar, até 2019, um valor de R\$ 2,5 bilhões. O objetivo é assegurar o acesso, especialmente dos mais vulneráveis, a alimentos saudáveis, menos processados, de acordo com os hábitos alimentares locais e, ao mesmo tempo, abrir oportunidades para comercialização da produção da agricultura familiar.

Para tanto, está coordenando ações de compras realizadas pelos órgãos públicos nas três esferas de governo, especialmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com destaque para a modalidade “Compra Institucional”, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Com isso, busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

Além de incentivar o pequeno produtor, o PAA promove o acesso à alimentação, com doação da produção adquirida pelo Governo Federal à rede socioassistencial em todo o País. Em 2016, foram investidos R\$ 524,6 milhões. Até o momento, o Programa adquiriu alimentos de 75,5 mil agricultores familiares e os distribuiu gratuitamente a 14,1 mil entidades (bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, unidades de educação, saúde e justiça, entre outras).

5 PROGRAMA BOLSA VERDE

O Programa Bolsa Verde (PBV) monitora a cobertura vegetal em aproximadamente 3,5% de todo o território nacional e ajuda famílias em situação de extrema pobreza a desenvolverem atividades de proteção à natureza. Está implantado em áreas cujo controle de desmatamento é classificado como prioritário. Os projetos nos assentamentos são geridos pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra); nas unidades de conservação pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMbio); e nos territórios ocupados por ribeirinhos pela Secretaria do Patrimônio da

União (SPU). São 918 áreas, constituídas por 69 unidades federais de conservação de uso sustentável. Atinge mais de 51 mil famílias inscritas no Cadastro Único, já beneficiárias do Bolsa Família.

Para 2017, pretende-se realizar estudo sobre a dinâmica de desmatamento nas unidades de conservação federais alvo do Programa para ampliar a efetividade ambiental do Bolsa Verde, além de promover melhorias de gestão em todos os níveis e realizar cruzamentos com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e a geração da folha de pagamento.

6 EDUCAÇÃO BÁSICA

6.1 Pré-escola e educação infantil

A educação infantil é uma etapa crucial para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social de nossas crianças. Pesquisas recentes destacam a relevância da educação de 0 a 6 anos como política pública indispensável para a melhoria da equidade e do desenvolvimento escolar futuro. Além da ampliação do acesso à creche e à pré-escola, a política de educação infantil deve se pautar por ações integradas de educação, saúde e assistência social que garantam o desenvolvimento integral das crianças e o apoio às famílias mais vulneráveis. Entre as prioridades para 2017, estão a retomada das obras de construção de 615 creches e pré-escolas, com investimento no valor de R\$ 383,6 milhões e a aprovação e implantação da Base Nacional Comum Curricular, que estabelecerá diretrizes para a melhoria da qualidade do atendimento e da formação dos profissionais de educação infantil.

6.2 Alfabetização – ensino fundamental

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) é um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças, no máximo até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Os resultados de 2014, da Avaliação Nacional da Alfabetização, demonstraram que não houve evolução significativa nas três áreas de aprendizagens das crianças: leitura, escrita e matemática. Apenas 11% das crianças do 3º ano do ensino fundamental no Brasil estão no nível considerado adequado em leitura; 10% em escrita e 25% em matemática. Com o objetivo de levar mais crianças a atingirem os níveis mais altos da escala de proficiência e reduzir a distorção idade-série ao final do 3º ano, permitindo uma trajetória escolar de sucesso, foi lançado o Pnaic em Ação 2016, com aperfeiçoamentos ao desenho inicial do Programa.

A nova edição conta com um Comitê Gestor Estadual para garantir a definição de metas de alfabetização em cada Estado, de forma descentralizada. Além disso, a dimensão prática da formação ganha evidência, colocando o foco da alfabetização diretamente na criança, por meio do desenvolvimento da oralidade e da consciência fonológica e ortográfica, da fluência em leitura e do domínio dos fundamentos da matemática. Outra inovação é a formação em serviço, valorizando a escola como espaço de formação, realizada por professores com alto desempenho num processo de formação entre pares, com o apoio de uma equipe de orientadores. Em 2016, o Programa contou com 285 mil professores alfabetizadores, 42 mil coordenadores pedagógicos e quase 13 mil orientadores de estudo em mais de cinco mil Municípios, com investimento de R\$ 310 milhões.

6.3 Tempo integral – ensino fundamental e ensino médio

Ampliar a educação em tempo integral continua sendo meta prioritária em 2017. Em 2016, foram aprimorados dois programas já existentes, o Mais Educação e o Ensino Médio Inovador, e criada ainda a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral.

Por meio do Novo Mais Educação, serão repassados R\$ 400 milhões diretamente para as escolas, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, com complementação da carga horária em cinco ou 15 horas semanais, no turno e no contraturno escolares.

Ampliar a permanência dos alunos na escola e reduzir o abandono, a reprovação e a distorção idade-série são também objetivos do Programa, que dará prioridade a alunos que tenham mais dificuldades de aprendizagem e a escolas com baixos indicadores educacionais. Serão atendidas entre 15 mil e

40 mil escolas, dependendo da carga horária escolhida pelas redes de ensino e pelas escolas, com 140 alunos por escola em média, podendo totalizar, assim, de 2,1 a 5,6 milhões de alunos atendidos.

Por meio do Programa Ensino Médio Inovador, serão investidos R\$ 300 milhões para melhorar a qualidade do ensino médio, com ênfase em projetos que promovam a reorganização e a flexibilização dos currículos, valorizem o protagonismo juvenil e aliem o acompanhamento pedagógico ao mundo do trabalho. Em levantamento preliminar, cerca de sete mil escolas manifestaram intenção de aderir ao Programa, que será ofertado com aumento da carga horária de quatro para cinco ou sete horas diárias. Será disponibilizado, ainda, material pedagógico para formação de monitores e professores que estarão coordenando os projetos.

Para apoiar a implementação da nova organização dos currículos com ampliação de jornada nos Estados, foi proposta também a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral. Em 2016, R\$ 150 milhões foram destinados a essa finalidade. O investimento previsto até 2018 é de R\$ 1,5 bilhão – com repasse para as secretarias estaduais de R\$ 2 mil por aluno/ano pelo período de dez anos, por escola. Atualmente, o número de matrículas no ensino médio em tempo integral é 386 mil, o que representa 5% do total. O objetivo é apoiar 500 mil novas matrículas de ensino médio em tempo integral nos próximos dois anos.

6.4 Ensino técnico e profissionalizante

Em 2016, foi lançado o Médiotec, uma nova ação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que promove a formação técnica direcionada a jovens do ensino médio. Com esta formação, o jovem terá dupla certificação: ensino médio regular e técnico concluídos. Os cursos serão ofertados com base nas demandas do mundo do trabalho.

Ainda em 2016, foram repassados R\$ 700 milhões aos 18 Estados e ao Distrito Federal para a oferta de 82 mil vagas a estudantes da rede pública. Em 2017, a oferta será expandida por meio da rede federal, de instituições privadas de educação profissional e tecnológica e do Sistema S. Além de elevar o número de matrículas de ensino médio vinculadas a cursos de educação técnica, a ação fortalece a autonomia e contribui para o aumento da empregabilidade dos jovens.

Novo Ensino Médio

Em 2016, foi anunciado o “Novo Ensino Médio”, a maior mudança para esta etapa de ensino dos últimos anos. A proposta tem como principais fundamentos a valorização do protagonismo juvenil e a flexibilização curricular, com objetivo de tornar este nível de ensino mais atraente para os jovens e mais articulado com o mundo contemporâneo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) proposta definirá os direitos e os objetivos de aprendizagem do ensino médio nas seguintes áreas do conhecimento: i) linguagens e suas tecnologias; ii) matemática e suas tecnologias; iii) ciências da natureza e suas tecnologias; e iv) ciências humanas e sociais aplicadas.

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados pelos sistemas de ensino, considerando a realidade local. A formação técnica e profissional poderá ser ofertada dentro da carga horária regular, compondo um dos itinerários formativos. Assim, além do desenvolvimento das competências gerais que fazem parte da base comum, o estudante terá a chance de escolher, de forma autônoma, uma modalidade acadêmica ou profissional, a partir de seu projeto de vida.

Este novo modelo está em consonância com a tendência observada em outros países, como Austrália, França e Inglaterra, que alia uma base comum de formação de conhecimentos essenciais para todos os estudantes, mas permite a diversificação da oferta de conteúdos, sem prejuízo da continuidade de estudos no futuro.

Também está prevista a ampliação progressiva da carga horária no ensino médio para garantir uma formação geral sólida. O modelo de ensino integral proposto já foi alvo de vários estudos que demonstram que o impacto em proficiência e fluxo é bastante relevante. Desta forma, o Novo Ensino Médio enfrenta um grande desafio: a universalização do atendimento escolar da população de 15 a 17 anos com melhoria da qualidade. A previsão é que a proposta tenha a tramitação concluída no Congresso Nacional no início de 2017.

7 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A indicação clara de conteúdos essenciais que os estudantes devem aprender e as competências que devem desenvolver por meio da adoção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é fundamental não só para melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações nacionais e internacionais, mas também para assegurar que enfrentem com êxito os desafios do mundo contemporâneo. A partir da BNCC, as redes de ensino e as escolas terão um parâmetro seguro sobre o qual poderão elaborar os seus próprios currículos, de acordo com as realidades regionais e locais com seus projetos pedagógicos.

Em 2015, foi constituída uma comissão de especialistas responsáveis pela redação da proposta preliminar da BNCC, que foi submetida à consulta pública. Em maio de 2016, a segunda versão do documento foi encaminhada ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e à União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para ser discutida pelas redes públicas de ensino. Ainda em 2016, foram realizados dezenas de seminários em todo o País, momento em que o documento recebeu milhares de contribuições de professores, gestores, especialistas e entidades de educação. Além disso, foi criado o Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular, incumbido de acompanhar o processo de discussão e de encaminhar a proposta final.

A previsão é de que a versão final da BNCC, relativa à educação infantil e ao ensino fundamental, seja encaminhada à apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE) já no início de 2017 e a relativa ao ensino médio até o final do primeiro semestre de 2017. Estão previstas este ano, ainda, consultas públicas regionais pelo CNE. Após a aprovação da BNCC pelo CNE, o processo de implementação terá início.

8 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

8.1 Universidades federais

Com 1,2 milhão de matrículas em cursos de graduação, segundo o Censo da Educação Superior de 2015, as instituições federais respondem por mais de 60% das matrículas de graduação em instituições públicas. Em 2016, foi reafirmado o compromisso com a manutenção e a consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Superior, incluindo tanto a infraestrutura física quanto o aumento do número de vagas. Em 2016, foram investidos R\$ 42,9 bilhões e, para 2017, está previsto o orçamento de R\$ 44,9 bilhões.

8.2 Assistência estudantil e bolsas

Em 2016, as universidades federais e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia receberam mais de R\$ 1,3 bilhão para assistência estudantil. Os recursos promovem a igualdade de oportunidades, contribuindo para a permanência nos cursos dos estudantes de baixa renda e para a melhoria do desempenho acadêmico. São ofertadas bolsas e auxílios para assistência à moradia, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico. Para 2017, estão previstos R\$ 1,4 bilhão.

Foram ainda destinados R\$ 156 milhões para o Programa Bolsa-Permanência, que atende estudantes universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas que fazem cursos de graduação com mais de cinco horas diárias de aula. A bolsa custeia os gastos do estudante em cursos que, pela carga horária, o impedem de realizar atividade remunerada. Para 2017, estão previstos R\$ 186 milhões.

8.3 Novo Fundo de Financiamento Estudantil

Em 2016, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passou por importante reformulação. As alterações visaram aos seguintes objetivos: i) aprimoramento da gestão do Fies; ii) transferência do custo de remuneração dos agentes financeiros para as instituições de ensino; iii) focalização do público beneficiário; iv) redução dos custos de operacionalização; v) ampliação dos mecanismos de controle e das penalidades previstas às instituições de ensino que descumprirem o regulamento; e vi) incentivo à adimplência dos estudantes e a preservação da sustentabilidade do fundo.

Apesar do cenário de restrição orçamentária, foi possível viabilizar a renovação dos financiamentos de aproximadamente 1,5 milhão de estudantes beneficiados pelo Programa e garantir a oferta de 75 mil novas vagas. Para 2017, estão previstos R\$ 21 bilhões, montante que garantirá a continuidade dos financiamentos e a manutenção dos contratos com os agentes financeiros do Fundo.

9 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

9.1 Mais Médicos

O Programa Mais Médicos é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de Estados e Municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o Programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

Durante todo o Programa, que teve início em 2013, já foram alocados 18.240 médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa

de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab). A meta do Programa é alcançar, até 2019, 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros em 4.058 Municípios.



Fonte: Ministério da Saúde.

9.2. Ofertas de qualificação profissional

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os Estados e os Municípios na adequação aos processos de trabalho e qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho do SUS, em especial por meio da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde.



Em **2017**, serão

8 mil

novos bolsistas

do Pró-Residência e
**37.128 profissionais
de saúde e gestores**
qualificados.

Em 2016, 137.774 profissionais de saúde e gestores foram qualificados com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários; 14.918 bolsas de residência pagas (8.969 de medicina, 5.241 multiprofissionais e 708 de medicina geral da família e comunidade); 2.455 jovens participaram de ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde); e mil novas vagas foram ofertadas para residência (600 multiprofissionais e 400 de medicina).

Para 2017, a perspectiva é de oito mil novos bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência, 37.128 profissionais de saúde e gestores qualificados e 3.666 jovens envolvidos em ações do PET-Saúde.

9.3 e-Saúde

O e-Saúde engloba um conjunto de iniciativas que visam aperfeiçoar a plataforma digital como ferramenta de promoção e acesso do cidadão a serviços de saúde.

O Cartão SUS Digital é um instrumento que visa facilitar o atendimento ao cidadão, agilizando o processo de marcação e agendamento de consultas e exames. Possibilita também a verificação de informações básicas do paciente num sistema próprio: o Sistema Cartão Nacional de Saúde. Esse acesso geralmente é feito pelos próprios médicos ou profissionais da área de saúde que venham a atender o usuário.

O Registro Eletrônico de Saúde (RES) é uma plataforma digital que permite o acompanhamento do histórico clínico do paciente em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), oferecendo ganho na qualidade e na gestão da atenção básica para o gestor, para os profissionais de saúde e para o cidadão.

Com a plataforma digital, toda a rede de saúde poderá acompanhar o histórico, os dados e os resultados de exames dos pacientes, verificar em

tempo real a disponibilidade de medicamentos ou mesmo registrar as visitas de agentes de saúde, melhorando o atendimento ao cidadão. A transmissão 100% digital dos dados da rede municipal à base nacional permitirá, ainda, que o Ministério da Saúde acompanhe de forma mais próxima os gastos em saúde.

Das 41.688 UBS em funcionamento em 5.506 Municípios, 11.948 já têm o prontuário eletrônico, sendo que 3.818 utilizam versões oferecidas gratuitamente pelo Ministério da Saúde e 8.401 *softwares* próprios e privados. Cabe ressaltar que, desse total, 271 utilizam na mesma Unidade Básica de Saúde tanto a versão gratuita quanto *softwares* próprios.

Para 2017, a plataforma de e-Saúde ofertará serviços públicos digitais, dentre eles:

- **Para o cidadão:** i) autenticação digital segura do cidadão; ii) marcação de consulta eletrônica com unidades básicas de saúde de seu território; iii) acesso ao registro eletrônico de saúde pessoal; iv) visualização do histórico de atendimentos realizados no SUS; v) inclusão de informações de saúde, tais como: medicamentos, alergias, peso, altura, tipo sanguíneo; vi) auditoria dos atendimentos realizados (Carta SUS Digital); e vii) avaliação dos serviços de saúde;
- **Para o profissional de saúde:** i) acesso ao registro eletrônico de saúde (RES) dos pacientes; ii) gestão de agendamentos de consultas; e iii) gestão do cuidado aos pacientes; e
- **Para o gestor de saúde:** i) acesso a informações anonimizadas; e ii) painéis estatísticos segmentados para as esferas federal, estadual e municipal, com informações da rede assistencial em tempo real.

Serão disponibilizadas também novas versões do prontuário eletrônico para a atenção básica (e-SUS Atenção Básica), para os serviços de exames e consultas especializadas (e-SUS Ambulatorial) e para a rede hospitalar (e-SUS Hospitalar), interoperando com o RES Nacional.

Além disso, será ofertada nova versão do portal para usuários (e-SUS Cidadão), bem como um novo portal para gestores municipais, estaduais e federal (e-SUS Gestor) a partir das informações do RES Nacional e Conjunto Mínimo de Dados (CMD).



Em **2017**,
o ESF contará com
42.955 equipes, o
NASF com **5.331** e
a Saúde Bucal com
26.567. Os recursos
financeiros serão de
R\$ 8,13 bilhões.

9.4 Estratégia Saúde da Família

Até dezembro de 2016, foram implantadas: i) 40.097 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF); ii) 4.406 equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); e iii) 24.383 Equipes de Saúde Bucal (ESB). Além disso, existem, no País, 265.685 agentes comunitários de saúde (dados de dezembro de 2016).

Para 2017, a perspectiva é ampliar as estratégias de atenção básica. O Programa ESF passará a contar com 42.955 equipes, o NASF com 5.331 e a Saúde Bucal com 26.567. Os recursos financeiros para os programas destacados são de R\$ 8,13 bilhões, previstos no Orçamento-Geral da União de 2017.

9.5 Atenção Domiciliar

O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) foi instituído no SUS por meio do Programa Melhor em Casa. Atualmente, o Programa é regulamentado pela Portaria GM/MS nº 825, de 25 de abril de 2016, que orienta as ações realizadas pelas equipes multiprofissionais que constituem o SAD. Hoje, estão habilitadas 1.023 equipes, que atuam em 383 Municípios de 25 unidades da Federação.

O Programa apresenta uma cobertura potencial de 26% da população, ou seja, está ao alcance de aproximadamente 53 milhões de habitantes. Até outubro de 2016, foram atendidas, em média, 32 mil pessoas por mês. A assistência multiprofissional é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor.

Para 2017, a previsão é de ampliação de 214 equipes e de qualificação do Programa, incentivando um cuidado progressivamente mais complexo, que favoreça a desospitalização e a recuperação do usuário de forma supervisionada.

10 INFRAESTRUTURA EM SAÚDE

10.1 Unidades Básicas de Saúde

Os esforços voltados para o aumento do acesso à atenção básica foram acompanhados por investimentos na melhoria de sua infraestrutura. Em 2016, foram investidos R\$ 317,7 milhões em infraestrutura por meio do Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS). O Requalifica UBS promove melhorias nas condições de funcionamento das Unidades, elevando a qualidade do serviço prestado. Até dezembro de 2016, foram habilitadas 358 obras de construção, 384 obras de reforma e 441 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde, totalizando 1.183 obras habilitadas.

Até 31 de dezembro de 2016, registrou-se a conclusão de 2.181 obras de construção, 996 obras de reforma e 1.419 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde, totalizando 4.596 obras, no âmbito do Requalifica UBS.

Tipo de obra	Propostas habilitadas em 2016			Obras concluídas em 2016		
	Emenda	Programa	Total	Emenda	Programa	Total
Construção	316	42	358	160	2.021	2.181
Ampliação	417	24	441	115	1.304	1.419
Reforma	378	6	384	96	900	996
Total	1.111	72	1.183	371	4.225	4.596

Fonte: Sismob e SISPROFNS, em 10 de janeiro de 2017.

Existem, até o momento, 41.688 UBS em funcionamento e outras 26.481 propostas vigentes para obras, com ordem de início de serviço, em todas as unidades da Federação. A perspectiva para 2017 é de que haja a conclusão de 3.470 obras, com investimento previsto de R\$ 455,3 milhões.

10.2 Unidade de Pronto Atendimento

Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) é o estabelecimento de saúde de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a Rede Hospitalar, devendo com estas compor uma rede organizada de atenção às urgências. As UPAs prestam atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por quadros clínicos agudos ou agudizados e também nos casos de natureza cirúrgica ou de trauma. Os médicos estabilizam os pacientes e realizam a investigação diagnóstica inicial, definindo, em todos os casos, a necessidade ou não de encaminhamento a serviços hospitalares de maior complexidade.

Atualmente, existem 525 UPAs em funcionamento. Outras 272 UPAs em obras e 165 já concluídas, em fase para entrada em funcionamento. A perspectiva para 2017 é de implantação de 25 novas UPAs.

10.3 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Um dos principais componentes da Rede de Urgência e Emergência, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) conta, atualmente, com 190 Centrais de Regulação, das quais 71 estão qualificadas em urgência e emergência. Na Central de Regulação, um médico, auxiliado por um ou vários técnicos, recebe as ligações, faz a triagem e classifica o caso em função da urgência.

Em 2016, o SAMU192 operou com 3.496 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.630 são Unidades de Suporte Básico, 589 Unidades de Suporte Avançado, 255 motolâncias, 13 embarcações e nove aeromédicos. Atualmente, a cobertura é de 80,61% da população. Para 2017, a perspectiva é a ampliação da cobertura do SAMU192 no País, atingindo 82% de cobertura nacional, e a qualificação de seis novas centrais de regulação.

Reduzir a judicialização da saúde

As ações judiciais para compra de medicamentos vêm tendo forte impacto sobre o orçamento da saúde. Sem entrar no mérito das demandas, vê-se uma prevalência das necessidades individuais em detrimento das coletivas. Apenas no âmbito da União, o gasto com o cumprimento de medidas judiciais subiu de R\$ 9,17 milhões, em 2006, para mais de R\$ 1 bilhão, em 2015. Para 2016, foi estabelecida uma previsão de R\$ 1,6 bilhão.

Em 2016, o Ministério da Saúde (MS) ampliou e atualizou Protocolos Clínicos e de Diretrizes Terapêuticas (PCDT), de modo a produzir documentos mais consistentes, transparentes e confiáveis para subsidiar as decisões judiciais. Entre as iniciativas operacionalizadas, destaca-se o termo de cooperação firmado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para criação de um banco de dados com informações técnicas dos Núcleos de Assessoramento Técnico aos Magistrados, Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde e Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

A área de saúde precisa disseminar informações que possibilitem aos quadros do Judiciário compreender os processos de avaliação e incorporação de tecnologias ao SUS. A divulgação dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas evidencia o potencial da melhora na qualidade de atendimento aos usuários do SUS e embasa as práticas e os tratamentos que devem ser utilizados nos serviços de saúde – contribuindo, assim, para a tomada de decisão pelo Judiciário.

Em 2016, além das informações sobre medicamentos, produtos e procedimentos já publicadas no portal <http://conitec.gov.br>, foram disponibilizadas, também na seção “Direito e Saúde”, 80 fichas técnicas e 24 sínteses de evidências científicas sobre a eficácia e a segurança das tecnologias em saúde mais judicializadas no Brasil. Além disso, foram respondidas 808 solicitações de informação e de esclarecimento apresentadas à Conitec – sendo 268 por meio físico para subsidiar a defesa da União nos processos judiciais e inquérito civil e 540 respostas por *e-mail* para os juízes. A parceria da Conitec com o CNJ permitiu a criação de um canal direto para esclarecimentos das dúvidas dos magistrados em 48 horas.

Para 2017, está prevista a identificação do perfil, o volume de recursos e o impacto das ações jurídicas na saúde pública em escala nacional. Serão também intensificados o diálogo e a integração entre os sistemas de Justiça e de Saúde, com o envolvimento e participação efetiva de entidades representativas dos profissionais de saúde e também da sociedade civil, com finalidade de gerar subsídios consistentes para a elaboração dos protocolos.

11 PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS

No Brasil, as doenças transmissíveis ainda representam uma enorme carga social, ao mesmo tempo em que os fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, os acidentes e as violências, e os riscos ambientais ganham importância epidemiológica, sanitária, social e econômica. Também representam um grande desafio para o setor da saúde as doenças cuja ocorrência predomina em regiões mais pobres do País e que historicamente foram negligenciadas.

11.1 Doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*

Atualmente, três importantes doenças causadas por vírus e transmitidas pelo *Aedes aegypti* estão ocorrendo no Brasil: dengue, zika vírus e chikungunya. Até a semana epidemiológica 49, que abrange de janeiro à primeira semana de dezembro de 2016, foram registrados 1.487.924 casos prováveis de dengue e 609 óbitos.

No que se refere à febre chikungunya, foram registrados 263.598 casos prováveis e 159 óbitos confirmados, até a referida semana epidemiológica 49.

No mesmo período, foram registrados 211.770 casos prováveis de febre pelo zika vírus, em 2.280 Municípios distribuídos nas 27 unidades da Federação. Em relação às gestantes, foram registrados

16.864 casos prováveis, além de terem sido confirmados, laboratorialmente, seis óbitos pelo zika vírus (quatro no Rio de Janeiro e dois no Espírito Santo).

As malformações congênitas, dentre elas a microcefalia, têm etiologia complexa e multifatorial, podendo decorrer de processos infecciosos durante a gestação. As evidências disponíveis até o momento indicam fortemente que o zika vírus está relacionado à ocorrência de microcefalias.

No início da emergência, para descrever e compreender melhor essa relação, o Ministério da Saúde realizou 18 investigações de campo em parceria com Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e instituições parceiras nacionais e internacionais, como Fiocruz e Centros de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos da América (CDC/Atlanta). Os resultados apoiaram a tomada de decisões durante o período inicial da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) e na implantação em todo o País dos protocolos de vigilância.

No período entre 2010 e 2014, apenas 852 casos de microcefalia foram registrados no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). A partir de 2015, quando os primeiros casos de zika vírus surgiram, até a semana epidemiológica 50 (17 de dezembro de 2016), foram notificados 10.574 casos de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central. Desses, 3.144 permanecem em investigação, 2.289 foram confirmados e 552 óbitos foram notificados.

Ao longo de 2016, foram intensificadas as ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti* por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes*, instituído no âmbito do Governo Federal. Este plano possui três eixos: i) mobilização e combate ao mosquito; ii) cuidado e atendimento às pessoas; e iii) desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

Também no ano passado, foram instaladas, além da Sala Nacional de Coordenação e Controle para gerenciar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, 26 Salas Estaduais e uma no Distrito Federal, e 2.025 Salas Municipais de Coordenação e Controle. Uma Sala Interfederativa (GO e DF) e uma Sala Binacional (Letícia, na Colômbia e Tabatinga, no Amazonas) também foram criadas.

Mais de 45% dos Municípios atingiram a meta de realizar, pelo menos, quatro visitas, com cobertura maior ou igual a 80% dos imóveis. Ao todo, foram realizadas 321.814.602 visitas aos imóveis, no ano.

Foram trabalhados 270.329.032 (84%) do total, sendo que 2,7% possuíam algum tipo de foco do mosquito transmissor. Em 16% dos imóveis, não houve inspeção e visita pela recusa do morador ou porque o imóvel encontrava-se fechado.

A vigilância do zika vírus passou, em fevereiro de 2016, de sentinela para universal e os casos, por sua vez, passaram a ser de notificação compulsória. Foi realizado o mapeamento das regiões de saúde que apresentaram concentração de casos de crianças confirmadas com síndrome congênita do zika vírus.

Nas ações referentes ao eixo do cuidado, foi estabelecida a Estratégia de Ação Rápida para garantir o acesso de todas as crianças com suspeita de microcefalia à confirmação do diagnóstico e seu encaminhamento às redes dos sistemas únicos de saúde e assistência social, SUS e Suas. Os Estados e os Municípios receberam ajuda federal para o levantamento de informações e organização da rede de serviços, incluindo apoio financeiro, para realizar a busca-ativa dos casos suspeitos; e acessar os serviços de diagnósticos, com transporte e hospedagem, quando necessário.

Com intuito de ampliar o acesso ao cuidado, foi publicada a Portaria MS nº 1.171, de 16 de junho de 2016, alterada pela Portaria MS nº 2.487, de 18 de novembro de 2016, que credencia 44 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em 44 Municípios. A escolha desses Municípios levou em consideração os casos confirmados de microcefalia, na 13ª semana epidemiológica de 2016, nos Municípios ainda não credenciados para NASF.

Houve um trabalho de articulação entre as áreas de saúde e de assistência social para viabilizar esse atendimento às famílias. Até 29 de outubro de 2016, foram esclarecidos os diagnósticos de 7.033 crianças, sendo 2.143 confirmados e 4.890 descartados (Informe Epidemiológico nº 51). Na rede do SUS, foram publicados vários protocolos e materiais relacionados diretamente ao cuidado às crianças com microcefalia como: Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo zika vírus; Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo zika vírus; Protocolos da Atenção Básica – Saúde das Mulheres; e A estimulação precoce na Atenção Básica: Guia para Abordagem do Desenvolvimento Neuropsicomotor pelas equipes de Atenção Básica, Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), no contexto da síndrome congênita por zika vírus e o caderno: O cuidado com as crianças em desenvolvimento: Orientações para as famílias e cuidadores.

No processo de trabalho das equipes, foi atualizado o sistema de informação por meio das fichas do eSUS sendo instituída a Ficha Complementar – Registro de Emergência em Saúde Pública Síndrome Neurológica por Zika/Microcefalia no e-SUS AB. Além disso, houve inclusão do registro de Perímetro Cefálico na Ficha de Atendimento Individual do e-SUS AB e de campos no Prontuário Eletrônico do Cidadão, que possibilitaram ao profissional de saúde o registro dos casos de microcefalia e dos cuidados com a doença.

Dentro do Programa de Melhoria e Acesso à Qualidade da Atenção Básica (PMAQ AB) foram incluídos padrões relacionados às ações de combate e de atenção às doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, pela gestão municipal e pelas equipes de atenção básica.

O Ministério da Saúde criou o portal sobre ações de combate ao *Aedes aegypti* na atenção básica para facilitar o acesso dos profissionais de saúde a materiais de apoio para o combate ao vetor e assistência aos pacientes. Também lançou a campanha “UBS não é lugar de *Aedes*”, publicada nas mídias sociais, assim como a criação dos serviços de 0800 de telessaúde para profissionais de enfermagem, agentes comunitários de saúde (ACS), agentes de controle de endemias (ACE) e militares. Desde janeiro de 2016, 30.401 profissionais já acessaram o curso de atualização de combate ao *Aedes*, sendo 6.863 ACS/ACE ou militares; e 12.373 profissionais concluíram o curso Semana Saúde na Escola – com o tema “Comunidade Escolar mobilizada contra o *Aedes Aegypti*”. Para a sociedade, amplo material informativo, que complementou as campanhas na rádio e na TV (“Um mosquito não é mais forte que um País inteiro”), foram e continuam sendo distribuídas. Também foram produzidos cadernos com orientações para grupos específicos, como mulheres grávidas.

No eixo desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa em saúde, destacam-se:

- a contratação de projetos de pesquisas, por meio da Fiocruz, na área de combate ao *Aedes aegypti*, com destaque para o “Projeto Wolbachia”, que propõe o uso de uma bactéria naturalmente encontrada no meio ambiente, chamada Wolbachia, que, quando presente no vetor, é capaz de impedir a transmissão dos vírus da dengue, zika vírus e chikungunya pelo mosquito; e
- o investimento em pesquisas para desenvolvimento de uma vacina contra dengue pelo Instituto Butantan, que se apresenta na fase final de estudos em seres humanos; e duas vacinas contra o

zika vírus, (uma em desenvolvimento pelo Instituto Evandro Chagas, em parceria com a *University of Texas Medical Branch* e, outra, por Biomanguinhos/Fiocruz, ambas em fase inicial – teste pré-clínico em animais).

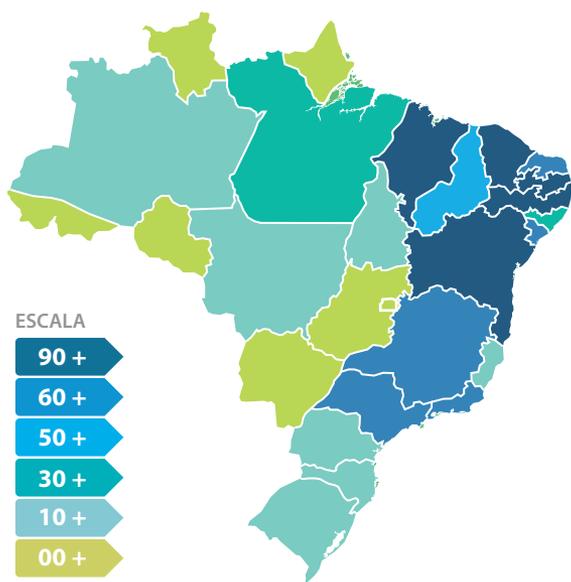
Providências para o combate do zika vírus em 2017

- Crianças cujas mães tiveram zika serão acompanhadas até os 3 anos de idade para definição de diagnóstico, podendo ser notificadas ao longo desse período;
- Realização de 3,5 milhões de testes rápidos de zika vírus com prioridade para gestantes e bebês. A tecnologia confirma, em 20 minutos, se o paciente está ou já foi infectado pelo vírus em algum momento da vida;
- Prioridade na melhoria da assistência em Municípios que apresentem casos de microcefalia confirmados;
- Ampliação do financiamento de pesquisas envolvendo o controle do vetor *Aedes aegypti*, com destaque para o escalonamento do projeto que utiliza a bactéria *Wolbachia*, que incluirá Municípios do Nordeste;
- Avaliação para liberação comercial da linhagem OX513A do *Aedes aegypti*, mosquito geneticamente modificado para controlar a população do vetor do vírus da dengue;
- Ampliação da capacidade instalada das ações e dos serviços de reabilitação;
- Ampliação das ações em saúde sexual e saúde reprodutiva;

- Mães adolescentes com bebês com microcefalia participando de ações em saúde sexual e reprodutiva;
- Monitoramento dos resultados parciais dos projetos de pesquisas contratados na Chamada Pública – Prevenção e Combate ao Zika Vírus;
- Monitoramento dos testes pré-clínicos das vacinas contra o zika vírus;
- Disponibilização de novas versões dos cursos EaD de prevenção à dengue e à chikungunya;
- Publicação da segunda edição do Guia de Manejo Clínico de Chikungunya, com abordagem diferenciada do tratamento da dor;
- Disponibilização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Chikungunya;
- Implantação de vigilância integrada de dengue, zika vírus e chikungunya, com aprimoramento dos sistemas de informações;
- Descentralização da realização de exames de imunohistoquímica para oito laboratórios do País: atualmente, este exame está restrito a dois laboratórios de referência nacional; e
- Disponibilização de repelentes a aproximadamente 500 mil gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família para prevenção das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*.

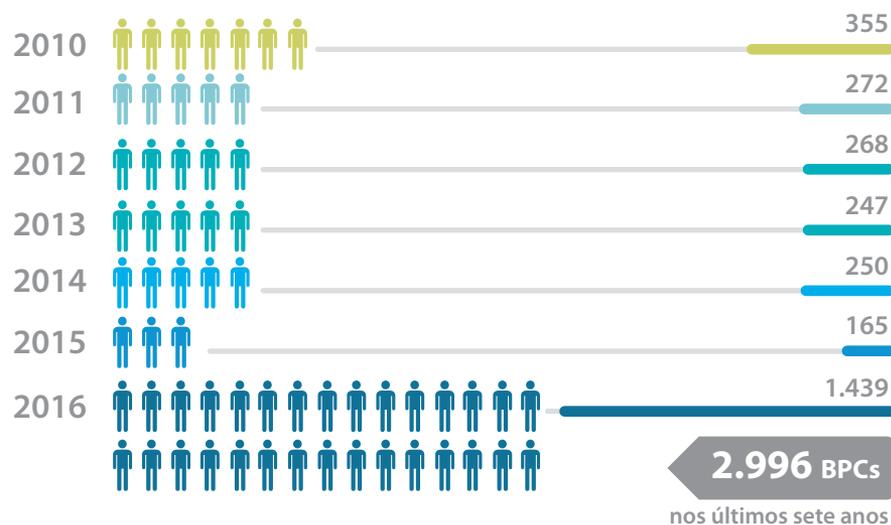
Para apoiar as famílias cujos bebês nasceram com microcefalia em decorrência da epidemia do zika vírus, o Governo editou a Portaria Interministerial MS/MDSA nº 405, em 15 de março de 2016, que estendeu a elas o direito de receber o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Conforme se observa no gráfico abaixo, o número de benefícios do BPC concedidos a crianças com microcefalia aumentou cerca de 550% (atendendo a 1.439 famílias), com distribuição concentrada em alguns Estados.

BPCs CONCEDIDOS EM 2016 MICROCEFALIA



Fonte: SinteseWeb Nov/2016.

EVOLUÇÃO NOS BPCs CONCEDIDOS MICROCEFALIA



12 DIREITOS HUMANOS

No ano de 2016, foi realizada de forma conjunta a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Foram reunidas aproximadamente 7.700 representantes da sociedade civil, de Estados, dos Municípios e do Governo Federal para debater as mais de sete mil propostas advindas das 134 etapas estaduais

realizadas em todo o País. Das propostas apresentadas, após amplo debate, 750 se transformaram em deliberações das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos e servirão para balizar a atuação do Governo no aprimoramento das ações de direitos humanos. Nesse aspecto, os conselhos de direitos tiveram protagonismo importante no processo conferencial, cumprindo o compromisso de fortalecimento da participação social a partir de seu funcionamento como espaços de diálogos permanentes.

Relacionado ao cumprimento de compromissos internacionais, ressaltam-se os esforços para atualizar os relatórios periódicos que o Brasil precisa apresentar ao sistema de direitos humanos das Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos, resultantes da assinatura de tratados internacionais. Foram submetidos à consulta pública, em 2016, o III Relatório Brasileiro ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e o Informe do Estado brasileiro referente ao Primeiro Agrupamento de Direitos do Protocolo de San Salvador – Seguridade Social, Saúde e Educação.

A perspectiva é disponibilizar até 2017 a consulta pública do Documento Básico Comum do Relatório do Pacto Internacional sobre direitos econômicos e sociais, do Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos, do Relatório da Convenção sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes e do Relatório sobre desaparecimento forçado. Os respectivos relatórios, após consulta, serão enviados aos órgãos internacionais competentes.

Ressalta-se, ainda, a eleição do Brasil para integrar o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, órgão intergovernamental responsável pelo fortalecimento da promoção e da proteção dos direitos humanos no mundo e pela resolução de situações de violações dos direitos humanos, podendo proferir recomendações. O País atuará nesse espaço fomentando o diálogo e a cooperação de 2017 a 2019.

No plano interno, em 2016, destaca-se o lançamento do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e Direitos Humanos, parceria entre o Ministério da Educação e da Justiça e Cidadania com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação no ambiente acadêmico. A partir de adesões, as instituições de educação superior devem promover a educação em direitos humanos no ambiente universitário. Na oportunidade do lançamento, cerca de 20 representantes dessas instituições e de entidades ligadas à educação e aos direitos humanos assinaram o pacto.

13 ACESSIBILIDADE

Encontram-se em funcionamento 490 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), uma das frentes de atuação do Programa Brasil Sorridente, vinculados à Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (RCPD). Em 2016, foram habilitados 52 Centros Especializados em Reabilitação (CER) e habilitadas nove novas oficinas ortopédicas. Para 2017, a perspectiva é de 29 novos CER e 21 novas oficinas ortopédicas habilitadas. Os Centros oferecem serviços de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, habilitação/reabilitação, estimulação precoce, além de concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde no território.

Diversas foram as ações implementadas pelo Governo com vistas à promoção da acessibilidade. As principais são as seguintes:

- em 2016, foram atualizados os normativos do Ministério das Cidades para transferência de recursos aos Estados e aos Municípios, referentes à ação Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas, reforçando a importância da acessibilidade em obras nos espaços públicos. Foi mantida a contratação de propostas para elaboração de projetos e execução de obras de reabilitação e urbanização acessível. Para o ano de 2017, pretende-se avançar em normativos técnicos e jurídicos, como na Portaria que dispõe sobre as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016), de modo a efetivar dispositivos do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que exige das obras financiadas com recursos públicos o cumprimento das normas técnicas de acessibilidade. Em 2017, será ofertado ainda curso a distância sobre acessibilidade;
- foi lançado, em 2016, a Suíte VLibras, tradutor multiplataforma de conteúdos digitais do Português para a Língua Brasileira de Sinais, que torna conteúdos na *web* acessíveis para pessoas surdas e está disponível aos órgãos públicos; e o Asesweb, recurso automatizado para sítios eletrônicos, que auxilia na verificação quanto ao atendimento dos requisitos legais de acessibilidade;
- no que tange à acessibilidade às informações governamentais, está prevista a criação do Formulário de Acessibilidade Digital para padronização do fornecimento de dados relacionados aos sítios, portais, sistemas e serviços mantidos na Internet. A perspectiva para 2017 é a implementação do

Painel de Acessibilidade, com o mapeamento da situação dos órgãos em termos de acessibilidade nos serviços e nos sítios eletrônicos, o que auxiliará os gestores na tomada de decisão e orientará o planejamento de novos projetos;

- o Governo Federal normatizou, por meio da Portaria Interministerial nº 271, de 11 de maio de 2016, dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Justiça e Cidadania, os procedimentos para a elaboração e publicação dos relatórios sobre a situação do acesso em imóveis públicos dos órgãos e de entidades da administração pública federal direta e indireta e as adaptações necessárias às edificações. Está prevista para 2017 a publicação da segunda edição do Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos, de acordo com as atualizações contidas na NBR 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A expectativa é que, a partir de 2017, todos os órgãos federais possam basear-se em manual composto por formulário parametrizado, atualizado com normativos de acessibilidade mais recentes, e de lista padronizada de bens e serviços comuns de engenharia aplicáveis às adaptações de acessibilidade; e
- em 2016, foi elaborado o Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, norma que congrega os regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre a matéria, e prevê a ampliação de funcionalidades nos equipamentos utilizados e melhorias no atendimento das prestadoras.

14 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

No contexto da realização de diagnósticos para a elaboração da Política Nacional de Segurança Pública, com foco na redução de homicídios, observou-se, em 2016, a urgência de implementar e reforçar medidas que reduzam a violência contra mulheres. Atualmente, há no País 369 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, além de 131 núcleos, postos ou seções para este mesmo fim. Durante o exercício de 2016, foi realizado mapeamento das Delegacias Especializadas em Homicídios, o qual forneceu subsídios quanto às estruturas física, organizacional e de recursos humanos, bem como identificou métodos e fluxos de investigação, comunicação e boas práticas das Unidades Policiais, possibilitando a modelagem de uma política mais adequada à realidade local e conseqüentemente mais eficaz.

Para ampliar a garantia da assistência às vítimas, já estão em funcionamento duas Casas da Mulher Brasileira, em Brasília/DF e Campo Grande/MS. A unidade de Curitiba/PR já realiza atendimento parcial. Em 2016, 82.725 mulheres foram atendidas nas três casas.

Outra importante ferramenta no âmbito do atendimento as vítimas é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que fornece informações sobre os direitos das mulheres, a localização dos serviços mais próximos e apropriados em cada caso, com direcionamento para: Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referência, Delegacias de Atendimento à Mulher, Defensorias Públicas, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres e Serviços Especializados de Saúde.

De janeiro a novembro de 2016, o Ligue 180 realizou 637.115 atendimentos. Desse total, 117.836 representaram denúncias sendo: i) 60.423 relatos de violência física; ii) 36.756 relatos de violência psicológica; iii) 7.365 relatos de violência moral; iv) 5.911 relatos de violência sexual; v) 5.037 relatos de cárcere privado; e vi) 183 relatos de tráfico de pessoas.

Ainda em 2016, foi instituído um grupo de trabalho com a participação de diversos especialistas dos Estados, responsáveis pelo desenvolvimento de ações de prevenção voltadas à proteção da mulher em situação de violência, consubstanciando no acompanhamento do cumprimento das medidas protetivas, projeto denominado Patrulha Maria da Penha.

Em 2017, serão inauguradas cinco Casas da Mulher Brasileira e reformulados os pactos assinados entre Estados e Municípios para garantir sua viabilidade e funcionamento. Serão reestruturadas e fortalecidas a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e o atendimento de educação e reabilitação de agressores, conforme previsto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e na Lei de Execução Penal.

No âmbito da saúde, em 2016, foram identificados 238 serviços de referência em violência sexual, sendo 218 serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual e 76 serviços de referência para atenção à interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. Foram habilitados quatro serviços para coleta de informações e vestígios de violência sexual no SUS.

Em novembro de 2016, foi realizada a sexta edição do curso sobre Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios. O curso, parte

integrante das ações do Programa Mulher: Viver Sem Violência, objetiva qualificar profissionais de saúde e segurança pública para a atenção integral e humanizada às pessoas em situação de violência sexual, incluindo a realização do registro de informações e da coleta de vestígios, de modo a evitar situações de revitimização e possibilitar a responsabilização dos autores da agressão.

Em 2017, está prevista a publicação de um mapa na Sala de Apoio a Gestão Estratégicas (Sage) que possibilita a identificação e acesso aos Serviços de Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual e Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei, de maneira que as pessoas em situação de violência sexual sejam atendidas nos hospitais ou outros estabelecimentos de saúde de referência devido a algumas especificidades no atendimento.

15 POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas são constituídos por mais de 300 etnias e 270 línguas, somando aproximadamente um milhão de pessoas que habitam áreas rurais e urbanas. A política indigenista, além de ser uma questão de direitos sociais e de cidadania, perpassa vários setores de atuação do Governo.

Após a realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista, em dezembro de 2015, teve início a discussão acerca da implementação e do monitoramento das cerca de 200 propostas aprovadas, sendo a primeira realização a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista, no mês de abril. Três reuniões ordinárias foram realizadas no ano de 2016.

No mês de agosto, foi lançado o Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PII PNGATI) com propostas de ações e metas a serem executadas de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas, no escopo das diretrizes, eixos e objetivos da política, instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Em 2017, pretende-se, principalmente, a implementação interministerial do PII PNGATI, para o período de 2016 a 2019.

Ações territoriais

Com o objetivo de garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, 2016 marcou o início de estudos de identificação e delimitação de uma Terra Indígena e continuidade dos trabalhos em outras nove, totalizando dez áreas. Também foram aprovados e publicados resumos de Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) de 12 terras indígenas, com aproximadamente 1.500.000 hectares, localizadas nos Estados do AM, MS, PA, PR, RS, e SP. Foram expedidas, ainda, Portarias Declaratórias de 12 terras indígenas, com aproximadamente 900 mil hectares, nos Estados do AM, MT, MS, PA, RS, SP e TO. Também foram editados três decretos de homologação, com aproximadamente 760 mil hectares, em áreas nos Estados do Pará, Mato Grosso e São Paulo. Por fim, foi editado decreto de desapropriação por interesse social de área a ser destinada à ocupação indígena em Santa Catarina. Neste conjunto de ações, a população indígena beneficiada ultrapassa 15 mil pessoas.

No que diz respeito à proteção territorial, foram computadas ações de fiscalização territorial em 210 Terras Indígenas, além de ações voltadas à prevenção de ilícitos ambientais em 193 terras, sendo algumas realizadas em parceria com outras instituições governamentais, como o Exército, a Polícia Federal, o Ibama e a Polícia Militar Ambiental.

No que concerne à proteção dos índios isolados ou de recente contato, foram realizadas 11 expedições e cinco sobrevoos de localização e monitoramento de registros, bem como foi renovada a portaria de restrição de uso de Terra Indígena ocupada por índios isolados.

Em setembro de 2016, a Portaria Interministerial CC-PR/Segov-PR/GSI-PR/MJC/MD/MME/MCidades/MI nº 1.896 instituiu o grupo de trabalho interministerial Apyterewa e Projeto de Assentamento (PA) Belauto, com a finalidade de articular e executar atividades necessárias à desintrusão de ocupantes não indígenas da Terra Indígena Apyterewa, da etnia Parakanã, bem como coordenar e acompanhar a aplicação de políticas públicas no PA Belauto, no Estado do Pará, com a respectiva interlocução e mediação entre atores envolvidos, que deverão assegurar habitação, fornecimento de água e energia, acesso ao crédito produtivo e assistência técnica (Ater), dentre outras iniciativas.

Também vem sendo monitorada a invasão, por não indígenas, da Terra Indígena Awá Guajá, no Estado do Maranhão, que se encontra em processo de desintrusão, desde 2014, por força de decisão

judicial, no sentido de assegurar que novas invasões não ocorram. O Governo Federal vem realizando o acompanhamento, no sentido de garantir a preservação dos grupos isolados que estão presentes na TI, resguardando a integridade das terras e dos indivíduos.

Foram retomadas, em julho de 2016, reuniões para implementação do acordo de negociação entre o Governo Federal e os indígenas Xokleng/SC, que resultaram na sistematização e formalização de demandas relacionadas a saneamento, unidades residenciais localizadas na terra indígena e obras civis complementares na área da barragem e acessos.

Ações de educação

A educação escolar indígena tem seu desenvolvimento por meio dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), com a constituição em cada TEE de uma comissão gestora composta por representantes indígenas, entidades indigenistas, sistemas de ensino, instituições de educação superior com atuação em determinado TEE. Cada comissão é responsável pelo diagnóstico educacional, discussão das demandas prioritárias e acompanhamento da execução de um conjunto de ações. Em 2016, foi realizada a segunda reunião ordinária da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI). Para 2017, a CNEEI acompanhará a realização das 18 Conferências Regionais preparatórias para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI) a se realizar-se no segundo semestre.

Ações de saúde

Na área da saúde, o Subsistema de Saúde Indígena (SasiSUS) está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que executam ações de atenção primária à saúde para uma população indígena aldeada de aproximadamente 725 mil indígenas, residentes em 5.882 aldeias. No que se refere à estrutura operacional, o SasiSUS conta com uma rede de serviços composta por 1.286 Unidades Básicas de Saúde Indígena, 354 Polos Base, 68 Casas de Saúde Indígena (Casai) e aproximadamente 22 mil trabalhadores, sendo cerca de 50% indígenas.

Destaca-se que o Programa Mais Médicos possibilitou a manutenção de 342 vagas de médicos nos 34 DSEI existentes no País. No ano de 2016, esses médicos concluíram o curso de especialização em saúde indígena.

Quanto às ações de imunização, até outubro de 2016, foram vacinadas 77,4% das crianças menores de 5 anos e, com relação ao acesso ao pré-natal pelas gestantes indígenas, cerca de 98,17% obtiveram acompanhamento no primeiro trimestre de 2016, sendo que 47,56% tiveram até seis consultas. Apenas 1,83% das gestantes não tiveram acompanhamento pré-natal.

Acerca do acesso às consultas de Crescimento e Desenvolvimento (C&D) pelas crianças indígenas menores de 1 ano, ressalta-se que em 2016 foi elaborado um plano de ação para iniciar o acompanhamento do C&D nos 34 DSEI. Este plano foi contemplado no lançamento da “Agenda Integrada de Ações da Saúde da Criança Indígena – 2016 a 2019”, criada para institucionalizar a Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância e reduzir morbimortalidade infantil por causas evitáveis. Essa ação tem como população-alvo as mulheres em idade fértil e as crianças de até 5 anos e estará focalizada em 15 DSEI prioritários, cujas taxas de mortalidade infantil estão acima da média ponderada por ano.

Com referência à vigilância alimentar e nutricional, 52,4% das crianças menores de 5 anos tiveram acompanhamento alimentar e nutricional realizado até outubro de 2016.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de ações relacionadas à qualificação da atenção à saúde mental dos povos indígenas; a articulação de redes de cuidado e atenção e capacitação de 180 profissionais de saúde no que se refere às necessidades decorrentes do uso de álcool; e início da implementação das linhas de cuidado para prevenção do suicídio nos dez DSEI com maior incidência desse agravado.

Das obras de estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram concluídas duas obras de reforma/ampliação de Casas de Saúde Indígena, além da conclusão de uma obra de construção de Casai e três obras de reforma/ampliação de Polos Base e de 36 Unidades Básicas de Saúde Indígena, assim como a construção de cinco novas Unidades de Apoio aos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento.

Com relação ao saneamento básico, 19 novos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) foram entregues em aldeias com população acima de 50 habitantes, além de outros seis em comunidades com população inferior a 50 habitantes. Quanto à reforma/ampliação de SAA, 17 obras foram concluídas e dez aldeias foram beneficiadas com obras de melhorias sanitárias domiciliares.

Em 2017, estão previstas as seguintes ações, dentre outras:

- elevar para 79% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo, de acordo com o calendário indígena de vacinação;
- alcançar 55% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento;
- elevar para 50% a cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática;
- acompanhar 80% das crianças indígenas menores de 5 anos, pela vigilância alimentar e nutricional;
- reformar ou ampliar três Casas de Saúde Indígena;
- implantar 36 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes; e
- reformar ou ampliar 53 sistemas de abastecimento de água.

16 PROGRAMA IDENTIDADE JOVEM

Lançado em dezembro de 2016, o Programa Identidade Jovem disponibiliza aos beneficiários, em todo o território nacional, a possibilidade de emissão virtual do cartão de identificação, por meio de sítio na Internet e aplicativo para dispositivos móveis e celulares. O funcionamento da meia-entrada artística-cultural e esportiva é semelhante ao da carteira de identificação estudantil. Não obstante o direito já estar consolidado aos estudantes de qualquer idade, a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, estendeu a meia-entrada aos jovens de baixa renda, independente da sua condição de estudante. Para acessar o benefício, basta apresentar a Identidade Jovem – a ID Jovem, no momento da aquisição do ingresso e na portaria ou na entrada do local de realização do evento, acompanhada sempre de documento oficial com foto.

Já o benefício da reserva de vagas no transporte interestadual é restrito aos beneficiários da Identidade Jovem e não está disponível para estudantes jovens com renda acima da definida pelo Programa. São reservadas duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros; e duas vagas com desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens a serem utilizadas depois de esgotadas as vagas gratuitas. Tais benefícios tornam acessíveis o direito à cultura ao território e à mobilidade, conforme previsto no Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 2013.

A ID Jovem deve beneficiar cerca de 15 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, que pertença à família com renda mensal de até dois salários mínimos, inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

17 PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), criado com o objetivo de organizar e articular as políticas de promoção da igualdade racial, tem uma estrutura voltada para promoção de ações de cooperação entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios que garantam, de forma transversal e descentralizada, o fortalecimento e a ampliação da efetividade dessa política.

Em 2016, foram aprovadas sete propostas de convênios para fortalecimento dos órgãos e dos conselhos de políticas de promoção da igualdade racial em Estados e Municípios, além da criação ou do apoio a fóruns estaduais de gestores focados no Sinapir.

Com ações voltadas às comunidades quilombolas, o Programa Brasil Quilombola tem sua atuação em quatro eixos: i) acesso à terra; ii) infraestrutura e qualidade de vida; iii) inclusão produtiva e desenvolvimento local; e iv) direitos e cidadania.

No eixo de acesso à terra, foram emitidas 2.401 certidões, englobando um universo de 2.849 comunidades quilombolas. Foram também publicados 213 Relatórios Técnicos de Identificação e

Delimitação, 121 Portarias de Reconhecimento, 82 Decretos de Desapropriação e 86 Títulos para comunidades quilombolas.

Em 2017, serão realizados o Fórum Interestadual de Promoção da Igualdade Racial e a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

18 ESPORTE E INCLUSÃO SOCIAL

Em 2016, o Ministério do Esporte, por meio de ações voltadas para o esporte educacional, recreativo e para o lazer, beneficiou cerca de 847.820 pessoas, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, comunidades indígenas e outras populações tradicionais, além de gestores, pesquisadores e estudantes das políticas públicas de esporte. Esse público diversificado foi atendido no âmbito dos programas Segundo Tempo, Luta pela Cidadania, Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável, Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Cedes), dos projetos voltados para os povos indígenas e dos eventos de caráter educacional e participativo.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de democratização do acesso ao esporte e ao lazer, foi criado em 2016, como projeto-piloto, o Programa Esporte e Cidadania para Todos, que prevê a implantação de núcleos de práticas esportivas e corporais para atendimento de 5.600 crianças, adolescentes e jovens em conflito com a lei e em vulnerabilidade social, no Estado do Rio de Janeiro.

No âmbito do esporte educacional, foram cerca de 192.700 crianças e adolescentes, em 188 parcerias com entidades governamentais, para a implementação das diversas vertentes do Programa Segundo Tempo (Padrão, Universitário, Navegar e Adaptado), e em cooperação com o Ministério da Defesa para a realização do Programa Forças no Esporte, o qual utiliza a infraestrutura de organizações militares.

Quanto ao esporte recreativo e ao lazer, foram 269 mil crianças, jovens, adultos e idosos, com 97 parcerias, no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade, tanto em áreas urbanas quanto em

comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, dentre outras). Esse Programa tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer.

O Programa Vida Saudável, no intuito de promover o acesso às práticas de atividades físicas, culturais e de lazer à pessoa idosa, beneficiou cerca de 30.600 pessoas, nas 26 parcerias firmadas, em 2016.

O ano de 2016 trouxe também um importante avanço para a profissionalização da gestão do futebol profissional do País, com a criação da Autoridade Pública do Futebol, órgão de fiscalização do Programa de Modernização de Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut). Em 2016, 137 entidades esportivas de 22 Estados da Federação aderiram ao Profut com vistas ao saneamento de sua regularidade fiscal.

Ainda no segmento do esporte paixão nacional, foram desenvolvidos projetos de futebol de campo não profissional – masculino e feminino, em diversas categorias – que beneficiaram diretamente 30 mil pessoas.

Fora dos campos, o Governo prosseguiu com ações continuadas de conscientização para combate à violência nos estádios de futebol e garantia dos direitos do torcedor.

O Governo Federal vem desenvolvendo um trabalho de profissionalização da gestão dos recursos captados por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), com foco especial na transparência de todo o processo, desde a seleção de projetos até a divulgação de resultados. De acordo com a previsão do Decreto nº 6.684, de 9 de dezembro de 2008, é permitida a captação anual de até R\$ 400 milhões em isenções tributárias destinadas ao incentivo ao esporte.

19 INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

O investimento do Governo Federal em infraestrutura esportiva para a realização dos Jogos Olímpicos – Rio 2016 considerou, além da disponibilização das instalações necessárias para a realização do evento, a geração e a ampliação do legado esportivo.

Nessa iniciativa, ampliou-se a Rede Nacional de Treinamento, com destaque para os Centros Olímpicos de Treinamento (COT) localizados no Parque Olímpico da Barra e no Complexo Esportivo de Deodoro, além dos Centros de Treinamento: Universidade da Força Aérea (Unifa), Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Escola Naval, Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, Centro Paralímpico Brasileiro e Centro de Formação Olímpica do Nordeste. Tais instalações representam importante renovação do parque esportivo de alto rendimento no País.

Além disso, por meio do Programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), será ampliada em todo o País, sobretudo nas áreas de alta vulnerabilidade social das grandes cidades, a infraestrutura de equipamento esportivo qualificado para incentivar a iniciação esportiva e a formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paraolímpicas e uma não olímpica, colaborando para a identificação de novos talentos. Estão planejados, até 2018, a construção de 229 CIEs em 219 Municípios. Em 2017, serão iniciadas mais 56 unidades. Foi inaugurado, em junho de 2016, o primeiro CIE, localizado no Município de Franco da Rocha (SP).

20 OLIMPÍADAS E PARALIMPÍADAS

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (Jogos Rio 2016) transformou a cidade do Rio de Janeiro no palco do maior evento esportivo do mundo. As Olimpíadas demonstram mais uma vez, após a Copa de 2014, a capacidade do País de sediar megaeventos esportivos com liderança, eficiência e sucesso.

O Governo Federal, em parceria com os governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro – bem como das demais localidades que serviram de sede às competições de futebol (Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Salvador e São Paulo), trabalhou em várias frentes. Foram investimentos em áreas como saúde, segurança, aeroportos, mobilidade urbana, infraestrutura e serviços turísticos, entre outras, que, além de assegurar a realização dos Jogos, deixam importante legado para o Rio de Janeiro e para o Brasil.

Os Jogos Olímpicos reuniram 11.303 atletas de 206 países – e uma inédita delegação de refugiados –, que participaram de competições em 42 modalidades esportivas, distribuídas por 32 arenas de competição. Durante os 15 dias de jogos, foram quebrados 91 recordes olímpicos e outros 27 mundiais. Cerca de 6,1 milhões de ingressos foram vendidos para todas as arenas – o que representou 91% do total disponibilizado ao público. A cidade do Rio de Janeiro foi visitada por 1,17 milhão de turistas, sendo 410 mil estrangeiros, que movimentaram R\$ 4,1 bilhões no período das Olimpíadas. Segundo pesquisa realizada, 87,7% dos turistas estrangeiros têm a intenção de retornar ao Brasil e 94,2% dos brasileiros desejam visitar novamente o Rio de Janeiro. É um potencial turístico que pode incrementar o PIB, gerando emprego e renda. As competições contaram com uma audiência global de cerca de 5 bilhões de espectadores, e 26 mil jornalistas foram credenciados para a cobertura do megaevento.

Outros 4.333 atletas de 160 países participaram dos Jogos Paralímpicos em 23 modalidades, num total de 1.488 medalhas colocadas em disputa. O Rio de Janeiro recebeu, no período, 243 mil turistas, dos quais aproximadamente 91% demonstraram interesse em retornar à cidade. Durante os Jogos Paralímpicos, os visitantes movimentaram R\$ 410 milhões na economia local. Foram quebrados 592 recordes paralímpicos e 208 mundiais. A cobertura das competições contou com 5.300 jornalistas credenciados e teve 2,1 milhões de ingressos vendidos, número que supera Beijing 2008 e fica atrás apenas de Londres 2012.

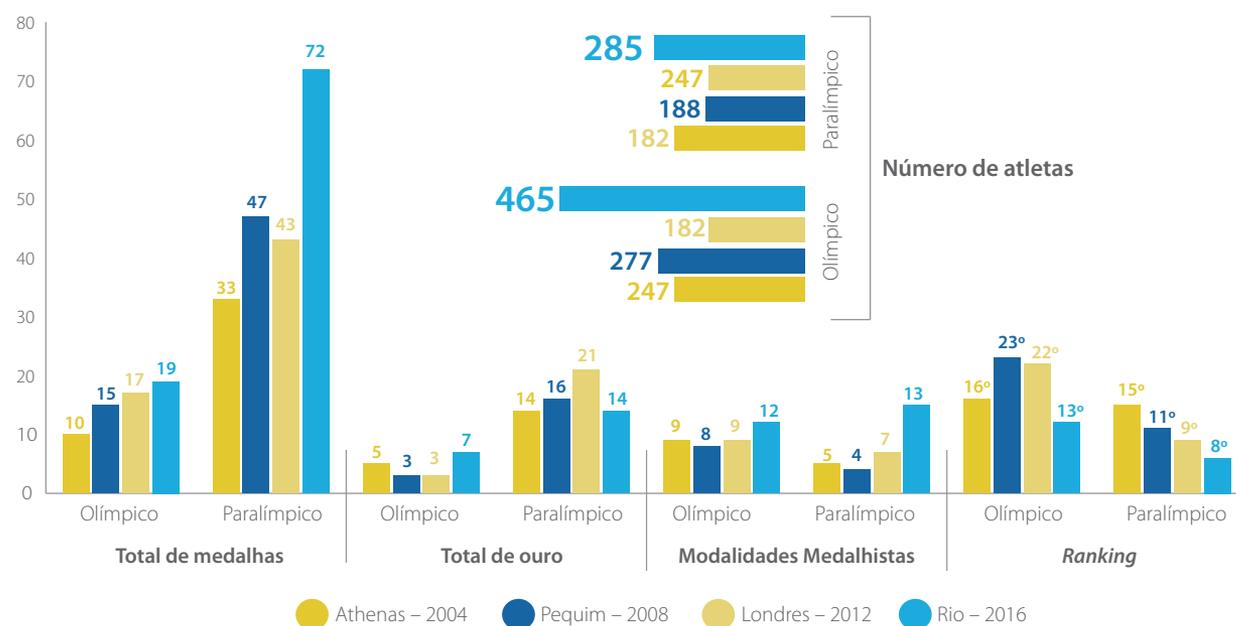
Sob a ótica do Governo Federal, o projeto olímpico priorizou recursos para dois eixos essenciais: a construção e a reforma da infraestrutura esportiva necessária à plena realização dos Jogos e a preparação dos atletas de alto rendimento, sempre com a perspectiva de que o esporte brasileiro pudesse ser beneficiado com um legado para as próximas gerações.

A preparação engloba a concepção de apoio integral que deve ser prestado ao atleta, da base ao alto rendimento. Assim, impulsionou-se: i) o desenvolvimento da Rede Nacional de Treinamento, os programas Bolsa-Atleta e Atleta-Pódio; ii) a construção das infraestruturas esportivas; e iii) as parcerias, com ou sem transferência de recursos, com as entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto.

O Plano Brasil Medalhas incluiu investimentos em aquisição de equipamentos esportivos, contratação de equipes multidisciplinares, apoio aos atletas em treinamentos e competições no Brasil e no exterior, construção, reforma e equipagem de centros de treinamento e ainda possibilitou a criação de uma nova

categoria no Programa Bolsa-Atleta: o Atleta Pódio. Ao longo do ciclo, o Programa Atleta Pódio beneficiou 322 atletas, divididos entre 35 modalidades apoiadas. Os investimentos contribuíram para que, em 2016, o Brasil conquistasse o maior número de medalhas de ouro na história de sua participação dos Jogos, número recorde de disputas em finais, aumento do número de modalidades medalhistas, aumento do número de atletas participantes (45% em relação à edição anterior) e melhor colocação no quadro de medalhas de todas as edições dos Jogos. Foram 19 pódios, sendo sete ouros, seis pratas e seis bronzes, e 13º no *ranking* que prioriza as medalhas de ouro. No recorte das Paralimpíadas, foram 72 medalhas, sendo 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze, e 8º no *ranking* que prioriza as medalhas de ouro.

Participação brasileira nas edições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – 2004 a 2016



Fonte: Ministério do Esporte.

O legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos

Os Jogos Rio 2016 foram uma oportunidade única de exposição positiva para o País. A organização de um megaevento exigiu esforço logístico monumental, que envolveu todos os recursos e meios do país. Os Jogos são considerados o projeto mais complexo do mundo, em tempos de paz. Com os Jogos Rio 2016, o Brasil se uniu a um seleto grupo de países capazes de realizar um evento desse porte com excelência e responsabilidade.

Antes mesmo dos Jogos, a mobilização do país com o revezamento da Tocha Olímpica em grandes e pequenos Municípios de todos os Estados possibilitou a apresentação da riqueza de histórias brasileiras, deixando país afora um legado de inspiração para as gerações futuras.

Os Jogos do Rio foram realizados dentro do orçamento, com uma das maiores participações do setor privado da história do movimento olímpico e as obras entregues dentro do cronograma. O Governo Federal destinou recursos para instalações esportivas no complexo de Deodoro e para o Parque Olímpico da Barra (Arena do Futuro, Estádio Olímpico de Esportes Aquáticos, Velódromo e Centro de Tênis).

As instalações do Velódromo, do Centro de Tênis e as Arenas 1 e 2 do Parque Olímpico da Barra comporão a Rede Nacional de Treinamento e serão geridas pelo Governo Federal.

Os Centros de Treinamento de unidades militares e da escola de Educação Física da UFRJ, das modalidades para treino e aquecimento dos atletas durante os Jogos, foram revitalizados para atender aos requisitos olímpicos e também ficarão como legado integrado à Rede Nacional de Treinamento.

Foram investidos mais de R\$ 100 milhões na aquisição de equipamentos esportivos para os Jogos (embarcações de apoio, equipamentos de levantamento de peso, piscinas temporárias, pisos etc.), que serão destinados para reforço nas estruturas esportivas das forças militares e entidades.

Plano de Gestão do Legado

Toda essa estrutura ficará como legado para o esporte nacional e estará disponível para treino de atletas e formação de profissionais, formando uma Rede Nacional de Treinamento, que abará ainda Centros de Iniciação ao Esporte construídos em duas centenas de Municípios do País.

As piscinas do Estádio Olímpico de Esportes Aquáticos serão usadas em dois centros aquáticos, a serem instalados no município do Rio de Janeiro/RJ.

As instalações da Arena do Futuro serão transformadas em quatro escolas municipais (arquitetura nômade).

Avanços estruturais e científicos no controle de dopagem são um dos principais legados dos Jogos para o esporte. Estruturou-se o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, que passou a contar com novas instalações, fortalecimento da equipe e equipamentos modernos. Foi criada a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), que será a responsável pela implementação de uma política de prevenção e de combate à dopagem, mantendo o esporte brasileiro limpo.

Tendo como modelo a experiência da Copa do Mundo 2014, houve um aprofundamento na estruturação de um sistema integrado, moderno e eficiente de segurança para grandes eventos, que se torna referência mundial.

Material e equipamentos de segurança, adquiridos para uso durante a operação dos Jogos, serão destinados para a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, bem como às forças policiais estaduais, como contrapartida ao fornecimento de policiais para a Força Nacional de Segurança Pública.

A Força Nacional é outro exemplo de legado. Depois de treinados para a Força, os policiais voltam a seus Estados como policiais de elite especialmente equipados.

A estruturação de uma ampla rede de transportes, para apoio ao desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, com destaque para o BRT Transolímpico, a Linha 4 do Metrô e o VLT Carioca – apoiada pelo

Governo Federal por meio de financiamento do BNDES ou de recursos do Orçamento da União – facilitou sobremaneira a vida do morador e de quem visita o Rio de Janeiro.

Merecem destaque os investimentos em obras de ampliação e reforço do sistema de transmissão por Eletrobrás Furnas – estrutura esta que deverá permanecer como legado permanente para o Rio de Janeiro. Obras de melhoria e modernização, também da distribuição de energia, resultaram em um fornecimento estável para diversas regiões do Rio de Janeiro, garantindo confiabilidade para todo o sistema interligado nacional:

Obras na rede básica/DIT (Transmissão)	<ul style="list-style-type: none"> • 5 subestações modernizadas e/ou ampliadas (modernização de bancos de transformadores, construção de vãos de linha, modernização de proteção); e • 27,2 km de linhas de transmissão em 138 kV.
Obras na rede de distribuição	<ul style="list-style-type: none"> • 2 novas subestações 138/13.8 kV, totalizando 240 MVA de capacidade de transformação; • 8 subestações modernizadas e/ou ampliadas (ampliação da blindada, instalação de proteção/automação, troca de disjuntor), totalizando 175 MVA de capacidade de transformação ampliada; • 113,4 km de linhas de distribuição aérea de Alta Tensão; • 20,1 km de linhas de distribuição subterrânea de Alta Tensão; • 44,72 km de linhas de distribuição aérea de Média Tensão; e • 68,15 km de linhas de distribuição subterrânea de Média Tensão.
Número de falhas na rede de fornecimento de energia que afetaram ou interferiram na realização de competições	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram registradas falhas no fornecimento de energia elétrica que afetassem ou interferissem na realização de competições.

Na infraestrutura aeroportuária, já com uma disponibilidade satisfatória nos principais aeroportos, fruto dos investimentos com vistas à Copa do Mundo 2014, os investimentos (Governo Federal e concessionárias) concentraram-se na expansão e na modernização das capacidades dos aeroportos do Rio de Janeiro:

Aeroporto Internacional do Galeão

- Investimento total de R\$ 2 bilhões;
- Novo Píer com 100 mil m² e terminal de passageiros 2 modernizado;

- Capacidade mais que duplicada de 17,3 para 37,5 milhões de passageiros/ano;
- 500 mil m² para pátio de aeronaves, ampliação de 50 para 97 posições;
- Substituição de 68 pontes de embarque e construção de 26 novas;
- 68 novos balcões de *check-in*, que se somarão aos atuais 227; e
- 2.700 novas vagas de estacionamento, totalizando sete mil.

Aeroporto Santos Dumont

- Investimento total de R\$ 297,5 milhões;
- Reconstrução do pátio de aeronaves, 75,3 mil m² contemplando sistema de drenagem e sinalização horizontal;
- 22 posições de embarque (oito assistidas por pontes e 14 remotas);
- Expansão comercial: 62 lojas, quiosques e restaurantes, dos quais 14 já em funcionamento; e
- Hotel com 290 apartamentos e vista para a Baía da Guanabara, shopping com mais de 50 lojas e um *business center* (4.000 m²).

Importante legado também para a acessibilidade, com um novo padrão de conforto e atendimento humanizado nos aeroportos brasileiros, com padronização de procedimentos, incentivando a criação de medidas para facilitar a operação de companhias aéreas, operadores dos aeroportos e empresas de serviços auxiliares do transporte aéreo.

21 CULTURA

21.1 Vale-Cultura

Em 27 de dezembro de 2012, a Lei nº 12.761 instituiu o Programa de Cultura do Trabalhador – Vale-Cultura, que possibilita a dedução do valor despendido a título de aquisição do Vale-Cultura em até 1% do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica beneficiária do Programa, tributada com base no lucro real. Em 2013, a referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013, e a Instrução Normativa nº 02, de 2013, de 4 de setembro de 2013, do Ministério da Cultura.

O Vale-Cultura promove o acesso e incentiva as atividades culturais. Desde setembro de 2013, mais de 515 mil trabalhadores já foram beneficiados com Vale-Cultura, por meio de uma rede com mais de 40 mil receptoras – pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale-Cultura já supera a marca de R\$ 355 milhões.

O potencial do Vale-Cultura é evidente: quase 40 milhões de trabalhadores do Brasil ganham até cinco salários mínimos. Ao se alcançar 10% deles, o Programa fará circular R\$ 2,4 bilhões por ano no setor cultural, orçamento que supera em mais de R\$ 1 bilhão os recursos anuais dedicados ao incentivo fiscal da Lei Rouanet. Para o período do Plano Plurianual 2016-2020, está prevista a extensão do benefício a dois milhões de trabalhadores.

Para 2017, está prevista a revisão dos normativos do Programa e a inclusão de novos produtos e serviços que podem ser adquiridos por meio do cartão Vale-Cultura. Até o ano de 2018, com vistas a aprimorar a execução do Programa, serão implementados outros procedimentos de fiscalização.

21.2 Lei Rouanet

A Lei Rouanet é a principal fonte de financiamento à cultura do País, realizando projetos por meio de incentivo fiscal, pelo qual pessoas físicas e jurídicas optam por investir na cultura, por meio da renúncia fiscal de parte do seu imposto de renda; e do Fundo Nacional da Cultura (FNC).

Em 2016, foram aprovados via mecanismo do incentivo fiscal 4.496 projetos culturais, e foram captados R\$ 1,1 bilhão até dezembro de 2016 direcionados à cultura. Já os investimentos culturais realizados por meio do Fundo Nacional de Cultura somaram R\$ 48,1 milhões, englobando 38 projetos culturais.

Cerca de 400 projetos audiovisuais foram aprovados para captação de recursos da Lei Rouanet. Os projetos audiovisuais contemplam os segmentos de produção de curta e média metragem, programas de rádio e TV, oficinas de formação, mostras e festivais audiovisuais, *games* e aquisição e restauro de acervos.

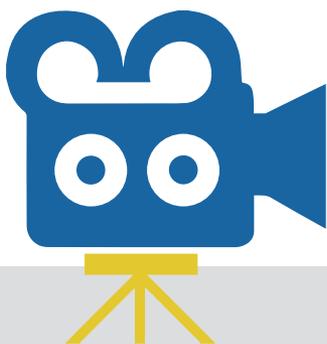
O Governo vem promovendo ampla reformulação dos mecanismos de gestão e controle dos incentivos fiscais. A implementação de tecnologias de controle dos recursos financeiros e de novas rotinas de acompanhamento técnico dos projetos permite que sejam estabelecidos limites para projetos que têm potencial lucrativo. Ou seja, até 2018, os projetos que auferirem recursos para sua realização serão acompanhados do ponto de vista da gestão dos recursos captados, assim como da realização dos objetos a que se propõem.

Além do ciclo anual de admissão, aprovação, execução e avaliação de projetos culturais na Lei Rouanet, o Ministério da Cultura promoverá, no ano de 2017, a revisão dos instrumentos normativos da Lei. O objetivo é levar recursos para regiões mais carentes de atividades culturais, evitar a concentração de recursos por proponentes e segmentos culturais e dotar todo o mecanismo de novos processos de controle de risco, melhoria de eficácia e redução de custos, dando mais segurança, transparência e pertencimento da sociedade no uso dos recursos públicos.

Também será implantado um novo Portal na Internet e em plataforma para celular, com melhorias na navegação para todos que desejarem conhecer ou operar com a Lei.

21.3 Audiovisual

O setor audiovisual segue sua trajetória de crescimento. Até meados de novembro, as salas de cinema do País receberam um público de mais de 173 milhões, 9% superior ao mesmo período de 2015, com receita bruta de R\$ 2,44 bilhões e crescimento de 13,7%. Os filmes brasileiros atraíram quase 26 milhões de espectadores, que correspondem a 15% do total de ingressos vendidos. Até meados do



Os filmes brasileiros
atraíram

26 milhões
de espectadores em
2016, com **15% do**
total de ingressos
vendidos.

mês de dezembro de 2016, foram lançados 139 filmes brasileiros nos cinemas, um novo recorde.

No âmbito da arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), até novembro de 2016 foram arrecadados aproximadamente R\$ 108,7 milhões relativos à Condecine-Título, R\$ 12,5 milhões relativos à Condecine-Remessa e R\$ 1,1 bilhão de Condecine-Teles, totalizando mais de R\$ 1,2 bilhão. Para 2017, espera-se manter a taxa de crescimento da arrecadação com a devida orientação às empresas para o regular recolhimento do tributo e, por meio da implementação do processo eletrônico, imprimir maior agilidade aos processos administrativos fiscais e execuções judiciais.

Em relação ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil, até 27 de dezembro de 2016 foram investidos mais de R\$ 450 milhões, com total de 749 projetos selecionados pelas linhas de conteúdo audiovisual (Prodecine e Prodav) e seis propostas relativas à construção e reforma de complexos de exibição pelo Programa Cinema Perto de Você.

O ano 2016 também foi marcado pela implementação do Ancine + Simples, um plano de qualificação da gestão do financiamento que reorganizou os procedimentos e ferramentas da Agência e integrou os mecanismos de incentivo fiscal com o Fundo Setorial do Audiovisual. O Ancine + Simples é construído pelos seguintes eixos: i) virtualização dos processos administrativos; ii) simplificação da forma de apresentação de projetos audiovisuais pelas empresas produtoras; iii) reorganização de procedimentos internos com vistas a maior eficiência; e iv) instituição de calendário anual de ações de financiamento e definição de prazos, atendimento as solicitações externas de modo a dar maior transparência e previsibilidade aos procedimentos da agência.

A promoção do acesso ao conteúdo audiovisual também teve destaque no ano de 2016 com a regulamentação da acessibilidade visual e auditiva nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. De acordo com a norma, as salas de exibição comercial deverão dispor de tecnologia assistiva voltada à fruição dos recursos de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os recursos serão providos de forma a permitir o acesso individual ao conteúdo especial, sem interferir na fruição dos demais espectadores. Os prazos para adequação à nova regra são gradativos e variam de acordo com o número de salas de cinema de cada grupo exibidor. Em um ano, cerca de 50% do parque exibidor terá que contar com os recursos implantados de legendagem descritiva, audiodescrição e Libras e, em dois anos, a exigência terá de ser cumprida em todo o parque exibidor.

EIXO

O BRASIL E O MUNDO

O Governo tem conduzido uma política externa que se pauta pelos valores e pelos interesses da sociedade brasileira. Essa política externa orienta-se: i) pela defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos; ii) pela promoção do desenvolvimento sustentável; iii) por uma maior inserção nos eixos dinâmicos da economia mundial; e iv) pelo fortalecimento do universalismo da presença brasileira no mundo, por meio de relações com países de todas as regiões e níveis de desenvolvimento. Trata-se de ação internacional que contribui, de maneira concreta, para o desenvolvimento do Brasil.

As prioridades do Brasil no plano externo levam em consideração um contexto global de aceleradas transformações. No plano econômico, persistem obstáculos à retomada do crescimento tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. No campo político, assiste-se, em diversos países, à retomada de nacionalismos. Esses dois fatores têm engendrado preocupante tendência ao isolacionismo e ao protecionismo comercial. Tendo presentes desafios internos e externos, o Governo obteve, em 2016, avanços em diferentes áreas, conforme os itens a seguir.

1 UNIVERSALISMO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Brasil não hesitou em ocupar os espaços que lhe cabem no cenário internacional. Foram realizadas visitas do Presidente da República aos seguintes países: i) Argentina; ii) Paraguai; iii) Japão; iv) Índia

(Cúpula do Brics e visita bilateral); v) China (Cúpula do G20); e vi) Estados Unidos da América – EUA (abertura da 71ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas). As visitas realizadas pelo Presidente da República tiveram como foco principal a ampliação das relações comerciais e o aumento do fluxo de investimentos para o Brasil. Refletiram, assim, o interesse prioritário do País em retomar o crescimento e gerar empregos. As ações do Brasil têm sido guiadas por pragmatismo e pela constante busca de oportunidades em setores estratégicos para o seu desenvolvimento.

Foi com o Presidente da China que o Presidente da República manteve, no mês de setembro, em Hangzhou, à margem da 11ª Cúpula do G20, seu primeiro encontro bilateral no exterior. A China é o principal parceiro comercial do Brasil e expressiva fonte de investimentos no País. Foi firmado, em outubro de 2016, memorando de entendimento para a constituição do Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, mecanismo de financiamento de projetos de investimento prioritários para o Brasil. O País atribui, nas relações com a China, especial atenção aos seguintes temas: i) atração de investimentos para projetos de infraestrutura; ii) abertura do mercado chinês para produtos do agronegócio; iii) ampliação das exportações brasileiras de alto valor agregado; e iv) cooperação industrial, espacial e em ciência, tecnologia e inovação.

A visita presidencial ao Japão, em outubro de 2016, foi a primeira visita de mandatário brasileiro àquele país em 11 anos. Isto significou a retomada dos encontros políticos bilaterais no mais alto nível, após o cancelamento de visitas presidenciais ao Japão em 2013 e 2015. Durante a visita, tratou-se: i) da expansão e da diversificação da pauta de exportação brasileira; ii) da ampliação dos investimentos japoneses no Brasil, em particular no setor de infraestrutura; iii) do estímulo a maior integração da comunidade brasileira no Japão, sobretudo pela educação de jovens; e iv) do fortalecimento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Foi assinado memorando de promoção de investimentos e cooperação econômica em infraestrutura.

Ainda em outubro de 2016, o Presidente da República realizou visita oficial à Índia. Nessa oportunidade, rubricou-se Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos e concluíram-se três memorandos de entendimento nas áreas de regulação de medicamentos e cooperação agrícola. O Brasil tenciona, agora, aprofundar a Parceria Estratégica entre os dois países, além de expandir e diversificar o intercâmbio comercial, inclusive por meio da ampliação do acordo de preferências tarifárias fixas Mercosul-Índia. A Índia deverá em breve tornar-se o país mais populoso do mundo, havendo grandes possibilidades de expansão das trocas comerciais com o Brasil.

O Presidente da República participou, em Goa, Índia, no mês de outubro, da VIII Cúpula do Brics, grupo que reúne, além do Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul. Nas áreas prioritárias para o Brasil, os resultados foram os seguintes: i) no campo financeiro, a entrada em operação do Novo Banco de Desenvolvimento (“Banco do Brics”), a emissão dos primeiros títulos e a aprovação dos primeiros empréstimos (inclusive o empréstimo de US\$ 300 milhões de dólares para projeto de desenvolvimento de energia eólica no Brasil); e ii) progressos na coordenação sobre a reforma do Fundo Monetário Internacional; iii) a promoção do intercâmbio comercial e de investimentos entre os países do Brics. Na reunião ministerial do Brics, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, o Brasil também lançou a proposta de cooperação em temas de saúde pública, inclusive em acesso a medicamentos.

Dos continentes, a África é o que apresenta, ao lado da Ásia, uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo. O Brasil tem procurado fortalecer os laços com a região, com o propósito de estimular uma cooperação que esteja assentada nos interesses de ambos os lados. Nas relações com o continente africano, buscaram-se ampliar os fluxos de comércio e de investimentos. A segunda visita oficial do Chanceler brasileiro foi a um país africano, Cabo Verde.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – cujos membros seis são africanos – completou 20 anos em 2016. Em novembro, o Brasil sediou a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, quando assumiu a presidência da Comunidade pelo próximo biênio. Desde 2008 o Brasil não se fazia representar em conferência da CPLP pelo chefe de Estado. António Guterres, já então designado secretário-geral da ONU, esteve presente ao evento a convite do Brasil. Aprovou-se a Nova Visão Estratégica da CPLP, que prevê, entre outras diretrizes, o aprofundamento da cooperação econômico-empresarial e medidas para implementar a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. À margem da XI Cúpula da CPLP, em Brasília/DF, foram realizadas diversas reuniões bilaterais em nível presidencial (Angola, Cabo Verde, Timor Leste e Guiné-Equatorial) e ministerial (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique).

No que tange ao relacionamento com os países europeus, destaca-se a renovada aproximação com parceiros tradicionais como Portugal e Espanha. Os presidentes do Brasil e de Portugal encontraram-se em três ocasiões no decorrer de 2016. Em novembro do mesmo ano, o Presidente da República reuniu-se com o Primeiro-Ministro de Portugal para a XII Cimeira bilateral, em Brasília/DF. O Presidente da República manteve encontro com o Presidente de Governo da Espanha, Mariano Rajoy, à margem

da reunião de Cúpula do G20, em setembro de 2016. O Ministro das Relações Exteriores realizou, em novembro, visita a Madri, com foco na atração de investimentos e no aumento do comércio bilateral.

O Ministro das Relações Exteriores participou da XXV Cúpula Ibero-Americana, em Cartagena, Colômbia, ocasião em que foram discutidas iniciativas para o fortalecimento da cooperação entre a América Latina, Espanha e Portugal.

Nos diversos encontros bilaterais com seus parceiros europeus, o Brasil tem enfatizado o interesse do Mercosul em avançar nas negociações com a União Europeia para a celebração de acordo birregional de livre comércio.

No relacionamento com os EUA, trabalhou-se para: i) aumentar o fluxo de comércio e investimentos; ii) aprofundar a cooperação em educação, ciência, tecnologia e inovação, energia e meio ambiente; e iii) promover coordenação em temas das agendas regional e mundial. Os EUA são o segundo parceiro comercial do Brasil e principal detentor de estoques de investimentos estrangeiros no País.

Avanço importante em 2016 foi a conclusão da abertura recíproca de mercados entre Brasil e EUA para carne bovina *in natura*, após mais de uma década de negociações. O Brasil continuará trabalhando para que barreiras não tarifárias que afetam as exportações de seus produtos sejam superadas.

2 FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A consolidação da América Latina como espaço de paz, cooperação e desenvolvimento sustentável é objetivo permanente da política externa brasileira. A partir do segundo semestre de 2016, empreende-se exercício de reflexão sobre as ênfases a serem dadas na consecução desse objetivo, em especial na vertente econômico-comercial. O Governo brasileiro tem por objetivo: i) dinamizar os fluxos de comércio e de investimento; ii) modernizar a infraestrutura de integração física; e iii) fortalecer o relacionamento do Mercosul com outros países e blocos. A integração regional deve constituir plataforma para inserção competitiva dos países na economia global.

Mercosul

No ano em que o Mercosul completou 25 anos, o Brasil trabalhou para revitalizar e fortalecer o processo de integração econômica, por meio, entre os membros do bloco, de maior liberalização comercial, eliminação de barreiras não tarifárias, atração de investimentos e avanço da integração em novos temas, como compras governamentais. Paralelamente, busca acelerar as negociações do Mercosul com outros países e blocos.

O ritmo dessas iniciativas durante o ano de 2016 foi inevitavelmente afetado pela difícil, mas necessária, decisão dos membros fundadores do Mercosul de suspender o exercício dos direitos de Estado Parte da Venezuela. A medida resultou da aplicação do direito internacional, em particular das regras do bloco, e seu objetivo principal foi o de assegurar a normalidade institucional do Mercosul. O Brasil manifestou-se de maneira clara com relação à situação da Venezuela, defendendo a preservação da democracia e externando sua preocupação com detenções por motivos políticos e com a deterioração da situação humanitária.

Os países do Mercosul identificaram 80 barreiras que dificultam o comércio regional e estão buscando soluções para cada uma delas. Em 2016, o Brasil estimulou o tratamento do tema em nível técnico e liderou a articulação política para avançar no assunto. Esse trabalho terá continuidade em 2017. O Brasil tem atuado em particular na superação das barreiras não tarifárias, sempre com o objetivo de retomar a vocação original do Mercosul como área de livre comércio, em que haja estabilidade de regras e em que os produtores locais não sejam prejudicados por barreiras injustificadas ao comércio.

Existe amplo consenso de que a aprovação e a revisão de normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias no Mercosul têm sido lentas, o que gera defasagens com relação a padrões internacionais e prejudica os negócios dentro e fora da região. Em 2016, o Governo brasileiro coordenou a elaboração de documento, já apresentado aos sócios do bloco, para agilizar a harmonização de normas. Em 2017, a prioridade é a execução dessas medidas.

Por iniciativa do Brasil, o Mercosul deu início, ainda em 2016, à negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Busca-se, com ele, estimular a mobilidade de capitais entre os países,

promover a alocação mais eficiente desses recursos e tornar o ambiente de negócios mais favorável aos empreendedores. As negociações deverão ser concluídas em 2017.

Em novembro de 2016, reunião realizada em Brasília/DF marcou a retomada da revisão do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, que se encontrava paralisada desde 2012. O Brasil ambiciona concluir o processo em 2017 e colocar o novo acordo em vigência. Com ele, os empresários brasileiros terão condições preferenciais de concorrência nas licitações públicas dos demais países do Mercosul.

Os avanços nos debates sobre investimentos e compras governamentais são dois exemplos de agenda positiva impulsionada pelo Brasil no último ano. Embora fundamentais para o futuro do bloco, esses temas não haviam avançado de maneira concreta no período recente.

Como forma de explorar oportunidades na região, o Brasil está impulsionando o diálogo e a aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, integrada por Chile, Colômbia, México e Peru. Em maio de 2016, foi realizada, em Lima, reunião de Vice-Ministros, ocasião em que foram definidas áreas prioritárias de cooperação, que incluem facilitação do comércio, aproximação empresarial e mobilidade de pessoas. Para 2017, prevê-se a realização de reunião de chanceleres.

Entre os parceiros do mundo desenvolvido, o Brasil e os sócios do Mercosul retomaram plenamente as negociações do acordo de livre comércio com a União Europeia, tendo trocado ofertas de acesso a mercados em maio de 2016 e realizado reunião bilateral de seguimento em outubro último, em Bruxelas. Esta última foi a primeira rodada plena de negociações desde 2012. Espera-se que o acordo seja concluído até 2018.

Com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, o Mercosul acordou, em outubro de 2016, estarem presentes as condições para o início da negociação de um acordo de livre comércio. Com a Coreia do Sul, realizou reunião exploratória em Buenos Aires, em novembro. O Bloco também está buscando retomar o diálogo para o lançamento de negociações comerciais com o Canadá. Durante visita do Presidente da República ao Japão, o Brasil reiterou interesse em possível acordo do País com o Mercosul.

O Brasil propôs aos sócios do Mercosul o aprofundamento dos acordos de preferências comerciais com a Índia, em vigor desde junho de 2009, e com a União Aduaneira da África Austral. Em julho de 2016, o

Mercosul concluiu o texto-base para a negociação dos acordos de livre comércio com o Líbano e a Tunísia. No decorrer do ano, foi realizada campanha junto ao setor privado para incentivar o aproveitamento dos benefícios tarifários previstos nos Sistemas Gerais de Preferência dos EUA, do Japão e da Rússia.

O Governo brasileiro vem trabalhando, também, no aprimoramento do Fundo de Convergência Estrutural (Focem) do Mercosul, melhor habilitando-o para seu mandato de diminuir as assimetrias entre os países do bloco. Trata-se de realizar os ajustes necessários para que o Fundo se torne um instrumento de integração regional mais efetivo, ressaltando a importância dos investimentos em projetos de infraestrutura e o fortalecimento do processo de elaboração e execução dos projetos.

A União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) continuarão a ser foros de articulação política entre os países da América do Sul e da América Latina e do Caribe, respectivamente. O Brasil tem ressaltado, porém, a necessidade de que os projetos em curso no âmbito desses foros tenham objetivos bem definidos e não dupliquem atribuições de outros organismos regionais. O Brasil continuará a favorecer, em 2017, a escolha de um novo Secretário-Geral e a transferência da presidência *pro tempore* da Unasul para a Argentina.

Em 2016, em suas relações com os países latino-americanos, o Brasil deu maior ênfase à superação de barreiras no campo econômico-comercial e à promoção da segurança e do desenvolvimento das zonas de fronteira. A integração regional pode dar contribuição relevante à retomada do crescimento econômico, uma vez que o comércio do Brasil com os países da América Latina é caracterizado pelo predomínio de produtos de elevado valor agregado, contribuindo, dessa forma, para a geração de renda e de empregos de qualidade.

O Presidente da República realizou suas primeiras visitas bilaterais à Argentina e ao Paraguai. Reuniu-se, ainda, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, com os presidentes do Uruguai e do Peru. Desde que assumiu suas funções, em maio, o Chanceler brasileiro, por sua vez, já realizou visitas à Argentina, à Colômbia, a Cuba, ao México, ao Paraguai, ao Peru e ao Uruguai.

O relacionamento com a Argentina foi marcado pela revitalização dos entendimentos nos campos político e econômico-comercial, com a criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina

e a retomada da Comissão Bilateral de Produção e Comércio, após cinco anos de interrupção. Em 2016, foi renovado, até 2020, o acordo automotivo bilateral, que mantém livre de tarifas setor que responde por metade da pauta comercial. A perspectiva é a de que haja progressão gradual ao livre comércio. Em sua visita ao país, o Presidente da República enfatizou, além da ampliação dos fluxos de comércio e investimento, iniciativas de desenvolvimento econômico na região fronteiriça.

Nas relações com a Colômbia, o Brasil tem prestado apoio político e cooperação técnica em questões afetas aos processos de pacificação e reconciliação interna. Ao longo do ano, o Presidente da República manteve conversas telefônicas com o Presidente da Colômbia sobre o processo de paz. Esse contato se repetiu logo nas primeiras horas após o trágico acidente aéreo no país, que vitimou, ao final de novembro, dezenas de brasileiros.

Em julho, o Ministro das Relações Exteriores encontrou-se com sua homóloga colombiana, em Bogotá, e, em setembro, participou da cerimônia de assinatura do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC), realizada em Cartagena. Na área econômico-comercial, espera-se que no futuro próximo sejam iniciadas negociações em compras governamentais e tributação.

As relações bilaterais com o México ganharam forte impulso em 2016. Para o Brasil, é fundamental ampliar o comércio com o país, que é a segunda maior economia latino-americana. Além da ampliação da cobertura de produtos e preferências tarifárias, tem-se buscado expandir os acordos existentes por meio da inclusão de capítulos sobre temas como compras governamentais, serviços, facilitação de comércio, coerência regulatória, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias. Estima-se que as negociações sejam concluídas em 2017. O Ministro das Relações Exteriores esteve na Cidade do México em julho de 2016. Durante a visita, foi firmado, no domínio da propriedade intelectual, o Acordo para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila.

As relações bilaterais com o Paraguai tiveram seu dinamismo renovado em 2016. Na visita presidencial, reiterou-se disposição para esforços conjuntos em matéria de integração física, expansão do comércio, segurança e combate ao contrabando, ao narcotráfico e ao tráfico de armas. Firmou-se acordo para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Paraguai (entre Porto Murtinho/MS e Carmelo Peralta), importante obra de infraestrutura física que unirá os dois países e facilitará a interligação

rodoviária com portos do norte do Chile. Na área econômico-comercial, o Brasil buscará concluir, em 2017, pela primeira vez, acordo automotivo com o Paraguai. O acordo fortalecerá as cadeias produtivas do Mercosul em um dos mais importantes setores industriais. Será também instrumental para avançar rumo a um regime automotivo comum do bloco.

O relacionamento com o Uruguai, em 2016, enfatizou o desenvolvimento fronteiro e os projetos de infraestrutura. Houve avanços na implantação da hidrovia Uruguai-Brasil e nas discussões sobre o uso binacional do aeroporto de Rivera. Os dois governos também acordaram fortalecer a segurança na fronteira.

Brasil e Peru relançaram seu relacionamento econômico-comercial, com a assinatura, em 2016, do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru, que reúne capítulos sobre investimentos, serviços e contratação pública. Firmou-se memorando de entendimento para acelerar o cronograma de desgravação do acordo de preferências comerciais entre Mercosul e Peru no setor automotivo, assim como foi criada a Comissão Bilateral Permanente de Facilitação do Comércio. Como resultado do acordo firmado na área de serviços, agentes econômicos brasileiros de setores como engenharia, construção e transporte marítimo, entre outros, poderão operar no Peru com maior previsibilidade jurídica e transparência regulatória.

Com relação à Venezuela, o Brasil tem defendido o diálogo entre o governo e a oposição para a identificação de saída constitucional para a superação da grave crise política, econômica, social e humanitária que vive o país vizinho. Com a aguda deterioração econômica e comercial venezuelana, preocupa cada vez mais ao Brasil a questão migratória, por conta, sobretudo, do grande número de cidadãos do país vizinho que atravessam a fronteira entre Santa Elena do Uairén, e Pacaraima, em Roraima, em busca de alimentos e remédios.

No campo da integração física regional, o Governo brasileiro passou, a partir de meados de 2016, a atuar de maneira concreta para revigorar e modernizar a hidrovia Paraguai-Paraná como eixo de integração, comércio e desenvolvimento. A hidrovia é uma das principais vias de escoamento de grãos e minérios. O Brasil tem dialogado frequentemente com os países vizinhos sobre meios para dar maior estabilidade e previsibilidade ao regime jurídico da hidrovia.

Destacam-se, ainda, dois outros projetos de integração física: o Corredor Rodoviário Bioceânico Campo Grande-Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile e o Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC).

Em relação ao primeiro, foram realizadas três reuniões técnicas em 2016. A próxima reunião deverá realizar-se no Chile, no primeiro trimestre de 2017. As negociações entre Brasil e Bolívia sobre o Corredor Ferroviário encontram-se em estágio de estudos de pré-viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. As equipes técnicas de ambos os países mantiveram entendimentos em 2016 para avaliar a viabilidade do projeto, que implicaria a revitalização da ferrovia Novoeste, a modernização da Ferrovia Boliviana Oriental e da Ferrovia Andina, assim como a construção da interconexão desses dois eixos ferroviários.

Em 2017, também será dada especial atenção à integração energética regional, que poderá contribuir para a segurança energética do País, tendo em vista a esperada retomada do crescimento econômico e da demanda por energia. Atualmente, o Brasil dispõe de um conjunto de interligações de seu sistema elétrico de transmissão com os sistemas da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e da Venezuela. Essas interligações internacionais agregam um importante recurso para a garantia da segurança energética e da modicidade tarifária. O desafio para os próximos anos é avançar em modelos de intercâmbio de energia com os países vizinhos, buscando maximizar os benefícios e as complementaridades energéticas.

3 DIPLOMACIA MULTILATERAL E PARTICIPAÇÃO NOS GRANDES DEBATES DA ATUALIDADE

Nos foros multilaterais, sempre em sintonia com os valores e os interesses da sociedade brasileira, a diplomacia do Brasil atuou em favor da promoção da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. Defendeu, ainda, a necessidade de atualização das principais instituições de governança global. O Presidente da República abriu, em setembro, o debate geral da 71ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU).

Em 2016, a despeito das restrições orçamentárias e da dívida acumulada em períodos anteriores, o Brasil conseguiu, com o apoio do Congresso Nacional, realizar pagamentos a número considerável de organismos multilaterais. Em muitos casos, esses pagamentos permitiram a manutenção do direito de voto do Brasil.

A atuação externa do Brasil na área de direitos humanos foi coroada com a sua eleição ao Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2017-2019. Esta será a quarta vez em que o Brasil exercerá mandato no órgão.

Também nas Nações Unidas, o Brasil manteve seu engajamento nas negociações sobre a reforma do Conselho de Segurança (CSNU). Na reunião ministerial do G4 (grupo formado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão para trabalhar pela reforma), em setembro, o Brasil promoveu a criação do Grupo de Amigos da Reforma do CSNU.

O Brasil trabalhou pela maior transparência no processo de seleção do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU). Foi aclamado pela AGNU o português António Guterres, primeiro representante da lusofonia a ocupar a função. Guterres buscou nos qualificados quadros da diplomacia brasileira sua chefe de gabinete.

O Brasil participou ativamente das discussões realizadas no âmbito das Nações Unidas a respeito da proteção internacional de refugiados e migrantes. O Presidente da República esteve presente na Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes. Em 2017, deverá seguir atuando nas negociações com vistas à adoção de dois pactos globais, um sobre refugiados, outro sobre migrantes.

O Brasil foi coautor, em 2016, da proposta de convocação de conferência para negociar tratado de proibição de armas nucleares em 2017, aprovada com expressivo apoio pela 71ª AGNU.

Desde a adoção do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em dezembro de 2015, o Brasil vem trabalhando por sua plena implementação. A rápida aprovação do Acordo pelo Congresso Nacional refletiu a sensibilidade do Legislativo quanto à urgência do combate à mudança do clima. Em setembro de 2016, o Presidente da República depositou, na sede das Nações Unidas, o instrumento de ratificação, pelo Brasil, do Acordo. Em 2017, o Poder Executivo trabalha pela ratificação da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, que terá impacto positivo também nos esforços nacionais de mitigação de gases de efeito estufa.

A mobilização de recursos externos para projetos nacionais que implementem os compromissos da agenda de desenvolvimento sustentável continuará sendo uma das prioridades da política externa brasileira.

Com o encerramento do ciclo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000 a 2015), a ONU adotou nova agenda mundial de desenvolvimento, a Agenda 2030, que funciona como plataforma norteadora de políticas públicas. Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propõe 169 metas e indicadores associados, cuja implementação se dá no período de 2016 a 2030.



Levando-se em conta a orientação do Governo Federal para que os programas sociais prioritários sejam mantidos, aprimorados e calcados em bases mais sustentáveis, o engajamento da sociedade civil e a execução de políticas públicas assertivas são fundamentais para implementar a Agenda 2030 e criar um país mais inclusivo e justo. Para garantir o êxito dessa nova Agenda no Brasil, o Governo promoveu debates que resultaram na publicação do Decreto nº 8.892, de 31 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os ODS. A Comissão atuará como instância consultiva e paritária, composta por representantes de municípios, estados, e do Governo Federal, bem como da sociedade civil.

A Comissão Nacional tem por objetivo internalizar e difundir a Agenda 2030 e dar transparência ao processo de sua implementação no Brasil. Cabe a ela propor estratégias, instrumentos, políticas públicas (ações e programas) e monitorar o seu desenvolvimento.

No âmbito energético, em novembro último, o Brasil liderou, à margem da Conferência do Clima (COP-22), o lançamento da Plataforma para o Biofuturo, em parceria com outros 19 países. A Plataforma servirá como

instrumento de atração de investimentos, criação de oportunidades de exportação de bens e serviços e de biocombustíveis. A iniciativa deverá impulsionar o desenvolvimento de uma indústria relevante de etanol em terceiros países, essencial para o projeto brasileiro de internacionalização dos biocombustíveis.

O Brasil é líder mundial em energias limpas e deverá tornar-se exportador líquido de petróleo nos próximos anos. Os esforços internacionais do País no domínio energético em 2017 deverão concentrar-se na atração de investimentos e financiamentos para o fortalecimento do setor, com destaque para a implementação da Plataforma para o Biofuturo.

Importante marco da presença brasileira na Antártida foi o lançamento, em fevereiro de 2016, da pedra fundamental da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, dando início às obras de reconstrução da base, que deverá ser entregue em 2018.

No campo espacial, cabe sublinhar a entrada em vigor, em setembro de 2016, do Protocolo Complementar com a China para o Desenvolvimento Conjunto da próxima geração dos satélites CBERS 4-A (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), com lançamento previsto para 2018. Já com a Argentina, a prioridade será iniciar a construção do segundo Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos (SABIA-Mar). A Argentina já está construindo o primeiro satélite do projeto, com lançamento previsto para 2020.

4 EXPANSÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior é fator na retomada do crescimento econômico no Brasil. O comércio exterior brasileiro de bens registrou superávit de US\$ 47,7 bilhões em 2016, o maior saldo de toda a série histórica desde 1989. Apesar do desaquecimento do comércio mundial e da redução das demandas externa e interna, que levaram a uma queda em valor das exportações (-3,5%) e das importações (-20%), houve aumento de 2,9% do quantitativo das exportações em 2016 – resultado superior ao da

média mundial (2,2%). Obteve-se o maior volume de vendas da história, equivalente a 645 milhões de toneladas. O aumento no volume compensou parcialmente a queda de 6,2% nos preços dos produtos exportados – muitos deles atingindo o menor patamar em uma década, como nos casos de petróleo, minério de ferro e soja.

No que diz respeito ao comércio mundial de serviços, as exportações e importações brasileiras vêm experimentando crescimento superior ao desempenho mundial. Em uma visão de médio prazo, entre 2010 e 2015, as exportações brasileiras de serviços apresentaram crescimento de 10,1%, tendo a sua participação na composição das exportações brasileiras avançado de 13% para 15%. No mesmo período, as importações de serviços cresceram 16,2%, elevando a sua participação na composição das importações brasileiras de 25% para 29,1%.

O Governo tem atuado por uma maior e melhor inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. Em 2016, perseguiu novos acordos comerciais para acesso a mercados, enfocando não apenas questões tarifárias, mas também serviços, propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais, convergência regulatória e facilitação de comércio. Trabalhou, ainda, para superar barreiras não tarifárias que afetam os seus produtos.

Em 2016, o Brasil continuou utilizando o sistema de soluções de controvérsias da OMC para defender seus interesses. O País esteve envolvido em seis casos como parte principal e em cerca de 30 como terceira parte. Destaca-se a defesa dos sete programas de política industrial questionados pela União Europeia e pelo Japão relativos aos setores automotivo e de informática e a empresas preponderantemente exportadoras. Também em 2016, ocorreram todas as etapas do painel movido pelo Brasil contra restrições da Indonésia à importação de frango. Ainda como parte principal, o Brasil iniciou consultas com a Tailândia sobre subsídios ao açúcar e, com os EUA, sobre aço. O universo de contenciosos em que o Brasil deverá ser parte principal em 2017 será um dos maiores, senão o maior, desde a criação da OMC, em 1994.

O Brasil continuou atuando fortemente na defesa do exportador brasileiro alvo de investigações de defesa comercial em outros países. O País também terá participação ativa na consolidação do Foro Global do Aço, iniciativa do G20 de ação coletiva para enfrentar o excesso de capacidade produtiva mundial no setor siderúrgico.

O Brasil avançou na implementação do Programa de Trabalho 2016-2017 com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Ministro das Relações Exteriores participou, em junho, da Reunião do Conselho Ministerial da OCDE. O diálogo com a OCDE é importante para o intercâmbio de boas práticas em diversos setores da gestão governamental e para a modernização da administração pública brasileira.

O Presidente da República participou, em setembro de 2016, da Cúpula do G20 na China, na qual os líderes daquele grupo reiteraram compromissos para estimular o crescimento da economia mundial, gerar empregos, promover a inclusão e apoiar o desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem participado dos esforços da comunidade internacional para renegociar a dívida de países pobres altamente endividados. As renegociações de dívidas permitem ao Tesouro brasileiro recuperar créditos que, de outra forma, dificilmente poderiam ser recebidos. Em 2016, o Tesouro recebeu pagamentos efetuados por Cabo Verde, Moçambique, Nicarágua, Senegal e Sudão, que quitou sua dívida. O País observa, nas renegociações, critérios adotados pelo Clube de Paris, em conjunto com outros países credores. Em novembro último, o Brasil tornou-se membro pleno do Clube, depois de anos participando daquele foro na qualidade de observador.

O Brasil deu seguimento à negociação de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), modelo inovador que confere proteção jurídica a investidores e investimentos estrangeiros. O modelo brasileiro de acordo contempla garantias de compensação financeira em caso de expropriação de ativos e liberdade de transferências de divisas ao exterior, além de criar mecanismos para cooperação entre governos e interlocução destes com investidores. O objetivo é promover investimentos e evitar contenciosos.

Além dos seis acordos desse tipo negociados pelo Brasil (com Angola, Chile, Colômbia, Maláui, México e Moçambique), encaminhados ao Congresso Nacional em 2016, o País negociou capítulo de investimentos, nos mesmos moldes, com o Peru, e concluiu tratativas com a Índia e a Jordânia. Foram ainda mantidos entendimentos com a China, a Coreia do Sul e o Japão para discutir propostas de acordos. O Brasil engajou-se, ainda, em diálogo sobre a negociação de ACFIs com a Tailândia, a África do Sul, os Emirados Árabes, o Marrocos, a Etiópia, o Irã, o Equador e a Rússia.

No contexto da implementação do Decreto nº 8.788, de 21 de junho de 2016, pelo qual se transferiu para o Ministério das Relações Exteriores a atribuição de órgão supervisor da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e de Investimentos (Apex-Brasil), vêm sendo adotadas medidas para criar maior sinergia e coordenação na execução de programas de promoção comercial, atração de investimentos e internacionalização de empresas brasileiras. Como parte das providências imediatas para a consecução desses objetivos, tanto os escritórios e representantes da agência no exterior quanto os Setores de Promoção Comercial (SECOMs) das Embaixadas e Consulados brasileiros foram orientados a atuar em estreita coordenação entre si, a fim de potencializar os esforços de promoção comercial e atração de investimentos.

Em 2016, o Itamaraty apoiou a realização de mais de 400 missões de promoção comercial. O Ministério apoiou, ainda, a vinda de delegações estrangeiras ao Brasil. O Governo deu continuidade ao apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Para atrair investimentos, foram organizados seminários internacionais e outros eventos para divulgação do Projeto Crescer do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) junto a potenciais investidores estrangeiros de países das Américas, da Europa e da Ásia.

O Ministério das Relações Exteriores orientou e coordenou a elaboração, no Brasil e no exterior, de estudos e pesquisas de mercado e de análises relativas ao potencial exportador brasileiro, sua ampliação, as condições de operação em mercados externos e os obstáculos às exportações brasileiras.

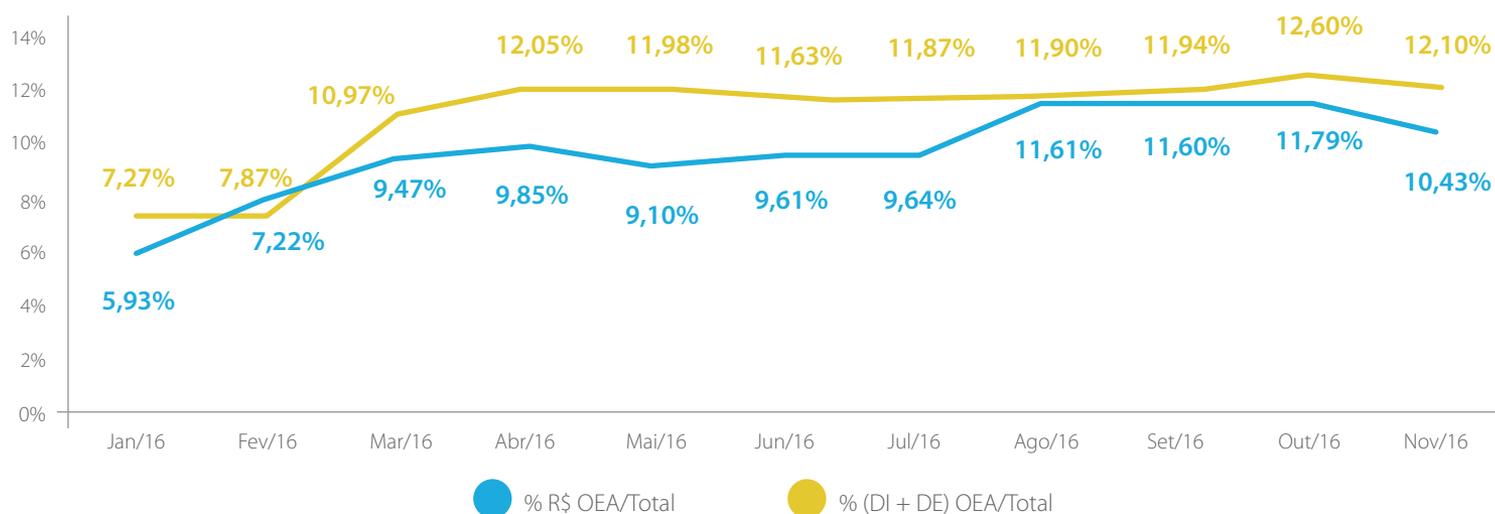
O Brasil ratificou, em 2016, o Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, que prevê a simplificação e a agilização dos trâmites para o comércio de bens. Em novembro, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou o funcionamento do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio, que irá monitorar a implementação do acordo no Brasil. Faltam poucas ratificações para o acordo entrar em vigor, o que deve ocorrer em 2017.

Ainda no campo da facilitação do comércio, avançou-se em 2016 na implementação do Programa Portal Único de Comércio Exterior. O Programa tem por objetivo reformular os processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro e torná-los mais eficientes, harmonizados e integrados, aumentando a competitividade e a inovação no comércio exterior.

Avançou-se, também, no Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), que consiste na certificação de diversos intervenientes da cadeia logística que representam baixo grau de risco em suas operações, tanto em termos de segurança física da carga quanto em relação ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras. Até novembro de 2016, foram concedidas 84 certificações a exportadores, importadores e demais intervenientes do comércio exterior e 104 estão em análise.

A representatividade dos exportadores e importadores certificados como OEA em relação ao fluxo total do comércio exterior brasileiro atingiu 12,1% do total das declarações de importação (DI) e declarações de exportação (DE) registradas, e 10,43% do valor em reais, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Representatividade dos OEA no fluxo total de comércio exterior



Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil. Centro OEA – Nov /2016.

Espera-se que o Portal Único do Comércio Exterior entre em operação em 2017, possibilitando a redução do tempo médio para exportações dos atuais 13 dias para oito. Para importações, a redução será dos atuais 17 dias para dez. Essas metas são comparáveis às melhores práticas internacionais.

A partir desses ganhos de tempo e redução de custos, pretende-se que o Brasil apresente desempenho próximo à média dos países da OCDE na realização de operações comerciais transfronteiriças.

A fim de permitir maior inserção das pequenas e microempresas (PMEs) no comércio exterior brasileiro, em 5 outubro de 2016, foi editado o Decreto nº 8.870, que regulamenta o Simples Exportação – regime simplificado de exportação para PMEs. No novo modelo, um operador logístico realizará todos os procedimentos necessários à efetivação da exportação. As operações se tornarão mais rápidas e menos custosas, proporcionando maior competitividade às empresas de pequeno porte.

5 COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR E TEMAS MIGRATÓRIOS

Em 2016, o Governo incrementou suas atividades de proteção aos nacionais brasileiros no exterior e realizou ações com o objetivo de aprimorar os serviços consulares prestados, no Brasil e no exterior, a brasileiros e a estrangeiros.

A Rede Consular Brasileira no exterior é composta por 195 postos, os quais prestaram atendimento, em 2016, à comunidade brasileira residente no exterior – público estimado em cerca de 3,1 milhões de pessoas – e aos nacionais em trânsito – estimados em oito milhões de turistas brasileiros –, além de serviços a estrangeiros, como vistos, legalizações e outros.

Realizou-se no Brasil, em 2016, a V Conferência Brasileiros no Mundo, reunindo órgãos públicos de diversas áreas, além de 31 brasileiros que residem no estrangeiro, membros do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), provenientes de diversas partes do mundo.

Em atendimento às demandas dos Conselhos de Cidadãos no exterior veiculadas na V Conferência Brasileiros no Mundo e àquelas apresentadas no contato rotineiro da Rede Consular Brasileira com

nacionais, o Itamaraty intensificou ações de qualificação da comunidade brasileira no exterior, a fim de permitir uma melhor inserção dos brasileiros nas sociedades dos países de acolhimento.

Entre as principais ações de 2016, destacam-se: i) realização do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) em 12 cidades de oito países, com a participação de 1.835 candidatos; ii) realização de Feiras de Educação para a divulgação de oportunidades de ensino às comunidades brasileiras em 16 cidades de dez países; iii) ações para fomentar e apoiar os empreendedores brasileiros no exterior, sobretudo os de pequeno e médio porte; iv) manutenção do Espaço do Trabalhador Brasileiro (ETB) em Hamamatsu, no Japão, com a prestação, às comunidades brasileiras, de informações sobre direitos trabalhistas, oportunidades de capacitação profissional, questões previdenciárias, empreendedorismo e matérias correlatas; e v) ampliação no exterior do serviço Ligue 180 Internacional, colocando à disposição, nos países contemplados, linha telefônica gratuita direcionada para a Central de Atendimento às Mulheres.

Outra ação de grande impacto para a melhoria da prestação dos serviços consulares foi a implantação do Sistema Consular Integrado/Nova Geração (SCI.ng). Esse novo sistema moderniza substancialmente os métodos de trabalho do serviço consular brasileiro. O SCI.ng é uma ferramenta fundamental para a integração das bases de dados do Ministério das Relações Exteriores com o Ministério da Defesa, a Polícia Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, a Interpol e os cartórios, entre outras entidades. A integração plena com a Polícia Federal, em especial, trouxe vários benefícios no controle de fronteiras e na emissão de documentos a brasileiros e estrangeiros. Ao longo de 2016, foi concluída a implantação do SCI.ng no Brasil, nos consulados brasileiros nos EUA e no Canadá, bem como no Haiti, em postos da América do Sul (Santiago, Buenos Aires e Montevideú) e da Europa (Londres, Genebra e Zurique).

Entrou em vigor, ainda, a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), em 14 de agosto de 2016. Essa Convenção permite diminuir as exigências, no País e no exterior, para a legalização de documentos emitidos no Brasil que tenham por destino outros países ou, contrariamente, de documentos estrangeiros que devam ter validade em território nacional. Com isso, reduz-se a burocracia para a validação de documentos destinados a quaisquer dos 115 países que aderiram à Convenção, bem como de documentos que, dirigidos ao Brasil, tenham por origem aqueles países.

Com relação ao fluxo de haitianos para o Brasil, o Governo tem atuado em cooperação com os países vizinhos para proteger os direitos daqueles migrantes. A partir do aprofundamento da cooperação com Equador, Bolívia e Peru, foi possível reduzir drasticamente a entrada irregular de cidadãos haitianos pelo Acre. O número de indivíduos nessas condições chegou a mais de dois mil em meados de 2015 e viu-se reduzido a menos de uma dezena em abril de 2016. O Brasil é o único país do continente que adota política migratória especial, de caráter humanitário, para nacionais do Haiti.

O Projeto de Lei de Migrações, atualmente sob exame em Comissão Especial na Câmara dos Deputados, reconhece a imigração como fenômeno que não subtrai a dignidade do imigrante, e também como elemento constitutivo da história e da cultura do povo brasileiro. O novo marco legal sobre migração no Brasil visa ajustar a legislação aos preceitos da Constituição Federal de 1988, adequadamente promovendo os direitos e garantias dos imigrantes. Promove, também, desburocratização dos processos de intercâmbio estudantil, científico, tecnológico e laboral.

O Governo brasileiro tem trabalhado para aperfeiçoar as resoluções do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) que tratam da facilitação na concessão de vistos para pessoas afetadas pelo conflito na Síria que manifestem intenção de solicitar refúgio. Já foram emitidos mais de nove mil vistos de turista para cidadãos sírios fugindo da guerra civil. Diversas ações foram tomadas a partir do início de 2016 para evitar o uso indevido do visto brasileiro – apenas 2,5 mil beneficiados, naquele universo de mais de nove mil, buscaram efetivamente refúgio no Brasil. Entre as principais medidas adotadas estão: i) cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) para troca de informações sobre solicitantes de vistos e treinamento e capacitação de agentes consulares brasileiros; ii) intensificação do relacionamento com a Agência Brasileira de Inteligência e a Polícia Federal; e iii) concentração da concessão de tal modalidade de visto apenas em Postos mais diretamente vinculados à área do conflito (Amã, Beirute, Ancara, Istambul e Cairo).

Encontra-se em processo avançado de análise a adoção, pelo Brasil, do visto de turista por via eletrônica, voltado para países de alto potencial turístico. Austrália, Canadá, EUA e Japão são os países a que visa a iniciativa, a qual permitirá realizar todo o processo de solicitação de visto, pagamento das taxas, análise, concessão e emissão de visto de forma remota (por meio da página na Internet ou de aplicativo no celular), dentro de um prazo de 48 horas, sem custos adicionais para o Governo brasileiro. A entrada em operação do visto está prevista para 2017.

6 COOPERAÇÃO TÉCNICA, HUMANITÁRIA E EDUCACIONAL



Em 2016, o Brasil realizou **219 ações de cooperação técnica** bilateral na América Latina e no Caribe e **32 projetos de cooperação trilateral**.

Em junho de 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) formulou estratégia de cooperação técnica, com ênfase na África, na América Latina e no Caribe. A prestação de cooperação técnica fortalece a projeção internacional do Brasil e o seu relacionamento com países de diferentes níveis de desenvolvimento. Em suas ações, o Governo brasileiro levará em conta a Agenda 2030, adotada no âmbito das Nações Unidas.

Os países de língua oficial portuguesa figuram entre as prioridades da cooperação brasileira para o desenvolvimento. Em 2016, o orçamento destinado à cooperação bilateral com os membros da CPLP correspondeu a cerca de 30% do orçamento geral da ABC. Esse montante viabilizou a continuidade de 45 ações em diversas áreas, tais como saúde, agricultura, educação, formação profissional, justiça, administração pública e desenvolvimento urbano. Foram concluídos 14 projetos.

A pauta de cooperação técnica entre o Brasil e países da África, da Ásia, da Oceania e do Oriente Médio atualmente conta com 19 projetos em execução em 20 países. Essas iniciativas envolvem diferentes setores: agropecuária, saúde, portos marítimos, formação profissional e educação. Há, em particular, quatro projetos regionais relacionados à produção de algodão em países africanos.

Em 2016, o Brasil realizou 219 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e no Caribe e coordenou a execução de 32 projetos de cooperação trilateral. Foram beneficiados 24 países da América Latina e do Caribe e 17 países da África, com recursos do orçamento da União, bem como de parceiros nacionais e internacionais.

Em agosto de 2016, ABC incorporou as atribuições de cooperação humanitária internacional, mediante doações de alimentos e medicamentos, e contribuições financeiras a agências humanitárias do Sistema ONU.

Após a passagem pelo Haiti do furacão Matthew, em outubro passado, o Brasil doou US\$ 250 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) para assistência à população afetada e para ações estruturantes de preparação para emergências e construção de resiliência.

O Itamaraty atendeu, em coordenação com o Ministério da Saúde, a apelos de emergências em saúde em Angola, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Trinidad e Tobago e Uruguai, apoiando operacionalmente a doação de cerca de dez mil toneladas de medicamentos.

No campo da cooperação humanitária de caráter estruturante – cujo objetivo é criar capacidades nos países beneficiários –, tiveram seguimento no ano de 2016 os seguintes projetos: i) Programa PAA África (Purchase from Africans for Africa), desenvolvido em cinco países da África Subsaariana (Etiópia, Maláui, Moçambique, Níger e Senegal), com o objetivo de promover programas de compras locais de alimentos para assistência alimentar; ii) Projeto Fortalecimento da Agricultura Familiar como Modelo Agroalimentar (PAA Colômbia), nos moldes do Programa PAA África; e iii) Projeto Nippes, no Haiti, para implementação de projeto-piloto de compras locais para a alimentação escolar no Município de Petite Rivière de Nippes.

No âmbito da cooperação educacional, o Brasil deu seguimento, em 2016, a seu processo de internacionalização acadêmica, por meio da participação em missões acadêmicas, feiras de divulgação da educação brasileira no exterior e ações voltadas para o estabelecimento de parcerias entre universidades estrangeiras e brasileiras, favorecendo a mobilidade estudantil com países de reconhecida excelência acadêmica. Paralelamente, o Brasil deu continuidade a seus tradicionais programas de cooperação acadêmica internacional com países em desenvolvimento: o Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG).

A rede brasileira de ensino da língua portuguesa no exterior alcançou o número de 29 unidades, na América Latina e no Caribe, na Europa, na África e na Ásia. No contexto do forte interesse pela variante

brasileira da língua portuguesa, mais de sete mil matrículas foram registradas nos cursos oferecidos pelos Centros Culturais e Núcleos de Estudos que integram a rede.

Ao final de 2016, 29 universidades estrangeiras contavam com leitores brasileiros (professores universitários que permanecem até quatro anos em instituição estrangeira, onde contribuem para consolidar o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira). Como resultado desse trabalho, algumas dessas universidades criaram cursos de graduação e de pós-graduação em língua portuguesa e desenvolveram materiais didáticos pioneiros para o ensino do idioma a falantes de outras línguas.

No âmbito multilateral, o Brasil, membro do Conselho Executivo da Unesco, lançou candidatura a vaga no Comitê do Patrimônio Mundial, nas eleições de 2017. Em 2016, o Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte/MG, foi selecionado para a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

7 SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS, INTELIGÊNCIA E DEFESA

Entre as novas iniciativas do Governo brasileiro no campo internacional, destaca-se o fomento da cooperação para a segurança das fronteiras do Cone Sul. Visa-se fortalecer a atuação do Estado nas zonas fronteiriças, com a reversão da situação de carência de pessoal em pontos de controle. Trata-se de combater as condições que estimulam o crescimento do crime organizado, com grande impacto na economia, na saúde e na segurança pública em todos os países da região.

Como parte desse novo processo, o Brasil organizou a Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, que contou com a presença de ministros e altas autoridades responsáveis pelo tema da segurança nas fronteiras de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Tratou-se

da primeira reunião do gênero, com o propósito de gestar uma governança regional no combate aos ilícitos transfronteiriços. No encontro, foram acordados diretrizes e parâmetros objetivos para orientar a cooperação, tanto bilateral quanto regional, no combate à criminalidade organizada transnacional, em especial o narcotráfico, o contrabando, o descaminho e a pirataria, o tráfico de armas e de pessoas, e a lavagem de dinheiro. Os parâmetros foram sistematizados na Declaração de Brasília, que prevê, ainda, o estabelecimento de mecanismo flexível para dar seguimento ao acordado durante a reunião.

Com vistas ao aprimoramento do processo de governança das políticas públicas federais aplicadas à faixa de fronteira, foi editado o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, cujo objetivo é promover a atuação articulada e coordenada, nas regiões de fronteira, dos órgãos de segurança pública e de inteligência, da Receita Federal e do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Entre as medidas a serem promovidas está o compartilhamento de informações e ferramentas, e a implementação de projetos estruturantes visando ao fortalecimento do Estado brasileiro nas fronteiras.

Também o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) tem como propósito fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Sua implantação proporcionará meios inéditos de controle de território, por meio de radares e sensores, e contribuirá para o aumento da capacitação tecnológica e da autonomia da base industrial de defesa. Possibilitará, ainda, a diversificação da pauta de exportação nacional, com a adição de itens de valor agregado e a geração de empregos e de renda nos setores de infraestrutura e tecnologia. Cerca de 70% das contratações e aquisições para a implantação do sistema são realizados junto à indústria nacional.

Em 2016, foi concluída a implantação de 60% do projeto-piloto do Sisfron, cuja abrangência corresponde à área de atuação ao sudoeste do Mato Grosso do Sul. Espera-se que o aumento das condições de segurança e da presença dos entes estatais na localidade proporcione desenvolvimento sustentável regional e, conseqüentemente, ganhos na qualidade de vida das populações locais, incremento do dinamismo econômico e aumento na oferta de empregos.



Fonte: Ministério da Defesa.

No marco do Plano Estratégico de Fronteiras, têm sido realizadas operações conjuntas, em especial a Operação Ágata, executada desde 2011, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais. Essas operações intensificam a presença do Estado na faixa de fronteira, com o objetivo de: i) combater o crime organizado, com ênfase nos crimes transfronteiriços, inclusive os crimes ambientais; e ii) incrementar o apoio à população local.

Até o presente momento, já foram realizadas onze Operações Ágata, que abrangeram todo o arco fronteiriço nacional. Como medida de confiança mútua e transparência, o Brasil notifica e convida os países vizinhos a participar como observadores. A Operação Ágata 11, realizada em junho de 2016, teve a participação de aproximadamente 25 mil militares das Forças Armadas, em conjunto com outras instituições e agências governamentais. Na operação, foram realizadas 40 patrulhas aéreas. Realizaram-se, ainda, ações preventivas e repressivas em toda a faixa de fronteira, que resultaram na apreensão de 5,7 toneladas de explosivos, 168 armas e 22.865 munições, 11 toneladas de maconha, 123 kg de cocaína e 122 kg de outras drogas, além de 4,4 mil metros cúbicos de madeira.

As atividades de inteligência contribuíram para o aumento da segurança nas fronteiras brasileiras, de forma direta e indireta. Foram realizadas apreensões de grande vulto ao longo de 2016, em um total de 134,7 toneladas de maconha; 4,6 toneladas de cocaína; e quatro milhões de pacotes de cigarros, além da prisão de 15.879 pessoas.

Ao longo de 2016, também foram levadas adiante diversas atividades relacionadas à temática de defesa e segurança, como a coordenação de ações adicionais em prol do fortalecimento da base industrial de defesa brasileira e da promoção das exportações de produtos de defesa. Foi realizado o I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil-EUA, iniciativa que deverá ser aprofundada em 2017. O Brasil pretende, ainda, realizar Diálogo Político-Militar com os EUA, o Reino Unido e a França. A cooperação com outros países contribui para o fortalecimento da indústria de defesa, setor de elevado valor agregado no campo da ciência, tecnologia e inovação.

O Brasil participou da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (Ungass 2016). A reunião teve o objetivo de discutir e avaliar as diretrizes globais sobre drogas pelos membros da Organização.

A atividade de inteligência, orientada para o oportuno assessoramento do Presidente da República e subsidiária ao processo decisório governamental, foi fortalecida em 2016, especialmente em razão da sua atuação em favor da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Importante marco em 2016 foi a aprovação da Política Nacional de Inteligência (PNI), introduzida pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, que definiu parâmetros e limites de atuação para os executores da Atividade de Inteligência na esfera do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

No campo das atividades de contraterrorismo, foram desenvolvidas ações de prevenção, como o acompanhamento do fenômeno do terrorismo no mundo e suas repercussões para o Brasil, além do monitoramento de alvos e redes associados a possíveis atos terroristas. Com relação à contrainteligência, buscou-se prevenir, identificar e neutralizar ações de espionagem, protegendo informações sensíveis ou sigilosas de interesse nacional.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

1 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

O Governo Federal promoveu uma reforma administrativa que proporcionou a unificação de setores que coordenam políticas públicas afins em um mesmo ministério, racionalizando a estrutura da administração pública federal. A edição da Medida Provisória nº 696, de 2 de outubro de 2015, convertida na Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016, marcou o início da reforma, reduzindo o número de ministérios e, conseqüentemente, o de cargos em comissão, incluindo cargos de Ministro e de Secretário-Executivo.

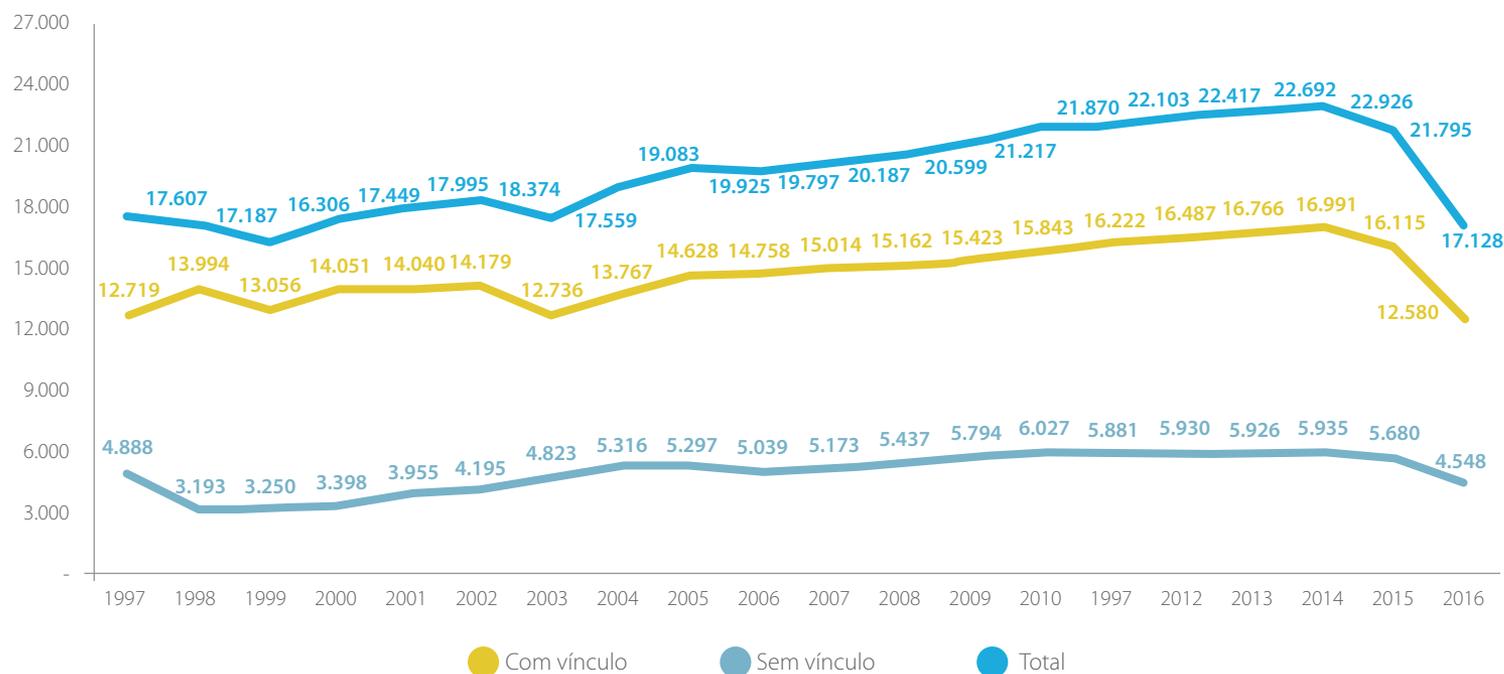
Com o novo Governo, as diretrizes para a reforma foram reforçadas e incrementadas, tendo em vista o agravamento da crise econômica e fiscal no País. Desse modo, uma nova revisão da organização dos ministérios e órgãos do Poder Executivo Federal foi implementada por meio da Medida Provisória nº 726, de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. O número de pastas foi reduzido de 39 para 26, criando assim condições para a diminuição das despesas, sem comprometer a eficiência na prestação dos serviços públicos.

Com a publicação do Decreto nº 8.947, de 28 de dezembro de 2016, a Reforma Administrativa foi concluída, delimitando três períodos para extinção dos cargos, conforme publicação dos novos decretos

de estrutura dos órgãos. Em 1º de janeiro de 2017, foram extintos 1.942 cargos em comissão, 1.027 funções e 20 gratificações. Em 31 de março, serão extintos 1.046 cargos em comissão, 377 funções e 80 gratificações. Por fim, em 31 de julho de 2017, serão extintos mais 99 cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e 98 funções totalizando a redução de 4.689 cargos.

Adicionalmente, com a Medida Provisória nº 731, de 10 de junho de 2016, convertida na Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, extinguiram-se 10.462 cargos em comissão de DAS, que serão gradualmente substituídos por igual número de Funções Comissionadas.

Evolução da ocupação de cargos do Grupo DAS



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Como resultado desse processo, o número de cargos comissionados ocupados é o menor da administração pública federal em mais de dez anos.

1.1 Cultura de inovação e eficiência

No campo da inovação, a estruturação da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov) resultou na implantação do Laboratório de Inovação G.Nova, com a oferta de recursos para o desenvolvimento e a aplicação de métodos e ferramentas de aperfeiçoamento da gestão pública, para melhorar a entrega de serviços públicos e disseminar uma cultura de inovação entre os servidores. Foi assinado acordo de cooperação técnica entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que viabiliza o funcionamento da Rede, formada por mais de 200 colaboradores de mais de 40 órgãos e entidades da administração pública federal.

Entre as iniciativas para implementação de uma cultura de inovação, destaca-se a parceria celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para medição de custos de serviços públicos em cinco Estados do País, que contribuirá para aprimorar a execução desses gastos e a qualidade da prestação de serviços a empresas e cidadãos. Um dos aspectos mais importantes dessa medição é a avaliação da oferta de serviços públicos e a redução do chamado “Custo Brasil”, questões estruturais que dificultam o acesso aos serviços.

Serão investidos US\$ 665 mil em projetos-piloto de avaliação da satisfação do cidadão em relação a cinco serviços (marcação de consultas no Sistema Único de Saúde – SUS, emissão de carteira de trabalho, de carteira de motorista, de carteira de identidade e da segunda via de registro de nascimento) nos Estados selecionados (BA, DF, PA, RJ e SC), por um período de 36 meses.

Também no contexto das ações para a promoção da eficiência do gasto público, destaca-se o lançamento da versão 3.0 do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), selecionado como ferramenta preferencial de sustentação do Processo Eletrônico Nacional (PEN). A inovação contribui para a redução do uso de papel e agilidade na análise de processos, gerando economia de recursos e transparência na gestão.

Por que o **sei!**?



Eliminação
de papel



Interface
intuitiva



Aumento da
produtividade



Redução
do tempo



Alternativas de
hospedagem



Liberdade
para adaptação



Baixo custo



Compatibilidade
com sistemas
operacionais



Implantações
bem-sucedidas



Gestão do
conhecimento



Transparência



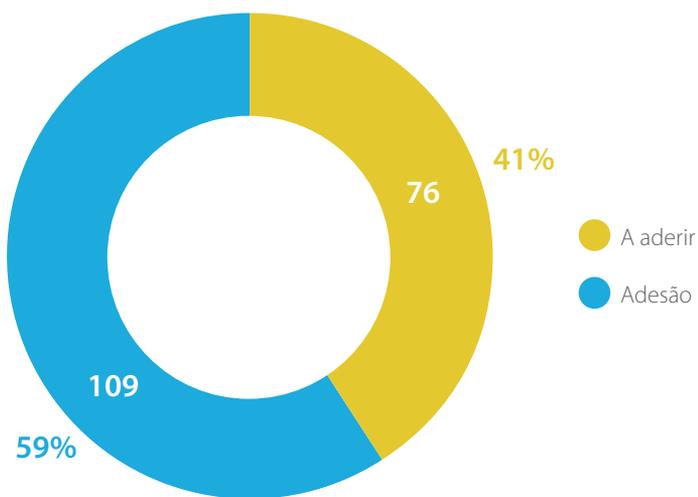
Atuação
colaborativa
(comunidade de negócio)

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O SEI pode ser acessado remotamente por diversos tipos de equipamentos, como microcomputadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. Já aderiram ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) 109 instituições públicas federais, sendo que 40 já implantaram o sistema e 69 estão em fase de implantação.

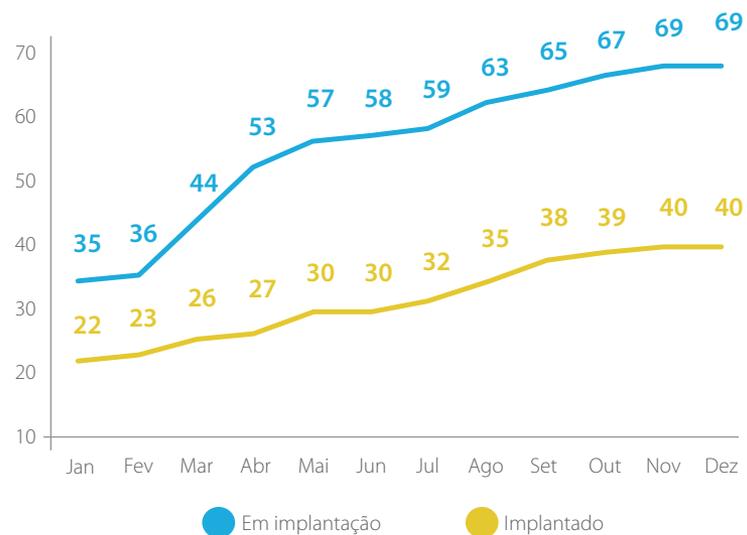
A implantação do SEI permitiu uma evolução na tramitação eletrônica de processos, possibilitando que os documentos sejam expedidos e acompanhados exclusivamente em ambiente virtual, viabilizando a integração entre os diferentes sistemas de tramitação eletrônica existentes nos órgãos do Governo Federal. Para 2017, está prevista a implantação do PEN e do SEI – ou de outro meio eletrônico compatível – em todos os órgãos da Administração Pública Federal, em observância ao Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

PEN/SEI – Adesões de instituições públicas federais em relação à meta



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

PEN/SEI – Evolução das adesões em 2016



Ainda no campo da modernização da gestão pública, o lançamento do aplicativo do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv Mobile) permite que o cidadão monitore a execução de convênios e termos de parcerias firmados entre entidades de seu município e a União, para construção de hospitais, estradas, quadras esportivas, escolas e outros. De 2008 a 2016, já foram assinados mais de 100 mil convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

Foram publicados dois normativos visando ao aperfeiçoamento do sistema de transferências voluntárias: o Decreto nº 8.943, de 27 de dezembro de 2016, que altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; e a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece regras para transferência de recursos da União, por meio de convênios e contratos de repasse a Estados e Municípios.

O novo Decreto trouxe modificações importantes a fim de diminuir o número de obras paralisadas e facilitar a conclusão dos projetos, promovendo a entrega mais rápida do resultado das políticas públicas para a sociedade. A Portaria trouxe diversos aprimoramentos, tais como: i) regras sobre adiantamento das transferências voluntárias da União no início de cada convênio ou contrato; ii) obrigatoriedade do contrato de repasses para a realização de obras e serviços de engenharia; iii) devolução de recursos quando não houver início da execução em até 180 dias após a liberação do montante, ou, pelo mesmo prazo, quando houver a paralisação da execução do objeto pactuado; e iv) instituição de faixas de valores que irão balizar o processo de acompanhamento e prestação de contas.

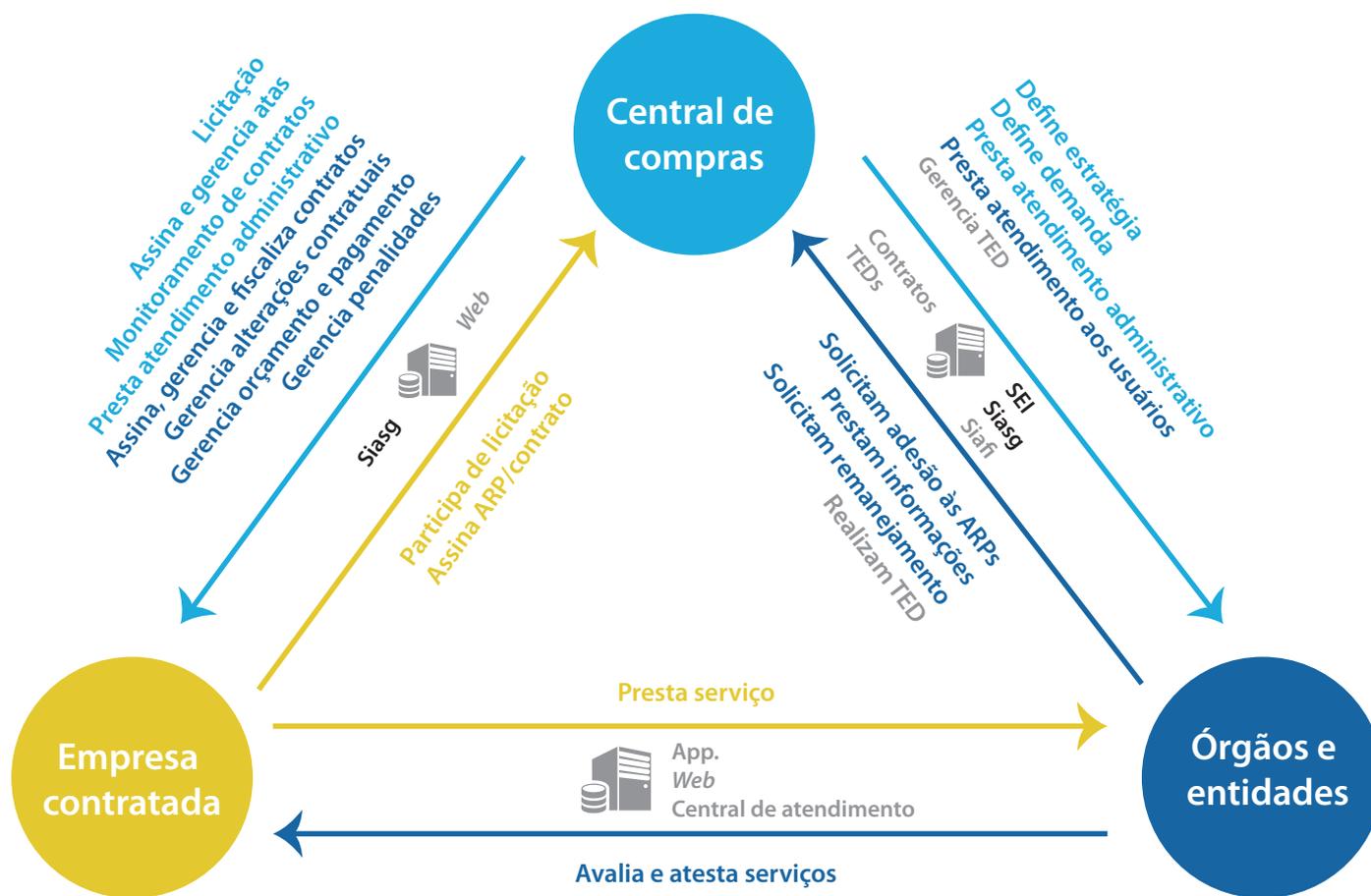
Outra ação de destaque é a conclusão dos procedimentos licitatórios para a constituição do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), a ser estruturado em 2017. A unidade é especializada na prestação de serviços administrativos para os órgãos do Poder Executivo Federal, com o objetivo de reduzir custos da cadeia de suprimentos na Central de Compras.

Em 2017, a primeira operação centralizada será a gestão do novo modelo de serviço de transporte de servidores, por meio de agenciamento de táxis, com estimativa de economia anual de R\$ 20 milhões. O projeto cria um novo modelo de transporte do Governo Federal monitorado e avaliado por um aplicativo de celular. O transporte será pago por quilômetro percorrido e por tempo de utilização, sendo que a avaliação poderá impactar no pagamento do fornecedor. Até início de 2018, a intenção é que todos os órgãos da administração pública federal direta no Distrito Federal passem a utilizar o serviço.

Também para 2017, está previsto o início da migração dos prédios principais e anexos dos ministérios para o Mercado Livre de Energia, o que possibilitará uma redução estimada em 25% nos custos de energia elétrica, uma grande despesa da administração, por meio da realização de leilões de energia pela Central de Compras.



Em 2017, os prédios e os anexos dos ministérios poderão ter uma **redução de 25%** nos custos de energia elétrica.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Legenda: Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg); Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); Termo de Execução Descentralizada (TED); Ata de Registro de Preço (ARP).

Pretende-se, ainda, lançar um painel de preços de referência para compras governamentais, que proporcionará cotações automáticas para bens, serviços e materiais, com base em contratações e aquisições anteriores, com a finalidade de promover melhorias no processo de compras públicas e a comparação de preços entre diferentes processos licitatórios. A iniciativa permitirá o estabelecimento de um teto pelo qual a administração pública está disposta a pagar por produtos e serviços, diminuindo os riscos de sobrepreço em licitações.

2 GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NAS ESTATAIS

Em 30 de junho de 2016, foi publicada a Lei nº 13.303, também denominada de Estatuto Jurídico das Estatais ou Lei de Responsabilidade das Estatais. Trata-se de lei de singular importância constitucional, pois há quase 20 anos o art. 173 da Constituição Federal de 1988 prevê a regulamentação sobre o funcionamento das estatais em dois eixos: i) regime de contratações, específico e unificado, abrangendo obras, serviços, compras e alienações; e ii) regras de governança, envolvendo fiscalização, funcionamento dos conselhos de administração e avaliação de desempenho dos administradores.

O Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, regulamenta aspectos de governança, licitação e compras para as empresas estatais federais, assim como traz regras específicas para empresas de pequeno porte (receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões). O Decreto uniformizou e disciplinou as estruturas e os mecanismos de transparência, eficiência e controle exigidos pela Lei nº 13.303, de 2016, tais como: i) área de gestão de riscos; ii) comitê de auditoria; iii) comitê de elegibilidade; iv) divulgação de remuneração; v) planejamento estratégico e metas de resultado; vi) assembleia geral; e vii) canal de denúncias, dentre outros aspectos.

Para 2017, o desafio é internalizar todos os mecanismos e instrumentos no estatuto de cada empresa estatal de modo a promover a segurança jurídica e garantir o retorno econômico e social almejado. Há, em especial, um grande avanço em relação ao funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal, que passam a ter novas e claras diretrizes para sua composição, seleção de seus membros, além de novas orientações sobre a gestão de riscos e os controles internos.

Transparência

Com o objetivo de efetivar a recém-editada Lei, foi criada no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União área com a atribuição específica de fiscalizar as empresas estatais, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

Em 2016, o Controle Interno do Poder Executivo Federal realizou auditorias para avaliação do grau de maturidade das políticas e procedimentos de integridade relacionadas à prevenção e à mitigação dos riscos associados a fraudes e corrupção em 26 empresas estatais, com o seguinte enfoque:



Fonte: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Os benefícios alcançados a partir de tais auditorias foram a melhoria e a otimização dos mecanismos de governança das empresas voltados à mitigação dos riscos de corrupção. Em 2017, serão concluídos trabalhos de auditoria nas empresas estatais do setor elétrico com vistas à avaliação da gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) – fundos de pensão. Foram avaliadas as entidades patrocinadoras quanto a seus mecanismos de governança, controles internos e gestão relativos à manutenção das respectivas EFPC e repasses financeiros efetivados. Para 2017, está planejada, também, auditoria nos próprios fundos, envolvendo a gestão dos recursos garantidores e a concessão dos benefícios aos assistidos.

Para 2017, prevê-se a avaliação da estrutura de governança das estatais, com enfoque no processo decisório dos diversos atores, notadamente o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal.

Visando ainda proteger os recursos públicos alocados no patrocínio de planos de benefícios previdenciários, o Governo estabeleceu, por meio da Resolução nº 9, de 2016, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar), regras para que todas as estatais supervisionem e fiscalizem os Fundos de Pensão e apresentem relatórios demonstrativos da situação econômico-financeira e atuarial dos planos e da gestão dos Fundos.

3 SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E REVISÃO DA DESPESA PÚBLICA

Como parte das medidas que buscam maior eficiência e qualidade do gasto público, o Governo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Revisão da Despesa Pública (Siapre).

O Siapre estabelece arcabouço institucional para aprimorar o processo de avaliação de políticas públicas, de forma sistêmica, estruturada, permanente e integrada. Serão definidas diretrizes que orientem a obtenção de resultados efetivos na gestão e na implementação de políticas públicas. A ausência de monitoramento sistematizado das políticas públicas no ordenamento jurídico brasileiro, que permite a continuidade de gastos ineficientes ou de políticas públicas mal desenhadas, pode ser considerada uma das causas do desequilíbrio atual das contas públicas.

A proposta baseia-se em ampla experiência internacional, consolidada desde a década de 1990, em países como Reino Unido, Canadá, Alemanha, Chile, Colômbia e México. Nos países latino-americanos citados, por exemplo, existem instrumentos bem definidos de avaliação das políticas públicas e a partir de órgãos centrais, contando com procedimentos e prazos definidos em normas legais, alinhados ao processo orçamentário. No Chile e na Colômbia, essas normas envolvem tanto o Executivo quanto o Legislativo.

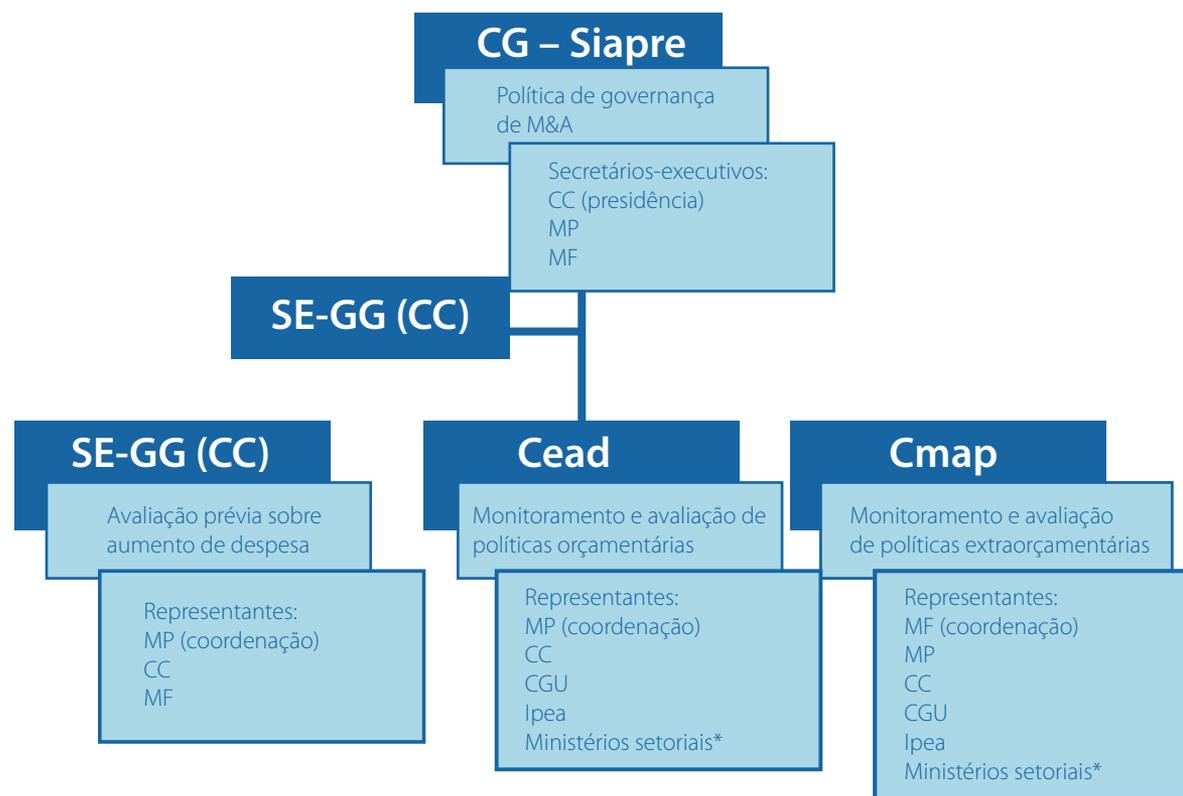
Além dessas experiências internacionais, iniciativas recentes do Governo Federal fortaleceram ainda mais a proposta do Siapre. Avanços importantes ocorreram com a Portaria Interministerial MP/MF/CC-PR/CGU nº 102, de 7 de abril de 2016, que instituiu o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (Cmap), composto por órgãos centrais, de controle e de pesquisa aplicada do Executivo Federal. Em menos de um ano de vigência do Cmap, foram avaliadas a gestão e a implementação de diversas políticas públicas, descritas mais à frente, com aprimoramento na gestão dessas políticas e geração de economias.

O Decreto em elaboração, que deve entrar em vigência em 2017, cria um Comitê Gestor do Siapre, integrado pelos Secretários-executivos da Casa Civil da Presidência da República (CC) – que o presidirá –, do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).

O arranjo prevê três comitês técnicos para assessoramento ao Comitê Gestor do Siapre:

- Comitê Técnico de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Orçamentárias (Cmap);
- Comitê Técnico de Gasto Tributário e Benefícios Financeiros e Creditícios (Cgat); e
- Comitê Técnico de Avaliação da Expansão de Despesa Pública (Cead).

A figura abaixo apresenta a estrutura do Siapre com clareza:



Comissões temáticas para avaliações de políticas em andamento poderão ser criadas.
Comissão temática de avaliação prévia sobre aumento de despesa será criada em caráter permanente.

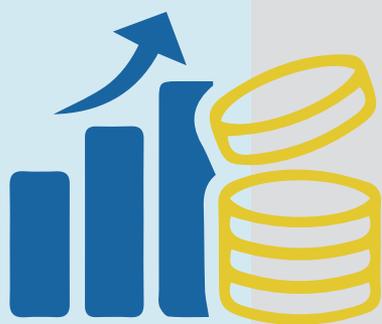
Fonte: Elaboração – Casa Civil da Presidência da República.

*Ministérios setoriais executores da política pública objeto de avaliação.

Combate a irregularidades em busca de economia

Em 2016, já foram avaliadas diversas políticas públicas, no âmbito da CMAP, com os seguintes resultados:

- Após a identificação de cerca de 1,1 milhão de famílias com indícios de omissão ou subdeclaração de rendimentos e de inconsistências cadastrais, o MDSA efetuou o cancelamento de 469 mil famílias e o bloqueio de 654 mil famílias do Programa Bolsa Família (PBF), com significativo impacto em termos de melhoria do gasto público;
- Estabelecimento da obrigatoriedade de inscrição no CadÚnico para fins de concessão, manutenção e revisão dos benefícios de programas sociais, bem como a revisão desses benefícios e a atualização do CadÚnico a cada dois anos;
- No âmbito do benefício de Prestação Continuada (BPC), a inscrição no CadÚnico e a revisão periódica resultarão, em 2017, em economia de cerca de R\$ 2,2 bilhões;
- Estabelecimento de critérios para revisão de benefícios de auxílio-doença, dada a existência de 500 mil benefícios concedidos/reactivados judicialmente com perícia há mais de dois anos ou sem perícia médica. Foram revistos, em 2016, 10.894 auxílios-doença, sendo que 77,55% dos benefícios revisados foram cassados. Ao todo, 530 mil auxílios-doença e 1,1 milhão de aposentadorias por invalidez passarão por revisão. Espera-se que o conjunto de medidas gere, em 24 meses, economia de cerca de R\$4,5 bilhões;



530 mil auxílios-doença e 1,1 milhão de aposentadorias por invalidez passarão por revisão. Espera-se que o conjunto de medidas gere, em 24 meses, **economia de cerca de R\$ 4,5 bilhões.**

- O Seguro-defeso e o Registro Geral da Atividade Pesqueira foram objeto de avaliação que demonstrou que cerca de 66% dos favorecidos não eram exclusivamente pescadores. A economia com as mudanças estabelecidas e melhorias nos critérios de concessão instituídos pelo Ministério da Agricultura pode chegar a R\$ 1,6 bilhão em 2017;
- Auditorias realizadas em 28 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) levaram à publicação da Portaria Setec/MEC nº 17, de 11 de maio de 2016, que: i) estabeleceu diretrizes para regular as atividades docentes da Rede; ii) instituiu mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação; e iii) realizou o desenvolvimento de sistemas para o acompanhamento, o controle e a divulgação dos projetos de extensão, pesquisa e inovação desenvolvidos por professores da RFEPCT;
- Os profissionais que integram o “Mais Médicos” não podem ser aqueles que já trabalham com atenção básica municipal, como Saúde da Família, pois há riscos de um programa prejudicar o outro. Durante a avaliação do Mais Médicos, o Ministério da Saúde foi alertado sobre isso e desenvolveu ferramenta para o monitoramento tempestivo das equipes do Programa Saúde da Família. Está em fase de implementação o Índice de Qualidade e Gestão para avaliar o grau de cumprimento das responsabilidades do gestor municipal em relação à ampliação da cobertura de equipes na atenção básica;
- O Governo identificou vulnerabilidades no acompanhamento dos projetos culturais do incentivo fiscal da Lei Rouanet, que abrangem situações criadas pelo atraso na análise das prestações de contas de projetos culturais, a existência de possíveis conflitos de interesse entre proponentes, fornecedores e investidores, além da concentração de recursos em regiões e segmentos e grupos de proponentes com interesses comuns. Para corrigir tais vulnerabilidades, o Ministério da Cultura implementa, em conjunto com os órgãos de controle, um intenso programa de revisão e aperfeiçoamento dos controles e fiscalização; e
- Foram fiscalizados empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no montante de R\$ 2,3 bilhões e várias das recomendações foram adotadas pelo Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal – originando, por exemplo, o Programa de Olho na Qualidade e no Sistema de Cadastro de Demanda para melhorar a hierarquização e a seleção de beneficiários.

Essas iniciativas serão expandidas no decorrer de 2017, uma vez que a lógica orgânica e sistêmica do Siapre permitirá que a análise das políticas públicas seja consolidada em recomendações e ações capazes de contribuir para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

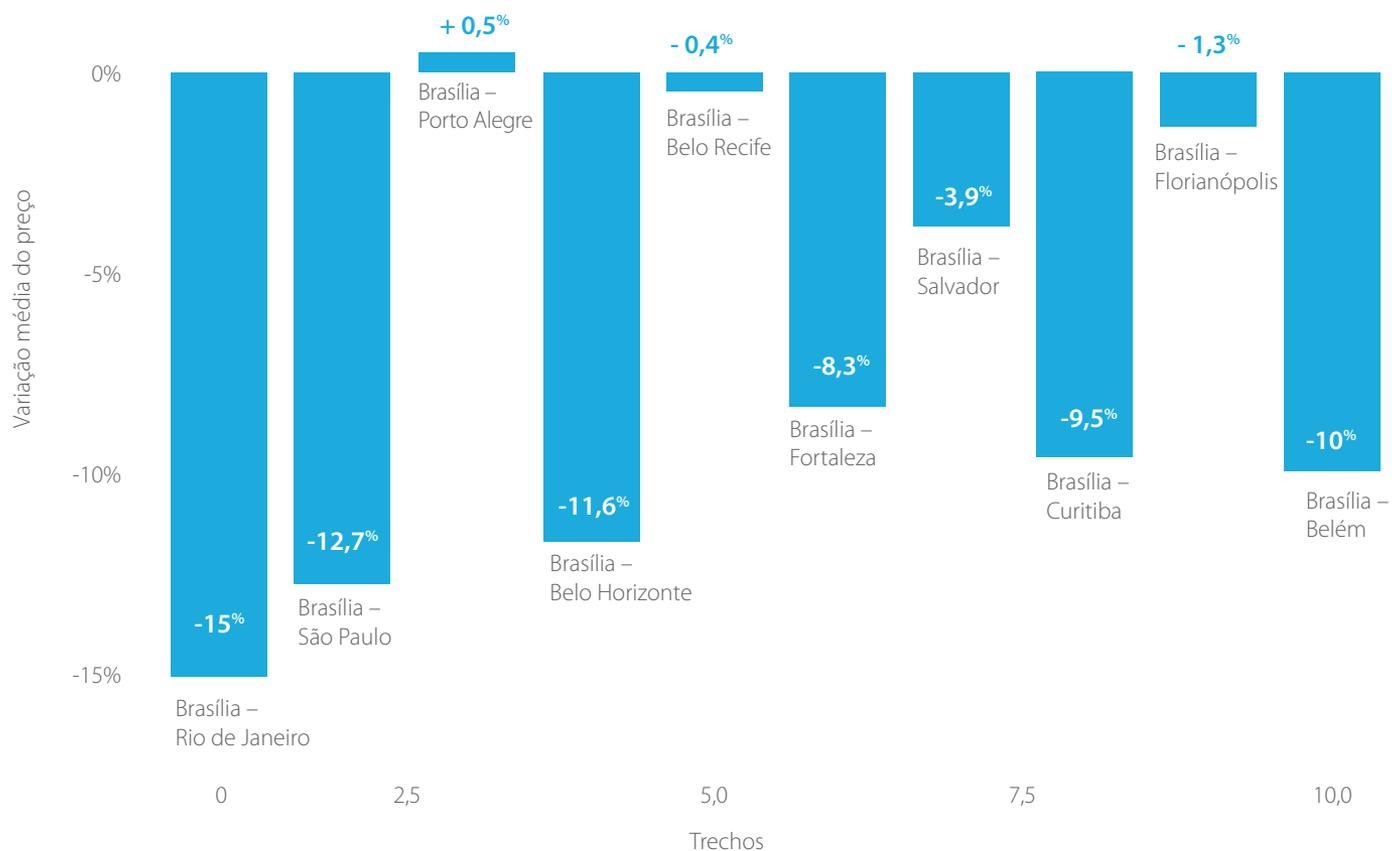
Outra medida de qualidade do gasto reside na obrigatoriedade de registro no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) de todos os compromissos financeiros plurianuais decorrentes de contratos de obras, bens e serviços firmados pelo Poder Executivo Federal, que estejam incluídos nas despesas classificadas como investimentos ou inversões financeiras e outras despesas correntes, e ainda classificadas na modalidade de execução direta. Outras ações serão implementadas para melhor planejamento e maior controle dessas ações plurianuais contratadas, com vistas ao estabelecimento de um cronograma de médio prazo dos contratos do Governo.

Em 2016, deu-se início ao projeto de fiscalização de grandes devedores do FGTS por meio de ação da Auditoria-Fiscal do Trabalho, com vistas a aumentar o controle e a efetiva cobrança do FGTS das empresas, sobretudo nos débitos com risco de prescrição – agora de cinco e não mais 30 anos, conforme decisão do STF de 2014. Os casos de inadimplência e suspeitas de fraudes também estão sendo cobrados. De julho a novembro de 2016, o foco nos grandes devedores recolheu ou notificou R\$ 255 milhões em FGTS. Para 2017, o projeto tem como meta o valor de R\$ 800 milhões em FGTS notificado/recolhido sob ação fiscal.

3.1 Avaliação do impacto da compra direta de passagens

Ainda com relação ao monitoramento e à avaliação de programas, o Observatório da Despesa Pública (ODP), do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, apurou, em 2016, que a adoção do modelo de compras diretas – em oposição ao modelo de compras via agências, que era o predominante até 2015 – resultou em economia efetiva de R\$ 3,13 milhões entre janeiro e junho de 2016. O gráfico mostra a variação média dos preços das passagens dos dez trechos mais usados pelo Governo.

Variação média do preço – pareto 50*



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

* Denomina-se "Pareto 50" o grupo de trechos que juntos respondem por 50% de todo o volume de bilhetes emitidos pelo Governo Federal no ano de 2016 (até junho).

Com técnicas de modelagem econométrica e de inteligência artificial, o ODP desenvolveu, ainda, modelo capaz de antecipar quais contratações da administração pública federal resultarão em problemas – tais como a empresa terceirizada deixar de pagar os funcionários, a construtora abandonar a obra etc. Nesse trabalho, foram identificadas as variáveis que mais ajudam a prever problemas contratuais: a quantidade de atividades a que a empresa se dedica (quanto maior, maior a probabilidade de

problemas); o valor doado pela empresa em campanhas eleitorais (idem) e a idade da empresa (quanto menor, pior), dentre outras. O modelo criado automatiza essas previsões e tem uma taxa de acertos de 85,5%.

3.2 Apoio à criação de ODPs estaduais, municipais e de Tribunais de Contas

Para apoiar a criação de ODPs em outras esferas públicas, foram realizados treinamentos nos quais compartilhou-se a expertise adquirida, em particular na bem-sucedida criação e monitoramento de trilhas de auditoria. No total foram capacitados servidores de 13 Estados e dois Municípios. Essa cooperação, que conta com o apoio do BID, já rendeu frutos: em cruzamentos conjuntos com o ODP.SC e o ODP.BA, foram identificados mais de R\$ 300 milhões em gastos suspeitos. Projeto-piloto com o Tribunal de Contas de Santa Catarina identificou R\$ 40,4 milhões em contratos suspeitos.

3.3 Avaliação de programas sociais

Para o aprimoramento da gestão de políticas sociais, foram utilizadas técnicas modernas para aprimorar os desenhos dos programas governamentais, identificar o real panorama social brasileiro e o alcance e a eficiência das políticas sociais, compreendendo consequências e impactos das ações e programas. O resultado é o foco nos que mais precisam, contribuindo, assim, para a superação da pobreza e para a diminuição da desigualdade de renda no País.

No campo das avaliações, houve uma reorientação das diretrizes, de forma a buscar o nexo causal e a mensuração dos impactos das políticas sociais, isolando o efeito das políticas do Governo de outros fatores externos. Tal direcionamento não quer apenas trazer novas técnicas, mais modernas, de avaliação de políticas públicas, mas também consolidar definitivamente o País no rol daqueles que mensuram de forma robusta suas políticas e otimizam a aplicação dos recursos públicos, sempre com foco na população mais vulnerável, contribuindo assim para a superação da pobreza e diminuição da desigualdade.

Para proporcionar aos usuários uma operação mais amigável, foram realizadas ações que resultaram no crescimento no número de acessos aos sistemas, como é o caso do Consulta, Seleção e Extração de Informação do Cadastro Único (Cecad) – uma ferramenta de planejamento e implementação de programas sociais nas três esferas de governo. Em 2015, a ferramenta teve média de 4,3 milhões de consultas ao mês. Já em 2016, a média mensal foi de 5,8 milhões de consultas.

Em continuidade às ações de 2016, a produção de estudos técnicos, somada à participação em fóruns de discussão sobre políticas públicas sociais, contribuirão para análises mais aprofundadas sobre o panorama das políticas e programas do Governo, buscando analisar não somente os avanços, mas também os desafios que ainda restam a superar.

4 BRASIL EFICIENTE

O Programa Brasil Eficiente reúne um conjunto de projetos cuja finalidade é aumentar a oferta de serviços públicos digitais, facilitando a vida do cidadão e das empresas e reduzindo os custos de transação.

4.1 Plataforma de Cidadania Digital

A Plataforma de Cidadania Digital, formalizada pelo Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, é uma das estratégias para ampliar a democratização do acesso às tecnologias da informação, desburocratizar os serviços públicos e facilitar o acesso dos cidadãos. O Decreto dispôs sobre a oferta de serviços digitais em órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

Em resumo, a plataforma centraliza, no Portal de Serviços (servicos.gov.br), o canal de relacionamento unificado para consulta e solicitação de serviços digitalizados, contando com mecanismos de autenticação digital, avaliação pelo cidadão e monitoramento das necessidades de serviços por parte do Governo.



1. Portal de serviços (www.servicos.gov.br);
2. Acesso digital do usuário;
3. Solicitação eletrônica (peticionamento) e acompanhamento de serviços;
4. Avaliação de serviços por parte do usuário; e
5. Painel de monitoramento do desempenho dos serviços.

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Será disponibilizado na ferramenta o e-Cidadão, que consiste em uma solução integradora de autenticação para permitir a criação de uma identidade digital de acesso a sistemas e serviços públicos digitais de forma gratuita para o cidadão, inclusive por celular. No e-Cidadão, estarão disponíveis cinco níveis de autenticação, estando previsto, também, o uso da base biométrica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a identificação do cidadão.

Estará disponível, no primeiro trimestre de 2017, a versão inicial da Plataforma, com três níveis de autenticação e, até o final do ano, a ferramenta estará com todos os níveis de autenticação viabilizados. Com a evolução do Portal de Serviços, as perspectivas para 2018 incluem a gradativa federalização do portal, de maneira a abranger as outras esferas de governo.

4.2 eSocial

O eSocial é um projeto que visa a unificação do envio de informações pelo empregador em relação aos empregados. Essas informações abarcam, por exemplo, obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas relativas à contratação e utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício, e de produção rural. O eSocial substituirá o procedimento de envio das diversas declarações, formulários, termos e documentos relativos às relações de trabalho por processos mais simples e unificados.

Já implantado, o Módulo Empregador Doméstico facilita o cumprimento das obrigações e atua para garantir os direitos correspondentes. Atualmente, registra mais de 1,3 milhão de trabalhadores ativos e, em 2016, gerou em média mais de 1,25 milhão de Documentos de Arrecadação eSocial por mês.

A homologação das novas entregas do eSocial Módulo Empresas está em andamento e a solução para o portal *web* está sendo desenvolvida a partir da experiência do Módulo Empregador Doméstico. Estima-se que o ambiente de produção restrito do Módulo Empresas, voltado ao aperfeiçoamento do sistema, seja disponibilizado aos empregadores e contribuintes até 31 de dezembro de 2017.

Está sendo desenvolvida, também, a Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD Reinf) e os eventos mais importantes (1/4 do total) foram homologados. Quando estiver totalmente implementado, o eSocial, em conjunto com a EFD Reinf e com a e-Financeira, extinguirá mais de 12 obrigações acessórias, simplificando a burocracia de contratação e retenção de empregados.

A obrigatoriedade de adoção do eSocial aos empregadores e contribuintes com faturamento no ano de 2016 superior a R\$ 78 milhões está prevista para 1º de janeiro de 2018. Os demais empregadores e contribuintes iniciarão a partir de 1º de julho de 2018.

Para atingir esses objetivos, o eSocial opera como uma ação conjunta entre os seguintes órgãos e entidades do Governo Federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto

Nacional do Seguro Social, Ministério do Trabalho e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Como todo sistema dessa abrangência e amplitude, tem sido desenvolvido gradual e continuamente, sendo sua primeira entrega mais relevante a implementação do Módulo Empregador Doméstico.

eSocial Uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e Governo



Fonte: Ministério da Fazenda.

4.3 Carteira de Trabalho Digital

O Projeto Carteira de Trabalho Digital, em desenvolvimento, tem como objetivo modernizar os sistemas e serviços inerentes à requisição e emissão Carteira de Trabalho e Previdência Social, dispondo em plataforma digital as informações contidas no documento do trabalhador – o que facilitará o acesso de empregados, empregadores e órgãos do Governo às informações.

Para 2017, prevê-se o aperfeiçoamento do sistema (CTPS WEB 3.0) de emissão da CTPS, que permite: i) a captura digital de imagens, biometria e assinatura; ii) o desenvolvimento de sistema de pré-cadastro via Internet, que reduzirá o tempo de atendimento nos postos; iii) a implementação do módulo que permitirá a emissão de Carteiras de Trabalho sem a necessidade de conexão à rede; e iv) a criação da plataforma digital da CTPS em sítio na Internet e aplicativo de celular.

4.4 Registro Nacional de Veículos em Estoque

Também em implantação, o Projeto Renave (Registro Nacional de Veículos em Estoque) tem como principal objetivo a integração das bases de dados do Denatran e da Nota Fiscal. A partir daí, espera-se uma maior facilidade e segurança na comercialização de veículos usados, de modo a reduzir a taxa de informalidade nesse tipo de comercialização e, por conseguinte, efeitos positivos na arrecadação tributária.

4.5 Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios

Em nova fase, a Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), criada pela Lei nº 11.598, de 3 de dezembro 2007, está implantando solução integrada de tecnologia de informação para reduzir o tempo de abertura, alteração, fechamento e legalização de empresas e negócios. Essa solução deve se alinhar à atuação da Receita Federal e demais órgãos para a simplificação do ambiente de negócios no Brasil.

Os impactos esperados são: i) a redução do tempo de abertura, alteração e fechamento de empresas; ii) a padronização e a redução dos procedimentos nas etapas desses processos; iii) a consistência de

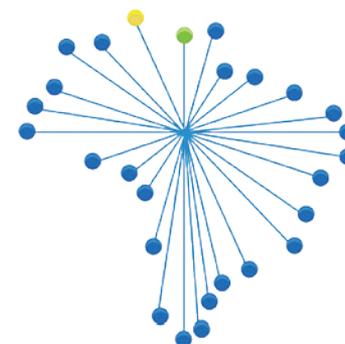
informações cadastrais entre os órgãos federais, estaduais e municipais; e iv) a redução dos custos de manutenção da administração pública em razão da maior previsibilidade. A implantação da Redesim avança rapidamente por todo o País e, ao final de 2016, o índice de integração nacional chegou a 59,1%, contemplando integrações com: i) 20 Secretarias de Fazenda Estadual; ii) 20 capitais de Estados; iii) 1.807 Municípios integrados (70% do ambiente de negócios do País); e iv) 48 órgãos de licenciamento estaduais.

A meta para 2017 é atingir o índice de 80% da integração nacional da Redesim, o que trará grande contribuição para a simplificação do processo de registro e legalização de empresas e para a melhoria do ambiente de negócios do País.

4.6 Projetos para a simplificação tributária

De forma concomitante ao desenvolvimento do eSocial, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal vêm desenvolvendo um conjunto de projetos que objetivam simplificar a estrutura de cobrança, pagamento, isenção e restituição de tributos no País. Os impactos almejados por esses projetos são um maior dinamismo da atividade econômica, uma maior agilidade no atendimento aos contribuintes, uma diminuição da inadimplência tributária e, por conseguinte, efeitos positivos da arrecadação. Os projetos são os seguintes:

- Facilitação do pagamento do Simples Nacional por modalidades eletrônicas;
- Parcelamento especial de débitos do Simples Nacional;
- Processo de restituição automatizada do Simples Nacional;
- Pedido eletrônico de isenção de IPI/IOF para a aquisição de veículos por taxistas e pessoas com deficiência; e
- Implantação do pedido simplificado de restituição e compensação de tributos.



REDESIM

A implantação da
Redesim avança.

Em 2016, o índice de
integração nacional
chegou a **59,1%**

Os três primeiros projetos constituem novas funcionalidades para o Simples Nacional. O primeiro projeto está em fase de homologação da plataforma que permitirá o débito automático para microempreendedores individuais (MEI) em 19 bancos e o pagamento *online* do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Em junho de 2017, o débito automático poderá ser implementado e será homologado o pagamento online do DAS.

No que diz respeito ao segundo projeto, foi implantado o sistema que permite o pagamento parcelado especial dos débitos e está em curso o processo de adesão por parte dos optantes, que será finalizado em março de 2017. Por fim, o terceiro projeto teve como entrega a especificação do portal pelo qual as restituições serão solicitadas e da solução de controle das restituições que serão realizadas. A homologação de ambas as plataformas constituem entregas previstas para 2017.

O Projeto Pedido Eletrônico de Isenção de IPI/IOF para a aquisição de veículos por taxistas e pessoas com deficiência está em fase de desenvolvimento. Em abril de 2017, será entregue o módulo para taxistas. Em dezembro de 2017, o sistema ficará disponível para pessoas com deficiência.

Já a implantação do pedido simplificado de restituição e compensação de tributos está em fase de especificação de ambiente para créditos e débitos previdenciários. Essa especificação e homologação serão encerradas apenas em 2017, quando se iniciará a construção da especificação para os demais tipos de créditos.

A AGU forneceu subsídios para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF que acabou por permitir o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa.

4.7 Agendamento de consultas na atenção básica do SUS

O Projeto Agendamento de Consultas insere-se na estratégia e-Saúde, em fase final de desenvolvimento. A estratégia objetiva, por meio da utilização intensiva de tecnologias de informação e comunicação, tornar mais baratos, melhores e mais ágeis os serviços de saúde prestados aos cidadãos, bem como melhorar o fluxo de informações utilizadas como parâmetros para as decisões dos gestores da área de saúde. O aprimoramento dos serviços permitirá ao cidadão marcar e confirmar suas consultas na atenção básica por meio do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS Digital).

Cidades Digitais

O Governo Federal apoia a disponibilização pelos Municípios de serviços públicos na Internet mediante a implantação de rede de fibra óptica de alta capacidade, que conecta órgãos públicos e viabiliza acesso à rede em pontos de acesso gratuito. Também capacita servidores e cidadãos para operação e uso das tecnologias de informação e comunicações, além de oferecer aplicativos de governo eletrônico para as prefeituras, no âmbito do Programa Cidades Digitais. Já foram instaladas 71 cidades digitais durante 2016, e planeja-se a implantação de outras 50 cidades em 2017.

Outro projeto em construção, para o qual já se inscreveram 170 Municípios, é o “Cidades Inteligentes”, que prevê a construção de novos modelos tecnológicos. Além da infraestrutura básica de conexão em alta velocidade, esse Projeto definirá também modelos padronizados para infraestrutura de suporte de outros serviços, como monitoramento, vigilância e iluminação inteligente.

5 OUTRAS INICIATIVAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO

Em 2016, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou o Plano AGRO+, um conjunto de ações desburocratizantes baseadas nas recomendações do setor do agronegócio brasileiro. O Plano Agro+ irá qualificar e modernizar as relações entre os produtores e o Mapa, além de garantir a melhoria geral da eficiência das cadeias produtivas agropecuárias. Os processos estão sendo dinamizados, sem prejuízo dos controles necessários à defesa agropecuária e à segurança alimentar dos consumidores. A primeira etapa do AGRO+ englobou um conjunto de medidas que vão da edição e atualização de atos normativos que regulam a produção de produtos agropecuários a mudanças na rotina de trabalho do Mapa. Até o fim de dezembro de 2016, já foram editados 57 atos normativos, além de diversas providências.

No âmbito dos instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os esforços, ao longo de 2016, foram no sentido de desburocratizar, revisar e simplificar o

processo de concessão de crédito com recursos dos Fundos Regionais. Em relação aos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor), destaca-se a publicação da Portaria MI nº 452, de 21 de dezembro de 2016, que propicia a desburocratização do sistema e a recuperação dos projetos, por meio da regulamentação e da unificação das normas desses Fundos.

Também no contexto da desburocratização para incentivar as atividades econômicas, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO) encontram-se em processo de revisão, que resultará em propostas de atos mais objetivos e apropriados para regulação destes Fundos. Da mesma forma, serão modificados os atos normativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) e dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam e Sudene. O objetivo do trabalho é tornar a operacionalização dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, mais célere, eficiente e eficaz, de modo a impulsionar novos investimentos em 2017, por meio de ofertas mais atrativas, em condições e critérios adequados aos diversos setores da economia, tendo como propósito, maior a geração de emprego e renda nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na busca de simplificação de processos do setor mineral, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) vem procedendo, ao longo de 2016, no aprimoramento contínuo dos aplicativos de requerimento, protocolo, publicação e estudos de áreas com o objetivo de uniformizar as ações referentes ao processo de outorga de direitos minerários. O DNPM traçou estratégias para tornar mais rápida a tramitação de processos e reduzir substancialmente seu passivo. Em 2017, será iniciado um programa de modernização do Departamento, com investimentos nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação. Serão implantadas ferramentas de gerenciamento eletrônico de documentos e processos minerários.

Já na área de registro sindical, ressalta-se a rapidez, a simplificação de análise e a desburocratização do processo de pedido de registro, tendo como reflexo o aumento da emissão de certidões sindicais e a revisão de normativos internos. A Ordem de Serviço nº 13, de 11 de agosto de 2016, estabeleceu novas diretrizes para a utilização do Sistema de Distribuição de Processos e, em seguida, a Portaria MTb nº 1.061, de 12 de setembro de 2016, que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau, entre outros.

Como resultado dessas ações, os dados mostram, em 2016, a seguinte evolução: de 2 de maio de 2015 a 2 de maio de 2016, ou seja, em um ano, foram emitidas 617 certidões sindicais, enquanto que no período de 2 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016, foram emitidas 952, representando um aumento de eficiência de aproximadamente 54%.

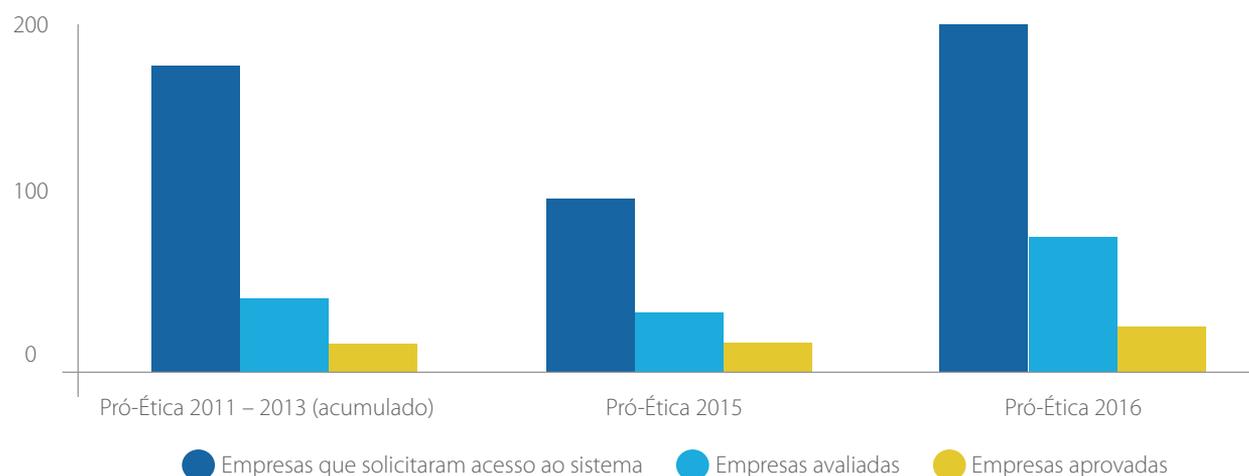
Cabe destacar, ainda, a entrada em vigor no Brasil da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção da Apostila”), em 14 de agosto de 2016. A Convenção permitiu diminuir as exigências, no Brasil e no exterior, para a legalização de documentos emitidos no País que tenham por destino outros países ou, contrariamente, de documentos estrangeiros que devam ter validade em território nacional. Com isso, diminuiu-se a burocracia e o tempo dispendido para validação de documentos destinados a 115 países parte da Convenção ou deles originados, o que incrementará as relações comerciais e econômicas do Brasil com o mundo.

6 TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

6.1 Pró-Ética

Após reformulação realizada em 2015, com o objetivo de adequá-lo às inovações introduzidas pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, o Empresa Pró-Ética despertou maior interesse da sociedade. Em 2016, 195 empresas solicitaram acesso ao sistema e 91 empresas enviaram o questionário de avaliação devidamente preenchido no prazo estipulado. Dessas, 74 cumpriram os requisitos de admissibilidade e foram avaliadas. No final do processo, 25 empresas foram aprovadas para compor a lista Pró-Ética 2016, número 31,5% maior do que em 2015, quando 19 foram aprovadas.

Empresa Pró-Ética – evolução



Fonte: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

6.2 Sistema de Prevenção de Conflito de Interesses

O Sistema de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) foi lançado em julho de 2014 para implementar a política de prevenção deste tipo de conflito no Executivo Federal. Em 2016, o Sistema tornou-se mais amigável ao usuário e aprimorou a análise qualitativa das respostas.

6.3 Fortalecimento das ouvidorias públicas

O sistema e-OUV, principal ferramenta do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, é utilizado, hoje, por 107 ouvidorias do Poder Executivo Federal – abrangendo um terço da administração federal direta e mais de 60% das instituições federais de ensino superior. Em 2016, o e-OUV foi integrado a outros sistemas, públicos e privados, como Reclame Aqui, Portal de Serviços e e-SIC. Essas integrações possibilitarão aumentar em até dez vezes o ingresso de manifestações de ouvidoria em 2017. O código-fonte do e-OUV já foi cedido a 16 ouvidorias públicas de Estados e Municípios.

6.4 3ª instância recursal de transparência

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União atua como terceira instância recursal da Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Desde o início da vigência da LAI, em 2012, ocorreram mais de 5,7 mil recursos, sendo 1,9 mil somente em 2016. Cerca de 57% deles tiveram seu mérito analisado, sendo que em 21% houve resolução pacífica do conflito. O trabalho de mediação favorece a confiança no acesso à informação pública, aprimora o tratamento dado às demandas dos cidadãos e evita a multiplicação de recursos, reduzindo os gastos públicos.

6.5 Agenda Ambiental na Administração Pública

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é o programa referencial em gestão socioambiental em todos os níveis e esferas de governo. Um dos destaques da A3P Agenda é o Programa do Bom Uso Energético (Proben), que objetiva tornar mais eficiente o consumo energético. A A3P realizou, em 2016, a nona edição do Fórum da A3P, com o tema “Eficiência no Uso dos Recursos Naturais: Água e Energia”. Em conjunto com o Fórum, a A3P realizou a sexta edição do “Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade da A3P”, no qual instituições públicas inscrevem as boas práticas que adotam, sendo premiadas as três melhores iniciativas em cada uma de quatro categorias.

7 MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

7.1 Combate à lavagem de dinheiro ou à ocultação de bens, direitos e valores

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) produziu, até 31 de dezembro de 2016, mais de 5.661 Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), os quais relacionaram cerca de 198 mil pessoas físicas ou jurídicas, e consolidaram mais de 172 mil comunicações de operações financeiras. Tais relatórios foram elaborados com base em cerca de 12,7 milhões de comunicações de operações financeiras

disponibilizadas em banco de dados. Desse total, cerca de 1,5 milhão de novas comunicações foram recebidas em 2016, em cumprimento à determinação da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O Coaf também realizou vários trabalhos de inteligência financeira para subsidiar as ações de combate à corrupção e tráfico de drogas – em operações como Lava Jato, Zelotes, Panamá Papers, *Greenfield*, Hashtag, Mendaz, Acrônimo, dentre outras –, elaborando cerca de duas mil RIFs sobre esses temas.

Foram concluídas 1.423 ações de fiscalização de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, sendo 364 averiguações eletrônicas de conformidades e 1.059 averiguações preliminares. Destas, 156 culminaram em processo administrativo punitivo (PAP). Desde o início de suas atividades até o final de 2016, a atuação do Coaf resultou na aplicação de R\$ 6,5 milhões em multas pecuniárias.

7.2 Lei nº 12.846, de 2013, e medidas anticorrupção

Responsabilização de servidores públicos e supervisão da atividade disciplinar

O Poder Executivo Federal expulsou dos quadros da administração 6.209 servidores públicos desde o ano de 2003, sendo 550 dessas expulsões realizadas em 2016. Destaque-se que, em 66% dos casos, as penas são decorrentes de atos relacionados à corrupção.

Responsabilização de entes privados

O Ministério da Transparência declarou a idoneidade de quatro empresas citadas na Operação Lava Jato (Mendes Júnior, Skanska, Iesa e Jaraguá). Tais declarações compõem o rol de 39 punições aplicadas a entidades privadas.

Transparência ativa na responsabilização administrativa

Segundo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, os órgãos e as entidades devem registrar as sanções por eles aplicadas a licitantes e contratantes no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

O Cnep, publicado no Portal da Transparência em 2016, conta atualmente com o registro de 24 sanções, as quais totalizam multas em valores superiores a R\$ 3,7 milhões.

Já o Ceis conta, atualmente, com mais de 13 mil sanções vigentes, num total de 5.352 empresas e 4.341 pessoas físicas distintas apenadas.

7.3 Combate ao terrorismo e seu financiamento

O Brasil, como membro do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), pôs em prática diversas medidas para buscar maior nível de cumprimento das recomendações do Grupo e das disposições da Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Financiamento do Terrorismo. Nesse contexto, foi sancionada a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que criminaliza o terrorismo e seu financiamento.

Defesa do patrimônio público

A Advocacia-Geral da União (AGU), em 2016, atuou com destaque no combate à corrupção e na defesa do patrimônio público. Os seguintes dados ilustram o resultado dessa atuação: i) a recuperação de R\$ 2,3 bilhões aos cofres públicos, por meio de 15,6 mil ações judiciais relativas à defesa do patrimônio público e ao combate à corrupção e à improbidade administrativa; ii) firmados contratos de parcelamento para arrecadação de R\$ 38,56 bilhões a partir de 2017; e iii) a cobrança de R\$ 23 bilhões de empresas e pessoas físicas envolvidas na Operação Lava Jato. Além do ressarcimento ao erário e do pagamento de multas, também pede-se, nas respectivas ações, a aplicação de outras penalidades previstas na legislação de improbidade administrativa, como a proibição de celebrar contratos com o poder público e a suspensão dos direitos políticos.

As operações especiais sobre crimes de corrupção e desvio de recursos públicos federais contaram, também, com a atuação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), as quais visaram recuperar recursos desviados, contribuir para uma administração pública eficiente e propiciar a efetiva entrega à sociedade dos serviços propostos pelas políticas públicas. Neste sentido, dentre as 53 operações especiais realizadas em 2016 com prejuízo potencial de R\$ 942 milhões, destacam-se: Maus Caminhos; Ápia; Terra Arrasada; Pecúlio; Decantação; Boca Livre; Timóteo e Fazenda de Lamas.

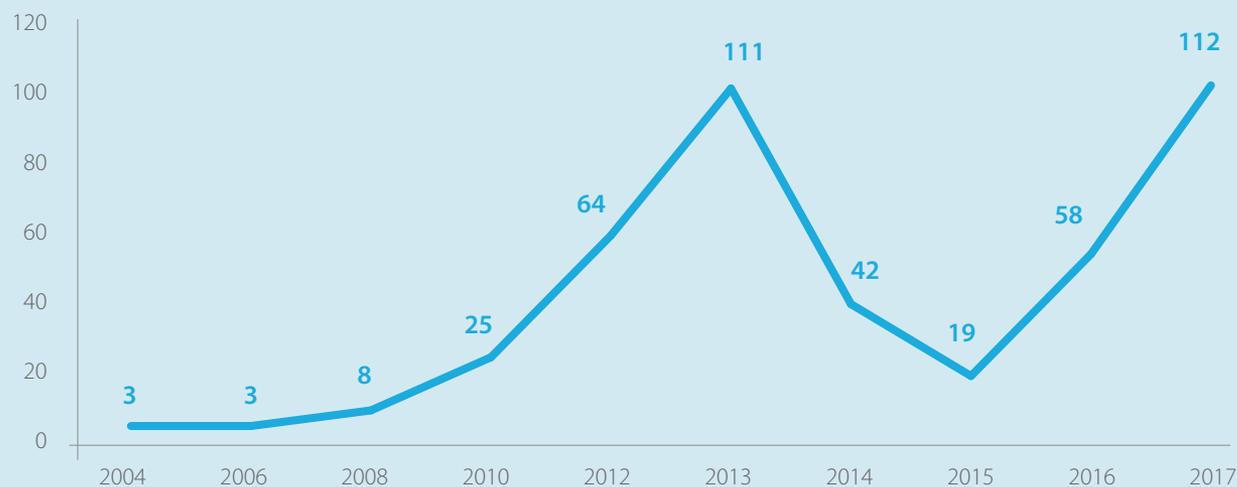
Combate à impunidade – equipes de trabalho remoto da Advocacia-Geral da União

Equipes de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa (ETR – Probidade) foram criadas na Advocacia-Geral da União (AGU) com o objetivo de conferir maior eficiência na política de ajuizamento de ações judiciais destinadas ao combate à corrupção e à defesa do patrimônio público. Entre as principais metas, está a redução do tempo de instauração e análise dos Procedimentos de Instrução Prévia para 60 dias e não mais 180 dias.

Em apenas seis meses de atuação, a ETR-Probidade já ajuizou 56 ações, o que é equivalente a 294,73% do registrado em todo o ano de 2015 e 133% do apontado durante 2014.

A simples manutenção do atual ritmo de trabalho levaria ao ajuizamento de 112 ações no ano, superando em 33% a meta inicial estipulada (84 ações) e ultrapassando o melhor resultado da história da PGF (111 ações), obtido no ano de 2013:

Ações de improbidade – PGF 2004-2016 e projeção para 2017



Fonte: Advocacia-Geral da União.

8 COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

8.1 Operações do Poder Executivo de combate às organizações criminosas

Em 2016, o Governo, por meio da Polícia Federal e da Receita Federal do Brasil ou em cooperação técnica com o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, realizou várias investigações com o objetivo de desarticular organizações criminosas que, por meio da lavagem de dinheiro, tentam dar aparência legal a recursos provenientes de atividades ilícitas. Como consequência desse modelo de atuação integrada, instalaram-se 34 operações de impacto, com destaque para Lava Jato, Zelotes, *Greenfield*, Custo Brasil e Calicute.

Após dois anos de trabalho, as ações de fiscalização na Operação Lava Jato contam com a participação, atualmente, de mais de 80 auditores fiscais da Receita Federal do Brasil. O valor do crédito tributário constituído na Operação Lava Jato, até a segunda semana de janeiro de 2017, foi de aproximadamente R\$ 6,1 bilhões. Desse montante, aproximadamente 75% recai sobre contribuintes de grande porte (na maioria grandes empreiteiras), com patrimônio relevante e elevada capacidade contributiva. Adicionalmente, a Receita Federal já havia autuado cerca de R\$ 4,6 bilhões resultantes de fatos relacionados à Operação (fase zero da Operação Lava Jato). Com isso, já são mais de R\$ 10 bilhões cobrados pela Receita Federal de contribuintes envolvidos no esquema. Existem mais de mil procedimentos em andamento (entre fiscalizações e diligências), e 77 representações fiscais para fins penais foram comunicadas pela Receita à Força-Tarefa do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

A Operação Zelotes investiga um esquema criminoso criado para influenciar decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e reduzir ou anular autos de infração e multas decorrentes de autuações fiscais da Receita Federal do Brasil. O grupo teria participação de julgadores, advogados, empresários, lobistas e outros. Após um ano de trabalho, as ações de fiscalização na Operação Zelotes envolvem, atualmente, mais de 18 auditores-fiscais da Receita Federal. O valor total do crédito tributário constituído na Operação Zelotes, até a segunda semana de janeiro de 2017, foi de R\$ 137,3 milhões. Existem mais de 100 procedimentos em andamento (entre fiscalizações e diligências), e 18 representações fiscais para fins penais foram comunicadas pela Receita à Força-Tarefa do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

Já no âmbito da Operação *Greenfield*, a Receita Federal iniciou as análises para possíveis aberturas de fiscalizações relacionadas às fraudes identificadas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão, envolvendo 15 casos de investimentos suspeitos, realizados por quatro fundos de pensão (Funcef – da Caixa Econômica Federal; Petros – Petrobrás; Previ – Banco do Brasil; e Postalís – Correios).

Em 2017, deverão ser deflagradas cerca de 30 operações de combate à fraude tributária e aduaneira, à lavagem de dinheiro, à corrupção, a outros crimes do colarinho branco e ao tráfico de drogas. Espera-se, também, o avanço nas fiscalizações das operações especiais já constituídas, principalmente aquelas em estágio inicial.

Em 2016, a Polícia Federal realizou várias investigações que, conduzidas por meio de inquéritos policiais, resultaram na deflagração de 503 operações. Em cerca de 60 operações, envolvendo diretamente desvio de recursos públicos, evitou-se prejuízos superiores a R\$ 5 bilhões.

Como parte do processo de aprimoramento das investigações, vem sendo utilizado o sistema de acompanhamento das contas vinculadas a repasses de recursos públicos da União, que permite rastrear a sua efetiva aplicação em saúde, educação e assistência social, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e pelas entidades privadas sem fins lucrativos. Destacam-se nessa área as operações Zelotes, O Recebedor e Cartas Chilenas.

Na área de crimes cibernéticos, atuou-se no enfrentamento aos crimes de pornografia infantil e às fraudes bancárias, com mais de 30 operações, destacando-se as operações Cartão Vermelho, *Chargeback* e Internet Segura.

No combate às organizações criminosas voltadas para delitos contra a Previdência Social, destaca-se que o prejuízo apurado ao erário foi superior a R\$ 180 milhões e estima-se o prejuízo evitado em mais de R\$ 450 milhões. Destaque para as operações Tânato, Lenda Urbana e Clone.

Já na repressão aos crimes fazendários, estão em andamento as investigações de falsificação de moedas e de fraudes praticadas mediante o uso de cheques, com as operações Tríplice Aliança, Sala Azul e Formiga.

No âmbito da repressão aos crimes contra o meio ambiente, foi intensificada a utilização de técnicas modernas de investigação, como o georreferenciamento e a utilização de imagens de satélite. O seu foco principal é a repressão à corrupção de servidores públicos e a quantificação dos danos ambientais, destacando-se as Operações Rio Doce, Knossos e Rios Voadores. Em 2017, está prevista a continuidade de investimentos para implementar laboratórios de geointeligência.

Relacionadas às eleições municipais de 2016, foram desencadeadas investigações proativas e diversas operações para punir abusos verificados no pleito. Além disso, a repressão a ilícitos eleitorais foi agilizada com a criação do Centro de Controle das Eleições 2016, em Brasília/DF, utilizando a mesma estrutura dos Jogos Olímpicos 2016. As operações em destaque foram Maçarico, Niágara, Vassalagem e Clístenes.

Em relação aos direitos humanos, houve investigações para enfrentar o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e os grupos de extermínio, com destaque para as operações Salve Jorge, Garantã e Maracá.

Em relação à repressão aos crimes contra o patrimônio e ao tráfico de armas, priorizou-se a ação contra roubos a bancos, agências dos correios e carros-fortes. Foram realizadas mais de 50 operações, com destaque para Freguesia, Clientela e Velho Oeste. Para 2017, pretende-se continuar buscando incrementar o efetivo, aprimorar os equipamentos, sistemas informatizados e recursos que auxiliam nas investigações e valorizar os servidores, com vistas a ampliar os resultados a serem entregues para a sociedade.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (Gise), resultando em altos índices de descapitalização das organizações criminosas por meio de apreensão de recursos financeiros, bens, armas e entorpecentes.

Cabe registrar que se observa impacto direto entre o enfrentamento ao tráfico de drogas e de armas e a violência dos grandes centros, ou seja, uma das formas eficazes de se diminuir a violência nas capitais é empreender esforços que inviabilizem ou desmotivem a atuação de quadrilhas especializadas nestas duas modalidades de crime.

Neste sentido, foram realizadas apreensões de grande vulto nas rodovias federais em todo o País, sendo: i) 186 toneladas de maconha; ii) aproximadamente seis toneladas de cocaína; iii) 1.293 armas; iv) 63.244 munições; e v) seis milhões de pacotes de cigarro. Cerca de 30 mil pessoas foram detidas nessas operações. As apreensões de maconha em 2016 tiveram acréscimo de 40%, quando comparadas ao mesmo período de 2015 (132 toneladas para o referido período). Já o número de pessoas presas cresceu 22%.

8.2 Fortalecimento da inteligência no combate ao crime organizado

Os eixos Segurança e Inteligência, em 2016, atuaram fortemente na elaboração de análises de risco na área de inteligência estratégica e em operações de enfrentamento ao terrorismo, destacando-se as seguintes ações: i) realização de operações de inteligência e contrainteligência que subsidiaram

as atividades de segurança nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016; ii) auxílio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para segurança do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2016, com a realização de incontáveis cruzamentos de dados como subsídio a operações de polícia judiciária; iii) operações de contrainteligência para a proteção de informações sensíveis e estratégicas; iv) ações de prevenção, repressão e dissuasão voltadas a inibir a prática de atos terroristas em território nacional; v) aperfeiçoamento dos sistemas de inteligência com o intuito de agilizar o trato da informação e seu compartilhamento com um maior número de agentes e policiais; e vi) realização de diversos cursos de capacitação na área de Inteligência.

Para 2017, pretende-se dar continuidade às análises estratégicas para subsidiar o processo decisório nacional, as investigações de interesse da União, a repressão ao terrorismo e às ações de proteção do conhecimento.

Em relação ao desenvolvimento de sistemas de informação, destaca-se a entrega de diversos sistemas para apoio às atividades de combate ao crime organizado, tais como o Sistema de Interceptação de Sinais (SIS), o Sistema de Afastamento de Sigilo (SAS) e o Sistema de Rastreamento Veicular (Ravel).

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (Sinesp), instituído pela Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, auxiliou, em 2016, na prisão de cerca de 23 mil foragidos e na recuperação de mais de 104 mil veículos roubados/furtados, correspondendo a aproximadamente R\$ 1,5 milhão restituídos às vítimas.

Foi dada sequência ao processo de integração com órgãos públicos dos Executivo Federal, estaduais e municipais e da Justiça Eleitoral, com o objetivo de integrar novas bases de dados no *software* Sinesp/Infoseg, uma ferramenta *web* e também aplicativo para a plataforma *mobile*, que proporcionará uso imediato e seguro de informações restritas aos agentes de segurança pública e órgãos conveniados.

Há de se considerar, ainda, a necessidade de auxílio aos sistemas prisionais estaduais e distrital no isolamento das lideranças do crime organizado. A situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira, pois vivencia-se uma tendência no aumento das taxas de encarceramento em níveis que desafiam o sistema de justiça penal, a política criminal e a política de segurança pública.

9 PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Recentemente, foi lançado o Plano Nacional de Segurança – que vinha sendo elaborado pelo Ministério da Justiça e Cidadania, com a colaboração de outros setores do Governo, dos governos estaduais, Poder Judiciário e sociedade. O plano enfoca três questões: i) a redução dos homicídios dolosos, do feminicídio e violência contra a mulher; ii) o combate integrado às organizações criminosas transnacionais, como tráfico de drogas e armas; e iii) a racionalização e a modernização do sistema penitenciário.

A obtenção desses objetivos será buscada por intermédio de um esforço conjunto alicerçado na integração, na coordenação e na cooperação. Está sendo feito um mapeamento e georreferenciamento dos locais onde há maior ocorrência de homicídios e outros crimes violentos (manchas criminais) para que se estabeleçam estratégias de reforço de policiamento e outras ações.

Quanto ao combate ao crime transnacional, serão ampliados os mecanismos de cooperação com os países vizinhos. Uma primeira reunião com os países do Cone Sul já foi realizada em 2016. Núcleos de Inteligência Policial serão criados em todos os Estados e no Distrito Federal, integrando as áreas de inteligência da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícias Militares e Polícias Civas.

Além de trocar informações, a principal função desses núcleos será estabelecer, de forma integrada, operações policiais, possibilitando uma atuação preventiva e repressiva dos crimes. Para reforçar a atuação conjunta, um laboratório central de perícia criminal para apoio aos Estados será instalado em Brasília/DF. Laboratórios da Polícia Federal também serão ampliados.

Na questão penitenciária, a modernização pretendida não significa apenas a construção de mais presídios. A liberação, na última semana de 2016, de R\$ 1,2 bilhão do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para os fundos penitenciários estaduais já teve como alvo a renovação do sistema. Foram liberados cerca de R\$ 32 milhões para que cada Estado construa um novo presídio e mais R\$ 13 milhões para aparelhamento e modernização.

A Presidência da República autorizou, ainda, a construção de cinco novos presídios federais de segurança máxima. A ideia é que seja construído um em cada uma das macrorregiões geográficas brasileiras. Além da construção, serão liberados R\$ 80 milhões para equipar esses presídios federais.

A modernização do sistema penitenciário nacional, além das aquisições de equipamentos e serviços para o bloqueio de sinais de radiocomunicação em unidades prisionais, prevê o desenvolvimento do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen). O Sistema acompanha a execução de penas, prisão cautelar e medidas de segurança, propondo a gestão unificada de dados e a integração das instâncias do Judiciário e do Ministério Público com os órgãos de segurança pública. Houve, ainda, o fortalecimento do Sistema Penitenciário Federal (SPF), que, por meio de quatro penitenciárias de segurança, já oferece suporte aos Estados e ao Distrito Federal na custódia de chefes do crime que devem ser afastados de suas base de atuação – contribuindo, assim, para o combate às organizações criminosas. Está em fase de construção a quinta Penitenciária Federal, localizada em Brasília/DF.

O grande desafio é humanizar os presídios, criando um modelo que se pautar pelo respeito aos direitos da pessoa e à dignidade humana. Para isso, é preciso conectar, em favor dos que estão sob custódia do Estado, as políticas públicas nas áreas de saúde, educação, trabalho, cultura, assistência social e acesso à Justiça. Considerando as condições estruturais das atuais unidades prisionais, há previsão de construção de penitenciárias de regime fechado e semiaberto, com módulos de educação, trabalho e saúde, e a criação de 47.584 novas vagas no sistema prisional.

Entre os anos de 2000 e 2014, a população prisional brasileira teve um aumento de 167,32% (passou de 232.755 para 622.202), muito acima do crescimento populacional do País. Isso faz com que o Brasil figure como o 4º país com maior população prisional do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), China e Rússia. Diante deste cenário, tem-se buscado o efetivo aprimoramento da execução penal, atuando em três grandes eixos: i) alternativas ao encarceramento; ii) modernização do sistema prisional; e iii) promoção da cidadania.

Nessa linha, houve investimento nas Centrais de Alternativas Penais e Centrais de Monitoração Eletrônica, com previsão de que, até 2018, cerca de 39,6 mil pessoas possam ser acompanhadas pelos serviços das Centrais de Alternativas Penais e 35,7 mil pessoas sejam monitoradas por ano pelas centrais de monitoração eletrônica. Será uma redução considerável no número de presos provisórios. Foi também promovida a expansão das audiências de custódia, em que os presos em flagrante são apresentados ao juiz em até 24 horas após a prisão. Essa ação combate a tortura e outros tratamentos cruéis e degradantes, e reduz prisões preventivas, dando à autoridade judicial a oportunidade imediata de avaliar a periculosidade do acusado. A medida vem sendo executada mediante acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça. Destaca-se, ainda, o projeto para 2017 voltado para os egressos do sistema prisional, com objetivo de dar suporte às ações de reintegração social.

10 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Em 2016, foi lançado o novo portal de atendimento da Secretaria do Patrimônio da União (e-SPU), que disponibiliza o acesso a 23 serviços relacionados aos bens imobiliários da União, correspondentes a 80% dos serviços prestados. O portal facilita o acesso do cidadão, que não precisa mais sair de casa para ser atendido. Foi lançado, ainda, o módulo de Serviços/Atendimento no Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet). Os demais módulos encontram-se em desenvolvimento, com previsão de implantação ao longo de 2017.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Foi também elaborada a proposta do termo de adesão, que se encontra em consulta pública na página do “participa.br”, para descentralizar a gestão das praias marítimas, inclusive as áreas de bens de uso comum, com possibilidade de exploração econômica. A previsão é que o instrumento seja disponibilizado aos Municípios interessados no início de 2017.

Dando seguimento ao processo de alienação de imóveis não utilizados pela União, caracterizados como inadequados ao uso e de alto custo aos cofres públicos, conforme a Lei nº 13.240, 30 de dezembro de 2015, foi autorizada a alienação, em 2016, de 814 imóveis da União e de autarquias federais, processo que continuará em 2017 e 2018 com vistas à redução de despesas e melhoria na gestão patrimonial.

Em relação às receitas patrimoniais, foram emitidos 495.348 mil Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARFs) – relativos a cobranças de aluguel, arrendamento, cessão de uso, juros, multas, alienação, parcelamento, permissão de uso, laudêmio, taxa de ocupação, foro, posse ilícita, dívida ativa da União, ocupação de imóvel funcional, dentre outras taxas patrimoniais –, correspondendo a uma perspectiva de arrecadação de R\$ 615,3 milhões. Foram implementadas, ainda, ações no sentido de melhorar a arrecadação, tais como: i) regularização cadastral de 2.981 imóveis; ii) desenvolvimento de sistemática de parcelamento automatizada dos débitos; e iii) redução dos estoques de processos relativos à transferência de titularidade.

Projeto-piloto da AGU para a eficiência do gasto público

Para obter maior eficiência do gasto público, a AGU lançou projeto-piloto que reorganizou no território as atividades de cobrança e recuperação judicial, permitindo a visão global dos estoques de créditos e a priorização da atuação por tipo e valor dos créditos, por meio da atuação da Equipe Nacional de Cobrança e Recuperação de Créditos (Enac). Assim, buscou-se incrementar os atuais patamares de inscrição em dívida, protesto extrajudicial, conciliação e ajuizamento de execuções fiscais. Antes do funcionamento da Enac, essas atividades estavam distribuídas em dezenas de órgãos de execução, os quais atuavam em diversas outras atividades, de natureza contenciosa ou não.

Com base neste quadro e na média do valor das inscrições em dívida realizadas nos últimos cinco anos (R\$ 28.571,66), na média do valor dos ajuizamentos efetivados nos últimos cinco anos (R\$ 62.986) e na média do valor dos títulos remetidos a protesto (R\$ 2.376,86), é possível traçar metas para o ano de 2017. O alcance dessas metas, em 2017, resultaria no incremento de 525% no número de inscrições em dívida ativa, de 1.050% no número de protestados e de 175% no número de execuções fiscais ajuizadas.

Inscrições em dívida ativa PGF 2011 – 2016 e projeção para 2017



Títulos protestados 2011 – 2016 e protesto para 2017



Execuções fiscais ajuizadas 2013 – 2016 e projeção para 2017



*Os dados de inscrição em dívida, protesto e ajuizamento de execuções fiscais para o ano de 2016 são dados preliminares, não estando computados as seguintes autarquias e fundações públicas federais: ANA, Anac, Ibama, Aneel, Anatel, CVM, Inmetro e INSS.

Fonte: Advocacia-Geral da União.

11 ACESSO À JUSTIÇA

Em 2016, foram retomadas pautas importantes para melhorar o acesso à Justiça e favorecer o uso da mediação e a conciliação na solução de conflitos, tais como: i) a Estratégia Nacional de Não Judicialização (Enajud), que tem como objetivo desenvolver, consolidar e difundir procedimentos, mecanismos e métodos alternativos de solução de conflitos; e, ii) a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), uma ferramenta que contribui para a mudança da cultura do litígio, uma vez que realiza importantes atividades de ensino e pesquisa sobre técnicas de mediação e conciliação.

Para 2017, espera-se o fortalecimento dos objetivos traçados pela Enajud, estando previstas ações monitoradas e capazes de apresentar resultados satisfatórios para a sociedade, bem como o desenvolvimento de pesquisas, estudos e projetos de democratização do acesso à cidadania e à justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO
E A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS
(ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**

Composição
Biênio 2015/2017

PRESIDENTE

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CORREGEDOR NACIONAL

Cláudio Henrique Portela do Rego

CONSELHEIROS

Antônio Pereira Duarte

Marcelo Ferra de Carvalho

Esdras Dantas de Souza

Walter de Agra Júnior

Leonardo Henrique de C. Carvalho

Fábio George Cruz da Nóbrega

Gustavo do Vale Rocha

Otávio Brito Lopes

Fábio Bastos Stica

Orlando Rochadel Moreira

Sérgio Ricardo de Souza

Valter Shuenquener de Araújo

SECRETÁRIO-GERAL

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Guilherme Guedes Raposo

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional.

Com o objetivo de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro para uma atuação responsável e socialmente efetiva, ao CNMP compete zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pela observância dos princípios que regem a administração pública, cabendo-lhe, ainda, o exercício do controle da atuação administrativa e financeira de todos os ramos do Ministério Público da União (MPU) e dos Estados (MPE), e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

O CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Além de representantes do Ministério Público da União e dos Estados, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo.

Em cumprimento ao disposto no art. 130-A, § 2º, V, da CF/88, o presente relatório apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2016 – que, na linha do quanto definido em seu Planejamento Estratégico Institucional (2010-2019)¹, terão desdobramentos nos exercícios subsequentes – e aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público quanto aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio de dados e informações disponibilizados neste relatório, cuja versão detalhada encontra-se disponível no sítio eletrônico do CNMP (<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/relatorios-de-atuacao>), é possível que o cidadão acompanhe e fiscalize a atuação do Conselho, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, sempre respeitando a autonomia da Instituição, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

¹ O Planejamento Estratégico Institucional teve seu prazo de vigência prorrogado pelo Plenário, por unanimidade, durante a 9ª Sessão Ordinária de 2016, realizada em 10 de maio de 2016 (cf. ata publicada no Diário Eletrônico do CNMP, do dia 6 de junho de 2016, p. 1/15).

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Missão: fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

De acordo com o art. 3º do Regimento Interno do CNMP, os órgãos do Conselho são: 1. Plenário; 2. Presidência; 3. Corregedoria Nacional; 4. Conselheiros; 5. Comissões; e 6. Ouvidoria Nacional.

1. Plenário

Como instância máxima deliberativa do CNMP, o Plenário tem suas atribuições previstas no art. 130-A, § 2º, I a V, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e regulamentadas no art. 5º do Regimento Interno do CNMP. Dentre elas, destacam-se o julgamento de processos administrativos disciplinares e de procedimentos de controle administrativo e financeiro, além da expedição de resoluções e recomendações aos membros, às unidades e aos serviços auxiliares do Ministério Público em todo o País.

Plenário em números (2016)

Sessões ordinárias:	24	Recomendações publicadas:	16
Sessões extraordinárias:	2	Notas técnicas publicadas:	4
Processos julgados:	610	Enunciados publicados:	2
Resoluções publicadas:	20		

Movimentação processual (2016)

Classe Processual	Autuados 2016	Julgados²	Tramitando³
Anteprojeto de Lei	06	06	-
Arguição de Impedimento ou Suspeição	01	-	01
Avocação	08	04	04
Consulta	07	05	02
Nota Técnica	07	03	04
Pedido de Providências	195	141	54
Procedimento Avocado	07	01	06
Procedimento de Controle Administrativo	258	117	141
Processo Administrativo Disciplinar	38	03	35
Proposição	48	17	31
Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público	04	02	02
Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho	09	05	04
Remoção por Interesse Público	02	01	01
Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo	116	89	27
Restauração de Autos	-	-	-
Revisão de Decisão do Conselho	04	03	01
Revisão de Processo Disciplinar	31	08	23
Correição	48	03	45
Inspeção	29	01	28
Sindicância	14	02	12
Recurso Interno em Reclamação Disciplinar e Sindicância	12	12	-
Recursos Internos	12	03	09
Total	856	426	430

2 Incluídas as decisões monocráticas e colegiadas.

3 Incluídos processos físicos e eletrônicos de todos os anos.

Controle administrativo e financeiro (Destaques)

Dentre os processos julgados pelo Plenário, destacam-se aqueles relacionados ao controle administrativo e financeiro do Ministério Público, e aqueles que têm por objeto o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Um breve passar de olhos sobre alguns dos principais julgados, apresentados resumidamente a seguir, revela a importância da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público:

- **Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000337/2016-92:** o Plenário declarou que: i) o CNMP não possui a natureza de Órgão Governante Superior (OGS); ii) o CNMP possui a natureza de Órgão de Controle de Natureza Constitucional; iii) são indevidas as intervenções do Tribunal de Contas da União (TCU) na atividade finalística do CNMP; iv) o CNMP não integra funcionalmente (atividades finalísticas) a União e as suas entidades da administração direta e indireta; v) o CNMP é instituição constitucional de caráter nacional e suas competências constitucionais prevalecem sobre as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União; e vi) o modelo de composição do CNMP deixa claro que os seus atos, no exercício das suas atividades finalísticas, somente poderão ser controlados jurisdicionalmente.

- **Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00209/2015-49:** o Plenário julgou: i) improcedente o pedido de reconhecimento, no âmbito administrativo, do direito à aposentadoria especial por atividade de risco, uma vez que inexistente dispositivo normativo primário que autorize a sua concessão aos membros do Ministério Público de Minas Gerais, bem como o pedido de reconhecimento específico da omissão legislativa pelo Supremo Tribunal Federal (STF); e ii) procedente o pedido de reconhecimento de que o labor ministerial se enquadra como atividade de risco inerente.

- **Pedido de Providências n.º 1.00060/2016-42:** o Plenário julgou parcialmente procedente Pedido de Providências, para determinar: i) que, em observância ao princípio do promotor natural, todo e qualquer procedimento de investigação criminal no âmbito do Ministério Público de São Paulo deverá ser distribuído livremente, respeitadas as regras de prevenção interna, mormente quando se tratar, por exemplo, de grupos específicos criados para o apoio, o assessoramento e o enfrentamento de matérias diversas e de forças-tarefas, determinação essa que alcança, exclusivamente, os novos procedimentos distribuídos a partir da publicação da presente decisão; ii) o arquivamento do pedido de instauração de processo disciplinar em desfavor do membro do Ministério Público do Estado de

São Paulo, tendo em vista que sua atuação teve amparo em atos normativos vigentes, quais sejam a Resolução CNMP nº 13, de 2006, art. 3º, §4º e a Portaria nº 10.941, de 2015, do PGJ/SP; iii) o envio de cópia dos autos à Corregedoria Nacional, a fim de que se possa supervisionar a tramitação do processo disciplinar já instaurado na Corregedoria local para apurar se houve excessos do requerido nas suas manifestações perante à imprensa quanto aos fatos narrados neste processo; e iv) entender prejudicados os pedidos de reconsideração formulados, bem como a liminar anteriormente deferida.

- **Pedido de Providências nº 1.00003/2016-36:** o Plenário julgou parcialmente procedente Pedido de Providências, consignando que: i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 117 do CNMP, quanto ao direito à percepção da ajuda de custo para fins de moradia em relação aos membros do Ministério Público da União, Conselheiros e membros auxiliares do CNMP devem ser mantidos, sendo vedado o seu pagamento, exclusivamente, aos: a) aposentados ou em disponibilidade decorrente de sanção disciplinar; b) afastados ou licenciados, sem percepção de subsídio; ou c) na hipótese em que o cônjuge ou companheiro ocupe imóvel funcional ou receba auxílio-moradia na mesma localidade; ii) a regra prevista no art. 17, XIV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, alusiva ao limite para o pagamento de indenização de diárias, não alcança os membros do Ministério Público da União, Conselheiros e membros auxiliares do CNMP, mormente porque a Lei Complementar nº 75/1993 dispõe expressamente, em seu art. 227, II, que as diárias terão “valor mínimo equivalente a um trinta avos dos vencimentos”. Assim, o procedimento, até então, adotado para o pagamento da referida rubrica a esses agentes públicos deve ser mantido; iii) os valores e os critérios de concessão do auxílio-moradia aos servidores do MPU e do CNMP devem ser regidos pelo que dispõe a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, por ser norma específica e que estabelece parâmetros seguros para a concessão do referido direito e em conformidade com a exigência do art. 17, § 9º, da LDO/2016, restando, também, mantido o procedimento, até então, adotado para o pagamento da referida rubrica a estes agentes públicos; e iv) no que concerne à indenização das despesas com diárias devidas aos servidores do MPU e do CNMP, a regra contida no art. 17, XIV, da LDO/2016 deve incidir, haja vista a ausência de qualquer disposição legal específica para a referida categoria quanto ao valor pago sob este fundamento. Ainda, por unanimidade, determinou que se oficie à Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para conhecimento deste voto e da decisão deste Plenário, tendo em vista que a matéria subjacente disciplina tema alusivo, também, à magistratura, bem como a todos os Procuradores-Gerais dos

ramos do Ministério Público da União e aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, para que informem, nestes autos, no prazo de 15 dias, se a Resolução nº 117, do CNMP 2014, está sendo rigorosamente cumprida, de modo que o pagamento do auxílio-moradia não seja feito nos casos vedados pela mencionada norma. Além disso, as mencionadas autoridades, também, devem apurar e informar, nestes autos e no mesmo prazo, se o valor recebido por todos aqueles que usufruem o referido direito está no limite do que permite a aludida resolução deste Conselho, nos termos do voto do Relator. Também, por unanimidade, determinou que se officie ao Procurador-Geral da República, para que possa avaliar a conveniência de provocação do controle concentrado em relação ao *thema decidendum*.

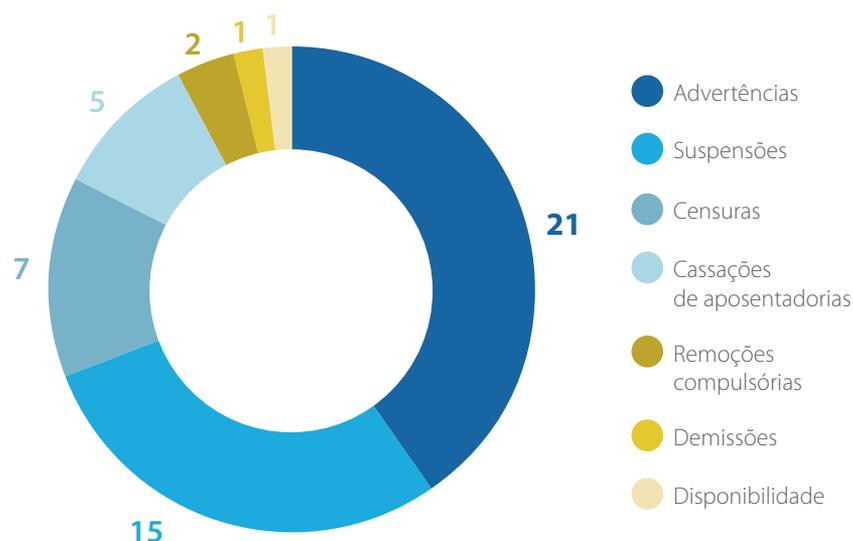
- **Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09:** o Plenário julgou procedente o pedido para determinar que o Ministério Público do Estado do Amapá: i) promova, no prazo de 180 dias, a exoneração de todos os servidores comissionados da estrutura de pessoal dos gabinetes dos Procuradores de Justiça, à exceção dos que exerçam o cargo de Assessor de Procurador de Justiça, em virtude da inadequação dos demais cargos aos preceitos constitucionais do artigo 37, incisos II e V, da CF/88; e ii) proceda, por sua competência de iniciativa legislativa, à adequação das normas locais que tratam dos cargos em comissão de sua estrutura de pessoal às diretrizes constitucionais e à jurisprudência consolidada do STF quanto à matéria, para que tais cargos possuam as suas atribuições discriminadas em lei, bem como para que se destinem tão somente ao exercício de atribuições de chefia, direção ou assessoramento.
- **Pedido de Providências nº 1.00284/2016-27:** o Plenário julgou pedido parcialmente procedente para: i) determinar ao Ministério Público do Estado da Bahia a realização de estudos para mapeamento das deficiências de prestação da atividade ministerial nas promotorias que estão vagas, e notadamente as da entrância inicial, no prazo de quatro meses, findos os quais oferecerá a este Conselho as suas conclusões, com sugestões para melhor distribuição da força de trabalho entre capital e interior, de modo a melhor equacionar a relação membros/habitantes; e ii) sem prejuízo, recomendar desde logo ao Ministério Público do Estado da Bahia que, considerando o quadro delineado: a) priorize, nos concursos públicos que vier a realizar, bem como no que recentemente se encerrou, a ocupação dos cargos do interior, especialmente das comarcas de entrância inicial; e b) não ofereça à remoção vagas que possam contribuir para o agravamento do quadro aqui constatado.

- **Pedido de Providências nº 0.00.000.001012/2011-12:** o Plenário julgou procedente o pedido para determinar ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais que, no prazo de 90 dias, institua regime de plantão nas comarcas do interior abrangendo não apenas dias sem atividade forense, mas também em dias úteis, os períodos que antecedem e sucedem o horário de funcionamento das repartições, nos termos do voto do Relator. Ainda, por unanimidade, determinou que as escalas dos plantões devem ser publicadas, no Portal da Transparência, indicando o nome do membro do Ministério Público responsável, o telefone para contato e o endereço da unidade plantonista, nos termos do art. 5º, inciso VIII, da Resolução CNMP nº 66, nos termos do voto do Relator.
- **Procedimento de Controle Administrativo nº 1658/2013-61:** o Plenário julgou parcialmente procedente pedido para determinar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que, no prazo de seis meses, devolva os servidores cedidos que não ocupam cargo efetivo na origem e devolva os servidores cedidos que se encontram em exercício de funções diversas das reservadas ao cargo no qual está legitimamente investido. Ainda, decidiu pela não devolução dos servidores cedidos sem que haja o correspondente cargo em comissão/função de confiança.
- **Anteprojeto de Lei nº 1.00114/2016-70:** o Plenário aprovou, parcialmente, a minuta de Anteprojeto de Lei, alterando a redação do seu art. 4º, que trata da estrutura organizacional e do quadro de pessoal do CNMP, com vistas à alteração da nomenclatura dos cargos efetivos, de cargos em comissão e funções de confiança, sem aumento de despesa, por ato do Presidente.

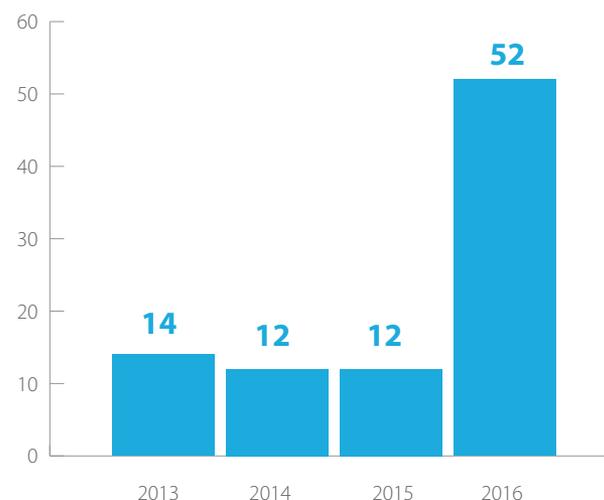
Controle Disciplinar e Atuação Correicional

Em 2016, o Plenário aplicou 52 sanções disciplinares a membros do Ministério Público, incluídas as decorrentes de processos sem trânsito em julgado, sendo: 15 suspensões, sete censuras, uma demissão, cinco cassações de aposentadorias, 21 advertências, uma disponibilidade e duas remoções compulsórias. Além dessas penalidades, foram ainda mantidas pelo CNMP quatro sanções aplicadas nas Unidades Ministeriais de origem, em processos de revisão disciplinar e uma impugnação de vitaliciamento.

Sanções aplicadas pelo CNMP em 2016



Sanções aplicadas diretamente pelo Plenário nos últimos quatro anos



Além disso, o Plenário aprovou relatórios conclusivos de correições e inspeções apresentados pela Corregedoria Nacional, conforme disposto a seguir.

- **Correição n.º 0.00.000.000374/2016-09:** correição ordinária nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
- **Correição n.º 0.00.000.000377/2016-34:** correição ordinária nos órgãos de controle disciplinar das unidades do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000363/2016-11:** inspeção no Ministério Público Militar no Estado de Minas Gerais.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000322/2016-24:** inspeção extraordinária na Promotoria de Justiça do 5º Tribunal do Júri do Estado de São Paulo.

- **Inspeção n.º 0.00.000.000360/2016-87:** inspeção suplementar na Procuradoria-Geral do Trabalho.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000902/2015-31:** inspeção no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000375/2016-45:** inspeção ordinária suplementar no 30º Ofício da Procuradoria da República no Distrito Federal.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000361/2016-21:** inspeção extraordinária na 68ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, situada na Comarca de Goiânia.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000362/2016-76:** inspeção nos órgãos de controle disciplinar das unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000327/2016-57:** inspeção nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público do Estado da Bahia.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000328/2016-00:** inspeção nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público do Estado de Sergipe.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000351/2016-96:** inspeção extraordinária nas Promotorias de Justiça e Unidades do Ministério Público do Estado do Ceará na Comarca de Juazeiro do Norte/CE.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000198/2016-05:** inspeção extraordinária na 18ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Cuiabá/MT.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000329/2016-46:** inspeção nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público do Estado de Tocantins.
- **Inspeção n.º 0.00.000.000321/2016-80:** inspeção na 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública do Estado de Sergipe.

- **Inspeção nº 0.00.000.000281/2016-76:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- **Inspeção nº 0.00.000.000235/2016-77:** inspeção ordinária na Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
- **Inspeção nº 0.00.000.000236/2016-11:** inspeção ordinária na Procuradoria da República no Distrito Federal.
- **Inspeção nº 0.00.000.000238/2016-19:** inspeção ordinária na Procuradoria-Geral da Justiça Militar.
- **Inspeção nº 0.00.000.000903/2015-85:** inspeção realizada na Procuradoria-Geral do Trabalho.
- **Inspeção nº 0.00.000.000201/2016-82:** inspeção extraordinária na Promotoria de Justiça da Comarca de Cajamar/SP.
- **Inspeção nº 0.00.000.000241/2016-24:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.
- **Inspeção nº 0.00.000.000237/2016-66:** inspeção nas 1ª e 2ª Procuradorias de Justiça Militar.
- **Inspeção nº 0.00.000.000901/2015-9:** inspeção na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.
- **Inspeção nº 0.00.000.000191/2016-85:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- **Inspeção nº 0.00.000.000197/2016-52:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Trabalho.
- **Inspeção nº 0.00.000.000868/2015-02:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público Federal.

- **Inspeção nº 0.00.000.000867/2015-50:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público Militar.
- **Inspeção nº 0.00.000.000869/2015-49:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
- **Inspeção nº 0.00.000.000794/2015-04:** inspeção no Ministério Público do Estado do Amapá.
- **Inspeção nº 0.00.000.000793/2015-51:** inspeção no Ministério Público Federal do Estado do Amapá.
- **Inspeção nº 0.00.000.000774/2015-25:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará.
- **Inspeção nº 0.00.000.000813/2015-94:** inspeção na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amapá.
- **Inspeção nº 0.00.000.000843/2015-09:** inspeção extraordinária nas 14^a, 16^a, 33^a, 48^a, 54^a e 62^a Promotorias de Justiça do Estado de Goiás.
- **Inspeção nº 0.00.000.000795/2015-41:** inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado do Amapá.

Atos Regulamentares e Recomendações (Destaques)

Resoluções

Resolução nº 135	Institui o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Resolução nº 136	Dispõe sobre o Sistema Nacional de informações de Natureza Disciplinar no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Resolução nº 138	Estabelece diretrizes gerais para preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público brasileiro.
Resolução nº 139	Dispõe sobre o cancelamento de anotações nos registros de qualquer natureza de membro do Ministério Público, referentes às reclamações, às sindicâncias e aos demais procedimentos de cunho disciplinar, arquivados sem aplicação de sanção, após o transcurso do lapso temporal de 30 dias da decisão definitiva.
Resolução nº 144	Revoga a Resolução nº 72, de 15 de junho de 2011 e restaura a Resolução nº 05, de 20 de março de 2006, em sua totalidade.
Resolução nº 145	Dispõe sobre a criação de Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das Políticas Públicas Ambientais.
Resolução nº 146	Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de membros e servidores do Ministério Público. Cria, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público.
Resolução nº 147	Dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público, estabelece diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, das unidades e ramos do Ministério Público, e dá outras providências.
Resolução nº 149	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, e institui o Sistema Nacional de Correições e inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Resolução nº 150	Dispõe sobre criação de Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos e dá outras providências.
Resolução nº 151	Dispõe sobre o prazo de duração do mandato de Ouvidor Nacional.

Recomendações

Recomendação nº 31	Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura, e dá outras providências.
Recomendação nº 32	Dispõe sobre a uniformização e a atuação do Ministério Público brasileiro, por meio de políticas e diretrizes administrativas que fomentem o combate à síndrome de Alienação Parental, que compromete o direito à convivência familiar da criança, do adolescente, de pessoas com deficiência e incapazes de exprimir a sua vontade.
Recomendação nº 33	Dispõe sobre diretrizes para a implantação e a estruturação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude no âmbito do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
Recomendação nº 34	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Recomendação nº 35	Dispõe sobre orientações aos membros do Ministério Público no cumprimento da Lei Federal nº 11.767, de 7 de agosto 2008, em relação aos pedidos de busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Recomendação nº 36	Dispõe sobre recomendação acerca das cautelas que devem ter os membros do Ministério Público ao analisar a contratação direta de advogados ou escritórios de advocacia por ente público.
Recomendação nº 38	Recomenda aos órgãos que compõem o Ministério Público brasileiro que instituem programa de prorrogação da licença-paternidade a seus membros e servidores, mediante a edição do respectivo ato administrativo.
Recomendação nº 40	Recomenda a criação de órgãos especializados na promoção da igualdade étnico-racial, a inclusão do tema em editais de concursos e o incentivo à formação inicial e continuada sobre o assunto.
Recomendação nº 41	Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a correta implementação da política de cotas étnico-raciais em vestibulares e concursos públicos.
Recomendação nº 42	Recomenda a criação de estruturas especializadas no Ministério Público para a otimização do enfrentamento à corrupção, com atribuição cível e criminal.
Recomendação nº 43	Dispõe sobre a necessidade de conferir maior celeridade e efetividade nas investigações, nas denúncias e no acompanhamento das ações penais pela prática dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura, maus-tratos e tráfico de crianças e adolescentes.
Recomendação nº 44	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação.
Recomendação nº 45	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no acompanhamento à substituição dos lixões pelos aterros sanitários, em cumprimento ao disposto no art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
Recomendação nº 46	Dispõe sobre a designação e a realização de audiências pelo Ministério Público brasileiro, em todas as suas ramificações, em relação ao período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
Recomendação nº 47	Dispõe sobre a notificação consular resultante da aplicação do art. 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963, que impõe que as autoridades brasileiras cientifiquem o cônsul do país a que pertence o estrangeiro, sempre que este for preso.

Notas Técnicas

Nota Técnica nº 7	Dispõe sobre as normas editadas, isoladas e conjuntamente, pelo Conselho Superior de Polícia do Departamento de Polícia Federal e o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, visando, por via transversa, a delimitar o alcance de atribuição constitucional do Ministério Público inerente ao controle externo da atividade policial.
Nota Técnica nº 8	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social no âmbito da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios.
Nota Técnica nº 9	Dispõe sobre o Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, da Câmara dos Deputados, correlato à revogação do Estatuto do Desarmamento e estabelece o Estatuto de Controle de Armas de Fogo.
Nota Técnica nº 10	Dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público quanto às alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no artigo 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí).
Nota Técnica nº 11	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nas audiências de custódia em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

2. Presidência

A Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República.

Compete regimentalmente ao Presidente do CNMP: i) representar o Conselho; ii) presidir as sessões plenárias; iii) ordenar as despesas, podendo delegar atos específicos ao Secretário-Geral; iv) executar e fazer executar as deliberações do Conselho; v) decidir as matérias relacionadas com os direitos e os deveres dos servidores; vi) prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal; vii) definir a organização dos órgãos internos; viii) celebrar contratos e convênios; e ix) apreciar liminarmente, antes da distribuição, os requerimentos anônimos, sem formulação de pedido ou estranhos à competência do Conselho, entre outras atribuições. Em 2016, a Presidência processou 102 desses requerimentos como notícias de fato.

Internamente, a Presidência do CNMP direciona a gestão da estratégia, a fixação de metas e objetivos organizacionais, o controle de recursos e a gestão dos resultados. Nessa esfera de atribuições, o Presidente edita portarias, por meio das quais define a competência das chefias e dos órgãos internos do Conselho, bem como as matérias relacionadas à ordem e disciplina e aos direitos e deveres dos servidores do Conselho. Expede, também, portarias para delegar competência e para designar

membros do Ministério Público brasileiro para atuarem, no CNMP, como auxiliares, colaboradores, integrantes de grupo de trabalho ou ocupantes de cargos em comissão.

No ano de 2016, foram expedidas pelo Presidente 168 Portarias, dentre as quais se destacam:

Portaria	Assunto
Portaria CNMP-PRESI nº 13	Estabelece o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o CNMP, no Exercício Financeiro de 2016.
Portaria CNMP-PRESI nº 32	Divulga o Plano de Gestão e o Calendário de Contratações do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2016.
Portaria CNMP-PRESI nº 36	Dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Portaria CNMP-PRESI nº 47	Dispõe sobre a concessão de licença-paternidade aos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 48	Aprova o Manual Prático de Padronização de Atos do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 50	Dispõe sobre o Programa de Pós-Graduação no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 57	Delega competência ao Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público para a prática de atos de gestão do planejamento estratégico, bem como de gestão administrativa, orçamentária, financeira e de pessoal, e dá outras providências.
Portaria CNMP-PRESI nº 61	Dispõe sobre o Programa de Estágio no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Portaria CNMP-PRESI nº 76	Regulamenta o pagamento do Adicional de Qualificação, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 77	Regulamenta o pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 79	Regulamenta o pagamento da Gratificação de Projeto no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 105	Institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2017.
Portaria CNMP-PRESI nº 137	Institui a Videoteca do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 164	Regulamenta a utilização dos recursos de telefonia fixa e móvel no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 167	Divulga o Plano de Gestão e o Calendário de Contratações, Publicações e Eventos do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2017.

Também por intermédio da Presidência, o CNMP firmou acordos de cooperação e termos de adesão, visando estabelecer parcerias que possam contribuir com o aprimoramento do Ministério Público:

Convenentes	Assunto
MEC	Acordo de cooperação para colaboração recíproca no projeto de educação em direitos humanos intitulado "João Cidadão", com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cultura de direitos humanos no Brasil, mediante a produção, publicação, disseminação e divulgação de conteúdo formativo e informativo sobre os direitos fundamentais e a atuação do Ministério Público, difundindo reflexões e ações que estimulem o reconhecimento e o exercício dos deveres e direitos de cada pessoa em situações concretas, com destaque à sua relevância cotidiana.
INSS MTPS	Acordo de cooperação para acesso aos dados constantes de cadastros geridos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social.
MP/AC, MP/AL, MP/AP, MP/BA, MP/CE, MP/ES, MP/GO, MP/MA, MP/MG, MP/MT, MP/PB, MP/PE, MP/PI, MP/PR, MP/RN, MP/RR, MP/RS, MP/SC, MP/SP, MP/TO, MPM, MPF	Termos de adesão ao acordo de cooperação celebrado entre o Ministério do Trabalho e a Previdência Social (MTPS), o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), celebrado em 10 de maio de 2016, visando ao acesso dos dados constantes de cadastros geridos pelo MTPS e pelo INSS.
MP ENAP	Acordo de cooperação técnica de adesão à Rede SICONV para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão e capacitação, bem como o fortalecimento da comunicação e transparência, relativas às transferências voluntárias.
CAU-BR	Ações de interesse mútuo com vistas: i) ao aperfeiçoamento e à atualização dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, membros e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o desenvolvimento de competências relacionadas às exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira; e ii) à implementação de ações complementares, tais como a realização de vistorias ou emissão de relatórios referentes à área de atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), visando assegurar a observância das regras de acessibilidade previstas na legislação brasileira.
TRF-4	Acordo de cooperação técnica nº 15, de 2016, com a finalidade de autorizar a cessão do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) –, criado pelo TRF 4, para o Ministério Público brasileiro.
MP/AC MP/RO MP/SP	Termos de adesão ao acordo de cooperação nº 15, de 2016, celebrado entre o CNMP e o TRF 4ª Região, com a finalidade de autorizar a cessão do direito de uso do SEI, criado pelo TRF 4, para o Ministério Público brasileiro.
MP/PB	Termo de adesão do MP/PB ao acordo de cooperação firmado entre o CNMP e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) visando ao aperfeiçoamento da atividade de profissionais de engenharia, membros e servidores do CNMP e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira.

A Presidência prestou informações em 20 ações junto ao STF, a saber:

MS 33973	MS 34217	MS 33847
ADIN 5434	MS 34281	MS 34219
MS 33954	MS 32788	MS 34210
ADI 5454	MS 34450	ADPF 414
MS 30864	MS 34472	MS 34182
MS 34169	MS 34526	MS 34212
MS 34093	ADI 4305	

Por meio de sua Assessoria de Comunicação Social, a Presidência realizou o monitoramento e a continuidade à execução da campanha nacional João Cidadão.

Por fim, a Presidência promoveu a realização de dois eventos internacionais:

- **Seminário *Grandes Casos Criminais: Experiência Italiana e Perspectivas no Brasil***, realizado em parceria com a Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Militar e a Escola Superior do Ministério Público da União. Do evento, resultou a aprovação da Declaração de Brasília contra a Corrupção, composta por 14 tópicos. A íntegra da Declaração pode ser obtida no portal do CNMP na Internet, por meio de acesso ao *link* http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Declaracao_de_Brasilia-2.REV.pdf
- **Seminário *Sistema Penal Acusatório: Realidades e Perspectivas***, também em parceria com a Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Militar, Escola Superior do Ministério Público da União, além do Ministério Público Federal e do *Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA)*. Ao final do evento, foi aprovada a Declaração de Brasília por um Sistema Acusatório, com 11 princípios do sistema acusatório. A íntegra da Declaração pode ser obtida no portal do CNMP na Internet, por meio de acesso ao *link* http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Carta_Seminário_Internacional.pdf

2.1 Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o setor técnico responsável pela promoção do controle da legalidade, da legitimidade e da avaliação dos resultados quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal do CNMP, tendo por missão fortalecer e assessorar a direção do órgão, buscando agregar valor à gestão, segundo os princípios constitucionais e legais vigentes.

Principais realizações:

- Execução de trabalhos de auditoria de campo, relativos à gestão administrativa do CNMP, tais como: i) patrimônio; ii) tecnologia da informação; iii) acompanhamento de recomendações da auditoria contábil; iv) acompanhamento de recomendações da auditoria de gestão ambiental; v) contábil; vi) acompanhamento de recomendações da auditoria da Lei Orçamentária (LOA); vii) acompanhamento de controles internos e indicadores; viii) acompanhamento de recomendações de auditoria prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2016); ix) monitoramento de eventos; x) monitoramento de diárias e passagens; xi) monitoramento de acessibilidade; xii) monitoramento de transporte; e xiii) monitoramento de convênios e termos de cooperação.
- Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF); e
- Acompanhamento interno das determinações/recomendações e demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU).

3. Corregedoria Nacional do Ministério Público

Segundo o art. 130-A, §3º, da Constituição Federal, compete à Corregedoria Nacional do Ministério Público receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares, cabendo-lhe, ainda, o exercício da atividade investigativa e preparatória do poder disciplinar do CNMP e a atividade executiva de inspeção e correição geral.

3.1 Atuação disciplinar e executiva de inspeção e correição

Classe Processual	Quantidade
Reclamação Disciplinar	439
Sindicância	14
Avocação	3
Proposição	1
Correição	48
Inspeção	29
Procedimento Avocado	1
Total	535

3.2 Inspeções e correições gerais realizadas

Unidade Federativa	Espécie	Unidade Ministerial
Acre	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/AC
Alagoas	Inspeção em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/AL
Amazonas	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/AM
Bahia	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/BA
Distrito Federal	Inspeção Geral/Correição Geral	MPM, MPF, MPDFT, MPT e ESMPU
Maranhão	Inspeção em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/MA
Mato Grosso do Sul	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/MS
Minas Gerais	Inspeção/Correição em Órgãos de Controle Disciplinar e Correição Geral	MP/MG
Paraíba	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/PB
Pernambuco	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/PE
Tocantins	Inspeção em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/TO
São Paulo	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/SP
Sergipe	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/SE
Roraima	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/RR
Rondônia	Correição em Órgãos de Controle Disciplinar	MP/RO

3.3 Acompanhamento de Resoluções do CNMP

A Corregedoria Nacional procedeu ao acompanhamento das seguintes Resoluções do CNMP, de modo a coletar os dados prestados pelas unidades e ramos ministeriais:

Resolução nº	Descrição
36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público.
63/2010	Cria as Tabelas Unificadas do Ministério Público.
73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.
74/2011	Dispõe sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus membros.
78/2011	Institui o Cadastro de Membros do Ministério Público.
136/2016	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
149/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

3.4 Tabelas Unificadas

As Tabelas Unificadas foram instituídas por meio da Resolução CNMP nº 63 e tem como objetivo a padronização e a uniformização taxonômica e terminológica de todas as atividades das unidades do Ministério Público. O intuito é extrair dados estatísticos mais detalhados e precisos de cada um dos ramos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados para a produção de diagnósticos e estudos essenciais à gestão estratégica da instituição, em nível nacional.

No ano de 2016, o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) criou quatro subgrupos com as seguintes finalidades: i) criar as tabelas de corregedoria; ii) criar as tabelas de ouvidoria; iii) revisar todos os glossários da atividade finalística; e iv) criar o curso de capacitação em Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa.

Outras importantes realizações:

- Elaboração, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), de curso de capacitação em Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa, em formato de ensino a distância (EaD), para capacitar 300 servidores e membros de todas as unidades do Ministério Público;
- Implementação do Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar, responsável por centralizar a tramitação de procedimentos disciplinares de todas as Unidades do Ministério Público brasileiro;
- Promoção do Encontro Nacional de Membros Auxiliares de Corregedorias Gerais do Ministério Público;
- Participação do *Global Forum on Law, Justice and Development*, organizado pelo Banco Mundial, oportunidade em que se realizou *benchmarking* para aquisição de experiência em *compliance*, gestão e mecanismos de acesso à Justiça; e
- Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade, com o mapeamento de processos da Corregedoria Nacional e a construção de instruções de trabalho.

4. Comissões

As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos do CNMP destinadas ao estudo de temas e de atividades específicas, relacionados às suas áreas de atuação. São órgãos especializados em áreas temáticas, que buscam promover a integração do Conselho com outras instâncias administrativas e finalísticas do Ministério Público e com a sociedade em geral.

O CNMP conta com sete Comissões Permanentes: 1) Controle Administrativo e Financeiro; 2) Infância e Juventude; 3) Preservação da Autonomia do Ministério Público; 4) Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública; 5) Planejamento Estratégico; 6) Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; e 7) Defesa dos Direitos Fundamentais.

Como Comissões Temporárias, funcionam atualmente a de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das Políticas Públicas Ambientais e a Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.

4.1 Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais, financeiros e humanos, propiciando condições necessárias a uma gestão pública de excelência no âmbito do Ministério Público. Atua, também, na divulgação e na orientação das decisões administrativas e judiciais em matéria administrativa financeira e, ainda, monitora o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio da avaliação do Portal da Transparência de todas as Unidades Ministeriais.

Tem atuado, ainda, como instância preliminar de apuração de fatos que possam ensejar a instauração de procedimentos de controle de competência do Plenário, agregando aos seus predicados regimentais de esfera de estudos voltados às normatizações de caráter genérico características de órgão fracionário que aprecia e relata processos a serem julgados pelo Plenário.

Principais realizações:

- Análise da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), realizada pelo TCU em 20 órgãos e entidades da administração pública federal (Processo TC 017.599/2014-8);
- Análise técnica do Processo CNMP nº 0.00.000.000799/2014-48, correlato à verificação de regularidade dos contratos nºs 74/2010, 89/2010, 40/2011 e 41/2011, referentes às obras e reformas realizadas no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará;
- Gestão do termo de cooperação técnica firmado entre o TCU e o CNMP, por meio do Processo Administrativo nº 1994/2013-94, com o objetivo de promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos, com prazo de vigência de 24 meses;

- Participação do 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público com a temática *Ações para um Ministério Público mais Transparente e Acessível para o Cidadão*;
- Lançamento da 4ª Edição do Manual do Portal da Transparência do Ministério Público;
- Inspeção na sede do MP/RS e do MP/MG, com o objetivo de identificar eventuais inadequações e aprimorar as atividades ministeriais no que tange à transparência; e
- Acompanhamento periódico do Portal da Transparência do Ministério Público e do CNMP, por meio do *Transparentômetro*, visando fiscalizar a observância à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e às Resoluções CNMP nºs 86, de 2012; 89, de 2012; e 115, de 2014. Com base em tal avaliação, a CCAF também elaborou o *Ranking* da Transparência, conforme quadro a seguir:

Posição	Unidade	Posição	Unidade
1º	MP/MT	13º	MP/SE
2º	MPF		MP/CE
	MPT	14º	MP/RR
3º	MP/AC	15º	MPM
	MP/ES	16º	MP/PB
4º	MP/MS	17º	MP/AM
	MP/AP	18	MP/PR
5º	MP/PA	19º	MP/AL
6º	MP/SC	20º	MP/GO
7º	MP/PI	21º	MP/SP
8º	MP/TO	22º	MP/BA
9º	CNMP	23º	MP/RN
10º	MP/RO	24º	MP/RJ
11º	MP/MA	25º	MP/RS
12º	MP/PE		MPDFT
		26º	MP/MG

Classificação das unidades do Ministério Público brasileiro quanto à avaliação dos critérios de transparência previstos na Resolução CNMP nº 86, de 2013 – Transparentômetro – 2º trimestre de 2016 (Fonte: CCAF – dezembro 2016).

4.2 Comissão da Infância e Juventude

À Comissão da Infância e Juventude (CIJ) compete contribuir para o aperfeiçoamento constante da atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que, conforme previsão constitucional (art. 227, CF/88), têm prioridade absoluta. Para realizar esse intento, a CIJ procura priorizar ações em cinco grandes áreas, quais sejam: i) sistema socioeducativo; ii) convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes; iii) erradicação do trabalho infantil; iv) enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e v) saúde mental de crianças e adolescentes.

Principais realizações:

- Visitas técnicas nas unidades de atendimento socioeducativo nos Estados para avaliação da forma de execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade;
- Ação Nacional para Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, com a participação de membros que atuam na área de infância e juventude, para a construção de projeto nacional e assinatura de acordo de resultados, para atuação do Ministério Público no fomento de normas, políticas públicas e práticas que interrompam o ciclo de violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes e no desenvolvimento de novas sistemáticas de atendimento das vítimas;
- Execução, com o auxílio da Assessoria de Comunicação Social do CNMP, de campanhas publicitárias destacando o “Dia Internacional de Combate à Alienação Parental” (25 de abril), “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (18 de maio) e o “Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil” (12 de junho);
- Acompanhamento do cumprimento da Recomendação nº 32, de 2016, que dispõe sobre a uniformização e a atuação do Ministério Público brasileiro, por meio de políticas e diretrizes administrativas que fomentem o combate à Síndrome de Alienação Parental;
- Instauração de Procedimentos Internos de Comissão, para: i) apuração de supostas violações de direitos das crianças e dos adolescentes; ii) acompanhamento da implantação e estruturação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais, em consonância com a Recomendação nº 33, de 2016, do CNMP; e iii) acompanhamento da segunda

fase do levantamento de informações sobre a situação do sistema socioeducativo e sistematização de dados relativos ao processo de elaboração e implementação dos planos de atendimento socioeducativo nos Estados, conforme Ação Estratégica Nacional nº 2 do CNMP;

- Revisão dos conteúdos dos formulários anexos da Resolução CNMP nº 71, de 15 de junho de 2011, utilizados nas inspeções periódicas dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e dos serviços de acolhimento familiar para crianças e adolescentes; e
- Implantação, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP, da tecnologia de *Business Intelligence (BI)*, para análise detida e geração de conhecimento, com base nos relatórios anuais das Unidades de Internação elaborados pelos promotores de Justiça, referentes à Resolução CNMP nº 67, de 16 de março de 2011.

4.3 Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP) tem por finalidade a elaboração de estudos, a apresentação de manifestações e o desenvolvimento de atividades específicas que visem a subsidiar a atuação do Plenário em questões relacionadas à autonomia do Ministério Público da União e dos Estados, sob os aspectos administrativo, funcional e financeiro.

Tal atuação decorre de um imperativo constitucional que atribuiu ao CNMP, paralelamente às atividades de controle, o dever de intervir sempre que haja investidas, internas ou externas à Instituição, capazes de comprometer a autonomia do MP brasileiro (art. 130-A, § 2º, inciso I, CF/88).

Principais realizações:

- Conclusão das ações de aprimoramento da tramitação processual, bem como daquelas voltadas à valorização e ao fortalecimento das ações do Comitê de Políticas de Segurança Institucional (CPSI);
- Instauração de 18 Procedimentos Internos de Comissão (PIC) para o estudo de temas relacionados às competências da CPAMP e apresentação ao Plenário de três propostas de Notas Técnicas em temas de sua área de atuação;

- Registro e acompanhamento de casos de riscos ou ameaça à integridade física dos membros e das respectivas medidas protetivas adotadas em cumprimento ao art. 7º da Resolução CNMP nº 116, de 6 de outubro de 2014; e
- Acompanhamento da tramitação de projetos de leis que podem afetar a autonomia administrativa, financeira e funcional do Ministério Público.

4.4 Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSPCEAPSP) é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os problemas relacionados ao sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. Tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao seu aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e para o controle externo da atividade policial e para a segurança pública.

Principais realizações:

- Apresentação ao Plenário do CNMP de propostas de: i) nota técnica quanto ao Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, em trâmite na Câmara dos Deputados, que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento, sobretudo quanto à aquisição e ao porte de armas de fogo, e à análise dos possíveis reflexos sobre a tutela da segurança pública (Nota Técnica nº 09, de 2016, do CNMP); ii) recomendação que visa dispor sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, dos artigos 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP), para que fomentem ações voltadas ao oferecimento de cursos e à disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade, possibilitando a remição de pena; e iii) recomendação acerca do aprimoramento das rotinas das inspeções ordinárias dos membros do Ministério Público às repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares, existentes em sua área de atribuição, por meio da descentralização do controle externo e vinculação, entre as diversas Promotorias de Justiça com atribuição criminal, das atribuições para fiscalização/inspeções de unidades policiais específicas;

- Publicação da 2ª edição do Relatório *A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*, que constitui em uma compilação de dados estatísticos sobre as prisões brasileiras, tomando por base os formulários enviados pelo Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público (SIP-MP);
- Consolidação e gerenciamento do Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, alimentado pelos ramos do Ministério Público, dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto *O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial* e da Resolução CNMP nº 128;
- Eventos: i) *VII Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional*; ii) *VI Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial*, promovendo debates sobre temas de sistema prisional e controle externo da atividade policial entre membros do Ministério Público brasileiro; e iii) *II Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar*; e
- Melhorias nos procedimentos de inspeções e visitas técnicas, a exemplo da implementação nacional dos formulários de visita técnica aos batalhões de Polícia Militar, previstos na Resolução CNMP nº 20, e das medidas adotadas visando dar uniformidade às inspeções prisionais militares, tanto federais quanto estaduais, com a adaptação do relatório respectivo e do sistema do CNMP, de modo a abranger também as organizações militares estaduais e do DF com instalações prisionais.

4.4.1 Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) foi lançada em fevereiro de 2010 por iniciativa conjunta entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ), com o objetivo de promover articulação dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça e de Segurança Pública, reunindo-os para: i) planejar e coordenar ações de combate à violência; ii) traçar políticas nacionais por meio de ação conjunta e articulada dos órgãos, primando pelo planejamento e pela adoção comum de atividades e metas; e iii) compartilhar estratégias e boas práticas, de modo a implementar organização, agilidade e eficiência ao sistema.

Principais realizações:

- Com o afã de cumprir a meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), consistente na redução do crime de feminicídio, houve o estabelecimento de metodologia de trabalho, em encontro com os respectivos gestores em 2 de março de 2016, em Brasília/DF, e a homologação do Sistema de Cadastro Nacional de Violência Doméstica;
- Desenvolvimento de coleta de dados sobre o cometimento do crime de homicídio qualificado pela futilidade, para traçar diagnóstico após a campanha “Conte até 10”;
- Ação conjunta com o Ministério da Justiça e com o CNJ, consistente na campanha de redução do número de armas em depósitos judiciais, com o objetivo de aprimorar a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário; e
- Desenvolvimento, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, do curso intitulado “Persecução penal nos crimes que ensejem recuperação de ativos”.

4.5 Comissão de Planejamento Estratégico

A Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica da Instituição e na condução democrática do processo de planejamento, de longo e médio prazo, das diretrizes de ação do CNMP e do Ministério Público em sua integralidade. Inclui também, em seu escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as unidades do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais.

Vinculado à CPE, funciona o Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP), que tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público brasileiro. Criado pela Portaria CNMP-PRESI nº 25, de 23 de março de 2012, o FNG-MP constitui instância superior de deliberação coletiva dos Comitês de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério

Público (CPTI-MP); de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCOM-MP); de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP); de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO-MP); e de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP-MP).

Principais realizações:

- Promoção dos *workshops*: i) Gestão de Projetos, ocorrido no MP/RR e MP/PI, com o objetivo de apresentar a definição de diretrizes relacionadas ao planejamento, elaboração, execução, monitoramento, avaliação e finalização de projeto, para que a Instituição possa construir uma cultura de gestão de projetos com resultados efetivos; e ii) Indicadores Estratégicos Nacionais, no MP/AC, com o desiderato de discutir e eleger os indicadores estratégicos nacionais, para funcionarem como instrumentos que permitam mensurar e avaliar o desempenho do MP brasileiro; e
- Apoio aos eventos *Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins 2010-2020* e *Desdobramento da Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Amapá*, promovidos para sensibilizar e engajar membros e servidores na execução do planejamento estratégico das instituições que os realizaram.

4.5.1 Banco Nacional de Projetos/Prêmio CNMP

O Banco Nacional de Projetos (BNP) é um produto do Planejamento Estratégico Nacional e constitui ferramenta de coleta e disseminação de projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. De acordo com a sua aplicação, os projetos devem estar alinhados ao Mapa Estratégico Nacional e atender aos grandes eixos de mobilização para a geração de resultados institucionais. Em 2016, foram incluídos 285 novos projetos, atingindo a marca de 1.145 cadastrados.

A Comissão de Planejamento Estratégico promoveu, no dia 21 de setembro de 2016, em Brasília/DF, durante o 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, a entrega do “Prêmio CNMP 2016”, uma iniciativa derivada do BNP que visa estimular a criação e a implantação de programas, projetos e ações alinhados à agenda estratégica nacional, reconhecendo, dentro de suas respectivas categorias, 27 projetos como sendo exemplares para o Ministério Público brasileiro. Na edição 2016, 782 projetos concorreram ao Prêmio CNMP.

4.5.2 Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público

Principais realizações:

- Eventos voltados ao fomento de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público brasileiro. Dentre eles, destacam-se: i) Reuniões Ordinárias do FNG-MP, oportunidade na qual foi aprovado o Plano Diretor do FNG-MP para o quadriênio 2016-2019; ii) Ação Nacional Estruturante – Qualidade de Vida no Trabalho, realizada na sede do MP/PE, com o afã de incentivar a implantação de programas de Qualidade de Vida no MP brasileiro e apresentar estudos e sugestões do CPGP/FNG-MP para o enfrentamento dos problemas relacionados à saúde ocupacional; iii) Ação Nacional Estruturante – Fomento à Cultura de Projetos, promovida com o objetivo de construir uma cultura de gestão de projetos madura e com resultados, evidenciando metas e indicadores; iv) Ação Nacional Estruturante – Construção da Política Nacional de Gestão de Pessoas; v) Ação Nacional Estruturante – Construção da Política Nacional de Gestão Orçamentária; vi) Programa de Capacitação em Governança e Gestão de Tecnologia da Informação, com servidores das unidades do Ministério Público, com o escopo de desenvolver as competências mínimas para a implementação de projetos e ações previstas no Programa Nacional de Governança de TI; e vii) Curso de formação, em formato de ensino a distância, de multiplicadores da metodologia de gestão de processos, em parceria com Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás (ESMP-GO).

4.6 Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

A Comissão de Acompanhamento Legislativo (CALJ) e Jurisprudência tem por objetivo acompanhar os projetos legislativos de interesse do Ministério Público em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. Compete-lhe, ainda, racionalizar as normas internas do CNMP, tornando-as mais transparentes, e conferir maior visibilidade às ações do Órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para a implementação e o desenvolvimento de um sistema de jurisprudência e para a criação, confecção e distribuição da revista de jurisprudência e doutrina do Conselho Nacional do Ministério Público.

Principais realizações:

- Lançamento da Agenda Legislativa 2016, com o resumo e a situação das Propostas de Emendas à Constituição (PEC) e os Projetos de Leis (PL) que tramitam no Congresso Nacional de interesse do Ministério Público e do CNMP;
- Revisão da jurisprudência do Conselho Nacional, inclusive de resoluções e propostas de resoluções, sugerindo a edição de enunciados sobre temas recorrentes; e
- Em conjunto com a Comissão de Planejamento Estratégico, Ação Nacional *Ministério Público e os Poderes de Estado: a construção de uma agenda positiva*, tendo como objetivos: i) discutir o fortalecimento da unidade nacional do MP; ii) aperfeiçoar sua relação interinstitucional com os Poderes de Estado e a sociedade; iii) capacitar membros e servidores do MP brasileiro nas boas práticas do relacionamento interinstitucional; e iv) dotar o MP brasileiro de estrutura para o relacionamento interinstitucional.

4.7 Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) tem por objetivo contribuir para o fortalecimento do Ministério Público brasileiro, estimulando o exercício das atribuições institucionais atinentes à defesa dos direitos fundamentais difusos, coletivos e sociais, em coerência com as diversas previsões constitucionais e legais que conferem ao Órgão o poder-dever de atuar como agente de transformação da realidade social.

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais possui quatro objetivos gerais: i) fomentar o aprimoramento da atuação extrajudicial do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua interação com os movimentos sociais; ii) estimular e promover a difusão e a inovação do conhecimento transdisciplinar sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais; iii) contribuir para a formação de bancos de dados sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua análise qualitativa permanente; e iv) promover o conhecimento e estimular o exercício dos direitos fundamentais pelos cidadãos.

Principais realizações:

- Premiação da Campanha “João Cidadão”: lançada em 2015, o Projeto venceu o Prêmio Direitos Humanos, conferido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, na categoria “Educação em Direitos Humanos”. A iniciativa visa contribuir com o desenvolvimento de uma cultura de Direitos Humanos no Brasil por meio da difusão de conteúdo formativo e informativo sobre o exercício dos direitos fundamentais, a atuação do Ministério Público e o funcionamento do sistema de justiça. Conta com página no *Facebook*, em que são feitas postagens sobre diversos temas relacionados ao exercício da cidadania e ao conhecimento de Direitos Humanos no Brasil; com *hotsite* destinado à apresentação do projeto e à difusão de conteúdo de utilidade pública escrito por membros do MP brasileiro em linguagem acessível; com cartilha elaborada por membros colaboradores e servidores da CDDF e destinada ao esclarecimento de crianças, adolescentes e jovens, em linguagem adequada à faixa etária, acerca das atribuições do CNMP e do MP brasileiro e sobre alguns direitos e deveres essenciais; dentre outras iniciativas pontuais desenvolvidas no âmbito projeto;
- Reuniões presenciais com os grupos de trabalho (GTs) e fóruns de discussão, a saber: Fórum Nacional de Saúde; Fórum Nacional de Combate à Corrupção; Fórum Nacional de Recursos Hídricos; Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Ética e Cultural; Grupo de Trabalho de Pessoas em Situação de Rua, Desaparecidas e Submetidas ao Tráfico e Catadores de Material Reciclado; Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos; Grupo de Trabalho de Direitos da Pessoa com Deficiência; Grupo de Trabalho de Defesa da Educação; Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Grupo de Trabalho de Defesa do Consumidor;
- Apresentação ao Plenário do CNMP de propostas de: i) resolução que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência; ii) resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade e a uniformização das inspeções em unidades que executam serviços socioassistenciais destinados a pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público; iii) nota técnica quanto ao Projeto de Lei nº 5.069, de 2013; iv) nota técnica quanto às audiências de custódia em casos de violência doméstica; (v) recomendação

dispondo sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação e em saúde; vi) recomendação quanto à criação de estruturas especializadas no Ministério Público para a otimização do enfrentamento à corrupção, com atribuição cível e criminal; vii) recomendação atinente à criação de órgãos especializados na promoção da igualdade étnico-racial, à inclusão do tema em editais de concursos e ao incentivo à formação inicial e continuada sobre o assunto; e viii) recomendação correlata à necessidade de garantir fiel observância e concretização do princípio constitucional do Estado Laico no exercício das funções executiva, legislativa e judiciária do Estado brasileiro, inclusive com a adoção de políticas públicas que reforcem a neutralidade estatal em sua atuação diante de questões religiosas e filosóficas;

- Edição das publicações: i) Roteiro de Atuação do Ministério Público – Estado Laico e Ensino Religioso nas Escolas Públicas, com o objetivo de fornecer subsídios para auxiliar os membros do Ministério Público brasileiro a defenderem o Estado Laico, tendo em vista as recorrentes violações à CF/1988 praticadas no sistema de ensino público do País; ii) *O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação*, que trata da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alterada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, norma que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; iii) *Manual de Atuação Funcional: o Ministério Público na Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)*, que objetiva sistematizar a atuação do Promotor de Justiça na fiscalização das ILPIs, bem como sugerir modelos de peças processuais; e iv) *Assédio Moral e Sexual: previna-se*, publicada com o objetivo de oferecer informações que possibilitem a identificação de situações que caracterizam o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, bem como quanto às providências cabíveis para garantir a proteção da vítima e a responsabilização do assediador; e
- Promoção dos eventos: i) Audiência pública sobre o custeio constitucionalmente adequado da educação e da saúde e o papel do Ministério Público diante da crise fiscal e da necessidade de equilíbrio federativo; ii) Seminário sobre o enfrentamento ao racismo, com o objetivo de sensibilizar membros e servidores do Ministério Público para uma atuação mais proativa, preventiva, efetiva e resolutiva no enfrentamento ao racismo; iii) Audiência pública sobre a atuação do Ministério Público na discussão da reforma da política de drogas no Brasil; e iv) Ação nacional de promoção da igualdade, com o objetivo de discutir a atuação do MP na defesa das minorias

e das populações vulneráveis, identificar os aspectos transversais desafiadores relacionados e elaborar um plano de ação.

4.7.1 Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade

O Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (Neace), vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, tem por objetivo acompanhar o cumprimento pelo Ministério Público brasileiro dos termos da Resolução CNMP nº 81 do CNMP, que orienta e determina a implementação da acessibilidade em todas as unidades do Ministério Público brasileiro, adotando as providências necessárias para tanto.

Principais realizações:

- Execução do projeto intitulado *Todos juntos por um Brasil mais acessível*, com a realização de dois encontros no MPDFT e MP/PA; e
- Edição das cartilhas: i) *Tomada de Decisão Apoiada e Curatela* (Fotonovela), versão simplificada para pessoas com deficiência intelectual, com tiragem e distribuição de 1.500 exemplares; e ii) *Tomada de Decisão Apoiada e Curatela – Medidas de apoio previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, com tiragem e distribuição de cinco mil exemplares.

4.8 Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público

A Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público foi criada pela Resolução nº 122 do CNMP, com a finalidade de instituir um programa nacional da memória do Ministério Público, estabelecendo diretrizes para a implantação dos memoriais e da gestão documental da instituição, atendendo às disposições das Leis Federais nº 8159/91 e nº 12.527/11, bem como a definição de diretrizes para uniformizar os procedimentos mediante os quais serão desenvolvidas, nas diversas unidades dos Ministérios Públicos, as estratégias organizacionais para a preservação da memória institucional do Ministério Público.

Principais realizações:

- Conclusão dos trabalhos que resultaram na aprovação, pelo Plenário do CNMP, da Resolução CNMP nº 138, de 15 de março de 2016, que estabelece diretrizes gerais para a preservação, a promoção e a difusão da memória do MP brasileiro;
- Visita institucional ao memorial do MP/RS, que buscou o aprimoramento dos conhecimentos e a troca de expertise necessária para a criação do memorial no âmbito do CNMP; e
- Participação do *VII Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público*. Desse encontro, resultou a aprovação da *Carta de Belém*, que contempla diversas reflexões sobre a temática da memória e história do Ministério Público brasileiro. O documento reforçou a importância da aprovação do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (Planame).

4.9 Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de Defesa do Meio Ambiente e de Fiscalização das Políticas Públicas Ambientais

A Comissão de Meio Ambiente foi instituída por meio da Resolução nº 145 do CNMP, de 14 de junho de 2016, e tem por objetivo o fortalecimento e o aprimoramento da atuação dos órgãos do Ministério Público na tutela do meio ambiente, repressiva ou preventivamente, com a finalidade de facilitar a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro.

Principais realizações:

- Atuação, primordialmente, nas seguintes temáticas: recursos hídricos, saneamento ambiental e resíduos sólidos, agrotóxicos e produtos perigosos, licenciamento ambiental, mineração e grandes empreendimentos, biomas, áreas protegidas e patrimônio cultural e ordem urbanística, tendo apresentado manifesto quanto aos Projetos de Lei nº 644, de 2015, e nº 3.729, de 2014, que tramitam no Congresso Nacional e que preveem a flexibilização do licenciamento ambiental; e

- Reunião com membros do MP/ES, MP/MG e MPT, com o fim de compartilhar as medidas adotadas pelas unidades ministeriais em relação ao desastre ambiental ocorrido no município de Mariana/MG. Com este propósito, foi realizada, em Vitória/ES, evento para apresentar à sociedade os resultados de seus respectivos trabalhos.

5. Ouvidoria Nacional

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público é um canal direto de comunicação à disposição da sociedade, para o encaminhamento de sugestões, críticas, reclamações, elogios, denúncias ou pedidos de informação acerca do funcionamento e dos serviços do Ministério Público. Consiste em um órgão cujo objetivo é prover estatísticas e sugestões obtidas por solicitações formuladas pelos cidadãos para a melhoria contínua do CNMP e das unidades e ramos do Ministério Público no País.

Principais realizações

- Promoção do *Curso de Atendimento ao Público e Facilitação de Diálogos em Ouvidoria*, como desdobramento da Ação Nacional de Integração e Aprimoramento das Ouvidorias do MP, que contou com a participação de 33 servidores e de 22 unidades do Ministério Público brasileiro;
- Estudo sobre a normatização das ouvidorias do Ministério Público brasileiro, que teve como objetivos alterar as atribuições das ouvidorias, prevendo as classes e as categorias de classificação das demandas recebidas e os critérios para a prestação destas informações pelo Sistema de Resoluções do CNMP; e
- Conclusão da Ação Nacional *Integração e Aprimoramento das Ouvidorias do Ministério Público*, contando com a colaboração de representantes das ouvidorias do Ministério Público brasileiro para o desenvolvimento de atividades equacionadas em cinco eixos de atuação: i) normatização; ii) capacitação; iii) comunicação; iv) operacionalização; e v) interoperabilidade.

Dados estatísticos:**Atendimentos eletrônicos⁴**

Mês	Quantidade	Mês	Quantidade	Mês	Quantidade
Jan.	133	Mai.	191	Set.	195
Fev.	185	Jun.	215	Out.	155
Mar.	139	Jul.	133	Nov.	173
Abr.	115	Ago.	136	Dez.	121
Total					1891

Atendimentos presenciais e telefônicos

Mês	Quantidade	Mês	Quantidade	Mês	Quantidade
Jan.	10	Mai.	27	Set.	58
Fev.	21	Jun.	54	Out.	51
Mar.	18	Jul.	46	Nov.	67
Abr.	8	Ago.	42	Dez.	37
Total					439

6. Secretaria-Geral

De acordo com o art. 14 do RICNMP, os serviços da Secretaria-Geral são dirigidos pelo Secretário-Geral, membro de qualquer dos ramos do Ministério Público, com o auxílio do Secretário-Geral Adjunto, ambos escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho.

As atribuições da Secretaria-Geral, a despeito de estarem previstas de modo difuso no Regimento Interno do Conselho, foram regulamentadas, especificamente, por meio das Portarias CNMP-PRESI

⁴ Nos dados de atendimentos, estão incluídos sugestões, elogios, denúncias, pedidos de informações, dúvidas.

nº 204, de 15 de julho de 2013, e 57, de 27 de maio de 2016. Além da prática de atos de gestão estratégica, administrativa, orçamentária, financeira e pessoal, compete à Secretaria-Geral, como órgão de apoio à Presidência, participar: i) das reuniões administrativas do Colegiado, prestando assistência ao Presidente e aos Conselheiros em matérias de sua esfera de competência; ii) da organização das pautas das sessões ordinárias e extraordinárias do CNMP, assessorando o Presidente na condução dos trabalhos; e iii) da lavratura das atas das sessões ordinárias e extraordinárias, em observância aos artigos 9º e 12, inciso X, do Regimento Interno.

Principais realizações:

- Acompanhamento do cumprimento das decisões do Plenário do CNMP, controlando as providências adotadas pelos Ministérios Públicos quanto à efetivação das determinações plenárias;
- Realização, em conjunto com as unidades administrativas e as Comissões do CNMP, do 7º Congresso Brasileiro do Ministério Público, com o tema *Inovar para o cidadão: o desafio de criar experiências que gerem valor*, que contou com a participação de 747 membros e servidores do Ministério Público;
- Promoção da modernização tecnológica do CNMP, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informatização, com avanços no processo de autonomia para o desenvolvimento e o gerenciamento de sistemas informatizados, a partir da implantação e da atualização das seguintes ferramentas tecnológicas: i) Módulo *Corregedoria* do Sistema de Processo Eletrônico do CNMP – Sistema ELO; ii) Sistema de Cadastro Nacional de Membros do Ministério Público; iii) Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar; iv) Sistema do Banco Nacional de Projetos; e v) Sistema de *Business Intelligence* (BI);
- Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do CNMP para o biênio 2016/2017 e do Plano Anual de Capacitação do CNMP do ano de 2016;
- Direção e supervisão de trabalhos das demais Secretarias do CNMP, além de atuação no Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE) e nos Subcomitês Estratégicos de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas;

- Acompanhamento da execução do planejamento estratégico do CNMP, por meio do desdobramento dos objetivos para os níveis tático e operacional, com base nos quais foi definido o portfólio de projetos e iniciativas para o Plano de Gestão de 2016, englobando também a área-fim (Corregedoria Nacional, Ouvidoria Nacional, Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e Comissões);
- Condução, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica, do Modelo de Gestão Integrada da Estratégia do CNMP, mobilizando o órgão e assessorando tecnicamente suas unidades no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação de suas ações, de modo que foram realizadas 32 Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO), duas Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e uma Reunião de Análise da Estratégia (RAE);
- Conclusão, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica, do projeto *Mapeamento de processos de trabalho*, que apresentou a metodologia de notação BPMN e mapeou os processos de trabalho de todas as unidades administrativas do CNMP;
- Desenvolvimento do Projeto *Visão 360º*, que tem por objetivo dar maior transparência às ações e aos modelos de gestão e governança implantados no CNMP;
- Consecução do projeto *Gestão em Pauta*, cuja finalidade é o estreitamento de parcerias com as unidades do Ministério Público e a Administração do CNMP, para a troca de experiências e boas práticas, especialmente, em Gestão Estratégica, Comunicação Social, Tecnologia da Informação, Gestão Administrativa e Gestão de Pessoas;
- Regulamentação de temas importantes para o Órgão, especialmente quanto: i) à concessão e aplicação de suprimento de fundos para pagamento de despesas realizadas com compra de material e prestação de serviços por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), na modalidade de crédito à vista e de saque; ii) às rotinas de acompanhamento e avaliação orçamentária; iii) à metodologia da “Correção Múltipla” para a composição de preço de referência nos processos licitatórios realizados no âmbito do CNMP; e iv) às competências para a prática dos atos de gestão orçamentária e financeira das despesas do Conselho Nacional do Ministério Público;

- Desenvolvimento, por meio da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, de diversos programas correlatos ao desenvolvimento profissional e à qualidade de vida dos servidores e colaboradores do CNMP, a saber: i) Programa de Pós-Graduação; ii) Plano de Incentivo ao Estudo de Idioma Estrangeiro (PLI); iii) Programa de Educação Financeira do CNMP; iv) Programa de Exames Periódicos de Saúde de 2016; e v) 2ª Semana da Saúde do CNMP; e
- Execução do Programa de Gestão Ambiental Sustentável do CNMP, com a realização das seguintes ações: i) reestabelecimento da coleta seletiva solidária na Instituição, por meio de chamamento público que teve por objeto a habilitação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visando à coleta dos resíduos descartados, possíveis de retorno ao seu ciclo produtivo; ii) elaboração do Relatório de Diagnóstico Socioambiental no CNMP, em atenção ao termo de adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no qual foi procedida à verificação e à consolidação dos dados correlatos aos componentes ambientais da Instituição; e iii) execução de campanhas de conscientização e sensibilização em sustentabilidade e da 1ª Semana de Descarte do CNMP.

A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

Anualmente, o CNMP publica o compêndio *"Ministério Público: um retrato"*. A publicação traduz em números um diagnóstico da situação administrativa (gestão de pessoas, estrutural, tecnologia da informação e comunicação) e da atuação funcional (judicial e extrajudicial), de todas as Unidades Ministeriais. As informações sistematizadas possibilitam conhecimento amplo do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público e, principalmente, atendem aos princípios da transparência e do acesso à informação, essenciais ao controle social sobre a Instituição.

A edição referente ao ano de 2016 está disponível no seguinte endereço eletrônico:

http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/MP_um_Retrato_2016_web.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Nacional do Ministério Público encerra o ano de 2016 com grandes e significativos avanços na sua atuação finalística e na gestão administrativa. Os números e os detalhes dessa evolução estão apresentados no presente relatório anual e resultam de trabalho laborioso dos Conselheiros, membros do Ministério Público em atuação do CNMP, servidores e colaboradores.

Alguns desses avanços merecem registro final porque, estando estreitamente enlaçados com a missão do Conselho, repercutem, com relevo, na profissionalização da atuação de membros e servidores do *Parquet*.

Nesse sentido, a Resolução nº 147 dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes para o planejamento estratégico tanto das unidades e ramos do Ministério Público quanto do próprio CNMP. O ato regulamentar introjeta a aplicação dos conceitos de governança e gestão, estabelecimento de objetivos estratégicos e monitoramento de metas, para medição de resultados.

Com número recorde de inscritos, a 7ª edição do Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, que reuniu membros e servidores tanto da área-fim quanto da área administrativa bem revela o êxito em alinhar a profissionalização e a gestão por resultados à atuação do Ministério Público.

Aliado com o legítimo anseio social de tratar o combate à corrupção como uma das prioridades da atuação do *Parquet*, o CNMP recomendou às unidades do Ministério Público nos Estados e ramos do Ministério Público da União a criação de grupos de atuação especial para o enfrentamento à corrupção, com atuação preventiva e repressiva. De forma coordenada à recomendação, o CNMP iniciou a Ação Nacional de Promoção da Igualdade, cujo objetivo é, por meio de discussões entre membros do Ministério Público, identificar estratégias e ações coletivas, a serem replicadas em todo o País.

Com o mesmo propósito de compartilhar estratégias e ações, foram realizadas as Ações Nacionais Estruturantes em Gestão Orçamentária e Financeira; Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho; e Fomento à Cultura de Projetos.

O combate ao abuso e à exploração sexual infantil foi alvo da atuação do CNMP. Por meio dessa Ação Nacional, o CNMP reuniu membros que atuam na área da infância e juventude, com a finalidade de discutir práticas de atendimento às vítimas de violência sexual, reduzindo sua revitimização em processos judiciais, e fomentar normas, políticas públicas e práticas que interrompam o ciclo de violência perpetrado contra crianças e adolescentes.

Também recomendou a criação de órgãos especializados na promoção da igualdade étnico-racial, a inclusão do tema em editais de concursos e o incentivo à formação inicial e continuada sobre o assunto. Ainda na temática de direitos fundamentais, o CNMP, com a campanha “João Cidadão – seja grande com os seus direitos”, foi agraciado, na categoria Educação em Direitos Humanos, com o Prêmio Direitos Humanos, promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

No curso de 2016, o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais – Sistema ELO –, foi aprimorado e expandido, para abrigar também os atos da Corregedoria Nacional. O Plenário do Conselho aprovou ainda resolução que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar, que compreenderá dados de todos os procedimentos de natureza disciplinar e correlatos instaurados em desfavor de membros nas diversas unidades do Ministério Público. Ainda no plano das atividades correicionais, o Plenário aprovou resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no Ministério Público da União e dos Estados, e institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções do CNMP.

Com o propósito de conferir maior eficiência e agilidade à tramitação dos processos administrativos, o CNMP firmou termo de cooperação com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para implementar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Mais ainda, cumprindo o papel de órgão catalisador e propagador de boas práticas, o CNMP coordenará a implantação em todas as unidades e ramos do Ministério Público que manifestem interesse na utilização do referido Sistema. Até a presente data, três unidades já firmaram termo de adesão, outras três já manifestaram a intenção de fazê-lo, enquanto outras 12 sinalizaram interesse em conhecer as funcionalidades do Sistema.

Por fim, e não sem menos importância, o Plenário teve oportunidade de afirmar a natureza de Órgão de Controle de Natureza Constitucional e afastou o tratamento de Órgão Governante Superior

(OGS). Na mesma ocasião, julgou indevidas as intervenções do TCU na atividade finalística do CNMP e destacou que o Conselho é instituição constitucional de caráter nacional e suas competências constitucionais prevalecem sobre as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União.

É assim, como órgão de estatura constitucional e de caráter nacional, emanado diretamente da Constituição da República, que o Conselho Nacional do Ministério Público pretende prosseguir, nos anos vindouros, com a missão de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

PROGRESSO



BRASIL
GOVERNO FEDERAL